

ISSN 1679-3625

# CIDADES

Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Volume 9  
Número 15  
Janeiro a junho de 2012



# CIDADES

REVISTA CIENTÍFICA  
VOLUME 9 – NÚMERO 15 – 2012

## EQUIPE EDITORIAL

### Coordenação Editorial

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/PP

### Editor deste número temático

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

### Comissão Editorial

#### Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

Jan Bitoun – UFPE

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/PP

Mauricio de Almeida Abreu – UFRJ (*in memoriam*)

Pedro de Almeida Vasconcelos – UFBA

Roberto Lobato Corrêa – UFRJ

Silvana Maria Pintaudi – UNESP/RC

### Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani – USP

Ana Clara Torres Ribeiro – UFRJ (*in memoriam*)

Arlete Moysés Rodrigues – UNICAMP

Carles Carreras – Universitat de Barcelona

Horacio Capel – Universitat de Barcelona

José Alberto Rio Fernandes – Universidade do Porto

José Aldemir de Oliveira – UFAM

José Borzachiello da Silva – UFC

Leila Christina Dias – UFSC

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

Odette Carvalho de Lima Seabra – USP

Paulo César da Costa Gomes – UFRJ

Suzana Pasternak – USP

### Secretaria

Igor Catalão

Maria Angélica Magrini

Wagner Vinicius Amorim

### Apoio

André Felipe Vilas de Castro

### Capa

Caio Beltrão Sposito

### Revisão de língua portuguesa

Alvina Gonçalves Redondo Rotta

### Conferência da revisão

Wagner Vinicius Amorim

Claudio Smalley Soares Pereira

Maria Angélica Magrini

Igor Catalão

**Normalização bibliográfica**  
Claudio Smalley Soares Pereira

**Sistema eletrônico de editoração de revistas**  
Paulo Fernando Jurado da Silva

**Projeto gráfico e diagramação**  
Zap design

**Revisão**  
Juliano Carlos Bilda

**Impressão gráfica**  
Cromosete

**Tiragem**  
800 exemplares

**Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos – GEU**  
Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. 19060-900. Presidente Prudente  
Estado de São Paulo, Brasil  
(Correspondência postal aos cuidados de Maria Encarnação Beltrão Sposito)  
Telefone: (18) 3229 5375 Fax: (18) 3221 8212

**Site: [revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades](http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades)**  
Informações e envio de textos: [cidadesrevista@gmail.com](mailto:cidadesrevista@gmail.com)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange  
On demande l'échange / Si richiede lo scambo / Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004–  
Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004–  
v. 9., n. 15; 23 cm., il.

Semestral  
2012, v. 9, n. 15  
ISSN 1679-3625

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed.): 910.13  
CDU: 911.3

**EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES**  
Rua Abolição, 201 – Bela Vista  
CEP 01319-010 – São Paulo – SP  
Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500  
Fax: (11) 3112-0941  
[expressaopopular.com.br](http://expressaopopular.com.br)  
[editora.expressaopopular.com.br](http://editora.expressaopopular.com.br)  
[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)

# SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
INTRODUÇÃO: A GEOGRAFIA, O PENSAMENTO E A PRÁXIS LIBERTÁRIOS E A CIDADE – ENCONTROS, DESENCONTROS E REENCONTROS .....	9
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	
AUTOGESTÃO, “AUTOPLANEJAMENTO”, <i>AUTONOMIA</i> : ATUALIDADE E DIFICULDADES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS LIBERTÁRIAS DOS MOVIMENTOS URBANOS.....	59
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	
A "QUINTA COLUNA" DA CIDADE HETERÔNOMA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS CONQUISTAS E DOS LIMITES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DE UMA PARCELA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO .....	95
<i>Eduardo Tomazine Teixeira</i>	
A MICROFÍSICA DO PODER INSTITUINTE E SUA ESPACIALIDADE: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO DE SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO .....	133
<i>Rafael Gonçalves de Almeida</i>	
ENTRE TERRITÓRIOS DISSIDENTES, UTOPIAS E LUTAS: NOTAS SOBRE A COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA (PORTO ALEGRE) .....	169
<i>Renata Ferreira da Silveira</i>	
DIFUSÃO DA CULTURA <i>PUNK</i> COMO DIFUSÃO DA IDEIA DE ANARQUIA .....	205
<i>Nécio Turra Neto</i>	
SÃO PAULO NO LIMAR DO SÉCULO XX: O OPERARIADO ENQUANTO SUBVERTEDOR DA “ORDEM” ESPACIAL.....	233
<i>Amir El Hakim de Paula</i>	

TERRITÓRIOS LIBERTÁRIOS: A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DE AUTOGESTÃO NA CIDADE DE BARCELONA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939) .....	259
<i>Glauco Bruce Rodrigues</i>	
ATIVISMO TRANSNACIONAL E ESPAÇOS URBANOS FRONTEIRIÇOS: POSSIBILIDADES DE UMA PRÁXIS LIBERTÁRIA.....	297
<i>Rafael Zilio</i>	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	321
INSTRUCTIONS FOR AUTHORS .....	325
NORMAS PARA PUBLICACIÓN.....	329
NORMES DE PUBLICATION.....	333

## EDITORIAL

A revista CIDADES chega ao seu número 15 e oferece ao leitor oito textos, antecedidos por uma introdução, em que se abordam, de modo amplo e profundo, O PENSAMENTO E A PRÁXIS LIBERTÁRIOS E A CIDADE, tema que lhe dá o título.

A perspectiva a partir da qual os enfoques são efetivados é a do olhar geográfico, mas não se limita a ele, uma vez que diferentes dimensões são tratadas nos artigos que o compõem, bem como o diálogo com autores de diferentes campos das Ciências Sociais valorizam as análises apresentadas.

Assim, práticas espaciais, poder, cultura e pensamento entrecruzam-se, de múltiplas formas, para que a reflexão sobre o mundo contemporâneo possa ser realizada como caminhos possíveis para a práxis libertária, já em curso ou como utopia, vista como ordem ou como desordem, analisada a partir dos “encontros, desencontros ou reencontros” como destaca o editor deste número temático, MARCELO LOPES DE SOUZA, em sua introdução.

Ao final do texto que abre este número de CIDADES e nos sensibiliza para os pontos mais importantes para desvelar a temática, o leitor encontra os destaques aos recortes e prismas, eleitos por cada autor, em seus artigos.

Um passeio pelos núcleos centrais dos títulos dos textos já nos aguça a curiosidade intelectual: - autogestão e autoplanejamento; - movimentos dos sem-teto e cidade heterônoma; - microfísica do poder instituinte; - territórios dissidentes, utopias e lutas; - cultura *punk* e anarquia; - operariado e subversão da “ordem” espacial; - territórios libertários, autogestão e anarquia; - ativismo transnacional e práxis libertária.

As imagens que ilustram os textos constituem uma linguagem forte que não se restringe a esse fim, mas abrem outro conjunto de possibilidades analíticas, que fomentam o debate e nos lançam ao novo, que aqui e ali emerge na cidade e no urbano capitalistas.

Ao final desta edição, encontram-se as normas para o envio de propostas de textos a serem avaliados para publicação neste periódico científico. Elas devem ser observadas com atenção, não apenas como parâmetros técnicos para apresentação dos originais, mas como referência para o perfil dos textos que o

Grupo de Estudos Urbanos (GEU), responsável por esta publicação, tem interesse em oferecer aos seus leitores.

Em nome de CIDADES, agradeço ao editor deste número temático pelo trabalho realizado e desejo que a força e a densidade do debate nele contido gerem polêmicas e dissensos, possibilitem a emergência de contradições e contestações, mostrem atalhos e desvios para propiciar, em termos de pensamento e de práxis, o novo e não apenas novidades.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

# INTRODUÇÃO: A GEOGRAFIA, O PENSAMENTO E A PRÁXIS LIBERTÁRIOS E A CIDADE – ENCONTROS, DESENCONTROS E REENCONTROS\*

MARCELO LOPES DE SOUZA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
mlopesdesouza@terra.com.br

## UM INTRÓITO EM DOIS TEMPOS

### Quem são os “libertários”?

É muito comum entender “libertário” como sinônimo de “anarquista”. Historicamente, trata-se de uma interpretação justificável, afinal, os termos “anarquista” e “libertário” têm andado de mãos dadas desde o século XIX. É costume os franceses atribuírem a cunhagem da palavra “*libertaire*” ao anarquista Joseph Déjacque, em um panfleto datado de 1857. Pode-se afirmar, com segurança, que, desde meados do século retrasado, e começando pela França, “libertário” é um qualificativo que esteve, principalmente nas línguas neolatinas, vinculado ao movimento anarquista.

Porém, hoje em dia, essa tradição de tomar como equivalentes “libertário” e “anarquista” deve ser vista como muito restritiva. Entendidos de maneira ampla e generosa, o pensamento e as práticas políticas dos libertários constituem e sempre constituíram, por assim dizer, uma “família” relativamente heterogênea de correntes e subcorrentes. Como em toda família, também aí houve e há divergências e até mesmo rusgas. Existe, não obstante, um forte elemento comum: uma postura ao mesmo tempo anticapitalista e de oposição ao marxismo-leninismo, devido a seus elementos autoritários e conservadores.

\* O presente texto é uma versão modificada, aprimorada e ampliada do artigo “Uma Geografia marginal e sua atualidade: A *linhagem libertária*”, que serviu de base para a fala de abertura do Primeiro Colóquio Território Autônomo (Rio de Janeiro, UFRJ, outubro de 2010), e foi disponibilizado no *site* do evento (<http://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/uma-geografia-marginal-e-sua-atualidade2.pdf>).

A “família” libertária compreende, sobretudo, o anarquismo clássico e suas vertentes específicas (o “mutualismo”, inspirado em Proudhon, a intuição e o exemplo, de Bakunin, o “comunismo libertário”, de Kropotkin, o anarcossindicalismo etc.), os neonanarquistas (que, como Murray Bookchin, buscaram e vêm buscando, desde a segunda metade do século passado, renovar a tradição) e o pensamento autonomista (explicitamente crítico do anarquismo clássico em alguns pontos, trata-se de uma vertente que teve como principal formulador, no terreno da Filosofia Política, o pensador greco-francês Cornelius Castoriadis). Entendido em sentido amplo e não sectário, portanto, o pensamento libertário compreende uma multiplicidade de correntes e perspectivas, do anarquismo clássico ao autonomismo.

Além do mais, é essencial registrar que a renovação e a atualização do pensamento libertário, nas últimas décadas, não é algo que tenha sido feito apenas por pensadores europeus ou estadunidenses. Inspirados por alguns dos movimentos sociais mais importantes dos últimos anos – zapatistas, *piqueteros* etc. –, intelectuais e ativistas latino-americanos, do *Subcomandante Insurgente* Marcos a Raúl Zibechi, têm oferecido contribuições relevantes para se pensar o valor de certas ideias – como *autonomía*/autonomia – e, inclusive, como no caso de Zibechi, também a relevância da dimensão espacial nos processos de transformação social.

Sem querer, portanto, de modo algum negar ou subestimar a importância histórica do anarquismo clássico, notadamente em sua matriz europeia, para a constituição do pensamento libertário,<sup>1</sup> forçoso se faz reconhecer que, atualmente, em face da crise do marxismo e, ao mesmo tempo, do agravamento das contradições do capitalismo (“lado escuro” da globalização capitalista, crises e [hiper]precarização do mundo do trabalho, militarização da sociedade e do espaço, “novas guerras”...), o pensamento e as práticas anti-heterônomos teimam em renascer em vários lugares, sob diversas formas, mas tendo em comum certos modos e dinâmicas organizacionais (horizontalidade, princípios autogestionários) e valores antiestatistas/antiestadocêntricos.

<sup>1</sup> Note-se, aliás, que “clássico” não é um termo depreciativo. O que queremos dizer quando nos referimos a uma obra ou um autor como sendo “clássico”? Que a obra ou o autor em questão continuam importantes e inspiradores, ainda que se tenham passado décadas, séculos ou até mesmo milênios desde que a obra foi escrita ou o autor andou sobre a Terra. É precisamente isso que acontece com Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin, Malatesta etc. e suas respectivas obras.

## **Crise no pensamento crítico como um todo... ou crise no pensamento marxista?**

Os marxistas têm de forma persistente buscado entender (e fazer todos entenderem) a história do movimento operário como se ela tivesse sido a história do marxismo, e como se a história do pensamento crítico tivesse sido a história do pensamento marxista. Sobre o quanto de erro e impostura reside nessa pretensão, Cornelius Castoriadis já discorreu à saciedade (ver, especialmente, CASTORIADIS, 1985). O fato, de todo modo, é que, com base nessa pretensão, a presente crise do pensamento marxista – que já se arrasta há algumas décadas – é apresentada, pelos marxistas remanescentes, como uma crise do pensamento crítico em si.

É evidente que existem muitos problemas em nossa “era do conformismo generalizado” – o que, aliás, em larga medida justifica essa expressão e a análise subjacente de Castoriadis (CASTORIADIS, 1990). Não obstante, também há vários novos movimentos emancipatórios importantes e um número não de todo desprezível de pensadores críticos radicais. Em grande parte, é uma questão de para onde se olha. De fato, se, eurocentricamente, limitarmos o nosso “horizonte geográfico” à Europa e aos EUA, será preciso dar razão a Marianne Gronemeyer, quando diz que “[h]oje em dia, falar de movimentos sociais significa falar de sua crise, ou mesmo de seu dilema, e não de esperança ou entusiasmo” (GRONEMEYER, 2005, p. 9). Se bem que, mesmo lá, várias coisas relevantes continuam acontecendo, às vezes debaixo da superfície; será que filtros ideológicos e teóricos não estão dificultando que as novas formas de resistência e insurgência sejam adequadamente reconhecidas e aquilatadas?

É, todavia, ao considerar a América Latina, que mais se faz necessário relativizar um pouco (sem duvidar de sua validade geral) a suprarreferida tese acerca do conformismo – o qual, ainda que “generalizado”, não é, por isso, absoluto (SOUZA, 2006b, p. 331). Certamente, algo parece tender a escapar, ao menos em grande parte, mesmo a alguns importantes intelectuais. E escapa tanto mais quanto se leva em conta que o que merece atenção particular são aqueles movimentos sociais que pouco ou nada têm a ver com a “classe operária” em um sentido marxista convencional (trabalhadores, em especial aqueles empregados na indústria, que realizam, como assalariados, um “trabalho produtivo”, e dos quais se extrai a mais-valia), ou com as suas organizações de classe mais tradicionais (os sindicatos – e também, de um ponto de vista leninista, os par-

tidos de tipo bolchevique). Falamos dos movimentos animados por trabalhadores informais, “hiperprecários”, tradicional e chamados, pejorativamente, de “lumpemproletários” pelos marxistas (SOUZA, 2008, p. 130-132, nota 38 e 2009, p. 27-28, 46-47, nota 1), dos desempregados crônicos, como os *piqueteros* argentinos, os sem-teto brasileiros; ou, ainda, dos camponeses e/ou indígenas (e não seja esquecido o usual menoscabo votado pelo pensamento marxiano e marxista ao campesinato, a despeito de certas concessões tardias de Marx e dos malabarismos de certos teóricos e estrategistas), dos sem-terra brasileiros aos zapatistas mexicanos. Há, nesses novos movimentos emancipatórios latino-americanos, uma nova *práxis* e toda uma nova valorização de práticas espaciais insurgentes. A despeito da presença de alguns nítidos elementos discursivos e organizacionais marxistas nas organizações de alguns desses movimentos (por exemplo, no que se refere aos sem-terra, no MST) – o que mostra que vários deles são, no fundo, um tanto híbridos –, isso não elimina o fato de que há esforços conscientes, em não poucos casos, para se superar o autoritarismo e a “verticalidade” (ou seja, o leninismo e mesmo o marxismo, em um sentido profundo).

Novos movimentos sociais têm emergido desde os anos de 1990, e a crise do marxismo tem levado a uma situação embaraçosa: ou os marxistas se isolam em si mesmos (por exemplo, criticando e rejeitando tudo o que não se adequar aos seus padrões, como têm feito alguns espécimes remanescentes de um trotskismo fossilizado), ou eles tentam adaptar-se, da maneira que podem, à nova situação – às vezes adotando um discurso reformista (e, com isso, justiça seja feita, tornando-se cada vez mais distantes do próprio Marx), às vezes adotando elementos do repertório libertário (como Henri Lefebvre e outros já haviam tentado nos anos 60, a propósito da ideia de autogestão). É compreensível. Eles tentam sobreviver, na academia e no mundo da militância. Jamais admitirão, mas sua situação é desesperadora. É suficiente ler o importante e admiravelmente bem escrito livro que é *The End of Utopia*, de Russell Jacoby (2000), para perceber a profunda melancolia que governa os corações e mentes marxistas, muito especialmente no Hemisfério Norte. Na América Latina, uma base social bem diferente ainda provê alimento para umas tantas ilusões e umas tantas deformações, muito embora também seja esse continente, o palco dos melhores contraexemplos e desafios lançados ao pensamento e às práticas marxistas. Recentemente criaram, até mesmo, um oxímoro: “marxismo autô-

nomo” (“*autonomous marxism*”), designando com isso os enfoques cultivados por autores como John Holloway e Antonio (“Toni”) Negri. Isso para não falar de uma expressão talvez ainda mais problemática e ardilosa, “marxismo libertário”.<sup>2</sup>

Não deve haver dúvida de que um diálogo construtivo com o marxismo heterodoxo e não leninista remanescente é intelectual e politicamente defensável. Não obstante, as particularidades e a originalidade libertárias necessitam ser sublinhadas e reconhecidas. No que tange à pesquisa sócio-espacial, aí incluído o campo disciplinar chamado de Geografia, reclamar esse reconhecimento é a tarefa específica deste texto introdutório, no qual as temáticas da

---

<sup>2</sup> Holloway obteve um considerável sucesso de público, no início da década passada, com a tese do “mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2005); “esqueceu-se”, porém, de reconhecer que essa fórmula nada tem de original, tendo sido esse precisamente o espírito representado e defendido pioneiramente pelos anarquistas clássicos desde meados do século XIX. Tentar apropriar-se desse espírito, como se ele se coadunasse perfeitamente com a índole secularmente estadocêntrica do marxismo, sem dar o devido crédito ao pensamento libertário, não é outra coisa que uma contrafação. E uma contrafação, ainda por cima, desatualizada, uma vez que Holloway nem sequer avança verdadeiramente para além da visão demasiado simplificada dos anarquistas clássicos a propósito da ideia de “poder”, simplificação essa que já mereceu ressalvas contundentes e convincentes por parte de libertários da segunda metade do século XX, como o neoanarquista Murray Bookchin e, principalmente, o autonomista Cornelius Castoriadis. Antonio Negri, de sua parte, possui um nível intelectual superior ao de Holloway; contudo, sua obra mais densa e relevante, “O poder constituinte” (NEGRI, 2002), reverbera, sem explicitar o diálogo, as ideias anteriormente lançadas por Castoriadis a propósito da sociedade instituinte, do imaginário instituinte e do poder instituinte (consultem-se, entre outros trabalhos, Castoriadis [1975 e 1983]; ver, também, Castoriadis [1990b]), de modo que não seria talvez exagero postular que, mesmo no caso de Negri, conhecedor da obra de Castoriadis, uma certa dimensão de ludíbrio não está de todo ausente. Por fim, sobre a expressão “marxismo libertário”, é preciso registrar que aquele que aparentemente a lançou foi, curiosamente, um anarquista: Daniel Guérin. Em fins dos anos 60 e início dos anos 70, Guérin insistiu, em diversas ocasiões, sobre a necessidade de aproximar marxistas e anarquistas, cujos rivalidade e ódio recíproco ele atribuiu – de maneira pontualmente correta, mas em última instância ligeiramente ingênua – a “mal-entendidos” (ver, por exemplo, o ensaio “*Anarchisme et marxisme*”, contido em Guérin [2009]). Ao clamar por entendimento e união, e mesmo por um “marxismo libertário”, ele conseguiu não entusiasmar nenhum dos dois lados da contenda. Certamente algumas divergências que foram sendo exageradas ao longo do tempo surgiram, de modo em parte evitável, por causa de confrontos políticos conjunturais e até ressentimentos pessoais, como os atritos de Marx com Proudhon e Bakunin bem o demonstram. Nesse sentido, um certo nível de diálogo pode ser muito saudável e, nos dias de hoje, necessário e mesmo inevitável – sendo que a tradição do “conselhismo”, representada pelo holandês Anton Pannekoek e pelo alemão Karl Korsch e historicamente marginalizada dentro do próprio marxismo, devido ao seu antileninismo e suas críticas aos partidos, pode ser uma das pontes entre as duas grandes tradições revolucionárias. Isso, porém, não nos autoriza a ver Pannekoek ou Korsch (ou Rosa Luxemburgo) como propriamente “libertários”, e muito menos a estender esse qualificativo, atrevidamente, a toda sorte de confucionismos contemporâneos.

cidade, da urbanização e dos movimentos urbanos são, a exemplo dos demais trabalhos deste número da revista *Cidades*, destacadas.

## **GEOGRAFIA(S) LIBERTÁRIA(S): UMA LINHAGEM MARGINAL E SUA RELEVÂNCIA E ATUALIDADE PARA OS ESTUDOS URBANOS**

### **A Geografia crítica (ou, na prática, marxista) e a marginalização do pensamento libertário**

A “virada radical” (“*radical turn*”) experimentada pela Geografia nos anos 70, primeiro nos Estados Unidos (marcos importantes são a fundação da revista *Antipode*, em 1969, e a publicação de *Social Justice and the City*, de David Harvey, em 1973) e na França (onde o marco mais relevante foi o aparecimento de *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*, de Yves Lacoste, em 1976) foi, a rigor, uma virada marxista. Muitíssimo pouca atenção foi devotada ao pensamento libertário durante essas quatro décadas desde a eclosão da onda de “renovação crítica” da Geografia.

Nos anos 70, no que diz respeito ao mundo anglófono, tirando um número de *Antipode* (em 1974) com um texto escrito pelo geógrafo marxista Richard Peet (no qual se prestava tributo ao geógrafo e anarquista Piotr Kropotkin) e um texto de uma jovem geógrafa, Myrna M. Breitbart (sobre anarquismo), a outra única grande e notável exceção é representada por outro número da mesma revista (do ano de 1978), editado também por Myrna M. Breitbart, número esse contendo vários textos escritos por anarquistas (por exemplo, o clássico “O que a Geografia deve ser”, de Kropotkin) e sobre os anarquistas e a *práxis* anarquista. Apesar disso, *Antipode* permaneceu sendo um periódico predominantemente (na verdade, quase exclusivamente) marxista, e assim também foi (ou, em geral, foi ainda muito pior) com as demais revistas críticas das décadas de 70 e 80, nas quais o pensamento libertário, fosse ele anarquista clássico, neoanarquista ou autonomista, assumia o espaço de uma exótica nota de rodapé – isso na melhor das hipóteses, uma vez que ele estava virtualmente ausente quase todo o tempo. Em regra, nem mesmo se polemizava com ele.

Na França, Yves Lacoste (um geógrafo influenciado pelo marxismo) e Béatrice Giblin (aparentemente mais simpática, de maneira orgânica, às posições libertárias, conquanto seja difícil decidir até que ponto poderia ser tida como uma intelectual libertária em sentido forte) dedicaram vários trabalhos à vida

e à obra de Élisée Reclus, sobretudo Giblin (vide LACOSTE, 1981; GIBLIN, 1976, 1981a, 1981b e 1982). Todavia, aqui nos defrontamos, exemplarmente (mas o mesmo pode ser dito, por exemplo, da atenção dispensada por Richard Peet ao assunto), com um outro problema: em quase todas as vezes em que marxistas (ou, em todo o caso, não libertários) deram atenção às ideias de libertários como Reclus e Kropotkin, o tratamento poderia ser descrito como “museológico”. Ou seja: há um tom de homenagem e de simpatia, ou mesmo de reverência, tratando os libertários do passado – aliás, as ideias libertárias são invariavelmente tratadas, implicitamente, na sua essência política, como pertencentes a um remoto passado... –, como quem se refere a um ancestral de priscas eras que fez algumas coisas muito louváveis e se sacrificou por uma nobre causa. Porém, Marx e Engels eram discutidos pelos *radical geographers*, tendo em mente a sua importância contemporânea (tanto intelectual/teórica quanto política/estratégica), como facilmente mostra a leitura de Harvey, Quaini e tantos outros; ao passo que Kropotkin e Reclus eram, mais ou menos implicitamente, vistos como ícones do passado – isto é, personagens para serem admirados (na medida em que eram os melhores exemplares de uma Geografia clássica antiburguesa<sup>3</sup>), mas não para serem levados muito a sério, nem teórica nem politicamente. Suas ideias eram, por isso, celebradas mais como “peças de museu” (ou como “corpos embalsamados” em um “mausoléu”) que como “armas” de um “arsenal”... Harvey, por exemplo, exumou o jovem Engels de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (em especial o do capítulo “As grandes cidades”) em sua discussão sobre a segregação residencial nas cidades estadunidenses de seu tempo, refletindo de modo brilhante sobre a formação do gueto (cf. HARVEY, 1980, p. 103 e segs.); em contraste, as magistrais páginas de Reclus sobre as grandes cidades, em boa medida disponíveis também em inglês (porque publicadas em inglês por seu autor, em um ensaio de 1895, “*The evolution of cities*”<sup>4</sup>), permaneceram esquecidas ou quase esquecidas, tanto na Geografia crítica de língua inglesa, quanto mesmo na de língua francesa.

---

<sup>3</sup> Não houve, entre os geógrafos clássicos marxistas, ninguém da estatura intelectual ou da notoriedade política de um Reclus ou de um Kropotkin. É de se perguntar: teriam sido eles reverenciados pelos marxistas do último quartel do século XX, caso tivessem tais geógrafos clássicos marxistas “emblemáticos” existido?

<sup>4</sup> Reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*.

Muito sintomaticamente, em um texto recente sobre os problemas urbanos engendrados pelo capitalismo contemporâneo, em particular sob o efeito da presente “crise mais-que-financeira”, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer salientaram que “[i]gualmente importante é a questão de como a crise tem provocado ou restringido visões alternativas da vida urbana que vão além do capitalismo como princípio estruturador da organização político-econômica e espacial”<sup>5</sup> (BRENNER *et al.*, 2009, p. 176). Contudo, em que medida estamos interessados, no campo *soi-disant* crítico, em discutir alternativas simultaneamente para o capitalismo e para o “socialismo” burocrático? Esses três autores marxistas nos convidam a dar atenção ao fato de que “lições tanto negativas quanto positivas podem ser extraídas da experiência das cidades sob o socialismo real, em que o planejamento estatal de cima para baixo e centralizado substituiu a mercantilização como o princípio estruturador da organização sócio-espacial”<sup>6</sup> (BRENNER *et al.*, 2009, p. 177). Entretanto, não fica de todo claro até que ponto os referidos autores – e muitos outros – estão politicamente preparados para tirar algumas dolorosas lições do passado. Tais lições estão frequentemente relacionadas a problemas que, em parte, residem nas fundações mesmas do contexto político-filosófico (materialismo histórico, socialismo marxiano) que tem sido a variante largamente hegemônica da “teoria urbana crítica” desde os anos 70, e da “teoria crítica” em geral, há muitas décadas. Em que pese todas as diferenças entre autores tão diversos como o Henri Lefebvre dos anos 60 em diante, o Manuel Castells de *La question urbaine* e David Harvey, todos eles (assim como a maior parte dos outros *radical geographers*, sociólogos críticos, “*urban political economists*” etc.) partilharam e partilham algum tipo de marxismo (mais ou menos “heterodoxo”) como uma base praticamente autoevidente de pensamento radical.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> No original: “[e]qually important is the question of how this crisis has provoked or constrained alternative visions of urban life that point beyond capitalism as a structuring principle of political-economic and spatial organization”.

<sup>6</sup> No original: “both negative and positive lessons can also be drawn from the experience of cities under really existing socialism, in which top-down, centralized state planning replaced commodification as the structuring principle of socio-spatial organization”.

<sup>7</sup> Em seu artigo “*What is critical urban theory?*” (BRENNER, 2009), Neil Brenner desenvolve um raciocínio coerente, uma vez que ele apresenta as raízes da “*critical urban theory*” (pensamento marxiano) de um modo bastante claro – e nesse contexto ele sublinha o fato de que pesquisadores urbanos críticos usualmente têm dado pouca atenção aos intelectuais que cunharam a própria expressão *kritische Theorie* (teoria crítica), ou seja, os pensadores da Escola de Frankfurt (vide

É em tudo e por tudo sintomático que, no já mencionado texto, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer tenham escrito, a propósito das contribuições de Henri Lefebvre sobre o tema da autogestão, o seguinte: “o próprio Lefebvre (2009 [1966]) se viu às voltas com um problema análogo nos anos 60 e 70, quando o conceito eurocomunista de *autogestion* – literalmente, ‘autogestão’ [*self-management*], mas talvez melhor traduzido como ‘democracia de base’ – estava sendo cada vez mais apropriado de maneira indevida por vários interesses para legitimar novas formas de planejamento burocrático estatal”<sup>8</sup> (BRENNER *et al.*, 2009, p. 180).

É fundamental registrar, antes de tudo, a distorção que reside em caracterizar a autogestão como um “conceito eurocomunista” (“*Eurocommunist concept*”), quando, na verdade, se trata de uma tradicional ideia-chave do pensamento libertário,<sup>9</sup> a qual foi, isso sim, deformada na antiga Iugoslávia do marechal Josip Broz Tito (sendo *samoupravlje* a palavra servo-croata para autogestão, termo popularizado desde então com base no francês *autogestion*), e a partir daí, em certa medida e por algum tempo, usurpada por alguns partidos comunistas na Europa. Quanto ao próprio Lefebvre, é preciso que se diga que, decerto, era (ou se tornou) um marxista heterodoxo em vários sentidos,<sup>10</sup> o que é também exemplificado pelo fato de ele cultivar a *autogestion* como um con-

---

pág. 204). Porém, não seria uma questão de justiça reconhecer que o pensamento e a teoria críticos, em um sentido amplo, vão muito além da Escola de Frankfurt e do próprio marxismo? Como designariam marxistas contemporâneos intelectuais radicais e não marxistas como Piotr Kropotkin, Cornelius Castoriadis, Murray Bookchin, Noam Chomsky e outros tantos, se não como críticos?... Mais especificamente, no que concerne à teoria *urbana* crítica, é justificável simplesmente ignorar obras como os livros de Murray Bookchin sobre cidades e cidadania (BOOKCHIN, 1974 e 1992), ou o brilhante ensaio de Elisée Reclus “*The evolution of cities*” (RECLUS, 1895), para não mencionar as discussões sobre cidades e problemas urbanos contidas em *L’Homme et la Terre* (RECLUS, 1905-1908, Tomo V, Capítulo II), como tem sido geralmente o caso? Quanto a essas contribuições, voltarei a elas mais adiante, no corpo do texto.

<sup>8</sup> No original: “Lefebvre (2009 [1966]) himself grappled with an analogous problem in the 1960s and 1970s, when the Eurocommunist concept of *autogestion* – literally, ‘self-management’, but perhaps best translated as ‘grassroots democracy’ – was being pervasively misappropriated by various interests to legitimate new forms of state bureaucratic planning”.

<sup>9</sup> E isso desde o anarquismo clássico, prosseguindo com o neoanarquismo e o autonomismo a partir da segunda metade do século XX. Não importa, aliás, que o termo só se tenha disseminado nos anos 60: desde os anarquistas do século XIX a ideia já estava lá.

<sup>10</sup> Heterodoxo em matéria de teoria, sim, mas que só se afastou do cripto-stalinista Partido Comunista Francês muito tardiamente (e compulsoriamente), após ser suspenso do PCF em 1958 (Lefebvre nasceu, recorde-se, em 1901).

ceito político crucial,<sup>11</sup> ao mesmo tempo endereçando algumas críticas pertinentes ao risco de cooptação ideológica da ideia. Não obstante isso, ele, ao que tudo indica, não demonstrou interesse em pagar um tributo adequado ao complexo e radical debate sobre autogestão dos trabalhadores (ou *gestion ouvrière*), conduzido desde os anos 50 por membros do grupo *Socialisme ou Barbarie*, na França – isso para não mencionar as antigas raízes anarquistas dessa concepção política.<sup>12</sup> Também é um pouco desapontador que, conquanto tenha clamado por *autogestion généralisée* (e simultaneamente criticado “*l’expérience de la planification autoritaire et centralisée*” do “socialismo” burocrático [LEFEBVRE, 1998, p. 77]), e apesar de demonstrar reservas em relação à experiência iugoslava (às vezes de modo apenas implícito [LEFEBVRE, 2009, p. 147-148]), ele, no entanto, insistiu em usar o termo *autogestion* para descrever aquela experiência. Ora, não era a Iugoslávia de Tito, afinal de contas, similar aos países pró-União Soviética do “socialismo” burocrático, a despeito de um pouco mais de centralização e um pouco mais de “participação”?

Então, como seria possível, para nós, como defendem Brenner, Marcuse e Mayer, “promover formas de vida urbana alternativas, radicalmente democráticas, socialmente justas e sustentáveis”<sup>13</sup> (BRENNER *et al.*, 2009, p. 177)? Sobre quais fundamentos político-filosóficos e éticos isso iria se dar? A abordagem “liberal-reformista” (“*liberal-reformist*”) foi justa e claramente descartada por Brenner, Marcuse e Mayer como insuficiente e ideológica. Entretanto, embora eles formalmente reconheçam que o ambiente radical/crítico não é homogêneo, parece que alguns aspectos cruciais dessa heterogeneidade foram superestimados, como se não houvesse, simultaneamente, vida inteligente e pensamento crítico fora do marxismo.

<sup>11</sup> Vide, por exemplo, o ensaio publicado em 1966, no qual ele lida com os problemas teóricos da autogestão (LEFEBVRE, 2009), ou o seu livro *L’irruption: de Nanterre au sommet*, escrito após os eventos de maio de 1968 e republicado trinta anos depois (LEFEBVRE, 1998).

<sup>12</sup> Lefebvre reduz a contribuição libertária a esse debate ao pensamento de Proudhon, o qual, como ele corretamente sublinha, não estava livre de ambiguidades e ambivalências (LEFEBVRE, 2009, p. 142-143). As fraquezas e contradições de Proudhon, de toda maneira, não justificam nenhum desdém pelo conjunto da obra do pensador francês. Aliás, um dos que melhor demonstraram isso foi, interessantemente, alguém muito próximo do pensamento marxista, o sociólogo Georges Gurvitch, em suas lições reunidas no livro *Proudhon e Marx* (GURVITCH, 1980). Profundo e honesto, nesse livro podemos encontrar objeções diretas e indiretas a muitas das injustiças cometidas contra Proudhon por parte dos marxistas.

<sup>13</sup> No original: “promote alternative, radically democratic, socially just and sustainable forms of urbanism”.

Além do mais, o fato é que há, no marxismo, uma tradicional escassez de senso crítico relativamente às tecnologias e à espacialidade capitalistas (urbanização incluída). Os marxistas sempre tiveram dificuldade em se desvencilhar da pressuposição de Marx, de acordo com a qual o socialismo precisaria estar baseado nas forças produtivas materialmente adiantadas herdadas do capitalismo, a fim de se evitar a mera “socialização da miséria” (ou seja, como se as tecnologias herdadas do capitalismo fossem, para além de sociopoliticamente neutras, o que já seria um despropósito, verdadeiramente positivas em si mesmas). Na realidade, desse ponto de vista, o socialismo basicamente consistiria em prover um novo contexto em matéria de relações de produção (e sociais em geral) para essas tecnologias – uma problemática premissa que foi transformada em uma caricatura no âmbito do “socialismo burocrático”.<sup>14</sup> Mesmo intelectuais marxistas (muito mais sofisticados que as suas contrapartes militantes, ainda que ao custo de se manterem amiúde demasiado distantes das lutas sociais reais) usualmente tiveram dificuldade em criticar as grandes cidades de um modo mais profundo, ainda que eles, evidentemente, tenham criticado os padrões e lógicas capitalistas explícitos de urbanização (da segregação sócio-espacial à mercantilização generalizada do espaço e à gentrificação). Esse problema é similar à sua posição no que concerne ao aparelho de Estado: eles consideram criticamente o Estado capitalista (às vezes de uma forma rudimentar, como Lenin, às vezes de um modo sofisticado e interessante, como Poulantzas), mas quase sempre (com exceção de correntes muito minoritárias e quase “exóticas”, como os “conselhistas” no estilo de Anton Pannekoek) têm uma imensa dificuldade em criticar o aparelho de Estado em si e em se despedir da ideia de um “Estado socialista” como um momento transicional entre o capitalismo e o “comunismo”. Não é de admirar, portanto, que o marxismo, na melhor das hipóteses, tenha sempre tido dificuldade em valorizar consistentemente a auto-gestão e, mais amplamente, as formas “horizontais” de organização.

É nesta altura que se deve ressaltar a importância de voltar a atenção para o legado do pensamento e da *práxis* libertários, inclusive ou em particular no que se refere à sua “geograficidade”. No presente número temático da revista Cidades, todos os autores são geógrafos de formação. Porém, deve ficar claro que isto, embora não seja uma simples coincidência ou um mero acaso em se

<sup>14</sup> Vide p.ex. Castoriadis (1985).

tratando de questões referentes à espacialidade e à produção social do espaço, tampouco deve dar margem a qualquer sentimento corporativista que corrobore a divisão acadêmica do trabalho em vigor, disciplinar e positivista. Um olhar genuinamente libertário precisa decididamente desafiar e transgredir as fronteiras disciplinares – lembrando, para começar, que Reclus e Kropotkin, a despeito de seu treinamento como geógrafos (que em ambos os casos não foi, de um ponto de vista formal, propriamente convencional ou completo) e de sua paixão pela Geografia como um saber de grande valia científica e político-pedagógica, estavam a anos-luz de qualquer corporativismo disciplinar estreito. A nós devem interessar, com efeito, não somente as contribuições geradas nos marcos da Geografia universitária, mas também aquelas reflexões sócio-espaciais produzidas por quem, como Murray Bookchin, nem sequer manteve vínculos como essa Geografia, mas nem por isso deixou de cultivar uma certa “Geografia”, entre as muitas “Geografias” cultivadas por todos aqueles que se dedicam à pesquisa e à geração de conhecimento sobre o espaço social. Todavia, além disso, e acima de tudo, a nós devem interessar as “geografias”, isto é, as espacialidades criadas pela e através da práxis dos homens e mulheres concretos. Pois bem: que sugestões podem então ser dadas aqui, no tocante ao resgate dessa linhagem marginal e marginalizada do pensamento e da ação, que é a linhagem libertária?

Para começar, Reclus e Kropotkin precisam ser tratados como muito mais que meras “peças de museu” (ou de um “mausoléu do pensamento crítico”)! Não se trata, é certo, de “ressuscitá-los” ou de reverenciá-los acriticamente, como se autores do século XIX pudessem nos fornecer, diretamente, todas as respostas para os problemas contemporâneos. É indubitável, por exemplo, que ambos, como homens intelectualmente formados no século XIX (ainda que Reclus tivesse morrido em 1905 e Kropotkin somente em 1921), incorporaram muitas convicções que, hoje em dia, e já há bastante tempo, são bastante questionadas pelo pensamento crítico, como a crença teleológica no “progresso” da humanidade ou na superioridade irrestrita da ciência moderna. No entanto, a ignorância com relação a alguns dos aspectos mais interessantes de seu pensamento (e o desinteresse dos marxistas, ontem como hoje, em recuperá-los de modo apropriado, levando isso às últimas consequências, para alimentar uma *práxis*) é algo lastimável, e que teve consequências negativas, tanto intelectuais quanto práticas.

E não se trata apenas de Reclus e Kropotkin. Murray Bookchin, o grande libertário estadunidense da segunda metade do século XX, quase não foi lido, muito menos discutido! No entanto, a densidade de sua reflexão sobre o espaço não é menor que aquela contida na obra de Lefebvre. E, por último, mas não com menor ênfase, cabe destacar as “Geografias” e as “geografias” libertárias propostas e implementadas fora do eixo Europa-EUA, nem sempre valorizadas adequadamente (isso quando são enxergadas) pelos intelectuais e ativistas que vivem e atuam no assim chamado “Norte (global)”.<sup>15</sup>

### **A linhagem libertária, a “geograficidade” e o urbano (1): de Reclus e Kropotkin a Bookchin**

No atual contexto, à diferença dos anos 70 e 80, autores libertários têm sido (re)descobertos. Não mais (ou não necessariamente) “museologicamente”, como “achados arqueológicos” destinados a alguma exposição em algum cantinho do “museu do pensamento crítico”, mas sim como “armas”, cuja letalidade, mesmo no caso de autores do século XIX e início do XX como Reclus e Kropotkin, ainda não se perdeu por completo.

*Élisée Reclus* (1830-1905), bastante reconhecido como um influente pensador e ativista anarquista (ainda que não tão influente no domínio do anarquismo clássico como, digamos, Proudhon, Bakunin ou Kropotkin), foi, por um longo tempo, desprezado por geógrafos acadêmicos por causa de suas ideias políticas e de seu engajamento. Mantido a uma distância segura por parte das universidades francesas durante a sua vida inteira, seu nome foi ou completamente ignorado ou tratado mais ou menos como um tabu no contexto da Geografia acadêmica durante a maior parte do século XX.<sup>16</sup> É bem verdade que ele tem sido “reabilitado” e mesmo elogiado em ambientes acadêmicos desde

---

<sup>15</sup> Há, neste artigo, uma ausência que precisa ser justificada. Cornelius Castoriadis (1922-1997) foi, a meu juízo, o mais original e profundo renovador do pensamento libertário na segunda metade do século passado – não obstante ele, de modo excessivamente generalizante e, por isso, um pouco injusto, criticar e mesmo menosprezar o anarquismo clássico; entretanto, como ressalté em Souza (2006a, p. 79-82), Castoriadis, no nível da reflexão filosófica mais abstrata, e mais especificamente no que tange aos planos ontológico e epistemológico, nitidamente secundarizou o espaço em favor do tempo (cf. p.ex. CASTORIADIS, 1975, p. 268-269), ainda que tenha sabido valorizar o espaço social empiricamente, aqui e ali, em alguns de seus escritos político-programáticos. Tampouco deu ele qualquer atenção particular a assuntos ou problemas urbanos. Por isso, ainda que seu nome seja mencionado diversas vezes neste texto, não poderia, a rigor, estar no mesmo rol que os de Reclus, Kropotkin e Bookchin, para efeito da presente discussão.

<sup>16</sup> Vide Sarrazin (1985); Fleming (1988); Chardak (1997).

os anos 70 (mais precisamente, desde a “virada radical” da Geografia), em especial na França. Pelo menos, o nada negligenciável número de livros e artigos dedicados a ele nos dá essa impressão. Mas a realidade é um pouco diferente sob a superfície.

À primeira vista, a situação mudou muitíssimo desde a supramencionada “virada radical”. No entanto, ela foi, basicamente, uma “virada marxista”, e, em contraste com Marx e Engels, cujas ideias foram não apenas “descobertas”, mas também intensa e extensivamente usadas, Reclus (e Kropotkin) tem sido mais ou menos tratado como um herói intelectual do passado, mas suas contribuições têm sido raramente exploradas em profundidade.

No que concerne a colegas de Reclus, tais como Paul Vidal de la Blache, é claro que eles trataram suas ideias com menoscabo; sobretudo por causa de sua radicalidade política, mas também por outras razões (similarmente elitistas e conservadoras): 1) Reclus jamais obteve um diploma acadêmico, conquanto tenha frequentado um curso de Carl Ritter em Berlim; 2) além disso, ele deliberadamente preferia escrever para uma ampla audiência, em vez de escrever apenas para especialistas – e precisamente suas obras, escritas em uma prosa magnífica e não raro apaixonada, voltada sobretudo para cativar, informar e instruir os leigos (se bem que vários de seus trabalhos possuíam uma densidade, uma profundidade e uma originalidade tais que, sem dúvida, podiam e podem ser apreciados também por estudiosos e pesquisadores), o tornaram suspeito, aos olhos de muitos *scholars*, de não ser “científico” (ou “profundo”, “respeitável” etc.) o suficiente. (Curiosamente, parece que mesmo entre acadêmicos de esquerda ainda há algumas reservas para com Reclus, pela mesma razão...) Creio que a profundidade e a originalidade das contribuições de Reclus – particularmente evidentes no caso de *L'Homme et la Terre*<sup>17</sup> (RECLUS, 1905-1908), assim como em alguns ensaios<sup>18</sup> – continuam a ser subestimadas, em parte por estarem um pouco “escondidas” pelo estilo de “divulgação científica” da maior parte de sua extensíssima obra,<sup>19</sup> e parcialmente porque alguns

<sup>17</sup> Reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*. O endereço específico varia de acordo com o tomo.

<sup>18</sup> Destacadamente, “*De l'action humaine sur la géographie physique – L'Homme et la Nature*” (RECLUS, 1964), “*Du sentiment de la Nature dans les sociétés modernes*” (RECLUS, 1866) e “*The evolution of cities*” (RECLUS, 1895), dentre outros.

<sup>19</sup> O principal exemplo são os dezenove volumes da “*Nouvelle Géographie Universelle*” (RECLUS, 1876-1894), vendidos, à época de sua primeira publicação, em fascículos.

de seus altamente interessantes e profundos *insights* teóricos (ou potencialmente úteis para finalidades de teorização) se acham ilhados em meio a um imenso oceano de detalhes empíricos (às vezes, talvez, “excessivos”, ao menos para o gosto de nossa época), o que acarreta a desvantagem de desviar a nossa atenção dos *insights* teóricos e de suas implicações.

Em todo o caso, enquanto as reflexões de Reclus sobre as relações sociedade  $\Leftrightarrow$  natureza têm sido com frequência citadas e mesmo elogiadas (mas mesmo então não necessariamente tornadas mais diretamente úteis e recontextualizadas para propósitos teóricos e prático-políticos contemporâneos), suas contribuições para a análise de problemas urbanos e da urbanização quase nunca têm sido mencionadas. Elas são, em geral, ou ignoradas ou, pelo menos, claramente subestimadas. Seu nome está ausente dos manuais e livros que tratam da história da Geografia Urbana. Esse problema se relaciona, em parte, com o inegável fato de que uma grande parcela de suas contribuições nesse domínio foi realizada quando ele já se encontrava em uma idade avançada, estando inseridas em sua titânica obra póstuma *L’Homme et la Terre* (em especial no Tomo V, Capítulo II), a qual lida com muitos assuntos diferentes ao mesmo tempo e contém uma colossal quantidade de detalhes empíricos sobre povos, países, pormenores físico-geográficos etc. Ademais, tendo sido essa obra originalmente publicada em francês, isso fez com que os geógrafos e sociólogos urbanos anglo-saxônicos que iniciaram sua trajetória no ambiente crítico que despontava no finalzinho dos anos 60 e início dos 70 tivessem tido pouquíssimo acesso a ela, já pela barreira da língua (como é proverbialmente conhecido, os britânicos e estadunidenses são, geralmente, monoglotas, inclusive muitíssimos acadêmicos).

Entretanto, a barreira da língua não deixa de ser, no caso dos anglo-saxônicos, uma desculpa de validade muito relativa. Afinal, Reclus publicou, em 1895, um longo ensaio em inglês (“*The evolution of cities*” – que foi precisamente a base de sua contribuição ao assunto contida em *L’Homme et la Terre*), e é desapontador que os geógrafos anglófonos (e, tanto quanto eu saiba, também os francófonos, para não falar dos demais) não tenham explorado esse relevante trabalho até o presente momento, da maneira devida.<sup>20</sup> Esse ensaio contém já

<sup>20</sup> Não acidentalmente, até mesmo Philippe Pelletier, um dos raros a valorizarem a contribuição de Reclus para a Geografia Urbana, chamou a atenção, em um artigo sobre essa contribuição, para algumas das inovações e antecipações contidas na obra reclusiana, incluída aí uma certa

uma série de aspectos notáveis, os quais, considerados em conjunto, garantem para Reclus o lugar de mais destacado pioneiro de uma Geografia Urbana crítica.

É impressionante, por exemplo, como ele antecipou em várias décadas alguns dos aspectos distintivos da “Teoria das Localidades Centrais”, de Walter Christaller:

Se por acaso a Terra fosse inteiramente uniforme em seu relevo, no que se refere à qualidade do solo e no que concerne às condições do clima, as cidades ocupariam, por assim dizer, uma posição geométrica: a atração mútua, o instinto de sociedade e a facilidade das trocas lhes fariam nascer a distâncias iguais umas das outras. Considerando uma região plana, sem obstáculos naturais, sem rio, sem porto, situada de uma maneira particularmente favorável, e não dividida em Estados políticos distintos, a maior cidade se localizaria diretamente no centro da região [*pays*]; as cidades secundárias se repartiriam em intervalos iguais sobre o perímetro, espaçadas ritmicamente, e cada uma delas teria seu sistema planetário de cidades inferiores, possuindo seu cortejo de aldeias.<sup>21</sup> (RECLUS, 1905-1908, Tomo V, p. 341).

Reclus não se debruçou sobre as cidades e a urbanização apenas em “*The evolution of cities*” e, depois, e refinando a contribuição contida nesse ensaio,

---

antecipação da Teoria das Localidades Centrais, mas citou somente *L’Homme et la Terre* (cf. PELLETIER, 2010). Aparentemente, ele ignorava que, no que concerne às cidades e à urbanização, o conteúdo da obra-prima de Reclus já havia sido basicamente exposto no ensaio “*The evolution of cities*”, publicado uma década antes. Em texto posterior ele corrige essa falha, mencionando o ensaio de 1895 – ocasião, aliás, em que ele procede a uma autocrítica por ter subestimado, em trabalho anterior, o real alcance das contribuições de Reclus para os estudos urbanos: “[m]inha frase, ‘Élisée Reclus escreveu relativamente pouco sobre a cidade e o fenômeno urbano em geral’, é ambígua e mal formulada” (cf. PELLETIER, 2011, p. 119, nota 6). Uma outra autocrítica se faz, entretanto, necessária, uma vez que, logo em seguida, ele escreve que “[c]omo sabemos, Élisée Reclus, a exemplo dos geógrafos de seu tempo, por sinal, não gosta de teorizar.” (cf. PELLETIER, 2011, p. 119, nota 6) Ora, essa observação é imprecisa, e beira mesmo a injustiça. É lógico que Reclus, em última análise um homem de sua época, ainda que tantas vezes e em muitas coisas à frente de seu tempo, praticava uma Geografia sem grande tino ou apetite teórico, em que *insights* e análises de grande valor teórico como que ficam soterradas por um volume muito maior de descrições e comentários que não possuem claramente esse atributo. Sem embargo, comparar Reclus, sem mais cuidados, aos geógrafos de sua época, e dizer, sem maiores sutilezas, que ele “não gosta de teorizar”, definitivamente não lhe faz a devida justiça.

<sup>21</sup> No original: “Si la Terre était complètement uniforme dans son relief, dans la qualité du sol et les conditions du climat, les villes occuperaient une position géométrique pour ainsi dire: l’attraction mutuelle, l’instinct de société, la facilité des échanges les auraient fait naître à des distances égales les unes des autres. Étant donné une région plane, sans obstacles naturels, sans fleuve, sans port, située d’une manière particulièrement favorable, et non divisée en États politiques distincts, la plus grande cité se fût élevée directement au centre du pays; les villes secondaires se seraient réparties à des intervalles égaux sur le pourtour, espacées rythmiquement, et chacune d’elles aurait eu son système planétaire de villes inférieures, ayant leur cortège de villages.”

em *L'Homme et la Terre*, sua obra-prima. Ao longo dos dezenove volumes da *Nouvelle Géographie Universelle*, publicados entre 1876 e 1894<sup>22</sup>, encontram-se numerosas descrições de cidades individuais – algumas a ocupar várias páginas, como aquela de Paris, no segundo volume, e outras mais expeditas, a depender da importância da cidade em questão –, além de comentários sobre processos de urbanização aqui e ali. Interessantemente, não é nada fácil achar, em meio a essas milhares de páginas, nos momentos em que o autor apresenta e descreve cidades e sítios urbanos, referências aos problemas urbanos e suas causas de um tal modo que permitam reconhecer o anarquista por trás do cientista. A razão disso é que, nessa imensa obra escrita para o grande público, Reclus impôs-se uma espécie de autocensura, pois seu editor havia deixado claro estar “contratando o geógrafo, não o anarquista”. É bem verdade que seria muito injusto supor que a *Nouvelle Géographie Universelle* seja um simples e enfadonho catálogo de fatos localizados: a prosa escorreita e magnífica, as soberbas ilustrações e os bons mapas, as observações perspicazes e sensíveis (às vezes revelando uns tantos preconceitos, comuns à época) – tudo isso torna a leitura deliciosa, instrutiva e edificante. Sem embargo, é fato que no tocante à discussão de problemas como segregação e desigualdades sociais no espaço urbano, não é ali que se pode saciar a sede. Em contrapartida, em *L'Homme et la Terre* há, no capítulo “Repartição dos homens”, do Tomo V, um manacial de análises embebidas em espírito crítico, complementadas por ricas e eloquentes ilustrações, como aquelas que retratam os *slums* e a pobreza em cidades da Grã-Bretanha. Esse assunto será retomado na seção 3 deste artigo.

Quanto a *Piotr Kropotkin* (1842-1921), ele compartilhava, no essencial, o tipo de abordagem da relação sociedade  $\Leftrightarrow$  natureza desenvolvida por Élisée Reclus, muito embora tenha sido um autor muito menos prolífico. Ao contrário de Reclus, que embora tenha escrito muito extensamente sobre Geografia, publicou poucos trabalhos sobre a teoria ou a doutrina anarquista (se bem que aquilo que chegou a publicar seja de alto nível), Kropotkin publicou muito

<sup>22</sup> Há uma reprodução fac-similar disponibilizada pela *Librairie Nationale Française*. O endereço específico varia de acordo com o tomo, mas da qual estão ausentes três volumes (4, 11 e 14). Uma versão em inglês, publicada em Nova Iorque em 1892 por D. Appleton and Company sob o título *The Earth and its Inhabitants*, pode ter sua reprodução fac-similar acessada por meio do site dos *Anarchy Archives*; faltam, porém, os dois últimos dos dezenove volumes, justamente os dedicados à América do Sul. Felizmente, entretanto, os três que estão ausentes do site da *Librairie Nationale Française* se acham ali presentes.

mais sobre anarquismo que sobre Geografia, ao menos direta e explicitamente (conquanto os seus escritos geográficos sejam de valor inestimável, o que raramente foi reconhecido pelos geógrafos, em especial por aqueles que cultivam a “Geografia Humana”, e que costumam conceder, no máximo, que Kropotkin foi um “geógrafo físico”).

Ainda que seja verdade que o papel de Kropotkin como geógrafo naturalista tenha tido, aos olhos dele mesmo, uma inegável centralidade, é preciso questionar o preconceito que faz excluir do rol de seus trabalhos “geográficos” um livro importantíssimo como *Fields, Factories and Workshops* (KROPOTKIN, 2002e) e desconhecer as reflexões espaciais contidas, também, em *The Conquest of Bread* (KROPOTKIN, 2002g). Até mesmo em um de seus últimos livros, à primeira vista uma obra puramente historiográfica sobre a Revolução Francesa (KROPOTKIN, 2002g), o leitor atento descobrirá numerosas passagens em que se manifesta a sensibilidade espacial de Kropotkin: seja ao salientar a relevância da terra na agenda de protestos e reivindicações dos camponeses, seja ao discorrer sobre a importância das “seções” e dos distritos parisienses como unidades espaciais de referência para a organização de uma democracia *grassroots*.

Kropotkin é mais conhecido pela sistematização da doutrina do “anarco-comunismo”<sup>23</sup> e pela tese da “ajuda mútua”. Mas ele ofereceu uma duradoura contribuição para a pesquisa e a teoria sócio-espaciais, sob a forma de sua vigorosa reflexão sobre a desconcentração econômico-espacial e a descentralização territorial, tal como presente em *Fields, Factories and Workshops*, em seu artigo “*The Industrial Village of the Future*” (KROPOTKIN, 2002b) e, de modo periférico, também em outros escritos, como o verbete sobre o anarquismo que escreveu para a *Encyclopaedia Britannica* (KROPOTKIN, 2002i<sup>24</sup>).

Mas a “geograficidade” do pensamento social de Kropotkin não para aí. Há, também, a reflexão sobre o papel político-pedagógico da Geografia, contido no ensaio “*What geography ought to be*”: um belíssimo escrito, que ainda hoje pode ser considerado inspirador – e que deveria ser lido em qualquer curso de

<sup>23</sup> Expresso pela máxima “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. O anarco-comunismo contrapunha-se ao “coletivismo” bakuniniano (“a cada um segundo o seu trabalho”), muito próximo, a esse respeito, do próprio pensamento de Marx.

<sup>24</sup> Publicado originalmente em *The Encyclopaedia Britannica*, 1910. Trechos desse texto estão **disponíveis em português** em: “Kropotkin: textos escolhidos”, seleção de Maurício Tragtenberg. Porto Alegre, L&PM, 1987.

preparação de geógrafos, em especial de professores de Geografia – apesar do peso demasiadamente grande concedido por seu autor ao conhecimento da natureza, em detrimento dos componentes propriamente sociais do conhecimento geográfico (KROPOTKIN, 2002a). E há, além desse, também outro ensaio de espírito semelhante, menos conhecido, mas de extremo interesse, intitulado “*On the teaching of physiography*” (KROPOTKIN, 2002c).

Ainda que Kropotkin tenha escrito muito pouco sobre assuntos urbanos, em todo caso menos que Reclus, não é possível desconhecer as implicações de sua visão de uma desconcentração econômico-espacial e uma descentralização territorial radicais, expostas em *Fields, Factories and Workshops*, para a reconsideração das cidades e das relações cidade-campo. Tampouco é justo deixar de mencionar que, em *The Conquest of Bread*, ele discorre sobre a “questão da habitação” de um modo que não deveria ser ignorado. Enquanto Proudhon propôs uma solução que lhe valeria, da parte de Friedrich Engels, a acusação (um tanto injusta, mas não totalmente injustificada) de “pequeno-burguês”, Kropotkin proporia uma solução mais extremada no que toca ao problema da habitação, ao advogar a expropriação das residências burguesas e pequeno-burguesas, a abolição dos aluguéis e o perdão das dívidas dos inquilinos (KROPOTKIN, 2002g).

Por fim, *Murray Bookchin* (1921-2006), de sua parte, foi, por décadas, muito provavelmente o principal inovador no contexto do anarquismo do século XX (uma vez que Castoriadis, indiscutivelmente um libertário e o mais original de todos, jamais reivindicou qualquer filiação ao anarquismo), e pode ser reputado, de fato, como um dos mais importantes pensadores libertários de todos os tempos. Além do mais, ele se situa, ao lado de alguns intelectuais antiautoritários que estiveram próximos do pensamento libertário (tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari), e depois dos geógrafos anarquistas Reclus e Kropotkin, como o pensador libertário que mais claramente revelou sensibilidade espacial ou “imaginação geográfica”.

Sua primeira realização digna de nota consistiu em inserir em definitivo, na agenda libertária, a problemática ecológica que emergiu na segunda metade do século passado – algo que fez ainda nos anos 50 e 60, no âmbito de uma abordagem por ele denominada “anarquismo pós-escassez” (“*post-scarcity anarchism*”), depois rebatizada como “ecologia social” (“*social ecology*”). Segundo Bookchin, a “ecologia social” se baseia na convicção de que “quase todos os

nossos problemas ecológicos se originam de arraigados problemas sociais”.<sup>25</sup> (BOOKCHIN, 2007a, p. 19) De acordo com ele, “separar os problemas ecológicos dos sociais – ou mesmo subestimar ou dar um reconhecimento meramente de fachada a essa relação crucial – equivaleria a ter uma visão completamente distorcida dos fatores da crescente crise ambiental”. Na verdade, “a maneira como os seres humanos lidam uns com os outros como seres sociais é crucial para enfrentar a crise ecológica”.<sup>26</sup> (BOOKCHIN, 2007a, p. 20)

Bookchin sempre se preocupou tanto com o contexto social mais amplo em que se propunha uma ação, um projeto ou uma estratégia, quanto com a eficácia e a consistência política das propostas. Tendo criticado o marxismo por seu economicismo e fetichismo tecnológico, ele, não obstante, também teceu críticas enfáticas a certas características dos movimentos ambientalistas do século XX:

De fato, na medida em que os movimentos e as ideologias ambientais examinam em termos meramente morais a perversidade da nossa sociedade anti ecológica e clamam por mudanças em estilos de vida e atitudes pessoais, eles obscurecem a necessidade de ação social concertada e tendem a desviar a atenção da luta por mudança social de largo alcance.<sup>27</sup> (BOOKCHIN, 2007a, p. 43)

Tendo salientado por diversas vezes o contraste entre tais movimentos e a “ecologia social”, a seguinte passagem é lapidar nesse sentido:

Ainda que sempre consciente a respeito da importância de uma nova abordagem ética, a ecologia social busca discutir os abusos ecológicos que o modo hegemônico de sociedade tem infligido ao mundo natural, para isso indo tanto às causas estruturais quanto subjetivas de noções como a dominação da primeira natureza. Ou seja, ela desafia o próprio sistema de dominação em seu

<sup>25</sup> No original: “Social ecology is based on the conviction that nearly all our present ecological problems originate in deep-seated social problems.” E assim prossegue Bookchin: “It follows, from this view, that these ecological problems cannot be understood, let alone solved, without a careful understanding of our existing society and the irrationalities that dominate it. To make this point more concrete: economic, ethnic, cultural, and gender conflicts, among many others, lie at the core of the most serious ecological dislocations we face today – apart, to be sure, from those that are produced by natural catastrophes.”

<sup>26</sup> No original: “to separate ecological problems from social problems – or even to play down or give only token recognition to their crucial relationship – would be to grossly misconstrue the sources of the growing environmental crisis”; “the way human beings deal with each other as social beings is crucial to addressing the ecological crisis”.

<sup>27</sup> No original: “Indeed, to the extent that environmental movements and ideologies merely moralize about the wickedness of our anti-ecological society and call for changes in personal lifestyles and attitudes, they obscure the need for concerted social action and tend to deflect the struggle for far-reaching social change.”

conjunto – sua economia, seu uso inadequado da técnica, seu aparato administrativo, sua degradação da vida política, sua destruição da cidade como um centro de desenvolvimento cultural e, de fato, toda a panóplia de hipocrisias morais e corrupção do espírito humano – e procura eliminar as construções hierárquicas e de classe que se têm imposto à humanidade e definido o relacionamento entre a natureza humana e não humana.<sup>28</sup> (BOOKCHIN, 2007, p. 46; grifo meu)

A segunda grande inovação de Bookchin – o “municipalismo libertário” (*“libertarian municipalism”*), mais tarde encarado por ele como parte do que ele chamou de o projeto “comunalista” (*“communalist”*) – foi desenvolvido em um período, nas décadas de 80 e 90, em que sua atenção estava intensamente direcionada para os desafios da organização libertária nas (grandes) cidades contemporâneas. Essa preocupação de Bookchin foi, na realidade, de certo modo antecedida e preparada, desde os anos 60 e 70, por uma outra: sua preocupação com a urbanização capitalista e a crise urbana, como se pode ver por seus livros *Crisis in our Cities* (HERBER, 1965) e *Limits of the City* (BOOKCHIN, 1974). A ideia geral por trás do “municipalismo libertário” corresponde a uma tentativa de explorar as possibilidades oferecidas pela luta institucional (compreendida amplamente, de um ângulo libertário, como a utilização de canais institucionais com o fito de influenciar políticas públicas, processos legislativos etc., sem, contudo, aderir ou filiar-se a partidos políticos ou buscar “tomar o poder” de Estado em sentido estrito) no mundo de hoje. Por um lado, Bookchin estava lucidamente atento à necessidade de utilizar e, tanto quanto possível, “reciclar” as espacialidades urbanas modernas com a finalidade de subverter o *status quo*. Sua sensibilidade espacial, com frequência muito explícita, é notável, como quando ele se refere a:

[...] organizações de prédios e conjuntos residenciais, assembleias de bairro, assembleias locais, confederações cívicas e as arenas públicas de manifestação e discurso que vão além de demonstrações e campanhas episódicas e

---

<sup>28</sup> No original: “Although always mindful of the importance of a new ethical outlook, social ecology seeks to redress the ecological abuses that the prevailing society has inflicted on the natural world by going to the structural as well as the subjective sources of notions like the domination of first nature. That is, it challenges the entire system of domination itself – its economy, its misuse of technics, its administrative apparatus, its degradations of political life, its destruction of the city as a center of cultural development, indeed the entire panoply of its moral hypocrisies and defiling of the human spirit – and seeks to eliminate the hierarchical and class edifices that have imposed themselves on humanity and defined the relationship between nonhuman and human nature.”

monotemáticas, ainda que elas sejam valiosas para discutir injustiças sociais.<sup>29</sup> (BOOKCHIN, 2002b<sup>30</sup>, não paginado)

Sempre preocupado com a capacidade dos libertários de serem eficazes e fazerem de fato diferença, ele, de maneira indireta, admoestou um certo tipo muito disseminado de libertário, lembrando que “protesto, apenas, não é suficiente; de fato, ele é usualmente definido por aquilo a que os que protestam se opõem, não pelas mudanças sociais que eles podem desejar instituir”<sup>31</sup> (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).

Sua sensibilidade espacial também fica evidente em muitas outras ocasiões; por exemplo, quando enfatiza que:

A visão libertária municipalista (ou, o que é a mesma coisa, comunalista) que eu proponho aqui objetiva ser uma perspectiva mutável e formadora – um enfoque da política e da cidade com a finalidade de, em última instância, transformar cidades e megalópoles tanto ética quanto espacialmente, e tanto política quanto economicamente.<sup>32</sup> (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifo meu)

Por outro lado, contudo, ele propôs uma abordagem da luta institucional que foi em geral considerada por outros anarquistas como um abandono dos princípios libertários. Bookchin defendeu a “herética” ideia de que os anarquistas (ou “comunalistas”, como ele depois preferiu) poderiam tomar parte em eleições e apresentar candidatos a cargos municipais, com o propósito de criar uma espécie de dualidade de poder e facilitar a criação de circuitos políticos (e político-pedagógicos) e mesmo econômicos paralelos:

[...] Os comunalistas tentam criar organizações e instituições duradouras que possam desempenhar um papel socialmente transformador no mundo real. De um modo que é significativo, comunalistas não hesitam em lançar candidatos quando de eleições municipais, os quais, caso eleitos, usarão todo o poder real conferido a eles por seus postos para legislar com o propósito de trazer à vida assembleias populares. Essas assembleias, de sua parte, teriam o poder de, em

<sup>29</sup> No original: “block organizations, neighborhood assemblies, town meetings, civic confederations, and the public arenas for discourse that go beyond such episodic, single-issue demonstrations and campaigns, valuable as they may be to redress social injustices.”

<sup>30</sup> Reprodução de excertos do livro *From Urbanization to Cities*, London, 1987.

<sup>31</sup> No original: “But protest alone is not enough; indeed, it is usually defined by what protestors oppose, not by the social changes they may wish to institute.”

<sup>32</sup> No original: “the libertarian municipalist (or equivalently, communalist) views I propound here are meant to be a changing and formative perspective – a concept of politics and citizenship to ultimately transform cities and urban megalopolises ethically as well as spatially, and politically as well as economically.”

última análise, gerar formas efetivas de governo baseado na democracia direta [*town-meeting government*].<sup>33</sup> (BOOKCHIN, 2007, p. 115)

Sem dúvida, trata-se de uma proposta ousada e, seguramente, arriscada – basta ter em mente os riscos de “cooptação estrutural” envolvidos nesse tipo de exposição de ativistas libertários ao cotidiano e às entranhas do aparelho de Estado. Sem embargo, é de justiça salientar que Bookchin certamente pensava em candidatos “independentes”, não vinculados a partidos (o que é possível nos EUA, mas não em muitos países, o que por si só já limita o alcance do enfoque); além disso, ele se referia, explicitamente, a eleições locais, escala em que seria menos difícil iniciar, e a partir da qual seria possível propagar as experiências concernentes à referida dualidade de poder. Não se tratava, de jeito nenhum, de alguma variante da concepção marxista-leninista de “tomada do Estado”. E ele nunca deixou de dar importância privilegiada à ação direta, ou seja, a tudo aquilo que ativistas podem e devem fazer, apesar do Estado e contra o Estado.

Algumas das premissas de seu raciocínio podem ser consideradas como perfeitamente atuais e adequadas ao seu tempo, uma vez que desafiam alguns “(quase) dogmas” do anarquismo clássico de um modo bastante criativo – por exemplo, o uso simplístico dos conceitos de “poder” e “lei”, os quais, com frequência, foram reduzidos ao Estado e às leis formais e heterônomas, respectivamente. Como ele disse, “os anarquistas têm, há muito tempo, considerado todo governo como um Estado, condenando-o em função disso – uma visão que é uma receita para a eliminação de qualquer vida social organizada, seja lá qual for”.<sup>34</sup> E, como ele na sequência observa,

[e]nquanto o *Estado* é o instrumento pelo qual uma classe *opressora e exploradora* regula e coercitivamente controla o comportamento de uma classe explorada por uma classe dirigente, um *governo* – ou, ainda melhor, um corpo político [*polity*] – é um conjunto de instituições concebido para lidar com os problemas da vida em sociedade de uma maneira organizada e, espera-se, justa. Toda associação institucionalizada que constitui um sistema para lidar com os negócios de interesse público – com ou sem a presença de um Estado – é *necessariamente* um governo. Em contraste, todo Estado, conquanto necessa-

---

<sup>33</sup> No original: “[c]ommunalists try to build lasting organizations and institutions that can play a socially transformative role in the real world. Significantly, Communalists do not hesitate to run candidates in *municipal* elections who, if elected, would use what real power their offices confer to legislate popular assemblies into existence. These assemblies, in turn, would have the power ultimately to create effective forms of town-meeting government.”

<sup>34</sup> No original: “anarchists have long regarded every *government* as a *state* and condemned it accordingly – a view that is a recipe for the elimination of *any* organized social life whatever.”

riamente seja uma forma de governo, é uma força de repressão e controle de classe.<sup>35</sup> (BOOKCHIN, 2007, p. 95; grifos no original)

Provocativamente, ele ainda complementa logo em seguida, advogando uma compreensão mais ampla da ideia de “lei” e sentenciando que “a oposição libertária à lei, para não falar do governo em si mesmo, tem sido tão tola quanto a imagem de uma cobra engolindo sua própria cauda” (BOOKCHIN, 2007, p. 95).<sup>36</sup>

Por outro lado, é razoável admitir que a sua defesa de participação em eleições permanece, sob alguns aspectos, muito problemática. Considere-se a seguinte declaração:

Lançar um candidato ambientalista [*a Green*] para concorrer em uma eleição para prefeito, com um programa municipalista libertário, é, em suma, algo qualitativamente diferente de concorrer para o cargo de governador da província ou do estado, com um programa supostamente municipalista libertário. Isto equivale a descontextualizar as instituições que existem em uma municipalidade, na província ou no estado, e no próprio Estado-nação, colocando todos esses três cargos executivos sob uma rubrica puramente formal. Pode-se dizer, com a mesma imprecisão, que, pelo fato de os seres humanos e os dinossauros terem medulas espinhais, eles pertencem à mesma espécie ou até mesmo a um mesmo gênero. Em cada caso, uma instituição – seja ela uma instituição municipal, um conselho ou uma pessoa selecionada – deve ser entendida no contexto municipal geral, assim como um presidente, primeiro-ministro, congressista ou membro do parlamento, por sua vez, deve ser visto no âmbito do Estado como um todo. Deste ponto de vista, para ambientalistas, candidatar-

<sup>35</sup> No original: “While the *state* is the instrument by which an *oppressive* and *exploitative* class regulates and coercively controls the behavior of an exploited class by a ruling class, a *government* – or better still, a *polity* – is an ensemble of institutions designed to deal with the problems of consociational life in an orderly and hopefully fair manner. Every institutionalized association that constitutes a system for handling public affairs – with or without the presence of a state – is *necessarily* a government. By contrast, every state, although necessarily a form of government, is a force for class repression and control.”

<sup>36</sup> Eis a passagem inteira: “[o] clamor por uma *Constituição*, por um governo responsável e submetido a uma sistemática prestação de contas [*responsive*], e mesmo por *lei* ou *nómos*, tem sido, por séculos, claramente articulado – e posto no papel! – pelos oprimidos contra a caprichosa dominação exercida por monarcas, nobres e burocratas. A oposição libertária à lei, para não falar do governo em si mesmo, tem sido tão tola quanto sugerido pela imagem de uma cobra engolindo sua própria cauda. O que fica disso, ao final, não é nada mais que uma pós-imagem da retina sem existência real.” No original: “The cry for a *constitution*, for a responsible and a responsive government, and even for *law* or *nomos* has been clearly articulated – and committed to print! – by the oppressed for centuries against the capricious rule exercised by monarchs, nobles, and bureaucrats. The libertarian opposition to law, not to speak of government as such, has been as silly as the image of a snake swallowing its tail. What remains in the end is nothing but a retinal afterimage that has no existential reality.”

-se ao cargo de prefeito é fundamentalmente diferente de administrar cargos provinciais e estaduais. Pode-se entrar em infinitas e detalhadas razões sobre o porquê de os poderes de um prefeito estarem muito mais controlados e sob tutela pública mais próxima do que os cargos daqueles que ocupam posições em governos estaduais e provinciais.<sup>37</sup> (BOOKCHIN, 2002c<sup>38</sup>, não paginado)

Em resumo: seja por causa dos riscos que comporta, seja por causa de suas limitações, a faceta eleitoral do “municipalismo libertário” (a qual, contudo, não exaure a proposta de Bookchin, que pode ser interpretada como indo muito além disso) não deveria, jamais, ser tomada como uma estratégia universalmente válida, mas sim, tão somente, como uma tática suplementar, a ser encarada com muita prudência e, ainda por cima, cuja validade deveria ser avaliada caso a caso, de acordo com o país, o local e as circunstâncias.

Talvez a abordagem bookchiniana da luta institucional deva ser tida como arriscada demais, temerária mesmo. Apesar disso, anarquistas ortodoxos não raro falharam em reconhecer a importância das contribuições de Bookchin, assim como a pertinência de suas preocupações com a atualização do pensamento e da prática libertários. Algumas das críticas que foram a ele endereçadas podem ser consideradas fracas ou mesmo injustas. Seja lá como for, em vez de simplesmente sonhar com comunas rurais e ecovilas, desde os anos 70 ele buscou, de modo sistemático, refletir sobre como a organização libertária poderia ser concretizada nas condições da vida urbana contemporânea (ao mesmo tempo em que deu atenção às relevantes experiências urbanas e radical-democráticas do passado, a exemplo da ateniense da Antiguidade):

---

<sup>37</sup> No original: “To run a Green for a mayor on a libertarian municipalist program, in short, is qualitatively different from running a provincial or state governor on a presumably libertarian municipalist program. It amounts to decontextualizing the institutions that exist in a municipality, in a province or state, and in the nation-state itself, thereby placing all three of these executive positions under a purely formal rubric. One might with equal imprecision say that because human beings and dinosaurs both have spinal cords, that they belong to the same species or even to the same genus. In each such case, an institution – be it a mayoral, councillor, or selectperson - must be seen in a municipal context as a whole, just as a president, prime minister, congressperson, or member of parliament, in turn, must be seen in the state context as a whole. From this standpoint, for Greens to run mayors is fundamentally different from running provincial and state offices. One can go into endless detailed reasons why the powers of a mayor are far more controlled and under closer public purview than those of state and provincial office-holders.”

<sup>38</sup> Reprodução de um artigo publicado na revista *Green Perspectives*, Number 20, November 1989, e posteriormente republicado em *Urbanization without Cities*. Montreal and Cheektowaga, 1992, Black Rose Books.

Minimamente, então, tentativas de iniciar assembleias podem começar com populações que variam de um modesto bairro residencial até uma dúzia ou mais de bairros. Elas podem ser coordenadas por delegados cujos mandatos são imperativos, delegados esses que são, ademais, rotativos, revogáveis e, acima de tudo, rigorosamente instruídos por escrito para apoiar ou se opor às questões, sejam lá quais forem, que aparecerem na agenda dos conselhos confederais compostos por delegados das várias assembleias de bairro.<sup>39</sup> (BOOKCHIN, 2002b, não paginado)

A importância do confederalismo foi igualmente sublinhada por ele – confederalismo esse que, diga-se de passagem, é um dos elementos que evidenciam a sua filiação às tradições oriundas do anarquismo clássico, e isso mesmo em seus trabalhos tardios – tanto por razões políticas (e culturais) quanto econômicas:

Um elemento crucial a conferir realidade ao confederalismo é a interdependência das comunidades para um autêntico mutualismo baseado em recursos, produção e processo decisório compartilhados. Enquanto uma medida razoável de auto-suficiência é desejável para cada localidade e região, o confederalismo é um meio para evitar, de um lado, o paroquialismo local, e de outro, uma extravagante divisão nacional e global do trabalho. A menos que uma comunidade seja obrigada a contar com os outros, em geral, para satisfazer importantes necessidades materiais e atingir objetivos políticos comuns, interligando-a com um todo maior, exclusivismo e paroquialismo se tornam possibilidades reais. Somente na medida em que a confederação é uma extensão da administração participativa – mediante redes confederais –, podem a descentralização e o localismo prevenir as comunidades que compõem corpos maiores de associação de se retirar paroquialmente às custas de áreas mais amplas de consociação humana.

O confederalismo é, por conseguinte, uma forma de perpetuar a interdependência entre as comunidades e regiões – de fato, é uma maneira de democratizar essa interdependência sem abdicar do princípio de controle local. Através da confederação, uma comunidade pode manter sua identidade e integridade ao mesmo tempo em que participa, na base do compartilhamento, do todo maior que constitui uma sociedade ecologicamente equilibrada.<sup>40</sup> (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifo meu)

<sup>39</sup> No original: “Minimally then, attempts to initiate assemblies can begin with populations that range anywhere from a modest residential neighborhood to a dozen neighborhoods or more. They can be coordinated by strictly mandated delegates who are rotatable, recallable, and above all, rigorously instructed in written form to either support or oppose whatever issue that appears on the agenda of local confederal councils composed of delegates from several neighborhood assemblies.”

<sup>40</sup> No original: “A crucial element in giving reality to confederalism is the interdependence of communities for an authentic mutualism based on shared resources, produce, and policy-making. While a reasonable measure of self-sufficiency is desirable for each locality and region, confederalism is a means for avoiding local parochialism on the one hand and an extravagant national and global division of labor on the other. Unless a community is obliged to count on others generally to satisfy important

E:

É até ocioso nos debruçarmos sobre as sólidas razões ecológicas para se alcançar uma certa medida de autossustentabilidade. A maioria das pessoas orientadas para a proteção ambiental [*environmentally oriented people*] está atenta para o fato de que uma maciça divisão nacional e internacional do trabalho colabora extremamente para o desperdício no sentido literal do termo. Uma excessiva divisão do trabalho não somente contribui para um excesso de organização sob a forma de gigantescas burocracias e tremendos gastos de recursos ao se transportarem materiais ao longo de grandes distâncias; ela também reduz as possibilidades de se reciclar efetivamente os resíduos, evitar a poluição que tem sua fonte em centros industriais e populacionais altamente concentrados e fazer bom uso das matérias-primas locais e regionais.

De outra parte, nós não podemos ignorar o fato de que comunidades *relativamente* autossustentáveis nas quais o artesanato, a agricultura e as indústrias servem a redes definidas de comunidades confederalmente organizadas enriquecem as oportunidades e os estímulos aos quais os indivíduos são expostos, colaborando para a formação de personalidades integrais, dotadas de um rico senso de individualidade e competência. O ideal grego de um cidadão pleno [*rounded citizen*] em um ambiente balanceado [*rounded environment*] – do tipo que reaparece nas obras utópicas de Charles Fourier – foi, durante muito tempo, cultivado pelos anarquistas e socialistas do século passado.

A oportunidade para o indivíduo de dedicar sua atividade produtiva a diferentes tarefas ao longo de uma semana de trabalho atenuada (ou, na sociedade ideal de Fourier, em um dado dia) foi visto como um fator vital na superação da divisão entre atividade manual e intelectual, na transcendência das diferenças de *status* criadas por essa grande divisão do trabalho e para permitir a riqueza de experiências que viriam com a livre movimentação da indústria para o artesanato e para o cultivo de alimentos. Assim, a autossustentabilidade conduziria a uma personalidade mais rica, fortalecida pela variedade de experiências, competências e sentimentos de autoconfiança. Desgraçadamente, essa visão tem se perdido entre os esquerdistas e muitos ambientalistas de hoje, com sua guinada rumo a um liberalismo pragmático e a trágica ignorância do movimento radical de seu próprio passado visionário.<sup>41</sup> (BOOKCHIN, 2002c, não paginado; grifos no original)

---

material needs and realize common political goals, interlinking it to a greater whole, exclusivity and parochialism become genuine possibilities. Only insofar as confederation is an extension of participatory administration – by means of *confederal networks* – can decentralization and localism prevent the communities that compose larger bodies of association from parochially withdrawing into themselves at the expense of wider areas of human consociation. [S] *Confederalism is thus a way of perpetuating interdependence among communities and regions – indeed, it is a way of democratizing that interdependence without surrendering the principle of local control.* Through confederation, a community can retain its identity and roundedness while participating in a sharing way with the larger whole that makes up a balanced ecological society.”

<sup>41</sup> No original: “It is hardly necessary to explore the sound ecological reasons for achieving a certain measure of self-sustainability. Most environmentally oriented people are aware that a massive national and international division of labor is extremely wasteful in the literal sense of that term.

Além do mais, bastante atenção foi devotada por ele à questão da transformação da economia de acordo com os princípios do “municipalismo libertário”, e aos fundamentos de uma tentativa de estruturar-se em rede:

Uma política municipal, baseada em princípios comunais, marca um avanço significativo [...] ao clamar por uma municipalização da economia – e pela sua gestão pela comunidade como parte de uma política de autogestão. Demandas sindicalistas pela “coletivização” da indústria e pelo “controle pelos trabalhadores” das unidades industriais individuais são fundamentadas em relações contratuais e de intercâmbio entre todas as empresas coletivizadas, assim indiretamente reprivatizando-se a economia e abrindo-a às formas tradicionais de propriedade privada – mesmo que cada empresa seja de propriedade coletiva. Em contraste, o municipalismo libertário literalmente politiza a economia através da dissolução da tomada de decisão econômica nos marcos do domínio cívico. Nem a fábrica nem a terra se torna uma unidade separada ou potencialmente competidora dentro de um coletivo aparentemente comunal.

Nem os trabalhadores, agricultores, técnicos, engenheiros, profissionais e assim por diante perpetuam suas identidades vocacionais enquanto interesses distintos que existem à parte do corpo de cidadãos, reunido em assembleias presenciais. A “propriedade” é integrada ao município como o componente material de um quadro cívico; na verdade, como parte de um todo maior, que é controlado pelo corpo de cidadãos em assembleia enquanto cidadãos – e não enquanto trabalhadores, agricultores, profissionais liberais ou qualquer outro de interesse especial vocacionalmente orientado.

O que é igualmente importante, a famosa “contradição” ou o famoso “antagonismo” entre a cidade e o campo, tão crucial na teoria social e na história, é transcendido pela *township*, a tradicional jurisdição da Nova Inglaterra, em que uma entidade urbana é o núcleo de seu ambiente aldeão e de produção

---

Not only does an excessive division of labor make for overorganization in the form of huge bureaucracies and tremendous expenditures of resources in transporting materials over great distances; it reduces the possibilities of effectively recycling wastes, avoiding pollution that may have its source in highly concentrated industrial and population centers, and making sound use of local or regional raw materials. [§] On the other hand, we cannot ignore the fact that *relatively* self-sustaining communities in which crafts, agriculture, and industries serve definable networks of confederally organized communities enrich the opportunities and stimuli to which individuals are exposed and make for more rounded personalities with a rich sense of selfhood and competence. The Greek ideal of the rounded citizen in a rounded environment – one that reappeared in Charles Fourier’s utopian works – was long cherished by the anarchists and socialists of the last century. [§] The opportunity of the individual to devote his or her productive activity to many different tasks over an attenuated work week (or in Fourier’s ideal society, over a given day) was seen as a vital factor in overcoming the division between manual and intellectual activity, in transcending status differences that this major division of work created, and in enhancing the wealth of experiences that came with a free movement from industry through crafts to food cultivation. Hence self-sustainability made for a richer self, one strengthened by variegated experiences, competencies, and assurances. Alas, this vision has been lost by leftists and many environmentalists today, with their shift toward a pragmatic liberalism and the radical movement’s tragic ignorance of its own visionary past.”

agrícola – não uma entidade urbana dominadora que se opõe a esse ambiente. Um município, com efeito, é uma pequena região dentro de outras ainda maiores, tais como o condado [*county*] e jurisdições políticas mais vastas.<sup>42</sup> (BOOKCHIN, 2002b, não paginado)

Como a seguinte citação bem demonstra, ele não era, de jeito nenhum, adepto de um “localismo” paroquial e nostálgico:

Se muitas pessoas pragmáticas são cegas para a importância da descentralização, muitos no movimento ecológico tendem a ignorar os problemas reais com o “localismo” – problemas que não são menos preocupantes que os levantados por um globalismo que promove uma total dependência recíproca dos lugares em escala mundial, no que concerne à vida econômica e política. Sem tais mudanças culturais e políticas no âmbito da totalidade, tal como tenho defendido, noções de descentralização que enfatizam o isolamento localista e um grau de autossuficiência podem levar ao provincianismo cultural e ao chau-

---

<sup>42</sup> No original: “A municipal politics, based on communalist principles, scores a significant advance (...) by calling for the municipalization of the economy – and its management by the community as part of a politics of self-management. Syndicalist demands for the ‘collectivization’ of industry and ‘workers’ control’ of individual industrial units are based on contractual and exchange relationships between all collectivized enterprises, thereby indirectly reprivatizing the economy and opening it to traditional forms of private property – even if each enterprise is collectively owned. By contrast, libertarian municipalism literally politicizes the economy by dissolving economic decision-making into the civic domain. Neither factory nor land becomes a separate or potentially competitive unit within a seemingly communal collective. [§] Nor do workers, farmers, technicians, engineers, professionals, and the like perpetuate their vocational identities as separate interests that exist apart from the citizen body in face-to-face assemblies. ‘Property’ is integrated into the municipality as the material component of a civic framework, indeed as part of a larger whole that is controlled by the citizen body in assembly as citizens – not as workers, farmers, professionals, or any other vocationally oriented special-interest groups. [§] What is equally important, the famous ‘contradiction’ or ‘antagonism’ between town and country, so crucial in social theory and history, is transcended by the township, the traditional New England jurisdiction, in which an urban entity is the nucleus of its agricultural and village environs – not a domineering urban entity that stands opposed to them. A township, in effect, is a small region within still larger ones, such as the county and larger political jurisdictions. E prossegue ele, no parágrafo seguinte: “So conceived, the municipalization of the economy should be distinguished not only from corporatization but also from seemingly more ‘radical’ demands such as nationalization and collectivization. Nationalization of the economy invariably has led to bureaucratic and top-down economic control; collectivization, in turn, could easily lead to a privatized economy in a collectivized form with the perpetuation of class or caste identities. By contrast, municipalization would bring the economy as a whole into the orbit of the public sphere, where economic policy could be formulated by the entire community – notably its citizens in face-to-face relationships working to achieve a general interest that surmounts separate, vocationally defined specific interests. The economy would cease to be merely an economy in the conventional sense of the term, composed of capitalistic, nationalized, or ‘worker-controlled’ enterprises. It would become the economy of the polis or the municipality. The municipality, more precisely, the citizen body in face-to-face assembly, would absorb the economy into its public business, divesting it of a separate identity that can become privatized into a self-serving enterprise.”

vinismo. O paroquialismo pode levar a problemas que são tão graves quanto uma mentalidade “global” que passa por cima da singularidade das culturas, as peculiaridades dos ecossistemas e das ecorregiões, bem como da necessidade de uma vida comunitária em escala humana, a qual torna uma democracia participativa possível. Esse não é um problema menor hoje em dia, em um movimento ecológico que tende a oscilar entre extremos bem intencionados, porém ingênuos. Nunca é demais repetir, com a devida ênfase, que nós devemos encontrar uma maneira de compartilhar o mundo com outros seres humanos e com formas de vida não humanas, visão essa que frequentemente é difícil de alcançar em comunidades demasiado “autossuficientes”. Por mais que eu respeite as intenções daqueles que defendem a autossuficiência [*self-reliance*] e a autosustentabilidade locais, esses conceitos podem ser altamente enganadores. Eu certamente posso concordar com David Morris, do Institute for Local Self-Reliance, por exemplo, em que se uma comunidade pode produzir ela mesma as coisas de que necessita, ela provavelmente deve fazê-lo. Mas comunidades autossustentáveis não conseguem produzir todas as coisas de que precisam – a menos que isso envolva um retorno a um modo de vida aldeão fatigante que, historicamente, muitas vezes envelheceu prematuramente os homens e as mulheres devido ao trabalho pesado e deixou-lhes muito pouco tempo para ir além dos limites imediatos da própria comunidade. Lamento dizer que há pessoas no movimento ecológico que, de fato, defendem o retorno a uma economia altamente intensiva de mão de obra, para não falar em divindades da Idade da Pedra. Claramente, é preciso dar aos ideais do localismo, do descentralismo e da autossustentabilidade um significado maior e mais pleno.<sup>43</sup> (BOOKCHIN, 2002c, não paginado; grifo meu)

<sup>43</sup> No original: “If many pragmatic people are blind to the importance of decentralism, many in the ecology movement tend to ignore very real problems with ‘localism’ – problems that are no less troubling than the problems raised by a globalism that fosters a total interlocking of economic and political life on a worldwide basis. Without such wholistic cultural and political changes as I have advocated, notions of decentralism that emphasize localist isolation and a degree of self-sufficiency may lead to cultural parochialism and chauvinism. Parochialism can lead to problems that are as serious as a “global” mentality that overlooks the uniqueness of cultures, the peculiarities of ecosystems and ecoregions, and the need for a humanly scaled community life that makes a participatory democracy possible. This is no minor issue today, in an ecology movement that tends to swing toward very well-meaning but rather naive extremes. I cannot repeat too emphatically that we must find a way of sharing the world with other humans and with nonhuman forms of life, a view that is often difficult to attain in overly ‘self-sufficient’ communities. § Much as I respect the intentions of those who advocate local self-reliance and self-sustainability, these concepts can be highly misleading. I can certainly agree with David Morris of the Institute for Local Self-Reliance, for example, that if a community can produce the things it needs, it should probably do so. But self-sustaining communities cannot produce all the things they need – unless it involves a return to a back-breaking way of village life that historically often prematurely aged its men and women with hard work and allowed them very little time for political life beyond the immediate confines of the community itself. § I regret to say that there are people in the ecology movement who do, in fact, advocate a return to a highly labor-intensive economy, not to speak of Stone Age deities. Clearly, we must give the ideals of localism, decentralism, and self-sustainability greater and fuller meaning.”

Bookchin introduziu vários temas e discussões relevantes na agenda libertária do século XX. Alguns de seus enfoques e de suas sugestões foram bem recebidos por anarquistas mais tradicionais; já outros, e principalmente o “municipalismo libertário”, foram e são em geral olhados com desconfiança, tendo suscitado acaloradas controvérsias. Infelizmente, sua evolução intelectual comportou um pouco de “jogar fora o bebê com a água do banho”: ao mesmo tempo em que ele ia lapidando, progressivamente, sua sensibilidade espacial, com destaque ao que se refere às particularidades e problemas da espacialidade urbana contemporânea, ele abriu mão, em parte, de sua prudência libertária em favor de uma estratégia ao mesmo tempo interessante e problemática de luta institucional. Sem embargo, em que pesem os aspectos controvertidos e fracos de sua obra, Bookchin e suas ideias deveriam ser vistos como uma parte fundamental da herança libertária – bem como um exemplo, em larga medida válido e inspirador, de atualização do pensamento libertário.

### **A linhagem libertária, a “geograficidade” e o urbano (2): a contribuição do “Sul”**

De anarquistas clássicos como Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin e Malatesta, até um neoanarquista como Murray Bookchin e um autonomista como Cornelius Castoriadis – sem esquecer autores próximos do pensamento libertário, representativos de um pensamento crítico não autoritário, independente de poderem ou deverem ser classificados como libertários, como Foucault, Deleuze e Guattari –, toda uma tradição (ou antes um conjunto heteróclito de tradições) que, alternativamente, tanto ao pensamento burguês quanto ao marxismo, emergiu na Europa e nos EUA desde o século XIX e, com altos e baixos, se manteve viva, recusou-se a morrer e hoje se reapresenta com inusitado vigor. Contudo, não se trata, de modo algum, apenas de Europa e Estados Unidos. Se, no início do século XIX, Malatesta e, depois, Diego Abad de Santillán rumavam para a Argentina, buscando refúgio e, ao mesmo tempo, tentando organizar a classe trabalhadora, levando consigo os ideais anarquistas,<sup>44</sup> há anos é fácil perceber que movimentos do “Sul” influenciam movimentos e intelectuais do “Norte”, como zapatistas e *piqueteros* demonstram. E não é só

---

<sup>44</sup> O Brasil foi um destino secundário para os principais intelectuais e agitadores anarquistas europeus, mas não foi totalmente desprovido de relevo: o erudito anarquista português Neno Vasco, que aqui viveu vários anos, pode ser reivindicado como exemplo.

uma questão de “práticas”, genericamente, mas de *práxis* devidamente refletida também ou sobretudo no próprio “Sul” – do *Subcomandante Insurgente* Marcos, ao intelectual e jornalista uruguaio Raúl Zibechi.

É lamentável que mesmo alguns brilhantes autores europeus e estadunidenses de esquerda podem, às vezes, superestimar a centralidade do seu próprio ponto de vista – não apenas política ou teoricamente e no plano individual, mas também em sentido mais amplo: culturalmente/geograficamente. Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de que eles pensam que as coisas mais relevantes em matéria de dinâmica do capitalismo contemporâneo sempre vêm do “Norte”, de modo que se poderia esperar que a “vanguarda” (a propósito, uma noção bem problemática!) em termos de contribuições intelectuais, particularmente de cunho teórico, sempre viria de lá... Por exemplo, em seu já mencionado importante livro *The End of Utopia*, Russell Jacoby, imperturbavelmente diz que “[t]irando alguns teimosos em capitais e campi dispersos, os intelectuais se transformaram em liberais inconsistentes e indecisos”<sup>45</sup> (JACOBY, 2000, p. 10). É mesmo? É assim tão simples?... Ter-se-iam tornado todos os intelectuais de esquerda nada mais que criaturas complacentes, vazias de qualquer radicalismo? Com certeza, é muito difícil negar que o nosso tempo é largamente uma “era de conformismo generalizado” (“*époque du conformisme généralisé*”, como expressou Castoriadis em fins dos anos 80). Ao mesmo tempo, um *statement* como aquele feito por Jacoby revela, aos olhos de um observador latino-americano, uma ignorância um tanto irritante e arrogante no que concerne à vitalidade da resistência e do pensamento fora do eixo EUA-Europa Ocidental. É evidente que a maior parte dos intelectuais que trabalham e, às vezes, cooperam com movimentos sociais naqueles tais “*stray capitals and campuses*” não publicam regularmente em inglês. Muito menos em francês e alemão. Entretanto, deveria a ignorância linguística (ou o etnocentrismo) dos pesquisadores e *scholars* baseados no “Norte” desempenhar um papel tão decisivo como parâmetro do seu julgamento da centralidade, criatividade e relevância política da vida política e intelectual? Katharine Rankin, em um artigo científico sobre o tema do “planejamento crítico”, está dizendo uma bem conhecida verdade quando afirma que “o que ocorre a título de reações progressistas à crise financeira na

<sup>45</sup> No original: “[a]part from a few diehards in stray capitals and campuses, intellectuals have become willy-nilly liberals”.

argentina ou na Bolívia parece não ser de muito interesse nos centros metropolitanos do Norte global”<sup>46</sup> (RANKIN, 2009, p. 222). Mas... o que dizer dos intelectuais do “Norte”? Talvez a assim chamada perspectiva “*post-colonial*” pudesse beneficiar-se um pouco das ideias desenvolvidas pelo *Subcomandante Insurgente Marcos* em suas provocantes falas realizadas durante um colóquio em San Cristóbal de las Casas (Chiapas), em dezembro de 2007, sob o título *Ni el Centro ni la Periferia* (MARCOS, 2009), nas quais as visões hegemônicas sobre centralidade e “periferidade” são desafiadas.<sup>47</sup>

Nós não deveríamos esquecer que, em muitos sentidos, a assim chamada “(semi)periferia” tem sido usada pelo grande capital e pelo imperialismo como uma espécie de “laboratório”, seja de uma maneira consciente ou inconsciente. Estratégias e táticas (assim como produtos farmacêuticos, novas armas, métodos de controle social e repressão etc.) são frequentemente testadas em países “(semi)periféricos” antes de serem usadas, de um jeito modificado, nos países “centrais”... A impressão digital foi desenvolvida pelos britânicos na Índia, técnicas de tortura usadas em anos recentes pelas Forças Armadas dos EUA foram desenvolvidas ou aprimoradas na América Latina dos anos 70 (sob a supervisão de quadros das Forças Armadas e da CIA, ou não)... Esse tipo de “efeito bumerangue” já havia sido mencionado por Michel Foucault nos anos 70, como recentemente lembrou Stephen Graham (GRAHAM, 2010, p. XVII).

É necessário ir além das usuais críticas hoje bastante consensuais contra o leninismo (e, claro, o stalinismo) em material de discussão de alternativas não autoritárias, radicalmente democráticas de pensamento e práxis. E, para tanto, não podemos mais contar apenas com fontes de inspiração europeias ou estadunidenses. Como já foi dito mais atrás, abordagens radical-democráticas e libertárias vêm, desde os anos 90, conhecendo uma espécie de “renascimento”

---

<sup>46</sup> No original: “what occurs by way of progressive responses to financial crisis in Argentina or Bolivia may not seem to matter too much in the metropolitan centers of the global North”.

<sup>47</sup> Em nome da precisão, é necessário sublinhar que sentimentos de superioridade etnocentricamente ou sociocentricamente condicionados não podem ser confinados à (simplística) oposição “Norte/Sul”. A herança cultural de colonização e colonialismo tem contaminado muita gente – predominantemente, mas não exclusivamente pertencente às classes médias e altas – ao longo de décadas e séculos, e combinações de nacionalismo ou regionalismo, elitismo e racismo podem ser com frequência encontradas em vários níveis escalares, do internacional ao local, entre países “periféricos” e mesmo no interior deles, muitas vezes sob uma forma brutal. Evidentemente, nem o etnocentrismo nem o sociocentrismo foi inventado na Europa, mas nas formas em que podem atualmente ser observados nas ex-colônias, eles usualmente têm bastante a ver com o passado colonial e com a experiência do neocolonialismo.

– ainda que de um modo diferente ou modificado, quando comparadas com o anarquismo clássico –, tanto no mundo acadêmico quanto entre os movimentos sociais (ver, no que tange à América Latina, COLECTIVO SITUACIONES, 2002; DI MARCO *et al.*, 2003; SVAMPA; PEREYRA, 2004; REBÓN; SAAVEDRA, 2006; ZIBECHI, 2003, 2007 e 2008). No que diz respeito às contribuições acadêmicas, um diálogo renovado entre sociólogos críticos, geógrafos etc., de um lado, e as ideias de pensadores como Murray Bookchin, Cornelius Castoriadis etc., de outro, tem sido empreendido. Além disso, é válido destacar como o uruguaio Raúl Zibechi, que tem dialogado bastante com geógrafos, especialmente com geógrafos brasileiros, tem chamado a atenção para a importância do espaço, especialmente na qualidade de território, para os movimentos sociais da atualidade, sobretudo na América Latina.

Da parte dos movimentos sociais, relevantes contribuições à ressurgência de um pensamento e de uma práxis radical-libertários têm sido feitas tanto no “Norte” (uma grande parcela do movimento por “uma outra globalização” ou antiglobalização capitalista, *Reclaim the Streets*, entre outros) quanto no “Sul” (zapatistas no México, uma boa parte dos *piqueteros* na Argentina, uma parcela do movimento dos sem-teto brasileiros – conquanto não dos sem-terra, cujas organizações são predominantemente estruturadas de acordo com padrões verticais, mais ou menos leninistas...). A propósito: *autogestión*, autogestão etc. tornou-se novamente um aspecto muito importante da práxis gerada por vários movimentos sociais em diversos países em anos recentes, das fábricas recuperadas argentinas a uma parcela do movimento dos sem-teto no Brasil, passando pelo *social centres movement* no Reino Unido.

## ENTRE “URBANOFOBIA” E “URBANOFILIA”: CIDADE *VERSUS* CAMPO NO PENSAMENTO LIBERTÁRIO

Em meio a uma urbanização impressionante, que na Europa do século XIX fazia par com uma industrialização acelerada, a questão “cidade ou campo?” esteve, explícita ou implicitamente, subjacente tanto ao marxismo quanto ao anarquismo. Enquanto os marxistas, quase sem exceção, se revelaram fãs das cidades e da urbanização, os anarquistas, muitas vezes, externaram pontos de vista opostos. Não seria correto, todavia, resumir a isso a posição dos anarquistas, muito menos apenas atribuir as suas objeções e reservas a propósito das grandes cidades e da urbanização a valores românticos e passadistas de uma

“volta à natureza” – ainda que, no caso de vários autores, eles estivessem, sem dúvida, presentes. A visão libertária sobre o assunto foi, na verdade, tipicamente mais variada que a marxista, e mesmo dois amigos e companheiros como Reclus e Kropotkin representaram ênfases e olhares diferentes.

Reclus sempre se mostrou muito atento e crítico em face das misérias da cidade capitalista – ressaltando, por exemplo, que “a cidade reflete o espírito da sociedade que a cria”<sup>48</sup> (RECLUS, 1895, p. 263), mas ao mesmo tempo rejeitando uma simplística “urbanofobia” (“o coração da cidade é patrimônio de todos”<sup>49</sup> [RECLUS, 1895, p. 264]). Seu ensaio “*The evolution of cities*”, sua primeira grande incursão no assunto, é, aliás, repleto de *insights* teóricos relevantes. Ele precedeu a publicação de *L’Homme et la Terre* em dez anos, e pode ser considerado como uma das mais interessantes e duradouras realizações de Reclus.

A seguinte passagem não deixa dúvidas de que a abordagem reclusiana dos problemas urbanos estava a anos-luz de distância de qualquer motivação tipicamente “urbanofóbica”:

As cidades que vemos crescendo diariamente, quase de hora em hora, projetando como um polvo seus longos tentáculos sobre o campo, seriam de fato monstros, vampiros gigantescos, sugando a vida dos homens. Mas todo fenômeno é complexo. Se os piores, os depravados e os decadentes ardem ou apodrecem mais rapidamente em um meio furioso de prazer e já em dissolução, os melhores, aqueles que querem aprender e buscar oportunidades para pensar, para se aprimorar, de crescer como escritores e artistas, ou mesmo como apóstolos de alguma verdade, aqueles que devotamente se dirigem aos museus, às escolas, às bibliotecas e revivem seus ideais no contato com outros homens igualmente amantes das grandes coisas, não são eles igualmente os migrantes das cidades, e não é graças a eles que a carruagem da civilização humana continua a rolar através dos tempos? Quando as cidades crescem, a humanidade progride, e quando elas declinam, o corpo social ameaça regredir à barbárie.<sup>50</sup> (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 339).

---

<sup>48</sup> No original: “the town reflects the spirit of the society which creates it”.

<sup>49</sup> No original: “the heart of the city is the patrimony of all”.

<sup>50</sup> No original: “Ces villes que l’on voit grandir de jour en jour, presque d’heure en heure, projetant comme des pieuvres leurs longs tentacules dans les campagnes, seraient en effet des monstres, des vampires gigantesques, suçant la vie des hommes. Mais tout phénomène est complexe. Si les pires, les dépravés et les décadents vont se brûler ou pourrir plus vite dans un milieu furieux de plaisir ou déjà délirant, les meilleurs, ceux qui veulent apprendre et chercher des occasions de penser, de s’améliorer, de grandir en écrivains, en artistes, même en apôtres de quelque vérité, ceux qui se dirigent pieusement vers les musées, les écoles, les bibliothèques, et ravivent leur idéal au contact d’autres hommes également épris de grandes choses, ceux-là ne sont-ils pas aussi les immigrants des cités et n’est-ce pas grâce à eux que le char de la civilisation humaine continue de rouler à travers les âges? Quand les villes s’accroissent, l’humanité progresse, quand elles diminuent, le corps social menacé régresse vers la barbarie.”

Além do mais, anos antes de Ebenezer Howard publicar o seu famoso trabalho sobre as “cidades-jardim” (“*garden cities*”), o geógrafo e anarquista francês já havia, de modo explícito, defendido a necessidade de se combinar as vantagens relativas da cidade com aquelas do campo (RECLUS, 1895, p. 263-264). Mais tarde, em *L’Homme et la Terre*, seu enfoque das “cidades-jardim” de Howard mostrou-se crítico em face de determinadas fraquezas: “[...] mas são sempre os privilegiados que vivem nas cidades-jardim, e a boa vontade dos filantropos não é suficiente para conjurar as consequências do antagonismo que existe entre o Capital e o Trabalho”<sup>51</sup> (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 371).

O reconhecimento da complexidade e da diversidade das cidades, por parte de Reclus, (“[m]as a cidade é também uma personagem muito complexa, e cada um de seus diversos bairros se distingue dos demais por uma natureza particular”<sup>52</sup> [RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 354]), não obliterou sua aguda compreensão dos conflitos sociais: “[c]onsiderando adequadamente as coisas, todas as questões de administração urbana [*d’édilité*] se confundem com a própria questão social”<sup>53</sup> (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 370).

Não obstante, conquanto ele não usasse eufemismos para descrever as “conditions hygiéniques déplorables” dos *slums* (casas de cômodos e cortiços) de seu tempo (o que, no caso de Manchester, ele fez com a ajuda de um mapa [RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 373]), Reclus – em contraste com Engels, assim como também com vários anarquistas – não pode ser, de jeito nenhum, acusado de ter cultivado qualquer visão simplista sobre as cidades. Esta última citação ilustra muito bem esse ponto:

Uma futura aglomeração de dez, vinte milhões de pessoas, seja na bacia inferior do Tâmis, seja na foz do Hudson, ou em qualquer outro lugar atraente, não será nada surpreendente, e devemos mesmo preparar nossos espíritos para encarar isso como um fenômeno normal da vida das sociedades.<sup>54</sup> (RECLUS, 1905-1908, vol. V, p. 374-376)

<sup>51</sup> No original: “[...] mais ce son toujours des privilégiés qui habitent les villes-jardins et le bon vouloir des philanthropes n’est pas suffisant à conjurer les conséquences de l’antagonisme qui existe entre le Capital et le Travail.”

<sup>52</sup> No original: “[m]ais la ville est aussi un personnage très complexe, et chacun de ses divers quartiers se distingue des autres par une nature particulière.”

<sup>53</sup> No original: “[a] bien considérer les choses, toute question d’édilité se confond avec la question sociale elle-même.”

<sup>54</sup> No original: “Une prochaine agglomération de dix, de vingt millions d’hommes, soit dans le bassin inférieur de la Tamise, soit à la bouche du Hudson, ou dans tout autre lieu d’appel, n’aurait

Assim como Reclus, tampouco Kropotkin era um “urbanóforo”. Basta vermos o que ele escreve em uma carta a propósito da fundação de uma colônia anarquista na Inglaterra (que, em sua opinião, semelhante à de Reclus, sofreria com alguns inconvenientes, justamente por seu tamanho diminuto e o risco de isolamento):

Para ter sucesso, o experimento comunista, sendo uma experiência de adaptação mutual entre seres humanos, deve se realizar em grande escala. Uma cidade inteira, de pelo menos vinte mil habitantes, deve organizar-se para o consumo autogestionário daquilo que satisfaz as necessidades básicas da vida (moradias com seu mobiliário essencial, alimentação e vestuário), com um grande desenvolvimento de agrupamentos livres orientados para a satisfação de elevadas necessidades e de passatempos artísticos, científicos e literários – antes que seja possível dizer qualquer coisa sobre as capacidades ou incapacidades experimentalmente testadas de nossos contemporâneos para a vida comunista. (A propósito, o experimento não é tão inviável quanto possa parecer à primeira vista.)<sup>55</sup> (KROPOTKIN, 2002d<sup>56</sup>, não paginado)

Entretanto, é correto identificar em Kropotkin: 1) uma familiaridade menor que a de Reclus com os problemas urbanos; 2) uma empatia e uma tolerância menores que as de Reclus para com as grandes cidades. Se, por um lado, o anarquista russo foi aquele que mais contribuiu para espacializar o princípio federativo e, na esteira de seus esforços para criticar a divisão do trabalho capitalista, desenvolver o tema da desconcentração/descentralização, por outro lado ele não aprofundou a análise da cidade. O tema da “oposição entre cidade e campo”, no entanto, muito despertou a atenção de Kropotkin, sempre preocupado com a superação dessa “oposição” – sendo essa, com certeza, ao lado de suas preocupações relativas à urbanização capitalista e ao crescimento urbano incessante, a razão pela qual ele se mostrou benevolente para com o modelo das “*garden cities*” do reformista Ebenezer Howard. Mais benevolente, diga-se

---

rien qui pût surprendre, et même il faut y préparer nos esprits comme à un phénomène normal de la vie des sociétés.”

<sup>55</sup> No original: “In order to succeed, the Communist experiment, being an experiment in mutual accommodation among humans, ought to be made on a grand scale. A whole city of, at least, 20,000 inhabitants, ought to organise itself for self-managed consumption of the first necessities of life (houses and essential furniture, food and clothing), with a large development of free groupings for the satisfaction of the higher artistic, scientific, and literary needs and hobbies – before it be possible to say anything about the experimentally tested capacities, or incapacities, of our contemporaries for Communist life. (By the way, the experiment is not so unfeasible as it might seem at first sight.)”

<sup>56</sup> *The Newcastle Daily Chronicle: February 20, 1985, p4.* Reimpresso em *Small Communal Experiments and Why They Fail.*

de passagem, que Reclus. No geral, porém, as contribuições de Reclus e Kropotkin, no que tange às cidades, à urbanização e à relação cidade-campo, são antes complementares que propriamente concorrentes.

Por último, retornemos a Murray Bookchin. A sensibilidade espacial de Bookchin, isto é, sua sensibilidade para com a “geograficidade” do social, se revelou sobretudo em suas reflexões sobre os problemas urbanos e em sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias de mudança sócio-espacial adaptadas às condições das grandes cidades contemporâneas. Comece-se com a sua análise do problema da “urbanização sem cidades” (“*urbanization without cities*”).

De acordo com Bookchin, a urbanização (*urbanization*) deveria ser tratada como sendo algo bem diferente do que ele chamou de “citificação” (“*citification*”). Para ele, a urbanização contemporânea deveria ser entendida como um processo produzido pelo capitalismo – um processo que, na essência, destruiria a beleza das cidades, seria antiecológico, solaparia a qualidade de vida dos cidadãos (devido aos problemas do gigantismo, daqueles envolvendo o tráfego e o transporte, da poluição ambiental etc.) e, *last but not least*, drenaria as energias cívicas (o que levaria ao enfraquecimento da cidadania, na esteira da atomização e da massificação). À diferença da urbanização, a “citificação” corresponderia a um processo de formação de verdadeiras cidades: lugares de intensa vida pública e não espaços de alienação e de conversão dos cidadãos em uma massa anônima de trabalhadores e consumidores manipuláveis, politicamente acomodados e desinteressados de assuntos potencialmente relevantes do ponto de vista dos interesses coletivos. Segundo ele, a urbanização contemporânea nada teria a ver com a formação de cidades como lugares nos quais poderiam florescer o espírito criativo e a liberdade: “o problema da urbanização é antitético àquele da citificação”<sup>57</sup> (BOOKCHIN, 1995a, p. 117<sup>58</sup>). O uso que ele fez da palavra “cidade” soa peculiar e idiossincrático, mas faz sentido à luz da história, como ele repetidamente sublinhou, levando em conta a história urbana e destacando exemplos tão diversos como a antiga *pólis* grega, cidades europeias da Idade Média e *towns* da Nova Inglaterra nos séculos XVI e XVII: “se a metrópole moderna for vista contra o pano de fundo mais amplo da história

<sup>57</sup> No original: “the problem of urbanization is antithetical to citification.”

<sup>58</sup> Trata-se de uma versão revisada de *Urbanization without Cities*.

urbana, ela será vista como a completa negação da vida cidadina tal como esta era concebida durante as eras mais civilizadas do passado”<sup>59</sup> (BOOKCHIN, 1974, p. vii-viii). Não é acidental que

Nós estejamos perdendo, paulatinamente, uma concepção humanística do próprio significado da palavra “cidade”. Paradoxalmente, nós vivemos em um mundo marcado por uma acentuada urbanização – mas onde faltam autênticas cidades.<sup>60</sup> (BOOKCHIN, 1974, p. viii)

E não somente as cidades – dada a sua condição de espaços potenciais, *par excellence*, para o cultivo do espírito, a prática da genuína democracia e a transmissão da cultura – estariam ameaçadas; considerando todos os profundamente antiecológicos aspectos da urbanização, esta afetaria de modo negativo também o campo, para muito além daquilo que os marxistas têm considerado, desde Marx e Engels, como sendo o aspecto positivo da urbanização capitalista desde os seus primórdios: a captura ou “colonização” do campo por (grandes) cidades, tanto econômica quanto política e culturalmente:

O espaço da cidade, com sua proximidade humana, seus bairros variados e sua política em escala humana – assim como o espaço rural, com a sua proximidade com a natureza, seu elevado senso de ajuda mútua e suas relações familiares fortes – está sendo absorvido pela urbanização, com seus sufocantes traços de anonimato, homogeneização e gigantismo institucional.<sup>61</sup> (BOOKCHIN, 1992, p. 3)

Ou, como ele, com eloquência, sintetizou: “a verdade é que tanto a cidade quanto o campo estão, hoje, sob cerco – um cerco que ameaça o próprio lugar da humanidade no ambiente natural”<sup>62</sup> (BOOKCHIN, 1992, p. 3).

Precisamos transformar o atual padrão de expansão de espaços urbanos densamente povoados, substituindo isso por federações de cidades e vilas muito menores, cercadas por pequenas propriedades agrícolas onde se pratica uma

---

<sup>59</sup> No original: “[i]f the modern metropolis is viewed against the larger background of urban history, it will be seen as the complete negation of city life as it was conceived during the more civilized eras of the past.”

<sup>60</sup> No original: “[w]e are slowly losing a humanistic conception of the very meaning of the word “city.” Paradoxically, we live in a world marked by rampant urbanization – but one that lacks real cities.”

<sup>61</sup> No original: “[c]ity space with its human propinquity, distinctive neighborhoods, and humanly scaled politics – like rural space, with its closeness to nature, its high sense of mutual aid, and its strong family relationships – is being absorbed by urbanization, with its smothering traits of anonymity, homogenization, and institutional gigantism”.

<sup>62</sup> No original: “[t]he truth is that the city *and* the country are under siege today – a siege that threatens humanity’s very place in the natural environment”.

agricultura diversificada e orgânica para a própria área local e ligadas entre si por cinturões de árvores, pastagens e prados. Em lugares acidentados e montanhosos, terrenos com declividade acentuada devem ser deixados cobertos por floresta para evitar a erosão, conservar a água e sustentar a vida selvagem. Além disso, cada cidade ou vila deve conter muitos pomares, hortas e jardins, hortos, parques e córregos e lagoas que sustentem peixes e aves aquáticas. Dessa forma, o campo não apenas constitui o entorno imediato da cidade, mas também a impregna.<sup>63</sup> (BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 79)

As contribuições de Bookchin sobre a organização libertária nas condições do mundo contemporâneo ajudam-nos na necessária imunização contra preconceitos e simplismos de tipo “urbanofóbico”, ao mesmo tempo em que não nos induzem a resvalar para simplificações e omissões do tipo oposto, exagerada ou acriticamente “urbanófilas”. Em grande parte, sua análise é mais profunda que a de Henri Lefebvre, e a exigência de uma reconfiguração sócio-espacial que deriva de suas análises possui um alcance mais amplo que a fórmula lefebvriana do “direito à cidade”.

#### PARA (QUASE) ARREMATAR

Por tudo o que foi dito e documentado até agora, uma coisa salta aos olhos: a contribuição do heterogêneo e rico campo libertário para os estudos urbanos tem sido subestimada e subaproveitada. Tanto da parte dos “suspeitos mais usuais”, os conservadores em sentido estrito, quanto da parte dos marxistas, uma conspiração do silêncio vem, há muito tempo, prejudicando uma avaliação justa do legado da linhagem libertária, do século XIX até agora. Tem havido, sem dúvida, as exceções de praxe, como os esforços das últimas décadas para “reabilitar” Reclus. Mesmo essas exceções, todavia, costumam ser bastante imperfeitas e limitadas.

O marxismo alcançou, sem dúvida, grandes realizações no campo teórico. Mesmo concordando com intelectuais libertários como Bookchin, e principalmente Castoriadis, que colaboraram de maneira ímpar para abrir os nossos

<sup>63</sup> No original: “[w]e need to transform the current pattern of densely populated urban sprawl into federations of much smaller cities and towns surrounded by small farms that practice diversified, organic agriculture for the local area and are linked to each other by tree belts, pastures and meadows. In rolling, hilly, or mountainous country, land with sharp gradients should be left covered by timber to prevent erosion, conserve water, and support wildlife. Furthermore, each city and town should contain many vegetable and flower gardens, attractive arbors, park land, and streams and ponds which support fish and aquatic birds. In this way, the countryside would not only constitute the immediate environs of the city but would also directly infuse the city”.

olhos quanto ao “real valor” e aos problemas de grande parte do imponente edifício teórico do marxismo e já começando pelo próprio Marx, ao relativizar a sua pertinência, radicalidade e mesmo consistência, seria injusto e mesmo tolo pretender negar a significativa quantidade de pensadores marxistas, notadamente “heterodoxos”, que colaboraram para enriquecer o patrimônio comum do pensamento crítico: de Anton Pannekoek e Karl Korsch a Edward P. Thompson, Henri Lefebvre, Herbert Marcuse e Raymond Williams, não são poucos os nomes relevantes que poderiam ser arrolados. E, apesar disso, o marxismo nunca teve aquilo que seus partidários com frequência deram a impressão que tivesse: o monopólio do pensamento crítico-radical. Pelo contrário: ainda que em geral trajando vestes intelectuais menos vistosas, dado que comumente não puderam, souberam ou quiseram aproveitar as mesmas oportunidades de carreira acadêmica que se abriram para os marxistas ao longo do século passado, os libertários foram, a rigor, mais ousados em sua crítica da heteronomia e da injustiça social que os herdeiros de Marx. Essa maior ousadia libertária não é válida somente em um plano muito geral, podendo ser aplicada também à análise das cidades e da urbanização, como se pode ver por Bookchin. É uma lástima, sem dúvida, que o mais audacioso, genial e profundo de todos os libertários da segunda metade do século XX, Cornelius Castoriadis, não tenha dado a devida atenção à dimensão espacial da sociedade ou a temas urbanos, conforme se registrou já na nota 14. Mesmo assim, tomando por base as suas reflexões, é possível avançar de modo extraordinário; eis, portanto, uma tarefa para os pesquisadores sócio-espaciais do presente e do futuro.

O marxismo está em crise. Se isso ainda era, algumas décadas atrás, negado por um Perry Anderson, hoje em dia um intelectual marxista honesto como Russell Jacoby admite, em tom melancólico, esse estado de coisas. O fato, contudo, é que o pensamento e a práxis libertários não estão em crise. Estão, bem ao contrário, reemergindo, renascendo desde os anos 90, como uma fênix. O processo está longe de ser coerente ou isento de armadilhas: topamos com hibridismos desconcertantes (fruto de uma influência persistente e insidiosa dos vários “marxismos heterodoxos” que durante décadas têm vicejado à sombra de posições universitárias institucionais), com situações de parcial desconhecimento do próprio passado e das próprias realizações, com inseguranças e, não raro, também com casos de excessiva autoconfiança (nutrida por dogmatismo e sectarismo)... Mas, mesmo assim, a curva que se observa é ascendente, ao passo

que não se pode dizer a mesma coisa do marxismo. Muito embora o futuro seja incerto, em matéria de pensamento e práxis emancipatórios, ele está representado, acima de tudo, pelo campo libertário. Oxalá a pesquisa urbana possa refletir, cada vez melhor, esse quadro.

Por fim, na seção a seguir, são apresentados os trabalhos incluídos neste número, juntamente com algumas palavras sobre os seus autores.

## APRESENTANDO OS AUTORES E OS TRABALHOS DESTES NÚMERO TEMÁTICO

A linhagem libertária é ainda mais antiga que a marxista. Porém, perseguida e massacrada ao longo do século XX, ela se tornou, para efeitos prático-políticos, residual a partir dos anos 40, assim permanecendo até duas décadas atrás. Afora uma ou outra erupção episódica, como a de fins dos anos 60, o espírito libertário, em sentido forte, era já quase dado como extinto – ou, pelo menos, era isso que tantos marxistas gostariam que se pensasse. Por isso, não é acidental que em meio ao renascimento que se pode constatar nos dois últimos decênios, a maior parte dos que se vêm pondo a refletir sobre a práxis libertária (e buscando retroalimentá-la) é formada por pesquisadores e intelectuais jovens. Este número temático de **Cidades** espelha muito bem tal situação: com a exceção do próprio autor destas linhas, todos os demais autores têm menos de 40 anos de idade, alguns até menos de 30. Alguns deles se identificam, fundamentalmente, com o anarquismo clássico, ao passo que outros, demonstrando com seus próprios exemplos a vitalidade e a diversidade contemporâneas do pensamento e da práxis libertários, têm buscado inspiração sobretudo nas releituras e abordagens surgidas ao longo da segunda metade do século XX, como o neoanarquismo de Murray Bookchin e o autonomismo de Cornelius Castoriadis. Sem contar, obviamente, a própria práxis dos interessantes e importantes movimentos sociais apresentados e discutidos nos trabalhos.

O artigo **Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos**, de **Marcelo Lopes de Souza**, possui dois objetivos. Em primeiro lugar, o de esclarecer o significado de certos termos, apontando ao mesmo tempo para uma diversidade de acepções que, se por um lado pode confundir e mesmo indicar banalização e difusão inconsistente, por outro lado, não deixa de ser sinal de vitalidade, sempre que os movimentos sociais redescobrem e até rein-

ventam certas palavras, adaptando-as a novos contextos, diferentes daqueles de origem. Entretanto, é preciso não minimizar o problema da existência de tensões e contradições significativas, quer no plano propriamente discursivo, quer no entrecruzamento desse plano com aquele das demais práticas espaciais concretas. O esclarecimento do conteúdo dos termos autogestão, “autoplanejamento” e autonomia é feito, considerando não apenas a reflexão acadêmica a seu respeito, mas também a produção discursiva e o conjunto das práticas de certos movimentos sociais urbanos contemporâneos – com atenção para o fato de que, assim como os movimentos sociais criam um léxico que amiúde influencia e inspira a produção acadêmica engajada, esta, da mesma forma, foi historicamente apropriada de diferentes maneiras pelos movimentos sociais. O segundo objetivo deste texto é, por isso, examinar, ainda que de modo breve, as promessas e as incoerências que podem ser verificadas na autorrepresentação dos movimentos, as quais indicam possíveis (des)caminhos no tocante à difusão de certas palavras e ideias.

**A “quinta coluna” da cidade heterônoma: Uma reflexão em torno das conquistas e dos limites das práticas espaciais de uma parcela do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**, de **Eduardo Tomazine Teixeira**, considera que as ocupações do movimento dos sem-teto Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) e Quilombo das Guerreiras (2006), localizadas no Centro do Rio de Janeiro, podem ser tidas na qualidade de pequenos enclaves em que são exercitadas práticas espaciais substancialmente distintas das práticas hegemônicas de uma metrópole estruturalmente heterônoma como a do Rio de Janeiro (ou, de resto, qualquer metrópole capitalista). Deste fato deriva uma tensão que, se analisada com cuidado, ajuda-nos a elucidar o problema de como são possíveis “ganhos de autonomia” em uma cidade basicamente heterônoma através de uma ação “de baixo para cima” dos cidadãos. Alguns exemplos dessa tensão são os investimentos político-simbólicos contidos nos procedimentos de escolha dos topônimos das ocupações e a assimetria na sua apropriação pelos moradores; as dificuldades que ameaçam a autogestão dos seus territórios, instituída através dos “coletivos” dos moradores; e as tentativas, frequentemente mal sucedidas, de constituição de cooperativas autogeridas. O objetivo do artigo é, além de descrever essas tensões, tentar compreender as razões para as dificuldades, bem como o “fundamento” das soluções que uma parcela do movimento dos sem-teto tem encontrado.

**A microfísica do poder instituinte: O processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro** é o artigo de **Rafael Gonçalves de Almeida**, no qual ele apresenta alguns resultados de sua pesquisa de mestrado, buscando lançar luz sobre o processo de territorialização das ocupações de sem-teto representativas da chamada (por SOUZA; TEIXEIRA, 2009) variante “por coletivo” (utilizando como estudo de caso a ocupação Quilombo das Guerreiras e, como “caso de contraste”, a ocupação Chiquinha Gonzaga). Como ele bem salienta, o território é algo que está “sempre em processo de fazer-se”, além de ser “imaneente às relações de poder”. Dessa maneira, qualquer processo de territorialização envolve, necessariamente, mais que a mera delimitação de fronteiras e limites, uma vez que o território incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, condicionando-as. É justamente isso que, nas palavras do autor, “torna tais processos ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.”

Em seu artigo **Entre territórios dissidentes, utopias e lutas: Notas sobre a Comunidade Autônoma Utopia e Luta (Porto Alegre)**, **Renata Ferreira da Silveira** nos apresenta a Comunidade Autônoma Utopia e Luta, sua história, sua organização, suas relações de poder e sua quotidianidade, no contexto de uma reflexão sobre a busca pela autogestão. Para tanto, a autora oferece, de início, uma breve incursão nos temas da autogestão e do anarquismo especificista (interpretação que, surgida nos marcos da Federação Anarquista Uruguaia [FAU], encontra hoje certa influência no Brasil), para, em seguida, debruçar-se sobre o riquíssimo cotidiano da referida ocupação – que Renata Silveira, acompanhando uma determinada sugestão terminológico-conceitual, com apuro caracteriza como um exemplo de território dissidente.

Em seguida, em seu trabalho **Difusão da cultura punk como difusão da ideia de anarquia**, **Nécio Turra Neto** aborda uma faceta ainda hoje relativamente pouco discutida do movimento libertário: a cultura (anarco-)punk. Como salienta o autor, “caminhos tortuosos conduziram a cultura punk até o anarquismo, formando no seio desta cultura a dissidência anarcopunk e, com ela, o movimento anarcopunk”. Trata-se de um movimento que há muito se faz presente em várias cidades brasileiras, e não somente em metrópoles. No entanto, como Nécio também destaca, esse movimento “não conseguiu salvar a cultura política punk das investidas da indústria cultural, que continua importante canal de difusão desta cultura para contextos urbanos os mais di-

versos.” Após tentar traçar a trajetória de aproximação entre a cultura *punk* e o anarquismo, tanto no mundo quanto no Brasil, o autor detalha informações referentes a dois contextos locais específicos, velhos conhecidos seus: as cidades de Londrina e Guarapuava, no Paraná.

**São Paulo no limiar do século XX: O operariado enquanto subvertedor da “ordem” espacial** é o título da contribuição de **Amir El Hakim de Paula**, cujo artigo tem como objetivo discutir de que forma a cidade de São Paulo passou por um processo de segregação espacial no início do século XX, relegando às classes mais pobres os arrabaldes, e como a classe operária, organizada sob o anarcossindicalismo, questionou essa situação. O autor focaliza as greves e as manifestações públicas enquanto instrumentos de luta e protesto, a fim de possibilitar a emergência de um espaço mais democrático. Duas manifestações dos trabalhadores recebem destaque especial, no que tange ao que o autor denomina uma apropriação espacial operária: as Manifestações contra a Carestia de Vida, de 1913, e a Greve Geral de 1917. Tais eventos já foram discutidos no âmbito da História e da Sociologia, mas o texto de Amir tenta colaborar para preencher a lacuna que são os aspectos espaciais desses dois movimentos.

O artigo de **Glauco Bruce Rodrigues, Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)** tem como objetivo geral realizar a análise das práticas espaciais protagonizadas pelos anarquistas durante a Guerra Civil espanhola na capital da Catalunha. Após uma introdução em que são analisados o contexto e as causas da Guerra Civil, os agentes e os projetos políticos envolvidos, o autor discorre sobre as características de Barcelona antes da Guerra Civil, a fim de ser possível avaliar os impactos das transformações realizadas pelos anarquistas: o padrão de segregação sócio-espacial, as estratégias de sobrevivência dos desempregados, as práticas de controle e vigilância do espaço urbano, a mobilidade, a produção do espaço de referência identitária baseada na experiência do bairro e, por fim, os conflitos de classe que contribuíram para conformar o espaço urbano em questão. Por último, Glauco analisa as práticas espaciais dos anarquistas e seus impactos na gestão e planejamento urbanos: o processo de coletivização, a constituição dos comitês revolucionários de bairros e os novos usos do espaço urbano. É avaliada a intensidade das transformações que foram realizadas, tendo por finalidade fazer um balanço crítico da experiência anarquista espanhola, em particular, em Barcelona.

Fechando este número temático, o artigo **Ativismo transnacional e espaços urbanos fronteiriços: Possibilidades de uma práxis libertária**, de **Rafael Zilio Fernandes**, traz uma discussão a respeito das possibilidades da constituição de ativismos sociais transnacionais e seu significado para cidades fronteiriças. Partindo do pressuposto de que a condição fronteiriça de certas cidades representa um caso particular de espacialidade, o autor aborda as relações entre ativismos e o espaço transfronteiriço, refletindo a partir de algumas questões: como cidades que se espriam por dois países diferentes, ao longo de uma fronteira internacional, apresentam um potencial para a emergência de ativismos e, em particular, de movimentos emancipatórios? Que recursos espaciais a condição fronteiriça de determinados espaços urbanos apresenta para catalisar movimentos de caráter libertário, mesmo a fronteira sendo, numa primeira aproximação, uma expressão da heteronomia estatal instituída no espaço? Como os movimentos emancipatórios podem utilizar o espaço urbano fronteiriço enquanto instrumento ou mesmo nó de uma rede geográfica potencializadora de uma práxis libertária?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOOKCHIN, Murray. *The Limits of the City*. Nova Iorque e outros lugares: Harper Colophon Books, 1974 [1973].
- \_\_\_\_\_. *Urbanization without Cities*. The Rise and the Decline of Citizenship. Montreal e Cheektowaga: Black Rose Books, 1992.
- \_\_\_\_\_. *From Urbanization to Cities*. Toward a new politics of Citizenship. London: Cassel, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*. Oakland e Edimburgo: AK Press, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *Municipalization: Community Ownership of the Economy*. 2002a [1986]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bookchin/gp/perspectives2.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives2.html). Acesso em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Libertarian municipalism: The New Municipal Agenda*. 2002b [1987]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bookchin/libmuni.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/libmuni.html). Acesso em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. *The Meaning of Confederalism*. 2002c [1989]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bookchin/gp/perspectives20.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives20.html). Acesso em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Libertarian Municipalism: An Overview*. 2002d [1991]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bookchin/gp/perspectives24.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives24.html). Acesso em: 12 jan. 2002 [Reprodução de um artigo publicado na revista *Green Perspectives*, Number 24, October 1991.]

- \_\_\_\_\_. *Post-Scarcity Anarchism*. 3 ed. Edinburgh e Oakland: AK Press, 2004 ([1971],
- \_\_\_\_\_. *The Ecology of Freedom*. The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Oakland e Edinburgh: AK Press, 2005 [1982].
- \_\_\_\_\_. *Social Ecology and Communalism*. Oakland e Edinburgh: AK Press, 2007.
- BOOKCHIN, Murray *et al.* *Defending the Earth*. A Debate Between Murray Bookchin and Dave Foreman. Montreal e Nova Iorque: Black Rose Books, 1991 [1989-1990].
- BOOKCHIN, Murray *et al.* *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!* São Paulo: Imaginário, IEL e Nu-Sol, 2003.
- BRENNER, Neil. “What is critical urban theory?”. *City*, Londres, v. 13 n. 2-3, p. 198-207, 2009.
- BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. “Cities for people, not for profit: Introduction”. *City*, Londres, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L’institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- \_\_\_\_\_. Technique. In: \_\_\_\_\_. *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil, 1978. p. 221-248.
- \_\_\_\_\_. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979]. p. 11-34.
- \_\_\_\_\_. Introdução: a questão da história do movimento operário. In: \_\_\_\_\_. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1973]. p. 11-78.
- \_\_\_\_\_. L’époque du conformisme généralisé. In : \_\_\_\_\_. *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990a [1989]. p. 11-24.
- \_\_\_\_\_. Pouvoir, politique, autonomie. In: \_\_\_\_\_. *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990b. p. 113-139.
- \_\_\_\_\_. La démocratie comme procédure et comme régime. In: \_\_\_\_\_. *La montée de l’insignifiance – Les carrefours du labyrinthe IV*. Paris: Seuil, 1996. p. 221-241.
- CHARDAK, Henriette. *Élisée Reclus, une vie: L’homme qui aimait la Terre*. Paris: Stock, 1997.
- COLECTIVO SITUACIONES. *Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Colectivo Situaciones e Ediciones de Mano a Mano, 2002.
- DI MARCO, G. *et al.* *Movimientos sociales en la Argentina. Asambleas: La politización de la sociedad civil*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, 2003.
- FLEMING, Marie. *The Geography of Freedom*. Black Rose: Montreal e Nova Iorque, 1988.
- GIBLIN, Béatrice. Élisée Reclus: géographie, anarchisme. *Hérodote*, Paris, n. 2, p. 30-48. 1976.
- \_\_\_\_\_. Élisée Reclus, 1830-1905. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 6-13, 1981a.
- \_\_\_\_\_. Élisée Reclus et les colonisations. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 56-79, 1981b.
- \_\_\_\_\_. [Introdução e comentários à seleção de passagens de] *L’Homme et la Terre*, de Élisée Reclus. Paris: François Maspero, 1982. 2 vols
- GRAHAM, Stephen. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Londres: Verso, 2010.

- GRONEMEYER, Marianne. Soziale Bewegungen im Dilemma. In: ENGELKE, Rolf *et al.* (org.): *Soziale Bewegungen im globalisierten Kapitalismus*. Bedingungen für emanzipative Politik, 2005. p. 9-17.
- GUÉRIN, Daniel. *L'anarchisme: De La doctrine à La pratique* [seguido de *Anarchisme et marxisme*]. Paris: Gallimard, edição revista e aumentada. 2009 [1965-1981, 1976].
- GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes, 1980 [1964].
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980 [1973].
- HERBER, Lewis [Murray Bookchin]. *Crisis in our Cities*. Death, Disease, and the Urban Plague. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall, 1965
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. El significado de la revolución hoy. 3 ed. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2005 [2002]. (em colaboração com a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla).
- JACOBY, Russell. *The End of Utopia: Politics and Culture in an Age of Apathy*. Nova Iorque: Basic Books, 2000.
- KROPOTKIN, Piotr. *What Geography Ought to Be. The Nineteenth Century*. v. 18, p. 940-956, 2002a [1885]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/whatgeobe.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html). Acesso em: 12 jan. 2002
- \_\_\_\_\_. *The Industrial Village of the Future. Nineteenth Century*, p. 513-530, 2002b [1888]. Disponível em 12/01/2002: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/futurerevillage.pdf](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/futurerevillage.pdf). Acesso em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. On the Teaching of Physiography. *The Geographical Journal*, v. 2, n. 4, p. 350-359, 2002c [1893]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/teachinggeo.pdf](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/teachinggeo.pdf) Acessado em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. Proposed Communist Settlement: A New Colony for Tyneside or Wearside. 2002d [1895]. Disponível em: <http://flag.blackened.net/daver/anarchism/kropotkin/propsett.html>. Acesso em: 12 jan. 2002
- \_\_\_\_\_. *Fields, factories and workshops*. 2002e [1899]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/fields.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/fields.html). Acessado em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Mutual Aid*. Londres: Heinemann. 2002f [1902]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/mutaidcontents.htm](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/mutaidcontents.htm) Acesso em: 12 jan. 2002
- \_\_\_\_\_. *The Conquest of Bread*. Nova Iorque e Londres: G.P. Putnam's Sons. 2002g [1906]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/conquest/toc.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/conquest/toc.html). Acesso em: 12 jan. 2002
- \_\_\_\_\_. *The Great French Revolution – 1789-1793*. Nova Iorque: Schocken Books. 2002h (1909). Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/frenchrev/frontpiece.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/frenchrev/frontpiece.html) Acesso em: 12 jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Anarchism*. 2002i [1910]. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/kropotkin/britanniaanarchy.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/britanniaanarchy.html). Acesso em: 12 jan. 2002.
- LACOSTE, Yves. Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus. *Hérodote*, Paris, n. 22, p. 14-55. 1981.

- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. 4 ed. Madri: Alianza Editorial, 1983 [1970].
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991 [1968].
- \_\_\_\_\_. *L'irruption: de Nanterre au sommet*. Paris: Syllepse, 1998 [1968].
- \_\_\_\_\_. Theoretical problems of *autogestion*. In: LEFEBVRE, Henri. *Lefebvre State, Space, World*. (Edited by N. Brenner and S. Elden). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009 [1966]. p. 138-152.
- MARCOS [Subcomandante Insurgente]. *Ni el centro ni la periferia*. 2009 [2007]. Disponível em: [http://redlatinasinfronteras.wordpress.com/2008/01/29/mex\\_zap-textos-presentados-por-el-sci-marcos-enlaces](http://redlatinasinfronteras.wordpress.com/2008/01/29/mex_zap-textos-presentados-por-el-sci-marcos-enlaces). Acesso em: 10 fev. 2009.
- MAYER, Margit. 'The 'Right to the City' in the context of shifting mottos of urban social movements. *City*, Londres, v. 13, n. 2-3, p. 362-74, 2009.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 [1992].
- PELLETIER, Philippe. A cidade e a Geografia Urbana em Élisée Reclus e sua época. In: COELHO, Plínio Augusto (Org). *Renovação de uma cidade/Repartição dos homens*. São Paulo: Editora Imaginário e Expressão & Arte, 2010 [2005]. p. 9-28.
- \_\_\_\_\_. A grande cidade entre barbárie e civilização em Élisée Reclus. In: CREAGH, Ronald et al.: *Élisée Reclus e a Geografia das Liberdades*. São Paulo: Imaginário e Expressão & Arte, 2011 [2007]. p. 95-124.
- RANKIN, Katharine. N. Critical development studies and the praxis of planning. *City*, Londres, v. 13 n. 2-3, p. 219-229, 2009.
- REBÓN, Julián; SAAVEDRA, Ignácio. *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- RECLUS, Élisée. Le Brésil et la colonisation [em duas partes]. *Revue des Deux Mondes*, vols. 39 (p. 930-59) e 40 (p. 375-414), 1862. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64853z.r=reclus.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. De l'action humaine sur la géographie physique – L'Homme et la Nature. *Revue des Deux Mondes*, vol. 54 (15 de dezembro), p. 762-771, 1864. [Comentário bibliográfico sobre *Man and Nature*, de G. P. Marsh.] Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k66040w/f5.image.r=L%E2%80%99Homme+et+la+Nature:+De+%E2%80%99action+humaine+sur+la+g%C3%A9ographie+physique.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. Du sentiment de la Nature dans les sociétés modernes. *Revue des Deux Mondes*, vol. 63 (15 de maio), p. 352-381, 1866. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660328.r=du+sentiment+de+la+nature+dans+les+soci%C3%A9t%C3%A9s+modernes.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. *La Terre*. Description des phénomènes de la vie du globe. Paris: Hachette, 2 vols. 1868-1869. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Nouvelle Géographie Universelle*. La Terre et les Hommes. Paris: Hachette, 19 vols. 1876-1894. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.

\_\_\_\_\_. The evolution of cities. *The Contemporary Review*, v. 67, n. 2, p. 246-264, 1985. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660448.r=reclus.langPT>. Acesso em: 11 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *L'Homme et la Terre*. Paris: Librairie Universelle, 6 vols. 1905-1908. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 11 out. 2010.

SARRAZIN, Hélène. *Élisée Reclus ou la passion du monde*. Paris: La Découverte, 1985.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Together with the state, despite the state, against the state*: Social movements as 'critical urban planning' agents. *City*, Londres, v. 10, n. 3, p. 327-342, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Fobópole*: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Londres, v. 13, n. 1, p. 26-52, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

SVAMPA, Maristella; Pereyra, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: La experiencia de las organizaciones piqueteras*. 2 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004 [2003].

ZIBECCHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta. Argentina*: La sociedad en movimiento. Buenos Aires e Montevideo: Letra Libre e Nordan Comunidad, 2003.

\_\_\_\_\_. *Autonomías y emancipaciones*: América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

\_\_\_\_\_. *Territorios en resistencia*: Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2008.

# AUTOGESTÃO, “AUTOPLANEJAMENTO”, AUTONOMIA: ATUALIDADE E DIFICULDADES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS LIBERTÁRIAS DOS MOVIMENTOS URBANOS

MARCELO LOPES DE SOUZA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
mlopesdesouza@terra.com.br

## RESUMO

O presente artigo possui dois objetivos. Em primeiro lugar, o de esclarecer o significado de certos termos, a começar por “autogestão”, apontando ao mesmo tempo para uma diversidade de acepções que, se por um lado pode confundir e até mesmo indicar banalização e difusão inconsistente, por outro lado não deixa de ser sinal de vitalidade, sempre que os movimentos sociais redescobrem e até reinventam certas ideias (princípios, bandeiras de luta, formas de organização), adaptando-as a novos contextos, diferentes daqueles de origem. Entretanto, é preciso não minimizar o problema da existência de tensões e contradições significativas, quer no plano propriamente discursivo, quer no entrecruzamento desse plano com aquele das demais práticas espaciais concretas. O esclarecimento do conteúdo dos termos autogestão, “autoplanejamento” e autonomia será feito considerando não somente a reflexão acadêmica a seu respeito, mas também a produção discursiva e o conjunto das práticas de certos movimentos sociais contemporâneos – com atenção para o fato de que, assim como os movimentos sociais criam um léxico que amiúde influencia e inspira a produção acadêmica engajada, esta foi, também, historicamente apropriada de diferentes maneiras pelos movimentos sociais. O segundo objetivo deste texto é, por isso, examinar, ainda que sumariamente, as promessas e as incoerências que podem ser verificadas na autorrepresentação dos movimentos, as quais indicam possíveis (des)caminhos no tocante à difusão de certas palavras e ideias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autogestão. “Autoplanejamento”. Autonomia. Discurso. Práticas espaciais. Movimentos sociais urbanos.

SELF-MANAGEMENT, SELF-PLANNING, AUTONOMY: SIGNIFICANCE AND DIFFICULTIES OF SOCIAL MOVEMENTS’ LIBERTARIAN PRACTICES

**ABSTRACT**

This article has two objectives. First, to clarify the meaning of certain terms, beginning with self-management [*autogestão*], while stressing the diversity of meanings, a situation which on the one hand can be sometimes confusing and even be a symptom of trivialization, but on the other hand and nonetheless can also be a sign of vitality, as social movements very often rediscover and even reinvent particular ideas (principles, mottos, forms of organization) and adapt them to new contexts. However, one must minimize the problem that consists in the existence of significant tensions and contradictions, both at the level of discourse itself and at the level of concrete spatial practices in general. The task of clarifying the meaning of terms such as self-management, self-planning [*autoplanejamento*] and autonomy is undertaken considering not only the academic reflections about them, but also the discourses and practices of contemporary social movements. Within this framework, I pay particular attention to the fact that not only social movements’ parlance and practices often influences and inspires academics, but ideas developed by people with a scientific/academic training have been historically used and assimilated in different ways by activists. The second aim of this paper is therefore to examine, albeit briefly, the promises and inconsistencies that can be observed at the level of social movements’ self-representations, as these promises and inconsistencies indicate potentialities and obstacles regarding the diffusion of certain ideas and terms.

**KEYWORDS:** Self-management. Self-planning. Autonomy. Discourse. Spatial practices. Urban social movements.

## INTRODUÇÃO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E A REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS ESPACIAIS EMANCIPATÓRIAS

O presente artigo possui dois objetivos. Em primeiro lugar, e com uma função propedêutica, o de esclarecer o significado de certos termos, apontando ao mesmo tempo para uma diversidade de acepções que, se por um lado pode confundir e até mesmo indicar banalização e difusão inconsistente, por outro lado não deixa de ser sinal de vitalidade, sempre que os movimentos sociais redescobrem e até reinventam certas ideias (princípios, bandeiras de luta, formas de organização), adaptando-as a novos contextos, diferentes daqueles de origem. Entretanto, é preciso não minimizar o problema da existência de tensões e contradições significativas, quer no plano propriamente discursivo, quer no entrecruzamento desse plano com aquele das demais práticas espaciais concretas.<sup>1</sup> O esclarecimento do conteúdo dos termos autogestão, “autoplanejamento” e autonomia será feito considerando não somente a reflexão acadêmica a seu respeito, mas também a produção discursiva e o conjunto das práticas de certos movimentos sociais contemporâneos – com atenção para o fato de que, assim como os movimentos sociais criam um léxico que amiúde influencia e inspira a produção acadêmica engajada, esta foi, também, historicamente apropriada de diferentes maneiras pelos movimentos sociais. O segundo objetivo deste texto é, por isso, examinar, ainda que sumariamente, as promessas e as incoerências que podem ser verificadas na autorrepresentação dos movimentos, as quais indicam possíveis (des)caminhos no tocante à difusão de certas palavras e ideias.

As formas “horizontais” e antiautoritárias de organização sofreram um eclipse durante muitas décadas, no século passado. Aquilo que já se desenhava desde fins do século XIX ficou ainda mais evidente após a Guerra Civil Espanhola, que foi, por muito tempo, o último momento em que as posições libertárias (nesse caso, mais especificamente, anarquistas) desempenharam um papel relevante como força social viva. O final dos anos 1960 representou uma breve e criativa exceção, mas o fenômeno foi logo abafado. Durante muito tem-

---

<sup>1</sup> A produção discursiva que (res)significa um espaço, intervindo na sua percepção e na sua vivência enquanto lugar (a aceitação social das pessoas que ali vivem e dos usos que nele têm palco), é, ela própria, uma prática espacial, amalgamada com outros componentes das práticas espaciais, diretamente políticos ou materiais. Como em um amálgama, aliás, distinções nem sequer são possíveis a olho nu: o discurso é político, expressa e influencia o poder, e pode ter consequências materiais, sem contar os seus condicionantes econômicos e políticos.

po, autogestão e autonomia estiveram restritas a debates acadêmicos, ou então à prática de pequenos grupos sem maior expressão.

A partir dos anos 90, movimentos sociais pelo mundo afora, e principalmente na América Latina (zapatistas em Chiapas, uma parte dos *piqueteros* argentinos e uma pequena parcela do movimento dos sem-teto brasileiro, entre outros), vêm recolocando os princípios e as formas de organização libertários na ordem do dia. A euforia conservadora dos anos imediatamente posteriores à queda do Muro de Berlim (“fim da história” e outras bobagens de teor semelhante) consolidou-se sob a forma de uma hegemonia liberal que, no entanto, vem sendo desafiada. Diferentemente do que, décadas atrás, queria fazer crer a então primeira-ministra inglesa Margareth Thatcher (“there is no alternative”), há, sim, alternativas – e não somente ao binômio capitalismo + “democracia” representativa, mas também ao marxismo-leninismo.

Pode-se falar, a partir da década de 1990, de uma “nova geração” ou “nova safra” de movimentos sociais. À semelhança daqueles que, em muitos países do mundo, emergiram nos anos 1960 e 1970 e ficaram conhecidos como “novos movimentos sociais”, também os da “nova geração” não se restringem à esfera da produção, nem possuem na contradição entre capital e trabalho seu único elemento definidor. Outros tipos de opressão, além da exploração do trabalho assalariado sob o capitalismo, como, por exemplo, o racismo e a opressão de gênero, são extremamente valorizados nas agendas de muitas organizações e movimentos dessa “segunda geração”. Contudo, diferentemente de alguns daqueles movimentos dos anos 60 e 70, os da “nova geração” parecem encarnar melhor, tipicamente, um “particularismo militante”<sup>2</sup>, tentando consistentemente ultrapassar o localismo e o paroquialismo (“*politics of turf*”, como diriam os anglo-saxões), a estreiteza de agenda (ou seja, a dificuldade de tematizar criticamente, de maneira articulada, diferentes tipos de opressão e conflitos, como luta de classes e racismo) e, claro, o clientelismo. Há, sem embargo, in-

<sup>2</sup> A ideia de “particularismo militante” (*militant particularism*) remete ao escritor, crítico literário e pensador social Raymond Williams (1989, p. 249), e consiste em, partindo-se de identidades, mobilizações e agendas particulares (local ou regionalmente enraizadas), chegar a perceber questões de interesse bastante geral, o que dá ensejo ao enfrentamento decidido de processos e problemas atinentes a forças cujo alcance geográfico é bastante abrangente (vale dizer, nacionais e/ou internacionais/globais). Em resumo, é a capacidade de um grupo social em conseguir conferir conscientemente uma dimensão “universal” à sua luta, conquanto tendo como ponto de partida questões e motivações imediatas específicas/locais. Contrapõe-se ao que o presente autor vem chamando de “corporativismo territorial” (vide p.ex. SOUZA, 2006, p. 292-294, 542).

consistências outras, de vários tipos e em vários graus. Não raro, o “novo” e o “velho” se acham complexamente amalgamados (ou, pelo menos, justapostos) nessa “nova geração”, como, aliás, muitas vezes também estavam na “geração” anterior. Em que sentido, é o que veremos mais à frente.

### **AUTOGESTÃO: O QUE É, PARA QUE SERVE E A QUEM SERVE**

Muito embora a palavra autogestão seja fruto da segunda metade do século XX, a ideia e as práticas que o termo recobre fazem parte da herança deixada pelo anarquismo clássico. Procurando desfazer mal-entendidos, assim expressou-se a seu respeito, por exemplo, René Berthier, de um ponto de vista anarcossindicalista:

Os libertários foram os primeiros, e durante muito tempo os únicos, a desenvolver a teoria da autogestão e dela fazer um princípio de ação. Hoje, essa palavra, muito degradada, empregada por quase todo o mundo, perdeu muito de sua significação, na medida em que a realidade que ela implica pode ser extremamente variável segundo aquele que a reivindique. “Autogestão” é, antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarco-sindicalistas: ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política. (BERTHIER, 2002, p. 61-62)

Apesar das aparências, a abordagem de Berthier circunscreve fortemente a autogestão ao terreno da economia. Quando se examina o texto em seu conjunto, percebe-se que a alusão ao “local de moradia” é quase acessória, quase acidental; o domínio privilegiado da autogestão é o da produção, e o indivíduo enquanto trabalhador é posto em primeiríssimo plano. Mais abrangente é a compreensão de Cornelius Castoriadis, o qual, de um ângulo igualmente libertário, porém não anarquista, e sim autonomista,<sup>3</sup> sintetizou o essencial da questão desta forma:

---

<sup>3</sup> Entendidos de maneira ampla e generosa, o pensamento e as práticas políticas libertários constituem uma “família” relativamente heterogênea de correntes e subcorrentes. Como em toda família, também aí houve e há divergências e até mesmo rugas. Há, não obstante, um forte elemento comum: uma postura simultaneamente anticapitalista e de oposição ao marxismo-leninismo, tendo em conta os seus elementos autoritários e conservadores. Diferentemente do que se pode depreender das falas de muitos anarquistas, a posição libertária não se limita ao anarquismo. A “família” libertária compreende, sobretudo, o anarquismo clássico e suas vertentes específicas (o “mutualismo”, inspirado em Proudhon, a intuição e o exemplo de Bakunin, o “comunismo libertário” de Kropotkin, o anarcossindicalismo etc.), os neoanarquistas (que, como Murray Bookchin, buscaram e vêm buscando, desde a segunda metade do século passado,

Conseqüentemente, o único modo concebível de organização da produção e do trabalho é a gestão coletiva por todos os participantes, como não tenho parado de dizer desde 1947, o que em seguida se chamou autogestão – na maior parte do tempo para fazer dela um cosmético reformista do estado de coisas existente ou um “terreno de experimentação”, calando-se cuidadosamente sobre as implicações colossais que acompanham do começo ao fim a idéia de autogestão. Mencionei aqui apenas duas dessas implicações, explicitadas já em 1955-1957 nos dois textos “Sobre o conteúdo do socialismo” [...]. Uma verdadeira gestão coletiva, uma participação ativa de todos nos negócios comuns, seria praticamente inconcebível se fosse mantida a diferenciação das remunerações (manutenção, aliás que, sob nenhum aspecto, não poderia justificar absolutamente nada). A autogestão implica a igualdade de todos os salários, rendimentos etc. Por outro lado, a autogestão desmoronar-se-ia rapidamente por dentro se se tratasse apenas de “autogerir” o amontoado de excrementos existente. A autogestão não poderia afirmar-se e desenvolver-se se não provocasse, de imediato, uma transformação consciente da tecnologia existente – da tecnologia instituída – para adaptá-las às necessidades, às aspirações, às vontades dos homens, tanto como produtores quanto como consumidores. Ora, não somente não se vê como seriam fixados *a priori* os limites dessa transformação, como também é evidente que ela não poderia ter limites. Pode-se, se se quiser, chamar a autogestão de auto-organização; mas auto-organização *de quê?* A auto-organização é também auto-organização das condições (herdadas social e historicamente) nas quais ela se desenrola. E estas condições, condições instituídas, englobam tudo: as máquinas, as ferramentas, os instrumentos de trabalho, mas também seus produtos; o seu meio, mas também os locais de vida, isto é, o habitat, e a relação entre os dois; e também, sobretudo, evidentemente, os indivíduos presentes e futuros, os seres humanos, sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo – sua *paidéia*. Autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a auto-instituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade. (CASTORIADIS, 1983, p. 20)

A preocupação de Castoriadis, não menos que a de Berthier, também era, como se pode constatar, com a banalização (e a usurpação) da palavra, a qual se popularizou a partir da Itália (*autogestione*) e, principalmente, da França (*autogestion*), embora remeta originalmente à antiga Iugoslávia.<sup>4</sup> Autogestão

---

renovar a tradição) e o pensamento autonomista (explicitamente crítico do anarquismo em alguns pontos; conforme será melhor exposto na seção três a seguir, trata-se de uma vertente que teve como principal formulador, no terreno da Filosofia Política, o pensador greco-francês Cornelius Castoriadis).

<sup>4</sup> A palavra servo-croata *samoupravje* (em que *samo* corresponde ao grego *autos*, e *upravje* equivale a “gestão”) poderia, em princípio, ser tomada como a inspiração para o francês *autogestion* e, a partir daí, para o italiano *autogestione*, o espanhol *autogestión* e o português autogestão. (Em inglês, *self-management* não possui a mesma força política; às vezes se usa, por isso, a expressão “*workers self-management*”, mas mesmo assim não se alcança a amplitude que se consegue nas línguas latinas. Tampouco a palavra alemã *Selbstverwaltung*, em que *selbst* significa “o próprio”

significa gestão da produção pelos próprios trabalhadores, mas também pode e deve significar, mais amplamente – como não escapou a Castoriadis –, a gestão da sociedade (espaço aí incluído) pelo conjunto de cidadãos, em contraposição à tutela por parte de uma elite dirigente e de um aparelho de Estado.

Fala-se, hoje em dia, em “autogestão”, no âmbito dos movimentos sociais da “nova geração” ou em ambientes que não lhe são distantes, a propósito de experiências como a “autogestão” de fábricas e outras empresas que, após a falência (amiúde fraudulenta) de suas firmas, são recuperadas e administradas diretamente por trabalhadores, sem a presença de um patrão capitalista. No Brasil, uma entidade como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, fundada em 1994, tem ajudado a organizar esse tipo de iniciativa, além de difundir a ideia.<sup>5</sup> Os problemas, entretanto, não são poucos. Se, para Castoriadis, a autogestão implica igualdade de rendimentos, o fato é que é comum, nas “empresas de autogestão” geridas em forma de cooperativas, que haja disparidade de retirada entre os cooperados, dependendo do tipo de atividade desenvolvida: atividades manuais são recompensadas com menores retiradas, ao passo que as técnicas e administrativas dão direito a retiradas maiores. Para Paul Singer – autor que defende esse tipo de desigualdade –, a situação se justifica, aos olhos dos cooperados de muitas empresas, para que estas não percam a colaboração dos indivíduos “mais qualificados, que poderiam obter melhor remuneração em empresas capitalistas”; ademais, a maioria dos cooperados, em algumas empresas, segundo o mesmo autor, “[...] acha natural que certos trabalhadores valham mais do que outros, pois os trabalhadores aceitam e defendem a hierarquia profissional a que foram acostumados” (SINGER, 2002, p. 12). Em face disso, seria a desigualdade de retiradas uma postura “realista”? “Realista” ou não, os argumentos em favor justificam práticas que estão no cerne do modelo social e do imaginário capitalistas: desigualdade de rendimentos e separação (material e simbólica) entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa “autogestão” é, com efeito, uma vitória de Pirro...

---

e *Verwaltung*, “administração” ou, por extensão, “gestão”, possui a mesma força política das palavras neolatinas.) Contudo, a experiência iugoslava sob Tito foi, no máximo, uma fonte de inspiração terminológica; com razão, seu conteúdo foi rejeitado pelos libertários, que nela viram nada mais que uma variante atenuada e relativamente descentralizada do stalinismo.

<sup>5</sup> Consulte-se, sobre essa entidade (sua história, seu espírito e suas atividades), ANTEAG (s/d) e ANTEAG (2004).

Na Argentina, país onde, em comparação com o Brasil, o “movimento de empresas recuperadas” se acha mais aprofundado e espreado (seja pelo número de unidades produtivas envolvidas, seja pela ancoragem legislativa já alcançada), o autor do presente artigo teve a oportunidade de visitar duas delas, em 2007: a fábrica de doces e artigos de confeitaria GHESCO (atualmente também conhecida como Cooperativa de Trabajo Vieytes) e a fábrica de biscoitos Grissinopoli (gerida pela cooperativa La Nueva Esperanza). Lá, o autor conversou com algumas pessoas que nelas trabalham, além de entrevistar também um advogado que tem dado suporte jurídico ao movimento.<sup>6</sup> Salta aos olhos que muitas “empresas recuperadas” se organizam em cooperativas, nas quais, a despeito da ausência de um patrão, a mentalidade reinante faz com que os cooperativados se assemelhem, de certa forma, a uma “coletividade de pequenos patrões”, uma vez que não se opõem (mais) ao sistema que os envolve. Longe de adotarem uma perspectiva antissistêmica, muitas vezes os pequenos gestores dessas unidades produtivas buscam somente a eficiência, aumentar a sua fatia de mercado e maximizar seus ganhos, pouco ou nada se importando com coisas como “consumo consciente” (ou seja, veicular, por meio dos produtos, mensagens de conscientização política) ou o estabelecimento de laços de cooperação com outros movimentos sociais. Qual é a implicação, para a própria difusão dos termos autogestão e *autogestión*, de se desvincular a fábrica da sociedade em que ela se insere? “Salvar a própria pele” e garantir a ocupação daqueles que reencontraram um “lugar ao sol” em meio ao sistema que os havia deixado ao desamparo – e nada além disso?...<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Trata-se de Luis Caro, na verdade fundador e presidente do Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores (MNFRT). O MNFRT surgiu em 2003, a partir de uma cisão do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), criado em 2001. Em 2007 o MNER, considerado (ao menos em parte) como mais crítico e menos legalista que o MNFRT, já havia sido suplantado por este último na luta pela hegemonia, e se achava em crise.

<sup>7</sup> E esta é somente uma das debilidades e contradições que, apesar das indiscutíveis vitórias e qualidades, corroem e enfraquecem o movimento argentino de empresas recuperadas. Rebón e Saavedra (2006), em um estudo sério e equilibrado onde apresentam um balanço honesto e realista do movimento, mencionam várias outras, como as seguintes: sobrevivência de mecanismos de controle e castigo, incluindo, às vezes, métodos disciplinares como cartão de ponto, apenamento de faltas e ausências e revista de trabalhadores com o fito de inibir furtos (p. 74); presença bastante disseminada de uma mentalidade que sanciona certos critérios capitalistas de repartição dos ganhos, como a diferenciação da remuneração de acordo com a qualificação (p. 79-81); presença, em alguns casos, de trabalhadores assalariados subordinados à cooperativa, portanto atuando como empregados dos próprios cooperados (p. 81-82); persistência de preconceitos contra os *piqueteros*, a despeito de os trabalhadores desocupados terem sido, repetidas vezes, aliados

## **DA AUTOGESTÃO AO “AUTOPLANEJAMENTO”: HERESIA TERMINOLÓGICA OU PASSO PERFEITAMENTE LÓGICO?**

Planejamento urbano tem sido, para uma parcela considerável da esquerda (e provavelmente para a maior parte da esquerda acadêmica), uma expressão que desperta sentimentos que vão de uma leve e instintiva antipatia a uma rejeição peremptória. Quais são as razões desse antagonismo, menos ou mais refletido, comum tanto no universo simbólico-discursivo do “marxismo ocidental” quanto no discurso libertário?

A razão principal (e mais explicitada) é a identificação do planejamento urbano como uma competência do Estado, e mais: necessariamente como uma atividade completa e inevitavelmente entendível como um atributo exclusivo do Estado. E uma vez que o Estado, em um país capitalista (isto é, o Estado capitalista), é uma instância de poder socialmente conservadora, que tende a servir à reprodução do *status quo* e não à sua transformação, a conclusão lógica é a de que a expressão “planejamento urbano”, enquanto tal, designa práticas conservadoras e antipopulares.

Uma segunda razão, menos explicitada, parece ter a ver com um desejo de distanciamento relativamente ao “socialismo real” – caracterizado, como bem se sabe, precisamente por uma “planificação hipercentralizada” no contexto do totalitarismo, em diversas escalas (urbana/local, regional etc.). E nem é preciso dizer que o “socialismo real” serviu, aos olhos de muitos, como exemplificação máxima de que o planejamento é, “obviamente”, uma atividade estatal.

Especialmente no primeiro caso, opera-se com um conjunto de simplificações um tanto ou quanto falaciosas. Isso porque, a não ser que se possua uma compreensão rígida do que seja o Estado, no estilo do marxismo-leninismo ortodoxo (Estado como um “comitê executivo da burguesia”), é preciso reconhecer, inclusive à luz da experiência histórica, que o Estado, se por um lado é estruturalmente conservador, por outro ele pode propiciar ou alavancar, aqui e acolá, conjunturalmente (vale dizer, sob a forma de governos efetivamente permeáveis às pressões e demandas populares), certos avanços. Se o Estado não é um simples “comitê executivo da burguesia”, algo como um monólito sem fissuras, mas sim a “condensação de uma relação de forças entre classes

---

dos trabalhadores ocupados e sindicalizados durante processos de ocupação e recuperação de empresas (p. 94); outros tipos de preconceito, como o racismo e a xenofobia (p. 98).

e frações de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 147) – ou, mais amplamente, entre grupos sociais, e não apenas classes e frações de classe –, à qual tensões e contradições são inerentes, então é possível imaginar que constelações de força específicas, em conjunturas particularmente favoráveis, possam estimular, financiar ou promover práticas não conservadoras – entre elas, experiências de planejamento, menos ou mais aptas a permitir certos avanços redistributivos e em matéria de redução da heteronomia e mesmo da alienação (no sentido de maior consciência de direitos).

O mais importante, contudo, não é isso. O mais importante é percebermos que, se partirmos de uma compreensão não estreita do que seja o “planejamento”, poderemos verificar que não há razões, nem linguísticas (etimológicas ou outras) nem lógicas, que impeçam que “planejamento urbano” possa e deva ser enxergado também sob uma outra luz – aquela que dirige o foco de atenção para a sociedade civil, em especial para os movimentos sociais. De um ponto de vista libertário, são estes, e não o Estado, que devem, evidentemente, constituir o centro das atenções. Os movimentos sociais emancipatórios podem se dissipar, se enfraquecer; ser desbaratados, amansados, ou mesmo domesticados, e com isso, degradar-se e desaparecer. Mas uma *práxis* de oposição radical à ordem sócio-espacial capitalista só pode ter neles os seus protagonistas. O Estado, independentemente de conjunturas mais ou menos favoráveis para certos avanços (e que, não obstante, podem trazer consigo, e com força ainda maior, o risco da cooptação), permanece sendo uma instância de poder essencialmente heterônoma.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> E não somente o Estado capitalista. O aparelho de Estado, em si, corresponde a um princípio e a uma forma de organização autoritários, encarnando uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos. Nesse ponto, por mais sofisticada que seja a contribuição do marxista Nicos Poulantzas, ao trazer as contradições para dentro do Estado e permitir lidar com flexibilidade com as tensões entre estrutura e conjuntura, o pensamento libertário aponta para o limite político-filosófico fundamental de qualquer construção teórica que não rompa decididamente com a proposta de um “Estado socialista”. Poulantzas, que se opunha ao estatismo autoritário, só conseguiu vislumbrar, como alternativa, uma enigmática (e paradoxal) combinação de aproveitamento das instituições da “democracia representativa” (parlamento, partidos...) com uma dose de autogestão e democracia direta, nos marcos da transição para o “socialismo democrático” do futuro. Ele, que lamentava e repudiava a “social-democratização” da esquerda, não conseguiu fornecer um antídoto convincente que fosse, ao mesmo tempo, uma alternativa radical ao bolchevismo. Por acreditar, equivocadamente, que o autoritarismo do “socialismo burocrático” deveu-se antes a uma espécie de “ditadura dos soviets” que ao esvaziamento destes pelos bolcheviques, Poulantzas desconfiava da dissolução do Estado mediante a generalização da autogestão, defendendo, como opção (a seu ver) prudente, a transformação das instituições da “democracia representativa”, as quais seriam capazes de atuar como contrapesos em relação à democracia direta (como se elas pudessem melhor garantir a preservação de certas liberdades).

Considere-se a palavra “planejamento”. Uma compreensão ampla de seu significado é sugerida até mesmo pelo emprego quotidiano que se faz do vocábulo no âmbito do próprio senso comum, a todo o momento: “planejar o dia”, “planejar a semana”, “planejar a festa” etc. O que haveria de tão maldito, assim, em uma palavra da qual não conseguimos abrir mão?...

É curioso como a palavra gestão, que igualmente poderia ser associada ao ambiente estatal (“gestão pública”), ou ainda diretamente ao ambiente empresarial, não costuma despertar o mesmo tipo de “urticária”, de “reação alérgica”. Também a propósito dessa palavra, de vez em quando há reações negativas de tipo igualmente absolutizante ou generalizante (ou seja, reações contra a própria palavra, ou vagamente contra a “ideia” de gestão); entretanto, bastaria lembrar, nesse caso, a contradição que residiria, justamente de um ângulo libertário, em se desconsiderar que gestão é um elemento de composição do vocábulo (e parte essencial do núcleo da ideia-força) autogestão... A partir do momento em que se tiram as consequências lógicas mais elementares disso, evidente se torna que o problema não é “a” gestão, mas sim a heterogestão – ou seja, a gestão concebida, coordenada e implementada de cima para baixo, hierarquicamente, ou até mesmo de maneira cruamente autoritária.

Gestão e planejamento são duas ideias (dois conceitos) distintas e complementares: a gestão remete ao presente, à administração dos recursos/das relações sociais aqui e agora; o planejamento, de sua parte, remete, até intuitivamente, ao futuro: planejar significa tentar antecipar possíveis benefícios ou malefícios decorrentes de certos fenômenos, práticas ou eventos e seus desdobramentos prováveis. Planejar equivale a buscar minimizar riscos, aumentar as chances de sucesso em uma empreitada e evitar ser surpreendido por problemas que, com conhecimento, imaginação e um pouco de esforço, poderiam, em alguns casos (talvez em muitos, mas certamente jamais em todos!) ser previstos (ver detalhes dessa discussão teórico-conceitual em Souza [2002, p. 45 e segs.; 2006a, p.149 e segs.]).

Em face disso, assim como o planejamento conservador e heterônomo é irmão de uma gestão conservadora, um planejamento não conservador e anti-heterônomo pode e deve ser concebido como complementar a uma ideia não conservadora e anti-heterônoma de gestão. O “par” da heterogestão (termo utilizado, por exemplo, por Guillerm e Bourdet [1976, p. 20]) é o “heteroplanejamento”; analogamente, o “par” da autogestão é o “autoplanejamento”, termo

que, assim como “heteroplanejamento”, o autor propôs em diversos trabalhos (ver, principalmente, Souza [2006a]).

Pode-se entender como planejamento crítico, aquele conduzido de maneira a enfrentar pelo menos alguns aspectos e manifestações importantes do *status quo* sócio-espacial capitalista, como as disparidades infraestruturais, a especulação imobiliária horizontal em larga escala etc. Um planejamento crítico, que possua um nítido componente redistributivo e de justiça social, pode, em certas circunstâncias, ser promovido por governos, desde que respaldados e, mais que isso, impulsionados e fiscalizados pela pressão popular. Mas somente os movimentos sociais podem contrapor-se radicalmente à propriedade privada e ao mundo da mercadoria (o que não significa sugerir que sempre o façam!); por conseguinte, apenas eles podem protagonizar um planejamento insurgente (o qual, em alguns momentos, pode consistir em um verdadeiro “autoplanejamento”). O “autoplanejamento”, assim, pode ser compreendido como uma modalidade de planejamento insurgente, do mesmo modo como este é um subconjunto do planejamento crítico.

Mais do que conceber o “planejamento insurgente” como ideia ou possibilidade lógica, contudo, cumpre saber reconhecer, nas práticas de muitas organizações de movimentos sociais contemporâneos, nítidos elementos de “planejamento insurgente”. Não reconhecer isso significa subestimar a capacidade propositiva e proativa dos movimentos sociais em um sentido profundo. Significa, também, notadamente para o olhar libertário, incorrer em certa contradição, uma vez que se cai prisioneiro, involuntariamente, do “estadocentrismo” que predomina entre os marxistas – “estadocentrismo” que, a todo o momento, retroalimenta a visão reducionista de que “planejamento remete ao aparelho de Estado”, para o bem e (sobretudo) para o mal.

Tome-se, como ilustração, uma importante organização de um movimento social do campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o qual utiliza profusamente, em textos destinados à formação de militantes, a palavra “planejamento”.<sup>9</sup> Trata-se, aí, do reconhecimento, pela própria organização, de que o MST não prescinde, para a sua atuação em escala nacional (que conta hoje com uma impressionante rede de assentamentos, cooperativas, escolas

<sup>9</sup> Ver, a propósito, os textos contidos na publicação “Método de trabalho e organização popular” (MST, 2005).

etc.), de um cuidadoso planejamento de suas ações de ocupação de terras, protesto, organização da produção e do seu escoamento e divulgação de atividades. Ao planejar muitas de suas ações considerando explícita e metodicamente a dimensão espacial (da situação fundiária ao quadro da produção, do simbolismo da localização à logística), a organização está, sem sombra de dúvida, realizando um “planejamento espacial” ou espacializado de suas ações em prol da reforma agrária e da mudança sócio-espacial no campo – no caso, não um planejamento urbano, é claro, mas uma espécie de “planejamento rural” em diversas escalas.<sup>10</sup>

É óbvio que os movimentos sociais urbanos não “planejam” a cidade ou as suas intervenções no espaço urbano da mesma forma que o Estado. Para começo de conversa, o Estado tem a prerrogativa e a possibilidade jurídico-formal e econômica de impor normas para um espaço contíguo em escala (meso)local (ou mesmo supralocal, como no caso do planejamento regional), lançando mão, no limite, de desapropriações, com finalidade regulatória ou punitiva. Esse tipo de prerrogativa, como se sabe, escapa inteiramente aos movimentos sociais e às suas organizações. Mas isso não significa que eles não pensem estrategicamente, concebendo projetos e arquitetando ações em escalas mais amplas que a nano e a microlocal.<sup>11</sup> Com efeito, mesmo ao se organizarem, estabelecerem intercâmbio e planejarem e executarem ações “pontuais”, locais, eles muitas vezes levam em conta, com muita competência, fatores e processos

---

<sup>10</sup> É bem verdade que o estilo de planejamento e de gestão do MST não deixa de ser bastante vertical, pouco tendo a ver com autogestão e “autoplanejamento” em sentido próprio (a leitura da publicação citada na nota anterior é suficiente para demonstrar isso). Entretanto, não foi por isso que o exemplo foi invocado, mas sim para ilustrar o fato de que uma organização de movimento social não só pode (e precisa) planejar suas ações, como também, ao fazê-lo, não raro saberá e necessitará dar muita atenção à dimensão espacial da sociedade. Se quisermos nos debruçar sobre um brilhante exemplo de “autoplanejamento” (e, obviamente, também de autogestão), e ainda por cima em uma escala temporal e espacial extremamente significativa (alguns anos, e abrangendo diversas regiões de um país), devemos nos voltar principalmente para as experiências anarquistas de coletivização e organização federativa durante a Guerra Civil Espanhola (a respeito das quais valiosas informações podem ser encontradas em Carrasquer [1985] e Leval [1972], no que tange às situações concretas em escala local e regional; devem ser também consultados Leval [1972] e especialmente Santillán [1980], na qualidade de reflexões teóricas e registros de uma *práxis* feitos por participantes diretos).

<sup>11</sup> A escala “nanolocal”, ou dos “nanoterritórios”, é aquela dos pequeninos assentamentos (como um acampamento de sem-teto), ou de uma construção ou habitação considerada individualmente (como um prédio ocupado, ou uma residência uni- ou multifamiliar). A escala “microlocal” é a dos bairros e setores geográficos; a “mesolocal”, a das cidades e dos municípios; a “macrolocal”, a das metrópoles (vide Souza [2002, p. 106 e segs.]).

atinentes a escalas mais abrangentes que a nano ou microlocal. Note-se, aliás, que o planejamento estatal também se realiza, materialmente, muitas vezes por meio de intervenções em escala nano ou microlocal: intervenções localizadas para remodelar o espaço público, executar um projeto específico, eliminar uma forma espacial em particular... Tradicionalmente, tais ações localizadas não se fariam em prejuízo ou ao arrepio de normas gerais – muito embora, na era do “empresarialismo urbano” ou “neoliberalismo urbano”, com a sua predileção por “instrumentos flexibilizadores” (tais como as “operações interligadas” e “operações urbanas”, no Brasil, o *conditional* ou *contract zoning*, os *bonuses* e os *linkage programs*, nos EUA, e os *planning agreements*, no Reino Unido<sup>12</sup>) e sua tendência à “negociação de exceções”, nem mesmo isso seja garantido... De todo modo, é interessante perceber que, muitas vezes, notadamente em um país semiperiférico como o Brasil, órgãos de planejamento urbano de prefeituras de pequenas e médias (ou até mesmo grandes) cidades podem, surpreendentemente, muitas vezes revelar menos sofisticação para lidar com a legislação urbanística e certas informações espaciais relevantes que determinadas organizações de movimentos sociais...

As diferenças de prerrogativas e possibilidades jurídico-políticas e econômicas entre o aparelho de Estado e as organizações de movimentos sociais não são, em face de tudo isso, suficientes para desqualificar ou subestimar *a priori* as práticas de certas organizações de movimentos sociais enquanto práticas de elaboração de (geo)estratégias e táticas espaciais. Em consequência, tampouco são suficientes para negar-lhes o reconhecimento de que, em sentido certamente amplo, mas nem por isso impreciso ou frouxo, elas também planejam: planejam suas intervenções no espaço urbano, visando à territorialização de espaços, à constituição de circuitos econômicos alternativos e à ressignificação de lugares; planejam sua logística; planejam a construção e a expansão de uma rede de apoio; planejam várias ações, inclusive, considerando os levantamentos e os planos elaborados pelo Estado, seja para criticá-los, seja para levar em conta certas informações (localização de áreas de proteção ambiental, situação fundiária etc.).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Ver, sobre esses instrumentos, Souza (2002, p. 257-259, 283-289).

<sup>13</sup> Uma defesa pormenorizada desse ponto de vista já havia sido oferecida pelo autor em Souza (2006a, 2006b).

Vale a pena mencionar alguns exemplos concretos de planejamento insurgente – entre os muitos bons exemplos possíveis – de diferentes países. Começando pelo Brasil, pode-se citar a proposta de “urbanização” de favelas no Rio de Janeiro de meados dos anos 60, por ativistas favelados em cooperação com jovens arquitetos engajados. Essa experiência, que teve origem na luta da favela de Brás de Pina contra a remoção pelo então governo do estado da Guanabara e foi relatada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (um dos tais jovens arquitetos engajados) em seu livro “Movimentos urbanos no Rio de Janeiro” (SANTOS, 1981), desembocou na criação da bandeira “urbanização sim, remoção não”, encampada pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Apesar de suas limitações (e de o termo “urbanização”, aliás, problemático, ter sido posteriormente usurpado e banalizado pelo aparelho de Estado), trata-se de uma demonstração, já antiga, de que um ativismo urbano não precisa e nem deve ser meramente reativo, podendo, ao contrário, ter uma postura proativa.

Um exemplo urbano contemporâneo, também brasileiro, é o da organização Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Um documento programático intitulado “Projeto político do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto” demonstra muito bem o quanto o MTST tem “sensibilidade planejadora”, ao estabelecer, entre os princípios que devem nortear as atividades da organização, que as ocupações

[...] devem obedecer a um planejamento e pesquisa que envolvam uma averiguação correta das áreas vazias: sua situação de zoneamento, sua propriedade, seu estado fiscal etc. Não queremos reproduzir a lógica caótica e desequilibrada da expansão urbana capitalista que empurra as populações pobres a áreas cada vez mais longínquas, inclusive áreas de mananciais e preservação ambiental. Além disso, é necessário um conhecimento adequado do proprietário para evitar reações inesperadas e planejar uma tática de permanência no terreno ocupado. (MTST, 2005, p. 05)

Muito embora o fato de ter tido origem em uma organização de um movimento social da luta no campo (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra/MST) tenha levado a alguns erros de cálculo e a uma certa dificuldade para compreender as especificidades das cidades (especialmente das grandes cidades e metrópoles), e o que isso implica em matéria de estratégias e táticas (ver, sobre isso, Souza [2006a, p. 307-309]), o MTST é um cristalino exemplo de uma organização de movimento social que não se restringe a

ações reivindicatórias limitadas e a denúncias. É bem verdade que a existência de elementos e práticas de organização “verticais”, mesclados com outros “horizontais”, impede que se possa falar, nesse caso, de uma autogestão e de um “autoplanejamento” genuínos; sem embargo, apesar da dimensão de “verticalidade”, o fato é que o MTST vem cabalmente demonstrando que um planejamento e uma gestão *grassroots* são possíveis, em meio a esforços de resistência que conjugam a luta institucional não partidária e a ação direta.<sup>14</sup>

Agora, um exemplo mexicano, que o autor do presente trabalho teve a oportunidade de conhecer pessoalmente. Trata-se do *asentamiento* El Molino, localizado na *delegación* de Iztapalapa, no Distrito Federal. Abrigando cerca de cinco mil famílias em 2007, El Molino é um assentamento organizado e gerido basicamente por três organizações principais de movimentos sociais, as quais assumiram a personalidade jurídica de *cooperativas de vivienda* ou *asociaciones civiles* para que pudessem ter acesso a fundos públicos destinados à construção de moradias populares e à implementação de infraestrutura. A luta em El Molino, iniciada na década de 80 (a Coordinadora del Molino, que agrupa as três organizações às quais se aludiu, foi fundada em 1984 como barricada institucional na luta contra a remoção), teve como marco fundamental uma marcha para pressionar o governo, e com o passar dos anos não só a resistência mostrou-se vitoriosa, como também as ações tornaram-se mais complexas e frutificaram de várias maneiras. Além de os *pobladores* garantirem a construção paulatina de *conjuntos habitacionales* (em que não faltaram, às vezes, tensões e discordâncias entre eles e os arquitetos que representavam, ao mesmo tempo, o Estado e o “saber técnico”), também asseguraram a manutenção de uma enorme faixa que denominam de “*cinturón verde*”, na qual edificaram um galpão para abrigar reuniões, assembleias e outras atividades, e onde, mais recentemente, inauguraram uma grande horta comunitária, com a dupla finalidade de contribuir para a segu-

<sup>14</sup> A luta institucional não partidária abrange diversas atividades que mesclam diálogo, pressão e negociações com o aparelho de Estado (quando viável e necessário), como tentativas de influenciar o desenho de políticas públicas e a produção legislativa. Tais atividades distinguem-se das tentativas de exercer influência a partir de dentro do Estado, por meio de partidos políticos. De sua parte, a ação direta abrange ainda mais variados tipos de atividades, tais como ocupações de imóveis, bloqueio de estradas, construção de redes de apoio em diferentes escalas etc. De um ponto de vista libertário, a luta institucional não pode ser outra coisa que não um expediente tático subordinado, estrategicamente, à ação direta.

rança alimentar e ter uma certa função pedagógica; além disso, outros usos, como a prática de esportes, estão previstos para alguns dos espaços ainda livres do “*cinturón verde*”, no contexto do *Plan Comunitario de Mejoramiento Barrial* elaborado pelas próprias organizações locais. Por fim, obtiveram do governo o reconhecimento formal, no âmbito do planejamento urbano estatal (sob a forma de uma ZEDEC, ou “*Zona Especial de Desarrollo Controlado*”, que é como o “*cinturón verde*” está classificado na terminologia oficial), daquilo que eles mesmos planejaram e vêm gerindo – aliás, muito ciosos de sua independência.<sup>15</sup>

Voltando ao Brasil, um outro exemplo muito interessante, por sua sofisticação, foi a experiência de elaboração do Plano Comunitário do Campeche, em Florianópolis. Relatada com detalhes em um belo livro (TIRELLI *et al.*, 2007), a luta dos moradores da planície do Campeche, em aliança com pescadores, surfistas e outros grupos, exemplifica o quanto a sociedade civil é capaz, não poucas vezes, de preparar alternativas de planejamento não só mais adequadas, como também intelectualmente mais refinadas que as propostas (ou, geralmente, imposições) oriundas do aparelho de Estado. Não obstante o fato de se tratar de uma luta animada sobretudo por moradores de classe média (e, nesse sentido, com facilidades de vários tipos que não podem ser esperadas quando se está diante de resistências protagonizadas exclusivamente pelos pobres), o que parece ser a tônica não é, de modo algum, a defesa de “privilégios”, e sim a capacidade de articular, sem manipulações oportunistas, diferentes agendas (da proteção ambiental à sobrevivência da pesca artesanal) e distintos atores em torno de uma causa comum.

Sistematicamente, podem ser distinguidas as seguintes diferenças básicas entre as práticas de planejamento promovidas pelo Estado e aquelas protagonizadas por movimentos sociais “horizontalmente” organizados, ou seja, não hierarquicamente estruturados:

---

<sup>15</sup> Todas essas informações foram obtidas quando de uma visita feita pelo autor a El Molino, em 26 de outubro de 2008, ocasião em que visitou grande parte da localidade e conversou com diversas pessoas, sobretudo com a ativista Magdalena Ferniza Pacheco, ou “Malena”. “Malena” presenteou o autor com o material de uma apresentação em *power point* feita por ela em 2007, contendo muitos dados e informações, além de fotos e mapas (incluindo uma planta de El Molino preparada por ela própria, que teve a oportunidade de estudar Sociologia mas se apresenta, em primeiro lugar, como uma ativista).

■ O planejamento promovido pelo Estado apresenta um grau de centralização maior ou menor, enquanto que os movimentos sociais não hierarquicamente estruturados caracterizam-se por uma descentralização radical.

■ O planejamento promovido pelo Estado reflete uma oposição entre “dirigentes” (que planejam, eles próprios, ou então comandam os planejadores profissionais) e “dirigidos” (que têm suas vidas planejadas de fora para dentro e de cima para baixo), ao passo que nos movimentos sociais não hierarquicamente estruturados as decisões são coletivas (“coletivos”, “conselhos” etc. como estruturas “horizontais” e em contraposição às formas de organização “verticais”, típicas do Estado).

■ O planejamento promovido pelo Estado é, em regra, “tecnocrático” (em última análise, burocrático), enquanto que os movimentos sociais não hierarquicamente estruturados caracterizam-se pelo princípio de que o saber técnico deve servir ao corpo de cidadãos (pautando-se a dinâmica política por princípios como rotatividade de funções, mandato imperativo e revogável a qualquer momento em vez de mandato livre, delegação em vez de representação etc.), em lugar de, simplesmente, superpor-se ao corpo de cidadãos como instância deliberante.

■ O planejamento promovido pelo Estado apresenta fluxos de organização tendencialmente unidirecionais, sendo que os movimentos sociais não hierarquicamente estruturados, pelo contrário, apresentam fluxos de organização dispersos, com formas de coordenação complexas e em rede.

■ O planejamento promovido pelo Estado baseia-se em sua soberania jurídico-formal, bem como em prerrogativas regulatórias e normativas de comando sobre grandes espaços contínuos, enquanto que os movimentos sociais não hierarquicamente estruturados baseiam-se em territorializações duradouras ou efêmeras de espaços em escala nano ou microlocal, ainda que muitas vezes articulados em redes supralocais.

■ Por fim, o planejamento promovido pelo Estado vale-se do assim chamado “monopólio legítimo da violência” e do aparato repressivo estatal para garantir muitas de suas práticas ou os pressupostos destas (desapropriações, expropriações, despejos, remoções de populações inteiras), ao passo que os movimentos sociais não hierarquicamente estruturados questionam a legitimidade da violência estatal e desenvolvem formas de enfrentar, neutralizar ou desmoralizar o aparato repressivo do Estado.

O planejamento promovido pelo Estado, tal como acima caracterizado, é uma simplificação; daí a inserção, proposital, de certas palavras ou expressões que indicam relativização (“maior ou menor”, “em regra”, “tendencialmente”). Por exemplo, ainda que o planejamento promovido pelo Estado seja tipicamente centralizado, o grau de centralização varia desde uma centralização fortemente mitigada (nos poucos ou mesmo raros casos de planejamento consistentemente participativo) até uma centralização “em estado puro” (não participação, podendo chegar à hipercentralização totalitária), passando por uma centralização fracamente mitigada (pseudoparticipação, que provavelmente corresponde à grande maioria das experiências ditas “participativas”). Entretanto, se é importante perceber que o Estado não é um monólito sem fissuras e que, às vezes, há uma margem de manobra a ser aproveitada pelos movimentos sociais em meio ao Estado ou por meio do Estado (legislação, fundos públicos etc.), o que se quis, com a sumária caracterização do parágrafo precedente, foi simplesmente operar com aquilo que é típico, deixando de lado as exceções – as quais, todavia, podem ser bastante relevantes, em vários sentidos.

De sua parte, os movimentos sociais tampouco podem ser reduzidos a um tipo único. A rigor, a qualificação feita acima, deixando claro que a referência é aos movimentos sociais emancipatórios mais autênticos, ou seja, não hierarquicamente estruturados, e não aos movimentos sociais em geral, contém, implicitamente, o reconhecimento de que muitos movimentos sociais são, na verdade, hierarquicamente estruturados, inclusive por influência e “contaminação” pelo Estado e/ou pela dinâmica e pela experiência dos partidos. Há, entre as organizações de movimentos sociais, uma gradação não menos variada que aquela existente em relação ao Estado (aos tipos de governo estatal), mas também a respeito dos movimentos é possível distinguir entre aquilo que seria o mais “característico” (não no sentido de estatisticamente mais frequente, mas no sentido de mais coerente) e aquilo que, de algum modo, refletiria uma certa contradição. Se, no caso do Estado, o mais “característico” é uma tensão pequena (e idealmente nula, do ponto de vista capitalista) entre a estrutura (o aparelho de Estado enquanto tal) e a conjuntura (o Estado enquanto governo específico), bem como entre as constelações de poder em diferentes escalas, no caso dos movimentos sociais emancipatórios e anticapitalistas, cuja vocação e cujos objetivos declarados são a oposição

ao *status quo* (incluindo a afronta ao Estado), o mais “característico” deveria ser a ausência de opressão e alienação no interior de suas organizações. No caso do Estado, a contradição e a exceção residem na abertura a uma participação popular consistente (delegação de poder, parceria genuína); no caso dos movimentos sociais emancipatórios, a contradição reside em ter objetivos anticapitalistas e, ao mesmo tempo, adotar formas de organização menos ou mais “verticais” e hierárquicas. Quando uma contradição desse tipo existe e é flagrante, não se pode falar de “autoplanejamento” e autogestão a propósito das práticas espaciais dos movimentos (estratégias e táticas espaciais, modos de organização etc.): o que há, na realidade, é uma “pseudo-autogestão” e um “pseudo-autoplanejamento”.

### O CONTEXTO MAIOR: O “PROJETO DE AUTONOMIA” E O DESAFIO DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO

“Autonomia”, como se disse na Introdução, voltou a ter expressão como uma palavra de ordem e o núcleo de um projeto político-social, após um eclipse que durou os anos 70 e 80, e após a sua última manifestação – breve fulguração – em fins dos anos 60 (*autogestion, autogestione, Selbstverwaltung* etc. enquanto parte essencial do movimento estudantil e operário de 1968 – vide Gilcher-Holthey [2005, p. 87, 113]).

Mas, o que vem a ser, afinal de contas, autonomia?

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo, as suas leis. [...] Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? [...] A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. [...] Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas ativida-

des instituintes como no poder explícito [...]. (CASTORIADIS, 1990b, p. 131-134)<sup>16</sup>

Ainda a propósito da conceituação de autonomia feita por Cornelius Castoriadis, é preciso diferenciar entre a autonomia individual e autonomia coletiva – aspectos distintos, mas que de tão indissociáveis, o autor do presente artigo os tem comparado com os dois lados de uma mesma moeda. A autonomia individual refere-se à capacidade e à possibilidade de indivíduos adultos para estabelecer fins (projetos, metas) para a sua existência e persegui-los de modo lúcido. Essa “capacidade” é, portanto, também psicológica, e a “possibilidade” mencionada tem a ver com a possibilidade material e institucional de expressar opiniões e de defender os próprios interesses e pontos de vista em igualdade efetiva de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade. A autonomia coletiva, de sua parte, remete à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é apenas ou basicamente formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. A autonomia coletiva, por conseguinte, se fundamenta em instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e educados para a liberdade, isto é, educados para amar a própria liberdade e a dos outros. Como Castoriadis ressaltou mais de uma vez, não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma – e vice-versa.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> No original: “Autonomie: *autos-nomos*, (se donner) soi-même ses lois. [...] En quel sens un individu peut-il être autonome? [...] L'autonomie de l'individu consiste en ceci qu'un autre rapport est établi entre l'instance réflexive et les autres instances psychiques, comme aussi entre son présent et l'histoire moyennant laquelle il s'est fait tel qu'il est, lui permettant d'échapper à l'asservissement de la répétition, de se retourner sur lui-même, les raisons de ses pensées et les motifs de ses actes, guidé par la visée du vrai et l'élucidation de son désir. [...] Pui-je dire que je pose ma loi – lorsque je vis nécessairement sous la loi de la société? Oui, dans un cas: si je peux dire, réflexivement et lucidement, que *cette loi est aussi la mienne*. Pour que je puisse dire cela, il n'est pas nécessaire que je l'approuve: il suffit que j'aie eu la possibilité effective de participer activement à la formation et au fonctionnement de la loi. La possibilité de participer: se j'accepte l'idée d'autonomie *comme telle* (non pas seulement parce qu'elle est 'bonne pour moi'), ce qu'évidemment aucune 'démonstration' ne peut m'obliger à faire pas plus qu'elle ne peut m'obliger à mettre en accord mes paroles et mes actes, la pluralité indéfinie d'individus appartenant à la société entraîne aussitôt la démocratie, comme possibilité effective d'égal participation de tous aussi bien aux activités instituant qu'au pouvoir explicite [...].”

<sup>17</sup> Ver, sobre essas questões, Castoriadis (1975, 1983a, 1986a, 1986c, 1990b e 1996).

O “projeto de autonomia”, para cuja discussão filosófica Castoriadis contribuiu com singular densidade, foi construído, nos marcos do debate político “ocidental”, como uma alternativa simultânea ao binômio capitalismo + “democracia” representativa e ao “socialismo burocrático-autoritário”. A autonomia coletiva pode, assim, ser entendida também como uma espécie de sinônimo de democracia radical, também expressável como autogestão (e como “autoplanejamento”). Não é razoável, no entanto, falar apenas das instituições políticas (e econômicas) que podem assegurar a autonomia individual; é imprescindível compreender a necessidade de um imaginário que propicie a ambiência, o “caldo de cultura” necessário a uma socialização autônoma do indivíduo.

Os usos concretos da palavra “autonomia” são, porém, variáveis, e muitas vezes se afastam um pouco do que se acha “preconizado” por uma reflexão como a de Castoriadis ou, em termos mais amplos, por uma reflexão filosófica. Deixando de lado os usos conservadores – como os que revestem as tendências ou práticas separatistas ou autossegregadoras que têm a ver, no fundo, com a defesa de privilégios às expensas de outros, correspondendo, portanto, a uma brutal heteronomia em escala mais abrangente (ver, sobre isso, Souza [2006a, p. 76, 375]) –, também entre os movimentos emancipatórios há peculiaridades a serem consideradas. Zapatistas e *piqueteros*, quando falam em *autonomía*, não estão se comportando meramente, sequer principalmente, como “leitores” de algum autor, mesmo que às vezes dialoguem com as obras de diversos pensadores, os quais, ainda que menos profundos e originais que Castoriadis, têm colaborado, não raro inspirados em movimentos sociais latino-americanos, para refletir sobre as perspectivas e virtualidades da luta emancipatória (os três mais citados, nesse campo, são Toni Negri, John Holloway e Raúl Zibechi). Embora, especialmente entre os intelectuais vinculados ou muito próximos a esses movimentos (como Holloway e Zibechi), se constatem referências teórico-filosóficas explícitas,<sup>18</sup> o fato é que, na prática, tais movimentos estão “rein-

<sup>18</sup> Referências essas, diga-se de passagem, às vezes demasiadamente ecléticas e mesmo um pouco confusas. No caso de John Holloway, intelectual irlandês residente no México e considerado como muito próximo dos zapatistas, é de causar uma certa perplexidade o seu esforço para compatibilizar a tese libertária de “mudar o mundo sem tomar o poder” (título do livro que o tornou internacionalmente conhecido) com a tradição marxista, ao mesmo tempo em que não dialoga com as tradições do anarquismo, do neoanarquismo ou do pensamento autonomista europeu... (cf. HOLLOWAY, 2005). No caso de Raúl Zibechi, autor uruguaio que tem oferecido algumas das mais inspiradoras análises de diversos movimentos latino-americanos da atualidade (consulte-se, por exemplo, Zibechi [2003, 2006 e 2007]), é preciso reconhecer, a despeito do vigor

ventando” (mais do que simplesmente “adaptando”) a ideia de autonomia de acordo com suas necessidades e possibilidades. Voltar-se-á a isso mais adiante.

Por ora, enfatize-se que a autonomia não é apenas redescoberta e “reinventada” como núcleo de um projeto político-social: ela é também “espacializada”, de um modo como a literatura político-filosófica europeia a seu respeito não soube ou não pôde realizar (incluídas aí as seminais contribuições de Castoriadis – ver, sobre esse tipo de lacuna no pensamento castoriadiano, Souza [2006a, p. 80-82]). E a *práxis* dos movimentos contemporâneos vem mostrando o quanto a mudança social concreta tem que ser uma mudança sócio-espacial, começando pelo trabalho de mobilização e organização em escala (micro)local.

Para várias organizações dos movimentos sociais argentinos que atingiram seu apogeu nos primeiros anos do século XXI (*piqueteros, asambleas barriales*), *autonomía* significa, acima de tudo, construir o “poder popular” apesar do Estado e independentemente do Estado, inclusive com ceticismo e hostilidade em relação a governos e políticos profissionais (hostilidade essa expressa pela bandeira “¡Que se vayan todos!”, da rebelião popular argentina de dezembro de 2001). Isso se mescla com a ênfase posta na autogestão e nas formas de organização “horizontais” e não autoritárias. A maneira como tudo isso se concretiza tem a ver, muitíssimas vezes, com organizações e práticas espaciais insurgentes: desde “*cortes de ruta*” / “*piquetes*” até a implementação de hortas comunitárias e *comedores populares*. A interessante noção de “*trabajo territorial*”, desenvolvida e sublinhada pela parcela mais claramente autogestionária do movimento *piquetero*, parece sintetizar grande parte disso tudo:

En efecto, el “trabajo territorial” contiene en si mismo su propia definición política. Realizar trabajo territorial no sólo significa, en este caso, afianzar el trabajo del colectivo en el espacio local, sino por sobre todo, atribuir a esas actividades comunitarias aptitudes de cambio social. En primer lugar, el trabajo en el territorio se propone como producción de nuevos valores de solidaridad que reconstituyan los lazos interpersonales y las dimensiones existenciales de las personas resquebrajados por el desempleo, la pobreza y las formas de autoritarismo que bajo distintas modalidades calaron en la sociedad. En segundo lugar, esta construcción comunitaria apunta a la producción de una sociedad

---

e da relevância de seus escritos, algumas discrepâncias teórico-discursivas, como aquela entre uma análise de sabor não raro “antiorganização” (chegando ao ponto de confundir organização e articulação com centralismo), por um lado, e uma certa dificuldade para proceder a uma crítica explícita e radical do marxismo, além de uma certa ambiguidade ou condescendência para com governos como o de Hugo Chávez, por outro lado (quanto a este último problema, sua posição evoluiu bastante nos últimos anos).

nueva, que no antagoniza directamente con los lugares del poder instituido para imponerse, sino que se proyecta y autoafirma como “soberanía no estatal” [a expressão é de Kirstie Mc Clure]. (DELAMATA, 2004, p. 48)

No caso emblemático da Argentina, o *barrio*, de certo modo, obviamente pré-existe em relação ao movimento (como referência geográfica compartilhada, até, às vezes, como “bairrofilia”); porém, por outro lado, a identidade territorial é reforçada ao longo da mobilização, da luta. Em parte, portanto, o *barrio*, enquanto “lugar” densamente politizado e território apropriado de baixo para cima, é produzido pelo e através do movimento social. O “*trabajo territorial*”, com isso, se mostra, no caso do MTD Solano – o qual “toma como princípios constitutivos del movimiento la autonomía, la horizontalidad y la democracia directa” (DELAMATA, 2004, p. 47) –, assim como, com menor ênfase, também no caso de algumas outras organizações *piqueteras*, em uma verdadeira trilha e um autêntico princípio norteador da construção da “*autonomía*”. A crítica que esse setor do movimento recebeu por parte daqueles vinculados a partidos de esquerda ou organizados de acordo com uma lógica de partido, a exemplo do Movimiento Teresa Rodríguez/MTR, é o de que a proposta dos “autonomistas” seria “*light*” (foi essa a palavra utilizada por uma importante militante do MTR, entrevistada pelo presente autor em 2007) – o que certamente se explica pelo fato de os *piqueteros* “autonomistas” não estarem preocupados ou interessados em tomar o poder de Estado, objetivo estratégico de qualquer organização revolucionária influenciada pelo pensamento marxista-leninista.<sup>19</sup> Por outro lado, é impossível, sem dúvida, edificar uma sociedade autônoma somente “afastando-se” do Estado o mais possível (ainda que, muitas vezes, de modo algum totalmente, como o comprova o interesse, por parte de quase todas as organizações *piqueteras*, na gestão de subsídios estatais, os “*planes*”), sem afrontá-lo e combatê-lo diretamente... A questão, sem resvalar para o velho “estadocentrismo”, é a de saber combinar o “apesar do Estado” com o “contra o Estado” da maneira mais radical e fecunda possível – sem se esquecer da habilidade para, quando for conveniente e factível (isto é, quando não estiverem envolvidos seriíssimos riscos de cooptação, enquadramento e proliferação do oportunismo), lançar mão do “com o Estado”, como a tentativa, de valor tático, de influenciar a elaboração de leis formais e, eventualmente, obter acesso a recursos e fundos públicos.

<sup>19</sup> Também por parte da literatura acadêmica esse tipo de objeção aos *piqueteros* “autonomistas” não tem faltado, como se vê por Petras e Veltmeyer (2005).

No que concerne a organizações *piqueteras* vinculadas a entidades sindicais centralizadas e a partidos políticos, a espacialidade passou a adquirir grande significado, em comparação com o passado, ainda que, nesses casos, não se possa falar de um projeto autogestionário. É o que ocorre, por exemplo, com as organizações ligadas à CTA, nas quais a espacialidade não deixa de ser valorizada, mas de uma maneira diferente. “El territorio presenta una doble densidad: es un espacio de confluencia entre las prácticas comunitarias instaladas, las nuevas problemáticas y las referidas al desempleo, pero también indica un espacio de organización y unidad política”; “[...] la definición de la CTA supone por un lado la ‘vuelta’ a un Estado de derechos que garantice su acceso a los ciudadanos, y por otro, la transformación de los ‘territorios políticos’ como (meros) espacios barriales disputados por estructuras partidarias, a la idea de territorio como perspectiva de construcción de un proyecto colectivo con las bases, consensuado en las instancias intermedias y unificado en las instancias superiores o nacionales, a través de los congresos y las elecciones” (DELAMATA, 2004, p. 41, 43). A percepção estratégica do “*trabajo territorial*”, mesmo por parte das organizações mais centralistas, fica clara por meio deste depoimento de um secretário da CTA:

En realidad, el barrio siempre fue un espacio de las organizaciones de los partidos y no de las organizaciones de los trabajadores. Y, digamos, esto ha abierto una discusión importante, y en segundo lugar, el territorio fue lo que permitió que la Central tuviera y mantuviera un nivel de presencia en el conflicto social que de otra manera no hubiera podido tener, si se hubiera quedado restringida al ámbito estrictamente laboral. (*apud* DELAMATA, 2004, p. 43, nota 20)

Porém, mesmo nos casos em que a “autonomia” é uma referência relevante ou fundamental (nunca é demais salientar que movimentos como os *piqueteros* argentinos e os sem-teto brasileiros são bastante heterogêneos politicamente), nem tudo é “autonomia” no mesmo sentido, ou com a mesma amplitude. É conveniente admitir que, assim como as raízes da palavra “autonomia” nos remetem à antiga Grécia, também a ideia de autonomia é indissociável, em sentido profundo, do imaginário greco-ocidental. De tanto arrolarmos e analisarmos as iniquidades, injustiças e crimes cometidos pelos Estados e agentes econômicos privados do Ocidente (notadamente Europa Ocidental e EUA) nos últimos séculos, acabamos por esquecer, às vezes, que o Ocidente não produziu somente significações imaginárias e heterônomas e protagonizou práticas

liberticidas; a luta contra a heteronomia, em diversos *fronts* (de classe, de gênero etc.), também é parte da história do Ocidente, com todas as suas insuficiências e derrotas, mas também com algumas tantas vitórias, como apontará qualquer balanço honesto da história do movimento operário, do feminismo, da (re)criação de institucionalidades orientadas para a democracia direta e da elaboração e difusão de ideias, programas e projetos libertários.

Os zapatistas em Chiapas, assim como vários outros movimentos de base indígena, diferentemente dos *piqueteros* e dos sem-teto, não constituem um movimento especificamente urbano; mas eles também têm, nas cidades, espaços importantes de articulação e de visibilização de protestos e demandas (como em Oaxaca, no México, cidade capital do estado homônimo que foi palco, em 2006, de um extraordinário movimento de resistência popular que aglutinou diversos grupos e organizações [vide MARBÁN, 2008]) e, às vezes, um ambiente de recriação de formas de sociabilidade, interação e luta (é o que ocorre em El Alto, verdadeira “cidade aimará” situada ao lado de La Paz, na Bolívia [consulte-se ZIBECCHI, 2006], e, de maneira um pouco distinta, na própria Cidade do México, que se apresenta, em boa parte de sua periferia, como um mosaico de etnias). Para os zapatistas e os representantes do “nuevo movimiento indígena” latino-americano, expressões como “*autonomía regional*” e “*autonomía territorial*” não necessariamente têm a ver com autogestão (e “autoplanejamento”), muito menos com autonomia em sentido ocidental (sentido esse basicamente compartilhado, em que pesem as controvérsias sobre rumos e limites, pelos *piqueteros* argentinos que levantam tal bandeira). Trata-se, antes, aqui, de uma luta por aquilo que o autor tem denominado autonomia no plano externo, ou seja, pelo direito (devidamente expresso territorialmente) de autodeterminação em face de sociedades, poderes e grupos sociais estranhos ao grupo local/regional.<sup>20</sup> Isso se apresenta mesclado com uma reinvenção ou um revigoramento de instituições tradicionais, às vezes nitidamente heterônomas de um ponto de vista ocidental, como o patriarcado ou mesmo os “*consejos de ancianos*”, conquanto, outras tantas vezes, haja igualmente a presença de elementos que lembram a democracia direta ou a ela se assemelham, ainda que devam bastante a tradições seculares e milenares dos indígenas, aqui e

<sup>20</sup> Uma discussão sobre isso, na delicada interface entre política e cultura, pode ser encontrada em Souza (2006a, Cap. 6).

ali temperadas por influências ocidentais, tais como muitas “*asambleas*”. Que, nesse contexto, o termo “*autonomía*” não tem a ver, automática ou plenamente, com uma verdadeira autonomia no plano interno (vale dizer, com o questionamento de formas de organização “verticais” e com a ausência de qualquer tipo de opressão ou assimetria estrutural), é bem ilustrado pelos estudos de Díaz-Polanco (1998 e 1999).

Ao menos de um ponto de vista ocidental ou fortemente ocidentalizado, a autonomia coletiva e a autonomia individual são, como se sublinhou parágrafos atrás, não só indissociáveis como também indispensáveis. A autonomia individual não se confunde com individualismo, esse valor (pequeno-)burguês, assim como a autonomia coletiva não é exatamente o mesmo que uma “comunidade” de tipo tradicional. A autonomia individual defendida no âmbito do “projeto de autonomia” se traduz também, é verdade, pela possibilidade de um indivíduo tentar planejar sua trajetória de vida com a maior liberdade possível (não esquecendo jamais, obviamente, que o limite desse aspecto da autodeterminação e da liberdade para “planejar a própria vida” são as contingências, o imprevisível...); mas ela não se esgota aí, em uma liberdade meramente privada. Não se trata de nenhuma apologia da liberdade individual de um ponto de vista liberal, em que a liberdade é encarada como um simples atributo da vontade individual – uma vontade individual fundada sobre um individualismo egoísta, possessivo e ensimesmado. A liberdade é, também, sobretudo, liberdade para fazer com os outros (e para desfrutar a companhia dos outros), levando em consideração as necessidades coletivas (as quais, diversamente da “sabedoria” liberal convencional pregada desde Adam Smith, não se reduzem a um simples agregado de vontades, necessidades e preferências individuais). Do ângulo do “projeto de autonomia”, a liberdade e a qualidade de vida privadas do indivíduo são inseparáveis da liberdade de que se pode gozar na esfera pública, notadamente da liberdade para se informar confiavelmente, para atuar e para participar das decisões sobre os negócios de interesse coletivo.

Será que sociedades tradicionais, de base étnica e fortemente não ocidentais, propiciam, em caráter absoluto, formas de organização menos injustas que aquelas viabilizadas no âmbito e de uma sociedade de tipo ocidental e sobre os fundamentos de valores ocidentais? Zibechi (2006) certamente tem razão ao mostrar que, em um país colonizado e massacrado pelo Ocidente como a Bolívia, mas no qual os estratos socioculturais indígenas permanecem vivos

e vigorosos, a autoestima e a dignidade passam por uma resistência de base étnica contra o Estado e contra o capitalismo – enfim, contra o Ocidente, em larga medida. Mas é o próprio Zibechi quem, *en passant*, admite que as “comunidades” aimarás de El Alto não excluem, por exemplo, uma subalternização da mulher, também com base em valores e costumes tradicionais (ZIBECHI, 2006, p. 145-146). Por mais que Adorno e Horkheimer (2006) e, depois deles, Marcuse (1982) e outros tantos (por último, os “pós-modernos”), já nos tenham arrostado, décadas atrás, com as contradições do projeto do Iluminismo, é preciso perguntar se é realmente o caso de simplesmente trocar os sinais e passar a ver potencialmente o “Mal” em tudo que seja oriundo do Ocidente, dos gregos antigos à atualidade. Um pouco de reflexão e, provavelmente, qualquer mente sã concordará que seria exagero e mesmo tolice (além de contraditório...) pretender ir tão longe.

É evidente, por outro lado, que avanços reais são possíveis (e, dependendo do contexto, só talvez possíveis) valorizando-se e preservando-se a matriz não ocidental e resistindo ao avanço do Estado e do capital contra os *Lebenswelten* tradicionais, que são por aqueles desmontados e sugados a fim de aplainar terreno para uma sempre renovada tentativa de dominação. Registre-se que, apesar do eurocentrismo que algumas vezes impregnou certas avaliações suas, o próprio Castoriadis teve sensibilidade suficiente para admitir que formas de sociabilidade “tradicionais” podem ser um fator de revigoração da resistência anticapitalista, na qualidade de uma espécie de antídoto contra o imaginário e os valores do produtivismo, do consumismo etc. Notável é a seguinte passagem:

Há muito que eu penso que a solução dos atuais problemas da humanidade deverá passar pela conjunção desse elemento [formas de sociabilidade e um certo “tipo de ser humano” ainda não completamente modelado pelo imaginário capitalista, tais como ainda podem ser encontrados em países do “Terceiro Mundo”] com a contribuição que o Ocidente pode aportar; entendo por isso a transformação da técnica e do saber ocidentais de sorte a serem postos ao serviço da manutenção e do desenvolvimento das formas autênticas de sociabilidade que subsistem nos países “subdesenvolvidos” [...]. (CASTORIADIS, 1986, p. 173-174).<sup>21</sup>

<sup>21</sup> “Je pense depuis longtemps que la solution aux problèmes actuels de l’humanité devra passer par la conjonction de cet élément avec ce que l’Occident peut apporter; j’entends par là la transformation de la technique et du savoir occidentaux de sorte qu’ils puissent être mis au

Seja como for, nenhuma cultura é, ainda mais nos dias que correm, em meio à globalização, uma ilha. Para o bem e para o mal, o intercâmbio de ideias e as influências recíprocas se dão com uma velocidade espantosa. Mesmo os métodos de luta e as práticas de resistência de sociedades não ocidentais podem ser enriquecidos e remodelados pelo contato com experiências de luta de outros lugares – como, aliás, parece mesmo que tem sido muitas vezes o caso. Por que precisaria ser diferente?...

Com isso, a “autonomia” invocada em nossos dias em Chiapas, em El Alto, nas *villas e barrios* de Buenos Aires e por certos grupos de sem-teto brasileiros pode não ser sempre a mesma coisa – como uma metrópole de um “povo transplantado”, como o argentino, ou mesmo uma metrópole de um “povo novo”, como o brasileiro, profundamente marcados e modelados pelo Ocidente (a ponto de ser vã qualquer tentativa de encontrar matrizes culturais pré-colombianas relativamente intactas nesses ambientes), não são a mesma coisa que a “cidade aimará” de El Alto ou a região de Chiapas.<sup>22</sup> E, no entanto, há, sim, algo em comum entre essas experiências emancipatórias, no que concerne ao uso ou resgate do referencial da autonomia. Do mesmo modo como há algo em comum entre elas e as experiências que tiveram por palco a Europa, do movimento anarquista do século XIX ao movimento operário-estudantil de 1968 e ao “movimento por uma outra globalização”, da atualidade.

A autonomia é um referencial político dinâmico, porquanto valorizado e apropriado por insurgentes e resistentes diversos, em condições histórico-geográficas distintas. Decerto que não cabe, assim, pretender censurar tais ou quais usos do termo por serem tidos como “menos puros” ou “menos precisos” – o que, além de arrogante, seria uma iniciativa inútil. Cabe tentar entender

---

service du maintien et du développement des formes authentiques de socialité qui subsistent dans les pays “sous-développés” [...].”

<sup>22</sup> As expressões “povo transplantado” e “povo novo” são de Darcy Ribeiro (1987). Para ele, três tipos societários seriam marcantes nas Américas: os “povos transplantados” corresponderiam a formações sociais (ou, pode-se dizer, sócio-espaciais) largamente “importadas” da Europa, como o grosso das populações de Argentina e Uruguai (ainda mais após o virtual extermínio das populações ameríndias); os “povos-testemunho” seriam as sociedades que, conquanto encapsuladas e enquadradas por um Estado-nação tradicionalmente dirigido por *criollos* (descendentes de espanhóis), continuariam gozando de forte identidade cultural própria (língua, cosmologia, costumes etc.), como os *indígenas* na Bolívia, no Peru e no Equador; finalmente, os “povos novos” seriam sociedades originadas da fusão (parcialmente fundada na violência, parcialmente por assimilação e hibridização graduais), e não meramente da justaposição de matrizes étnicas diferentes, sendo o Brasil o mais significativo exemplo.

essa diversidade de usos, sem deixar de chamar a atenção para eventuais atritos e contradições.

### **CONCLUSÃO: ROMPENDO (A DURAS PENAS) COM O “CONFORMISMO GENERALIZADO”**

A “autonomia”, no amplo sentido exaustivamente ressaltado por Castoriadis, vai além da “autogestão”, ainda que esta última constitua o núcleo político explícito da primeira (ao lado, deve-se acrescentar, do “autoplanejamento”). Mas... até que ponto a “autonomia”, sendo uma construção político-intelectual originada e desenvolvida no Ocidente (a própria etimologia da palavra remete a um contexto ocidental), pode ser invocada, por exemplo, na América Latina, sem que pareça que se esteja cometendo uma importação indevida de um conceito exótico?

A esta altura, é preciso desafiar alguns simplismos, não raro compartilhados tanto por europeus e estadunidenses (ou refêns do eurocentrismo em geral, vivam lá onde vivam) quanto por alguns intelectuais latino-americanos críticos.

O que é e onde está o “Ocidente”? Será que ele se limita por completo, realmente, à Europa, aos Estados Unidos e algumas outras “colônias de povoamento” (Canadá, Austrália, Nova Zelândia)? No caso da América Latina (expressão problemática, de origem francesa: serão “latinos”, por exemplo, os *indígenas* bolivianos ou peruanos?...), Darcy Ribeiro ofereceu, décadas atrás, uma categorização que, na sua essência, continua válida. Para o eminente antropólogo brasileiro, os povos latino-americanos poderiam ser classificados em três grandes grupos: “povos transplantados” (Argentina, Uruguai), “povos-testemunho” (ele se referia, precisamente, aos aimarás, quéchuas etc., que na maior parte dos países andinos e em vários países da América Central formam uma enorme parcela da população, não raro majoritária) e “povos novos” (dos quais o melhor exemplo seria o Brasil). Essas três categorias representariam situações muito diferentes em matéria de formação e “evolução” cultural. Considerando os “povos transplantados”, como Argentina e Uruguai, o que justificaria tratá-los como um “não Ocidente”, como se fossem algo muitíssimo distinto dos Estados Unidos ou da Austrália? Mesmo no que se refere a um “povo novo”, como o Brasil, profundamente ocidentalizado e cuja cultura foi plasmada ao longo de um processo marcado por um complexo hibridismo comandado, des-

de o início, por um Ocidente ibérico, também é o caso de duvidar de uma interpretação que negue a intensidade da presença do Ocidente (conquanto seja igualmente apropriado duvidar de qualquer interpretação que faça do Brasil nada ou pouco mais que um apêndice cultural europeu, como seria talvez exagerado postular até mesmo para a Argentina). Quando ativistas *piqueteros* na Argentina, por exemplo, clamam por *autonomía*, estarão incorrendo em alguma importação artificial? Tudo indica que não.

Outra coisa: não se tornou a “ocidentalização” cada vez mais profunda, não terá ela alcançado, ainda que em graus muito diferentes, e para o bem e para o mal, praticamente todo o mundo, em especial nas últimas décadas de globalização acelerada? (E, além do mais, não terão sido as soluções sincréticas, inclusive no plano político e entre “povos-testemunho”, coisas sempre possíveis? Os *cabildos abiertos* são, como se sabe, uma instituição surgida na América colonial espanhola, mas que tem sido “apropriada” de baixo para cima por populações locais – por exemplo, indígenas aimarás da Bolívia e do Peru, sob a forma de autênticos *cabildos populares*.)

Portanto: certamente que não se deve esquecer que a autonomia (e a democracia direta, a autogestão etc.) é indissociável de uma certa herança ocidental (o que, aliás, demonstra que, ao contrário do que sugerem certas leituras, bastante ligeiras, de corte “terceiomundista” ou “pós-moderno”, o Ocidente é fonte fundamental de valores emancipatórios, a despeito de todas as tendências negativas e de todas as suas contradições). Contudo, tratar o “Ocidente” como algo geograficamente limitado e muito bem determinado seria, exatamente, dobrar-se, ainda que inconscientemente, perante o eurocentrismo. O berço histórico-geográfico da ideia de autonomia não possui, já há um bom tempo, mais nenhum monopólio sobre ela. Não se trata, certamente, de uma ideia “bastarda”; mas é um referencial que tem renascido e sido adotado em muitos lugares. Sob circunstâncias variáveis, exigências de autonomia (e democracia direta, autogestão...) têm sido reinterpretadas, “recicladas” e reinventadas.

Que fique claro: quem sair à procura de “pureza” político-filosófica (tomando por base obras de pensadores europeus) acabará decepcionado. Porém, os que buscarem “pureza” não conseguirão, justamente, reconhecer o mais importante: que, ao ser reinventada fora do solo europeu, a autonomia ganha muito mais chances de permanecer viva do que meramente por conta da exegese de obras filosóficas. (E além do mais, quem disse que a utilização ou recuperação

da autonomia como uma noção política na própria Europa obedeceu ou tem obedecido a qualquer critério de “pureza”? Tomem-se os *Autonomen* alemães como exemplo: influenciados primeiramente pelo *operaismo* italiano – ele próprio um tanto influenciado, por sua vez, pelo grupo *Socialisme ou Barbarie*, em especial por Castoriadis – depois pelo “pós-*operaismo*” de um Toni Negri, eles sempre apresentaram várias contradições, em parte devido à tensa convivência de uma tendência geral libertária com elementos não libertários.<sup>23</sup>)

Muitas décadas atrás, anarquistas europeus como Malatesta e Diego Abad de Santillán buscavam a Argentina, em parte como refúgio, mas também para ajudar a organizar os trabalhadores segundo um modelo europeu. Os tempos mudaram bastante. Hoje em dia, ativistas europeus viajam para a Argentina a fim de dialogar com *piqueteros* e com intelectuais próximos a eles. E fascinação ainda maior tem sido exercida, desde meados dos anos 90, pelos zapatistas de Chiapas, para os quais *autonomía* também é um termo-chave.

Castoriadis diagnosticou, em um texto de 1989 (CASTORIADIS, 1990a), que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o mundo teria mergulhado em uma “era de conformismo generalizado”, apesar da “brecha” que foram o maio de 1968 francês e seus equivalentes em outros países, todos de breve duração. Essa avaliação está, no geral, correta. Ela não deixa de ser, entretanto, essencialmente a visão de um observador europeu, escrevendo em fins dos anos 80. De sua parte, o autor das presentes linhas, inspirado sobretudo nos movimentos sociais que surgiram na América Latina nos anos 90, gostaria de repisar um certo lembrete, já feito em um trabalho anterior (SOUZA, 2006b): generalizado não significa, de maneira alguma, absoluto. Zapatistas, *piqueteros*, sem-teto e outros tantos movimentos sociais, vários deles referidos ao longo das páginas anteriores, têm demonstrado isso à saciedade.

“Era de autonomia”, ao menos na América Latina? Serão a autogestão e o “autoplanejamento” capazes de eclipsar programas e estratégias de tipo autoritário, como o “centralismo democrático” leninista? Apesar de muitos indícios e evidências interessantes, em parte até mesmo entusiasmantes, não se pode ceder a nenhuma tentação de euforia. Afinal, também se vive em uma “era de medo”, em que militantes de ativismos sociais são intimidados e mortos

<sup>23</sup> Sobre a gênese dos *Autonomen*, vide Frombeloff (1993). Sobre as influências e contradições, consulte-se A. G. Grauwacke (2008).

tanto por “esquadrões da morte” e milícias paramilitares (grupos formados por [ex-]policiais) quanto por criminosos comuns (SOUZA, 2008, 2009); e vive-se, igualmente, desde alguns anos, em uma época em que o Estado investe renovadamente, em variáveis combinações, na cooptação e na criminalização de muitos movimentos sociais, objetivando, e amiúde logrando, debilitá-los (e nisso se aproximam políticos de centro, centro-esquerda e centro-direita, da Argentina dos Kirchner ao Brasil de Lula, passando pelo México de Calderón). Como se não bastasse, o apelo das formas “verticais” de organização popular continua sendo muito grande. Por conseguinte, os desafios para os movimentos são imensos. A “nova geração” traz ideias interessantes e promissoras, mas trata-se de uma plantinha tenra e frágil. Há contradições e sérios obstáculos a serem superados. É preciso perseverar com a honestidade de não exagerar as virtudes nem silenciar sobre os problemas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialektik der Aufklärung*. 16 ed. Philosophische Fragmente. Frankfurt (Meno): Fischer, 2006 [1947]. [Uma edição brasileira, sob o título *Dialética do esclarecimento*, foi publicada no Rio de Janeiro pela Jorge Zahar.]
- A. G. GRAUWACKE. *Autonome in Bewegung*. 4 ed. Berlim e outros lugares: Assoziation A, 2008 [2003]
- ANTEAG. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo: ANTEAG e Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, s/d.
- BERTHIER, René. Concepções anarco-sindicalistas da autogestão. In: LEVAL, Gaston *et al.* *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002 [1971]. p. 61-73.
- CARRASQUER, Félix. *Las colectividades de Aragon*. Barcelona: Laia, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975
- \_\_\_\_\_. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense. 1983 [1979]. p. 11-34.
- \_\_\_\_\_. Réflexions sur le “développement” et la “rationalité”. In: \_\_\_\_\_. *Domaines de l'homme* – Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986a. p. 131-174.
- \_\_\_\_\_. L'imaginaire: la création dans le domaine social-historique. In: \_\_\_\_\_. *Domaines de l'homme* – Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986b. p. 219-237.
- \_\_\_\_\_. La logique des magmas e la question de l'autonomie. In: \_\_\_\_\_. *Domaines de l'homme* – Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986c. p. 385-418.

- \_\_\_\_\_. L'époque du conformisme généralisé. In: \_\_\_\_\_. *Le monde morcelé* – Les carrefours du labyrinthe III. Paris: Seuil, 1990a. p. 11-24.
- \_\_\_\_\_. Pouvoir, politique, autonomie. In: \_\_\_\_\_. *Le monde morcelé* – Les carrefours du labyrinthe III. Paris: Seuil, 1990b. p. 113-139.
- \_\_\_\_\_. La démocratie comme procédure et comme régime. In: *La montée de l'insignifiance* – Les carrefours du labyrinthe IV. Paris: Seuil, 1996. p. 221-241.
- DELAMATA, Gabriela. *Los barrios desbordados*. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: EUDEBA, 2004.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor (1999 [1991]): *Autonomía regional*. La autodeterminación de los pueblos índios. 3 ed. México (D.F.) e Madri: Siglo Veintiuno, 1999 [1991].
- \_\_\_\_\_. *La rebelión zapatista y la autonomía*. 2.<sup>a</sup> ed. México (D.F.) e Madri: Siglo Veintiuno, 1998 [1997].
- FROMBELOFF (org.): ... *und es begann die Zeit der Autonomie*. Hamburgo, Berlim e Göttingen: Verlag Libertäre Assoziation, Schwarze Risse e Rote Strasse, 1993.
- GILCHER-HOLTHEY, Ingrid. *Die 68er Bewegung: Deutschland – Westeuropa – USA*. Munique: C. H. Beck, 2005 [2001].
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1975].
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. El significado de la revolución hoy. 3 ed. Buenos Aires: Ediciones Herramienta (em colaboraçã com a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla), 2005 [2002].
- LEVAL, Gaston. *Colectividades libertarias em Espanha*. Buenos Aires: Proyección, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Prática del socialismo libertario*. Madri: Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo. 1994 [1959].
- MARBÁN, José Sotelo. *Oaxaca: Insurgencia civil y terrorismo de Estado*. México (D.F.): Era, 2008
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 [1964]
- MST. *Método de trabalho e organização popular*. São Paulo: MST (Setor de Formação) e Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.
- MTST. *Projeto político do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. São Paulo: 2005, mimeo.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *Movimientos sociales y poder estatal*: Argentina, Brasil, Bolívia, Ecuador. México (D.F.): Editorial Lumen, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1978].
- REBÓN, Julián; SAAVEDRA, Ignácio. *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros (Livro I: Teoria do Brasil)*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1987 [1978]
- SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo econômico da revolução*. A autogestão na Revolução Espanhola. São Paulo: Brasiliense. 1980 [1936].

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Together with the state, despite the state, against the state*: Social movements as 'critical urban planning' agents. *City*, Londres, v. 10, n. 3, p. 327-342, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Fobópole*. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Londres, v. 13, n. 1, p. 26-52, 2009.

TIRELLI, Janice *et al.* *O campo de peixes e os senhores do asfalto*. Memória das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura e ISA-Campeche, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope*. Culture, Democracy, Socialism. Londres e Nova Iorque: Verso, 1989.

ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta*. Argentina: la sociedad en movimiento. Buenos Aires e Montevideú: Letra libre e Nordan-Comunidad, 2003.

\_\_\_\_\_. *Dispersar el poder*. Los movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

\_\_\_\_\_. *Autonomías y emancipaciones*. América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.



# A "QUINTA COLUNA" DA CIDADE HETERÔNOMA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS CONQUISTAS E DOS LIMITES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DE UMA PARCELA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO

EDUARDO TOMAZINE TEIXEIRA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
eduardotomazine@globocom

O que as vitórias têm de mau é que não são definitivas.  
O que as derrotas têm de bom é que também não são definitivas.  
(José Saramago)

## RESUMO

As ocupações do movimento dos sem-teto Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) e Quilombo das Guerreiras (2006), localizadas no Centro do Rio de Janeiro, podem ser consideradas como pequenos enclaves onde se exercitam práticas espaciais substancialmente distintas das práticas hegemônicas de uma metrópole estruturalmente heterônoma como a fluminense. Deste fato derivam tensões que, se analisadas cuidadosamente, ajudam-nos a elucidar o problema de como são possíveis “ganhos de autonomia” em uma cidade basicamente heterônoma, por meio de uma ação *botton up* (isto é, “de baixo para cima”) dos cidadãos. Alguns exemplos dessa tensão são as melhoras nas condições econômicas consequentes à vida nas ocupações e as dificuldades que restringem a constituição de cooperativas autogeridas; as pressões impostas pelo assédio da violência criminal e policial, além da ambivalência das representações sócio-espaciais que eles formulam sobre os espaços urbanos e os demais cidadãos. O objetivo do nosso artigo é, para além de descrever essas tensões, tentar compreender as razões de suas dificuldades, bem como o “fundamento” das soluções que os participantes dessa fração do movimento dos sem-teto têm encontrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Heteronomia. Cidade. Movimento dos sem-teto. Autogestão. Rio de Janeiro.

THE 'FIFTH COLUMN' OF THE HETERONOMOUS CITY: SOME REFLECTIONS ABOUT THE ACHIEVEMENTS AND LIMITS OF A PART OF THE 'SEM-TETO' MOVEMENT'S SPATIAL PRACTICES IN RIO DE JANEIRO

**ABSTRACT**

The squatts of the '*sem-teto*' movement Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) and Quilombo das Guerreiras (2006), placed beside Rio de Janeiro's Central Business District, can be considered as small enclaves where citizens undertake socio-spatial practices contrasting considerably of those hegemonically performed in a heteronomous metropolis. From this contrast we can analyse a kind of tension that helps on the understanding of the possibility of 'autonomy gains' within a basically heteronomous town through a bottom up action. Some examples of this tension are, on the one hand, the improvements of dwellers' economic conditions consequently to the everyday life in the squatt and, on the other hand, the obstacles that restricts the development of self-managed cooperatives; the more peaceful life in the squatts (in comparison with the favelas controlled by drug dealers) undermined by the stresses provoked by the siege of criminal and policial violence, aside from the ambivalence of the socio-spatial representations that the squatts dwellers creates about urban spaces and about other citizens. The purpose of this article is to understand the mechanics of the obstacles faced by this part of the '*sem-teto*' movement, as well as the 'fundament' of the solutions found by them.

**KEYWORDS:** Heteronomy. City. '*Sem-teto*' movement. Self-management. Rio de Janeiro

**INTRODUÇÃO**

Além das quatro colunas militares que marchavam para a tomada de Madri, em plena Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as forças nacionalistas de Franco, conduzidas pelo General Quepo de Llano, podiam ainda contar com uma insidiosa quinta coluna, a qual, segundo o referido general, estaria à sua espera para saudá-los dentro da cidade. Tratava-se dos militares madrilenhos que, train-

do o governo republicano eleito, haviam passado para o campo golpista. Desde então, a expressão quinta coluna é usada para designar os grupos clandestinos que atuam em um campo beligerante, com o objetivo de pavimentar o caminho à sua ocupação por parte dos seus inimigos, mediante sabotagens, espionagens, contrainformação e outros expedientes espúrios – como fizeram, poucos anos depois da Guerra Civil, os colaboracionistas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, o “quinta coluna” tornou-se sinônimo do inimigo interno, laborando em prol das forças adversárias. A Madri da Guerra Civil espanhola e a sua quinta coluna compõem uma metáfora particularmente rica para retratar o problema em tela no presente artigo. No interior das “trincheiras” levantadas pelos ativismos urbanos – os seus territórios, onde se gestam relações sociais em alguma medida contrárias ao *status quo* – atuam, de forma sub-reptícia ou desvelada, os agentes e as relações sociais da cidade heterônoma: a sua “quinta coluna”.

Chamamos de heterônoma a cidade na qual as relações sociais – mediadas por valores, normas, leis formais, planos, orçamentos, símbolos etc. – são instituídas (isto é, imaginadas, significadas, produzidas) majoritariamente de maneira opressora e/ou sem contar com a participação ativa do conjunto dos cidadãos em pé de igualdade, sendo, ao contrário, determinadas por poucos e em benefício de poucos: os homens, os brancos, os abastados, os armados, os ricos, os apadrinhados, os “normais”; ou, ao contrário, por uma maioria oprimindo uma minoria... A simples enumeração de alguns desses agentes da heteronomia serve para mostrar que ela se manifesta das mais diversas maneiras, nas mais variadas relações sociais, incidindo, pois, na instituição do espaço urbano, por vezes de forma inequívoca, por outras, de maneira contraditória. Inequívoca, quando empreendida por aqueles dos quais se espera a reprodução do *status quo*. Contraditória, quando exercida justamente por aqueles que se propõem a transformá-lo. Trata-se, neste último caso, da influência da “quinta coluna” da cidade heterônoma. A título de ilustração, um ativista de uma ocupação do movimento dos sem-teto pode, por exemplo, oprimir a sua esposa ou, ainda, reproduzir estigmas contra os moradores de favelas.

Em oposição à cidade majoritariamente heterônoma, figura no horizonte político-filosófico libertário uma cidade instituída de maneira basicamente autônoma, cujos cidadãos, lúcidos e bem informados, participam ativamente, da maneira mais direta possível e em pé de igualdade, dos aspectos fundamentais do estabelecimento do seu *nómos* (leis, valores, códigos de conduta que regem a

coletividade), contando para isso com instituições que assegurem tal participação e a formação de cidadãos aptos para tanto. Diante de um horizonte semelhante, uma das questões centrais que logo emergem é saber como seria possível caminhar em direção a ele, uma vez que a instituição do urbano efetivamente existente na atualidade opõe-se a isso. Dever-se-ia apostar em uma espécie de tudo ou nada, em que situações revolucionárias – e somente elas – competiriam para substituir uma sociedade fundamentalmente heterônoma por outra basicamente autônoma? E como fazê-lo, se os integrantes dessa nova sociedade estarão ainda prenhes dos valores e hábitos do velho mundo? A essas perguntas espinhosas, que são, desde há muito, objeto de reflexão de alguns dos mais importantes pensadores e homens de ação política, o organizador do presente número temático da revista **Cidades** tem buscado acrescentar a sua contribuição. Em diversos escritos, Souza (2002, 2006, entre outros) sustenta que a ação dos agentes empenhados na transformação do *status quo* está conforme com o horizonte de uma sociedade autônoma quando permite ganhos de autonomia; isto é, conquistas, aqui e agora, de redução das desigualdades sócio-espaciais, de aprofundamento da democracia, de aumento de qualidade de vida e de autoestima, conquistas que serão responsáveis por pavimentarem o caminho, no médio e longo prazos, para outras ainda mais ambiciosas.

Munidos desses parâmetros e referenciais político-filosóficos, estamos aptos a analisar as práticas espaciais dos ativismos urbanos nas tensões derivadas da convivência entre os ganhos de autonomia que elas acarretam e a reprodução de relações heterônomas. Valendo-se da metáfora dos territórios dos ativismos como trincheiras, buscaremos identificar, pois, o jogo de forças entre as práticas transformadoras no “interior” da trincheira e as pressões da cidade heterônoma – tanto aquelas exercidas pelo “exterior”, quanto aquelas da sua “quinta coluna”.

As trincheiras sobre as quais iremos jogar luz foram cavadas por uma parcela específica e bastante original do movimento dos sem-teto do Centro do Rio de Janeiro, constituída pelas ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (realizada em 2005 e encerrada em 2010) e Quilombo das Guerreiras (2006). A originalidade dessas ocupações – cuja quantidade de estudos começa já a formar um *corpus* considerável (SOUZA; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA; GRANDI, 2009; GRANDI; TEIXEIRA, 2010; ALMEIDA, GRANDI; FERNANDES, 2009; FERNANDES, GRANDI; ALMEIDA, 2010; LIMA, 2010; ALMEIDA, 2009 e 2011; FERNANDES, 2011; RAMOS, 2010,

entre outros) – reside sobretudo no estilo de gestão dos seus espaços, marcado pela proeminência da horizontalidade dos seus “coletivos” sobre a verticalidade das direções e coordenações da maioria das ocupações e assentamentos do movimento dos sem-teto e sem-terra. Além disso, destaca-se a costura, ao menos do ponto de vista simbólico, de várias bandeiras de luta, o que pode ser observado em seus próprios topônimos: a luta dos trabalhadores, dos negros, das mulheres etc.

Como muitos dos trabalhos supramencionados demonstram, são diversas as iniciativas realizadas por essas ocupações para a subversão da cidade heterônoma, ou para lograrem ganhos de autonomia. A despeito da pluralidade dessas ações, convém não superestimá-las. Como já mencionamos *en passant*, a ocupação Zumbi dos Palmares não existe mais, tendo sucumbido em decorrência de um misto de repressão e cooptação. Diversos experimentos de cooperativas autogeridas no seio das ocupações, ou bem vieram à luz quase natimortos, ou sobrevivem de maneira claudicante. No mais, as representações sócio-espaciais cunhadas pelos moradores a respeito da cidade ou de outros atores oscilam entre a subversão e a reprodução pouco crítica de estigmas. Há, portanto, conquistas e derrotas, e saber identificar as razões de umas e de outras é de fundamental importância para que se extraiam ensinamentos visando intensificar os acertos e superar as deficiências. É evidente que as implicações da ação de um ativismo em particular, em um contexto sócio-espacial único, não podem ser generalizadas, mas acreditamos que os esforços analíticos empenhados para compreendê-las ajudam a iluminar alguns anseios de caráter universalizante, como a transformação – para melhor – da sociedade.

De maneira objetiva, pretendemos analisar neste artigo três “tensões” concernentes às ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras. São elas: a) os avanços e os limites das iniciativas econômicas engendradas pelos moradores; b) o papel da repressão policial e da criminalidade violenta, bem como o da resistência dos moradores na dinâmica territorial das ocupações em tela e c) a ambivalência das representações sócio-espaciais que os moradores das ocupações criam sobre os espaços da cidade e demais cidadãos, geralmente estigmatizados, ambivalência caracterizada justamente pela crítica a certas representações heterônomas e pela reprodução de outras. Antes disso, porém, cabe apresentar ao leitor, de maneira breve, em que contexto sociopolítico-espacial emergem, e atualmente se encontram, essas ocupações.

## CONTEXTUALIZANDO AS “TRINCHEIRAS” ANALISADAS

Cotejando o acúmulo de estudos sobre o segmento do movimento dos sem-teto em tela com a minha experiência participante enquanto colaborador junto a ele, é possível delimitar alguns pontos de convergência capazes de elucidar a sua gênese. Em primeiro lugar, encontra-se a particularidade histórica da constituição do espaço urbano no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, em que a população negra, liberta da escravidão e egressa do meio rural, viu-se, a um só tempo, sem acesso às relações formais de assalariamento e sem moradia ou, quando muito, residindo em cortiços e, posteriormente, em favelas localizadas nas proximidades das áreas centrais da cidade, onde batalhavam para sobreviver<sup>1</sup>. Em um plano mais abstrato, aquele que remete ao modo de produção capitalista de maneira geral, importa destacar que a questão da moradia da classe trabalhadora sempre foi problemática, como já demonstrara Engels em seu célebre estudo sobre a condição da classe trabalhadora inglesa, que data de 1845. Em “A Questão Urbana”, Castells (2006 [1972]), bem como em outros trabalhos (CASTELLS, 1980), esquadrinha o mecanismo pelo qual, no capitalismo avançado, o provimento de equipamentos de consumo coletivo, tais como a habitação, o transporte, a saúde e o lazer, deixam de ser assumidos pelos capitalistas em decorrência da sua baixa lucratividade, legando-os ao aparelho de Estado, o qual é incapaz de supri-los satisfatoriamente, posto que os investimentos necessários demandariam a captura de uma fatia maior da mais-valia extraída pelos capitalistas (na forma, por exemplo, de impostos ou denegação de isenções fiscais...). No Brasil, que nunca teve algo como um Estado de bem-estar social – nem mesmo de seus esboços da periferia da Europa ocidental – e onde a explosão urbana deu-se sob a tutela de um regime ditatorial, a “crise urbana” é permanente, as favelas e loteamentos irregulares não são paliativos, os transportes são sempre aquém do insuficiente etc.

A solução para conjugar tamanho descaso com a situação da classe trabalhadora urbana brasileira à expansão industrial no país foi o que denominei alhures de um “pacto sócio-espacial” (TEIXEIRA, 2011), em que o Estado deixa de cumprir seu papel no suprimento das condições essenciais de reprodu-

<sup>1</sup> A respeito da transição da população negra do espaço rural para o urbano no Brasil, sugerimos, além da leitura da obra clássica de Gilberto Freyre (1968 [1936]), o trabalho de Andreilino Campos (2004), que trata, mais especificamente, da passagem da espacialidade quilombola às favelas contemporâneas e da atualização dos estigmas formulados contra ambas.

ção da força de trabalho, abrindo mão, por outro lado, da cobrança de algumas das suas contrapartidas, como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), além de outras taxas referentes a serviços, os quais são apropriados, por via de regra, clandestinamente. A informalidade representou, pois, uma condição para o capitalismo no país, mas limitou tremendamente o seu amadurecimento, abrindo ainda espaço para a arregimentação e jugo de uma parcela considerável da classe trabalhadora à criminalidade violenta.

Não bastasse o período de maior expansão urbana do Brasil ter ocorrido durante o regime militar, o cenário encontrado para a reabertura “democrática” do país, os anos 1980, foi marcado por um período de grande crise econômica (a “década perdida”), com baixas taxas de crescimento contrastadas pela inflação galopante, crise que afetou com particular intensidade o Rio de Janeiro. E tampouco a década seguinte trouxe alento: implementando a agenda neoliberal, o Estado desonerou-se ainda mais dos serviços públicos, as taxas de crescimento econômico foram medíocres (com uma média de 1,7% entre 1990 e 1999, segundo dados do IPEA) e o desemprego cresceu. Na escala das cidades – notadamente das metrópoles –, prosperaram as frações mais predatórias do capital: o mercado das drogas ilícitas e das armas, de um lado, e a “indústria da segurança e do medo”, de outro. A população das áreas segregadas tornou-se, assim, refém das quadrilhas de narcotraficantes e, posteriormente, também das “milícias”<sup>2</sup>. O Estado respondeu à referida territorialização dos espaços segregados com o recrudescimento da violência (“guerra ao tráfico”), associando incursões violentas nas favelas à corrupção, para “tolerarem” a presença das quadrilhas e, de quebra, vender-lhes armas.

No plano político, Souza (1988) já elencara as razões para o declínio do ativismo de bairro ao longo dos anos 1980, declínio que deixou um vazio de mobilização das parcelas menos aquinhoadas da sociedade civil durante mais de uma década, abrindo caminho para as organizações não governamentais (as quais não contestam frontalmente o *status quo* e não buscam a mobilização das bases visando à sua autodeterminação, o que, ao fim e ao cabo, torna a sua presença nas favelas, até certo ponto, não conflituosa com os narcotraficantes). No

---

<sup>2</sup> Máfias constituídas por bombeiros e policiais à paisana, os quais cobram propinas da população de áreas segregadas para o fornecimento de serviços, como luz, gás, televisão a cabo e segurança (esta, “assegurada” pelos próprios milicianos, sob pena de represálias no caso de recusa do pagamento).

nível macroinstitucional, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, no princípio da década de 2000, representou uma situação contraditória: por um lado, as grandes centrais sindicais e diversas organizações dos movimentos sociais foram cooptadas. Por outro lado, partindo da leitura segundo a qual o novo governo precisaria evitar conflitos com as bases populares para manter a sua estabilidade, diversos militantes, descrentes com os rumos da luta institucional e em busca de novas formas de mobilização popular, decidem ocupar imóveis públicos ociosos, organizando, para tanto, pessoas oriundas das favelas e da periferia metropolitana. São, em sua grande maioria, trabalhadores “hiperprecários”<sup>3</sup>, os quais enfrentam um processo de desterritorialização causado pela violência das favelas (alguns tiveram que abandonar as suas casas, antes mesmo de residirem nas ocupações, em decorrência do acirramento da violência) ou pelo isolamento das fontes de geração de renda que a vida na periferia impõe. Trata-se, portanto, de indivíduos que perderam (e, em alguns casos, jamais tiveram) dois elementos identitários historicamente importantes para as lutas urbanas: a identidade de classe, por não estarem inseridos (ou, quando muito, de maneira muito precária) às relações formais de assalariamento (e, também, pela cooptação à qual se submeteram os partidos políticos que se reivindicavam representantes da classe trabalhadora); a identidade oriunda de vínculos territoriais, sobretudo o bairro<sup>4</sup>, fonte do ativismo de bairro.

<sup>3</sup> Transcrevemos, aqui, a definição de Souza (2008, p. 130-132, nota 38) para o conceito de “hiperprecarização”, cunhado por ele mesmo: “[...] A ‘hiperprecarização’ se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como ‘ajustes estruturais’, desindustrialização e transformação no modo de regulação e no regime de acumulação (reestruturação produtiva, ‘acumulação flexível’, terceirização, desregulamentação parcial do Direito do Trabalho), tudo isso nos marcos da globalização e da hegemonia das políticas econômicas neoliberais (elementos que conectam o centro e a [semi]periferia, ainda que as formas e intensidades evidentemente difram), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desemparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma freqüente deterioração do modesto padrão de consumo. O ‘hiperpreariado’, de sua parte, constitui o heterogêneo universo dos trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas. O ‘hiperpreariado’ sempre existiu. Apenas, a partir das décadas de 80 e 90, expandiu-se e, principalmente, tornou-se sociopoliticamente mais visível, especialmente no que concerne à sua parcela ligada a atividades ilegais e fortemente criminalizadas, como o tráfico de drogas de varejo.”

<sup>4</sup> Incluímos aqui as favelas, as quais guardam, em muitos aspectos, mais elementos que as caracterizam como bairro do que muitos dos bairros ditos “formais”, como demonstra Souza (1988).

Ao se organizarem em torno dos “coletivos de moradores” para prepararem e realizarem as ocupações, os sem-teto empreendem uma reterritorialização, através da qual buscam, a um só tempo, melhorar as suas condições de vida e moldar uma nova identidade coletiva. O processo de organização que antecede a posse de um edifício dura, em geral, muitos meses, caracterizando-se por reuniões semanais, nas quais são definidos, além do nome da ocupação, o seu estatuto, suas comissões de trabalho e, durante as quais, realiza-se um esforço de formação política cujo eixo principal é o incremento da participação dos futuros moradores na organização da ocupação e na vida política como um todo. Um trabalho árduo, tendo em vista o empenho exigido de indivíduos com pouca ou nenhuma experiência de participação política, oriundos, em geral, de espaços onde as regras são impostas pelos chefetes do tráfico de drogas ou de mafiosos. Depois desse longo processo de preparação, são realizados os atos de adentrar edifícios vazios há anos, às vezes décadas, em péssimas condições de limpeza, sem luz, sem água e, em alguns casos, com uma arquitetura pensada para o desempenho de outras funções que não a moradia. Além disso, os ocupantes são obrigados a resistir à pressão da polícia e de seguranças privados, contando, para tanto, com a solidariedade de outros ativistas. Mesmo quando a situação já se encontra mais estável – isto é, quando o risco de expulsão é menor –, os moradores de ocupações pertencentes ao movimento dos sem-teto tem que suportar, ao longo de muito tempo, condições materiais e psicológicas bastante desfavoráveis. Precisam, igualmente, conviver em um espaço onde o respeito às regras estabelecidas coletivamente é fundamental à sua permanência e, sobretudo, à superação dos problemas mencionados acima e de outros tantos que emergem da convivência cotidiana. Afinal, a conquista de um espaço privado de moradia, núcleo da família, vem na esteira de uma inserção num corpo coletivo (o “coletivo” de moradores). No entanto, diferentemente de outros ativismos, em que a conquista do espaço privado representa, em regra, a desmobilização do coletivo, a situação *sui generis* das ocupações do movimento dos sem-teto, no âmbito do qual a conquista da moradia é constantemente ameaçada de despejo até que se regularize definitivamente a posse, e em que o melhoramento das condições da ocupação depende do trabalho e do investimento dos próprios moradores, tal situação demanda uma participação ativa nos espaços de decisão política e de compartilhamento da vida cotidiana, sob pena de terem decididamente abalada a integridade da posse.

## AS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS DAS OCUPAÇÕES NA VIDA DOS MORADORES E OS LIMITES DE SUAS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS

Podemos esquadrihar três “níveis” de implicações econômicas derivadas da ação do movimento dos sem-teto: i) diminuição dos custos de vida e, conseqüentemente, o aumento da capacidade de consumo; ii) maior acessibilidade ao mercado formal de trabalho (tanto pela proximidade com o local de trabalho, quanto pela formação da força laboral) e às fontes de geração de renda do mercado informal; iii) incremento de renda e subversão das relações capitalistas de produção graças ao desenvolvimento de cooperativas autogeridas no próprio espaço de moradia. Quando as implicações econômicas de um ativismo permeiam consistentemente esses três “níveis”, então a separação entre a esfera da produção e a esfera do consumo tende a esvanecer. O que queremos destacar, porém, não é a possibilidade de universalização da “fusão” entre espaços de produção e de moradia, mas tão somente como alguns ativismos têm encontrado nessa fusão uma maneira de acumular forças para potencializar a sua atuação política. Tentarei mostrar, a partir de agora, os avanços e os limites das ocupações em tela, no que respeita aos três “níveis” de implicação econômica de sua ação.

Com relação à diminuição dos custos de vida e conseqüente aumento da capacidade de consumo, um elemento preponderante para uma parcela considerável dos moradores das ocupações estudadas é a dispensa dos custos com aluguel. No minicenso realizado por Lima (2010) junto à ocupação Quilombo das Guerreiras, cujos resultados foram publicados numa monografia sugestivamente intitulada “O que mudou na sua vida?”, a autora aferiu que, dos 52 moradores entrevistados (cada entrevistado representando uma unidade de habitação da ocupação), 21 – isto é, aproximadamente 40% – provinham de residências alugadas<sup>5</sup>. Em um levantamento realizado por Mamari (2008) junto à ocupação Chiquinha Gonzaga, 23 entrevistados, em um universo de 47, responderam residir em moradias alugadas antes de habitarem a ocupação, o que representa 48,9% dos entrevistados.

<sup>5</sup> Apenas três entrevistados alegaram serem provenientes de moradia própria. A maioria dos demais (13) advinha da casa de parentes, outros residiam em casas de cômodo (6), moravam “de favor” (3), um residia em abrigo do Estado, e os quatro restantes, em outra ocupação de sem-teto.

Outro elemento de suma importância para a diminuição de despesas deriva da centralidade das três ocupações, poupando os seus moradores dos gastos com transporte para o trabalho. Na monografia de Lima, mencionada no parágrafo anterior, foi perguntado aos moradores quanto gastavam por dia com transporte público antes e depois de residirem na ocupação. As respostas mostram que antes, apenas 11 moradores, em um universo de 52, não tinham gastos com passagem, 12 utilizavam duas passagens diárias, nove precisavam de quatro passagens, e outros cinco chegavam a gastar seis passagens todos os dias (14 deles não responderam). Uma vez habitando a Quilombo das Guerreiras, 21 moradores declararam não ter mais esse tipo de gasto, e outros 21 passaram a usar apenas duas passagens por dia. Além disso, somente dois moradores declararam gastar quatro passagens para ir ao trabalho, e nenhum outro seguia gastando seis. Se acrescentarmos despesas com transporte para finalidades outras que não o trabalho, como, por exemplo, os deslocamentos para tratamentos médicos e lazer, conseguimos dimensionar o impacto da vida na ocupação para estancar a sangria de recursos familiares com a mobilidade urbana.

No entanto, a redução dos custos de vida não se limita à menor dependência do transporte público e ao abandono do aluguel. Expedientes como a organização de cozinhas coletivas e cooperativas de consumo, quando implementados, têm um peso significativo nisso. Como pudemos verificar a partir da nossa colaboração junto à parcela do movimento dos sem-teto ora estudada, todas as três ocupações contaram com cozinhas coletivas nos momentos imediatamente após a posse, mas nenhuma delas logrou perenizar-se. Em um trabalho em que se dedica à análise da “economia popular solidária” no âmbito da ocupação Quilombo das Guerreiras, Almeida (2009) investiga o motivo do fechamento de sua cozinha coletiva após oito meses de funcionamento (o que representa o maior período de atividade de um equipamento desse gênero nas três ocupações). Colhendo depoimentos de diferentes moradores, notou-se que o fator preponderante era a desconfiança nutrida por alguns quanto às assimetrias referentes à colaboração dos outros para o bom funcionamento do equipamento. Afinal, as cozinhas coletivas das ocupações funcionavam mediante a contribuição, em dinheiro, de cada família (ou unidade habitacional, os quartos) para a compra dos insumos necessários, além de uma outra contribuição, em trabalho, para o fabrico das refeições. Como nem todos contribuem da mesma maneira em um ou outro aspecto, ou em ambos, os desentendi-

mentos superam os entendimentos e as cozinhas coletivas são fechadas, sendo substituídas por cozinhas privadas, nos quartos. Com relação às cooperativas de consumo, embora muitas vezes tenha sido debatida a sua implementação, elas nunca se concretizaram, por razões que precisam ser melhor investigadas. Podemos supor, entretanto, que o fracasso das cozinhas coletivas tenha competido decisivamente para isso – sem contar o fato de a própria existência de tais cozinhas implicar a existência de uma cooperação no consumo.

Percebe-se, pois, que quando as experiências econômicas das ocupações transcendem a mobilização prévia e imediata após a posse e demandam uma cooperação quotidiana continuada, a “quinta coluna” da cidade heterônoma exerce a sua força. Afinal, tal assimetria de cooperação em um equipamento autogerido voltado para o consumo coletivo é, seguramente, fruto de condicionamentos das relações hegemônicas em uma sociedade individualista como a nossa, mas também é a consequência da vulnerabilidade econômica de uma parcela considerável dos moradores das ocupações, vulnerabilidade que torna penosa a constância em contribuições financeiras aparentemente pequenas. Não é difícil imaginar as consequências psicológicas para quem não pode contribuir e precisa consumir, além dos expedientes empregados para ladear tal impossibilidade, que vão de uma maior contribuição em trabalho até os malabarismos da trapaça.

Se jogarmos luz sobre aquilo que denominamos o “segundo nível” das implicações econômicas das ocupações na vida dos moradores, veremos que elas são igualmente relevantes. Recapitulando, este “nível” refere-se à maior acessibilidade ao mercado formal de trabalho (tanto pela proximidade, quanto pelo aumento das possibilidades de formação da força de trabalho). Afinal, parte considerável dos gastos com transporte para o emprego é arcada pelos empregadores, os quais evitam, assim, contratar pessoas que residam muito longe. Além do mais, considerando-se que muitos dos moradores trabalham informalmente, estar na área central da metrópole significa maior acesso às fontes informais de renda, principalmente às atividades de camelô e catador de material para reciclagem. Com relação à preparação da força de trabalho, muito embora não tenhamos nenhuma pesquisa a respeito, pudemos constatar em nossas observações participantes que as crianças, os adolescentes e os jovens das ocupações são os maiores beneficiados. Por um lado, porque têm acesso a melhores escolas do que teriam nas áreas periféricas e, por outro, em decor-

rência das atividades de educação e cultura voltadas para eles, organizadas por moradores mais engajados e por membros do “apoio”, tais como as aulas de reforço escolar, oficinas de teatro, cinema e bloco de carnaval, entre outras. Finalmente, pela maior acessibilidade aos equipamentos culturais, em geral gratuitos, que existem no Centro da cidade do Rio de Janeiro, como bem frisou o morador João Barbosa, da ocupação Chiquinha Gonzaga, em entrevista concedida ao filme “Justa Causa”<sup>6</sup>.

Consideremos, agora, o “terceiro nível” de implicações econômicas da vida nas ocupações. Trata-se daquele compreendido pelo incremento da renda e pela subversão das relações capitalistas de produção. Ainda segundo o estudo de Lima, dos 52 moradores entrevistados, 44 disseram que o fato de residir no Centro interfere positivamente no trabalho e, questionados sobre as alterações de rendimentos com a mudança para a ocupação, 30 deles afirmaram ter aumentado sua renda. Isso ocorre, como já dissemos, em parte pela maior proximidade às concentrações de oferta de emprego formal e, em outra parte, pelo aumento das fontes de trabalho informal propiciado pelo Centro da cidade, caracterizado pela feérica circulação de consumidores das mercadorias dos camelôs, e pela abundância de resíduos recicláveis, um grande manancial de renda para os catadores – mesmo que a sua atividade seja, no mais das vezes, de extrema precariedade devido aos atravessadores, à fragmentação do grupo de catadores, à falta de espaço e de maquinário para a estocagem e o tratamento do material, entre outros fatores.

Buscando superar sua situação de grande vulnerabilidade econômica, os moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras desenvolveram um mecanismo, ainda que rudimentar, de microcrédito, empenhando parte do dinheiro das suas “finanças” (isto é, a caixa para a qual cada família contribui mensalmente com uma quantia previamente determinada pelo coletivo), para conceder empréstimos àqueles que precisam comprar mercadorias para vender na rua (algumas vezes após terem as suas mercadorias apreendidas pela Guarda Municipal), ou para suprir algumas despesas inesperadas. Como relata Almei-

---

<sup>6</sup> O filme “Justa Causa” foi elaborado por moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras, no âmbito do Fórum Contra o Choque de Ordem, e contém depoimentos de residentes das três ocupações em tela, além de outros da ocupação Machado de Assis, localizada no bairro da Gamboa, nas imediações da Zona Portuária do Rio de Janeiro. O objetivo do filme era apresentar as ocupações ao público, sua organização interna, a origem dos seus topônimos, bem como oferecer uma contraposição ao projeto conservador de “revitalização” da Zona Portuária.

da (2009, p. 79-80), os empréstimos são aprovados ou recusados pelo “coletivo” de moradores em suas reuniões ordinárias.

Além dessas conquistas referentes ao aumento de rendimentos, a ida para as ocupações também tem resultado na organização dos moradores para resistir à repressão do Estado, vertida com particular intensidade pela atual gestão municipal do prefeito Eduardo Paes, mediante a organização do Fórum Contra o Choque de Ordem, o qual tinha lugar nas salas de reunião de diversas ocupações do Centro do Rio de Janeiro. Embora o Fórum tenha produzido alguns importantes materiais informativos visando à denúncia da repressão aos trabalhadores informais, e tenha servido para ativar mobilizações contra despejos de algumas ocupações, ele não mais existe – muito embora o “choque de ordem” continue reprimindo camelôs e despejando os sem-teto. Somos levados a crer que, em grande medida, as razões para a dissolução do Fórum tenham alguns fundamentos semelhantes àqueles que contribuíram para o insucesso, ou sucesso limitado, das experiências mais avançadas dos moradores das três ocupações estudadas, na esfera econômica: as cooperativas de produção e serviços (estas últimas consideradas como sendo, igualmente, de produção<sup>7</sup>). Primeiramente, é preciso frisar que em todas as três ocupações, ainda no período de preparação que antecede a posse, foi deliberada a reserva de certos espaços destinados à instalação de cooperativas, o que demonstra a sua preocupação com o desenvolvimento de experiências econômicas alternativas. Apesar de tal deliberação, a experiência das cooperativas não decolou. Na ocupação Zumbi dos Palmares, uma sala recebeu uma oficina de estampas de camisetas (*silk*) de um dos seus moradores, o qual obteve a concessão de uso do espaço sob a contrapartida de transmitir o ofício a outros moradores para que fosse constituída uma cooperativa. A oficina funcionou até a saída definitiva dos moradores do

<sup>7</sup> Ao contrário da ortodoxia teórica de algumas correntes do marxismo, não consideramos como pertencentes à esfera da produção de valor apenas os trabalhadores implicados na produção de mercadorias “palpáveis”, isto é, o proletariado nos setores secundário e primário. Concordamos com Singer (1985), em seu prefácio crítico ao “Capitalismo Tardio”, de Ernest Mandel, que o trabalhador posicionado na prestação de serviços para a circulação e a venda de mercadorias é tão importante para a realização do valor quanto aquele que produziu as mercadorias. Além do mais, mercadorias imateriais são, também, mercadorias dotadas de valor, este sendo determinado, em “última instância”, pela correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas na distribuição da riqueza social produzida, e não por um critério pretensamente objetivo, tal como o tempo de trabalho social empregado à produção de uma mercadoria. O leitor encontrará uma crítica aprofundada à teoria marxiana do valor em Castoriadis (1997).

edifício. No entanto, apesar dos cursos oferecidos pelo dono da oficina, jamais se formou um grupo permanente de produção, e a cooperativa outrora prevista não pôde se constituir.

Nas ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, dois grupos de moradores se mobilizaram para a criação de cooperativas, uma de alimentos para eventos, outra de sandálias. Tanto num caso quanto no outro, as cooperativas, embora não regularizadas, chegaram a desempenhar as suas atividades, sendo inclusive assessoradas temporariamente pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP-UFRJ). Não obstante esses bons indícios de funcionamento, uma série de fatores competiu para que ele fosse logo limitado, levando ao fracasso parcial das cooperativas. Em primeiro lugar, deve-se considerar a falta de recursos financeiros para a compra de insumos, equipamentos e material de divulgação, em geral pequenas quantias (microcrédito), fazendo com que a produção seja sempre em pequeníssima escala e descontínua, alcançando um mercado igualmente reduzido. Em seguida, a situação de extrema precariedade econômica dos membros das cooperativas torna difícil seu deslocamento para receber formação administrativa. A incubação junto à ITCP, por exemplo, demandava a ida duas vezes por semana à Ilha do Fundão, com todo o grupo dos embriões de cooperativas, o que exigia gastos consideráveis com transporte. Em segundo lugar, embora instituições como a ITCP recebam verbas públicas para o seu trabalho, ela não conta com recursos para financiar as cooperativas. Além disso, por estarem em áreas de ocupações, os projetos de cooperativas têm sua regularização dificultada e, embora esse obstáculo possa ser suplantado, a própria regularização de uma cooperativa é dispendiosa e exige um tempo de atividades prévias e continuadas. Considere-se, finalmente, a falta de espaços para escoar a produção, a qual precisa, em regra, ser vendida informalmente na rua, podendo ser apreendida pela Guarda Municipal. Visando contornar este problema, o “coletivo” da Quilombo das Guerreiras encaminhou à Prefeitura um pedido para utilizar a calçada em frente à ocupação para a organização de uma feirinha, com os produtos das cooperativas das ocupações, mas a resposta foi negativa. A Cia. Docas do Rio de Janeiro – proprietária do edifício da referida ocupação – igualmente recusou um pedido de utilização de uma área ao lado do edifício para o mesmo fim. Ora, diante de tantos obstáculos, as experiências econômicas alternativas das ocupações enfrentam um ciclo vicioso difícil de

ser rompido: a falta de tempo e recursos compelem à inércia, e esta dificulta o auferimento, justamente, de tempo e de recursos.

Apesar de todas as dificuldades, nas ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras ainda funcionam dois embriões de cooperativas, ambos de fabrico de alimentos para eventos, cujos serviços são geralmente demandados por sindicatos e outras organizações dos ativismos sociais, o que pode servir como um indício de que, em matéria de experimentos econômicos alternativos no seio dos ativismos sociais, exista todo um potencial a ser explorado para suprir a escassez de capital necessário ao seu alavancamento. Falta, porém, a solidariedade ativa de uma parcela da sociedade civil mais engajada junto às tarefas organizativas (incluímos aqui o acesso às linhas de financiamento) para que se supere o estado de precariedade desses experimentos, entendendo-se que a demanda de tempo decorrente dos trabalhos convencionais (formais ou informais) e da gestão do espaço das ocupações, praticamente inviabiliza a dedicação necessária, por parte dos moradores, ao enfrentamento da burocracia e às tarefas fundamentais a toda empresa econômica, autogerida ou não.

### **O “ESTADO DE SÍTIO PERMANENTE” E A RESISTÊNCIA: O CERCO DA POLÍCIA E A INTIMIDAÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA**

Em seu livro, “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana”, Souza (2008) dedica um capítulo inteiro à análise do que podem fazer e o que efetivamente fazem os movimentos sociais em uma “era de medo”, isto é, em um tempo em que a violência – e o medo da violência – criminal ou “estrutural” (aquela da polícia e das Forças Armadas) incidem cada vez mais decididamente sobre a produção do espaço. O autor enfatiza a ameaça que a criminalidade violenta representa para os ativismos urbanos, especialmente aquela dos traficantes de drogas operando no varejo, os quais buscam territorializar os espaços do hiperpreariado, para estabelecerem ali enclaves operacionais. Na presente seção, além de pautarmos a conflituosa relação entre as ocupações do movimento dos sem-teto e a criminalidade violenta, buscaremos refletir também sobre a não menos conflituosa relação destas ocupações com a polícia. Por entender que nas cidades da semiperiferia do sistema capitalista as ocupações veem-se constantemente ameaçadas por dois vetores de violência, a polícia e a criminalidade, sugeri denominar tal situação como um “estado de

sítio permanente”, sublinhando, assim, sua diferença em relação às ocupações (*squatts*) localizadas nos países centrais, onde a brutalidade policial constitui a principal ameaça.

À parte as exceções que confirmam a regra, toda ocupação inscrita em um ativismo social vê-se obrigada, logo após a tomada de posse do edifício ou terreno outrora vago, a ter que “dialogar” com a polícia. As “forças da ordem” nada mais fazem do que cumprir com o seu papel de zeladoras de um dos pilares do *status quo*, a propriedade, e uma afronta a esta instituição central do capitalismo, ainda mais quando marcada tão explicitamente no espaço urbano, demanda uma resposta rápida para evitar a banalização. Isto é válido para as propriedades em domínio tanto de sujeitos privados quanto públicos. Em geral, antes mesmo de se abrirem as negociações entre proprietários e posseiros, a polícia é convocada para dar início ao cerco. Trata-se, pois, de uma pressuposição de criminalidade na ação dos ocupantes, muito embora, como mostraremos em seguida, o ordenamento jurídico brasileiro dê margens interpretativas diferentes.

Contrariamente ao que professam, ou ao menos desejam, muitos ativistas, a expulsão ou não dos posseiros, por parte da polícia, desde que efetuada pouco tempo após a entrada no terreno ou edifício, não demanda forçosamente uma ordem judicial. A polícia pode se valer da sua prerrogativa do uso legal da força para coagir o que ela caracteriza como um delito em flagrante. As duas expulsões sumárias, sem determinação da justiça, da ocupação Guerreiros Urbanos, na zona portuária do Rio de Janeiro, são exemplos do uso dessa prerrogativa policial. De maneira inversa, o autor já presenciou diversas vezes o não cumprimento, por parte da polícia, de ordens judiciais de expulsão de posseiros. Em geral, a maior parte das ocupações que não são sumariamente expulsas recebe ordens judiciais desfavoráveis, as quais passam a ser usadas pelos proprietários, públicos ou privados, como elemento de pressão durante as negociações. É importante frisar, pois, que o que determina a permanência ou a expulsão dos posseiros é uma correlação de forças políticas, sendo a justiça e a polícia alguns dos recursos empenháveis no instrumental da cidade heterônoma.

Em tese, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece as condições para que os conflitos entre os ocupantes sem-teto e proprietários sejam resolvidos judicialmente, sem a pronta intervenção da polícia. Afinal, tomar posse de uma propriedade imobiliária ociosa configura um ato não necessariamente crimi-

noso, na medida em que determinados instrumentos jurídicos existem para assegurar legalmente a posse, tal como a usucapião, quando se trata de propriedades privadas, e a concessão do direito real de uso, para imóveis públicos, ambos previstos no artigo 183 da Constituição Federal e caracterizados no Código Civil, em seu Livro III, o qual versa sobre o Direito das Coisas. Ocorre que a propriedade, para ser caracterizada de maneira plena, exige o domínio (assegurado por um título) acrescido da posse, a qual pode ser exercida direta ou indiretamente, ou não ser exercida, fazendo, neste último caso, com que a propriedade descumpra sua função social, cuja definição específica é outorgada aos municípios, pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 –, através dos seus Planos Diretores. Quando um proprietário acredita ter a sua propriedade esbulhada pelos ocupantes, cabe-lhe acionar as devidas ações possessórias como, por exemplo, a reintegração de posse, argumentando que ele ali exercia a posse indireta. Os ocupantes, em geral, podem demandar ao juiz a manutenção de posse, por acreditarem serem eles os verdadeiros posseiros daquele imóvel, mesmo sem o domínio. Caberá ao juiz, portanto, a caracterização dos atos, determinando se a posse indireta exercida pelo proprietário está revestida de maior legitimidade do que a posse direta dos ocupantes. A experiência tem mostrado que os juízes dão sistematicamente razão aos primeiros. Por mais que a doutrina jurídica que rege o nosso ordenamento social respalde tal decisão, ela está alicerçada, indubitavelmente, em um fundamento ideológico, aquele da primazia do direito da propriedade sobre o direito à vida, ambos assegurados como direitos fundamentais em nossa Carta Magna.

Procedamos, aqui, a um exercício de esvaziamento do domínio do político, considerando-o como concernente apenas à elaboração das leis, e não à sua “aplicação” pelas “forças da ordem”. Ora, mesmo nesses termos acanhados, o pronto acionamento da polícia para fazer face à toda ação de posse de um imóvel ocioso por parte dos sem-teto configura uma atitude inegavelmente política de criminalização dos ativismos sociais. Com perdão da comparação desajeitada, imagine o leitor se um consumidor que se sinta lesado por um prestador de serviços apelasse à polícia antes de acionar o tribunal de justiça competente? Se isso ocorre com relação aos sem-teto, é porque os poderes que orientam a polícia consideram a ação dos sem-teto criminal e violenta. Somos levados a constatar, portanto, que o tratamento dado pelo aparelho de Estado a esse ativismo inverte a formulação clausewitziana, segundo a qual a guerra

seria a extensão do domínio do político por outros meios. Em nosso Estado (e na maioria dos Estados capitalistas), a política de tratamento com o movimento dos sem-teto tem sido a extensão da violência por outros meios, posto que calcada *a priori* na intimidação policial.



**Seguranças e advogados da Cia. Docas do Rio de Janeiro em palestra com policiais da Polícia Federal no dia seguinte à posse do edifício da Av. Francisco Bicalho pelos moradores da Quilombo das Guerreiras, em 2006. Autor: R. Diniz.**

Fonte: <http://www.fazendomedia.com/novas/movimentos131006.htm>

A experiência tem mostrado que três fatores são decisivos para a expulsão sumária ou não de uma nova ocupação de sem-teto pelas forças policiais: a) a conjuntura política; b) a localização, e c) a organização dos ocupantes. No Rio de Janeiro, em meados da década de 2000, em uma conjuntura marcada pela necessidade do governo federal de manter ao seu lado certas bases populares de sustentação, e pela cacofonia entre as esferas municipal, estadual e federal de governo, a ocupação de edifícios públicos em áreas centrais mostrou-se viável, haja vista o sucesso das três ocupações aqui estudadas. Ao mesmo tempo, a ocupação de edifícios privados na área central da metrópole era pouco tolerada, mas não completamente desautorizada dando provas disso a expulsão sumária das duas primeiras tentativas de ocupação da Quilombo das Guerreiras, pri-

meiro em um bairro de classe média (remediada), o Rio Comprido, depois, em pleno CBD (*Central Business District* – Distrito Central de Negócios), ao passo que a ocupação Manoel Congo logrou permanecer nesse mesmo edifício, graças, segundo a análise feita pelo autor e compartilhada por alguns ativistas do movimento, aos laços políticos mais estreitos dos seus ocupantes com organizações do movimento social ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

Até 2009, a conjuntura político-econômica da capital fluminense ainda tolerava ocupações de sem-teto em áreas centrais quando a “escolha locacional” era planejada com acerto. A ocupação Machado de Assis, situada no bairro da Gamboa, em plena zona portuária do Rio de Janeiro, parece ter cavado a sua permanência no local por ter tomado posse de um edifício privado que já havia sido objeto de desapropriação pelo poder municipal, o qual aproveitou a oportunidade para destiná-lo à habitação de interesse social, preenchendo, dessa forma, uma quota mínima de residências para este fim no âmbito do grande projeto de “revitalização” da zona portuária. Agora, após o alinhamento das três esferas de governo e da iniciativa privada para a consecução da reestruturação sócio-espacial dessa área, e após as concessões abertas à regularização de algumas ocupações escolhidas, como a que acabamos de mencionar, e a construção do conjunto habitacional Quilombo da Gamboa – o qual acolherá, em um único conjunto, três ocupações localizadas no Centro do Rio de Janeiro – todas as recentes tentativas de ocupação na área central do município tem sido sumariamente reprimidas pela polícia, antes mesmo da emissão de uma ordem judicial, ao contrário do que costumava ocorrer até então. Resta saber se existem conjunturas completamente “fechadas” a novas ocupações, ou se alguma inovação por parte dos ativismos conseguiria abrir brechas, ou até mesmo competir para transformar a conjuntura estabelecida. Mas esta é uma questão cuja análise teórica não pode trazer respostas, cabendo à práxis dos ativismos, em cada contexto, demonstrar até onde vão as margens de manobra para que a sua ação acarrete ganhos de autonomia.

Seja como for, no que respeita à brutalidade policial quando da expulsão de sem-teto, parece não existirem receitas infalíveis para a proteção de ativistas. Tácticas como a constituição de um cordão de segurança dos ocupantes formado por manifestantes, e o registro permanente da ação policial com câmeras de vídeo, as quais costumavam frear a ação da repressão até a emissão de uma ordem judicial – que os sem-teto acatavam, em regra, sem resistência – têm se mostrado insufi-

cientes na atual conjuntura, como mostra, com diversos exemplos, o filme “Atrás da Porta”<sup>8</sup>. O que temos presenciado atualmente é a agressão de manifestantes por parte dos policiais mediante o uso de *spray* de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, culminando, em não poucos casos, com a prisão de alguns ativistas, os quais são indiciados, entre outros crimes, por formação de quadrilha, deixando clara, assim, a intensificação da política de criminalização do movimento dos sem-teto por parte do aparelho de Estado. Diante do cerco da polícia na atual conjuntura, parece que um esforço adicional em termos de difusão midiática das ocupações e angariamento massivo de apoiadores para dirimir a violência será uma condição mínima, a qual deverá vir acompanhada de uma luta institucional de longa duração para impor limites à brutalidade policial e, finalmente, para inverter a situação de criminalização.



**Repressão policial à primeira tentativa de ocupação realizada pelos moradores da Quilombo das Guerreiras, em julho de 2006.**

Foto: Hipólito Pereira.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/09/286031935.asp>

Com relação ao outro flanco do “estado de sítio permanente” exercido pela cidade heterônoma contra o movimento dos sem-teto, aquele da criminalidade violenta, começemos por recuperar parte da reflexão feita por Souza (2008), no capítulo de livro mencionado no início desta seção, à luz de alguns casos concretos. Ao apresentar o assédio sofrido por acampamentos e ocupações, tanto

---

<sup>8</sup> Realizado em 2010, por Vladimir Seixas e Chapolim, o filme mostra a resistência de algumas ocupações da área central do Rio de Janeiro, assim como despejos executados pela polícia. Disponível na Internet em <http://www.youtube.com/watch?v=NDQuRhsr8HI>.

na periferia quanto nas áreas centrais de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo – um dos exemplos mais dramáticos talvez seja a expulsão da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) do seu primeiro assentamento regularizado, a ocupação Anita Garibaldi, em Guarulhos (SP), por traficantes de drogas no ano de 2004 – o autor chamou a atenção para que se recuse definitivamente uma certa concepção, ainda consideravelmente difundida entre a esquerda, de que o “lumpemproletariado armado” seria potencialmente insurgente<sup>9</sup>. Mas os narcotraficantes operando no varejo estão longe de representarem os únicos agentes da criminalidade violenta a “cercar” o movimento dos sem-teto e outros ativismos urbanos. Os capangas contratados pelos proprietários fundiários para intimidar, e mesmo assassinar os ocupantes – há notícias de que alguns deles sejam policiais – e as máfias, chamadas de milícias, causam tanto ou mais preocupação que os traficantes. Quanto a este tipo de violência, a localização das ocupações, sobretudo a sua maior ou menor centralidade, faz uma grande diferença, estando aquelas situadas em áreas periféricas muito mais vulneráveis a agressões por parte desse tipo de criminosos.

No Rio de Janeiro, cidade onde o controle territorial exercido pelas quadrilhas de narcotraficantes incide também, muito frequentemente, sobre as áreas centrais – em larga medida em função do padrão particular de segregação residencial da capital fluminense que rompe com o tradicional esquema centro-periferia – a vizinhança direta das ocupações com a criminalidade violenta é quase uma constante. Uma das consequências nefastas dessa proximidade, para além da tentativa de controle direto dos espaços ocupados por parte dos criminosos, é a concorrência entre a autoridade do corpo político da ocupação (“coletivos”, assembleias, coordenações) e a autoridade que exerce a criminalidade na resolução de conflitos. É do conhecimento de todos que narcotraficantes e “milicianos” desempenham amiúde o papel de juízes nos atritos entre os moradores dos territórios por eles controlados, tanto por conta da transferência do capital simbólico exercido pelas armas, as quais conferem poder aos possuidores de autoridade, quanto pelo vazio deixado pelo poder público.

<sup>9</sup> Para uma discussão aprofundada a respeito do papel de agentes sistêmicos dos narcotraficantes operando no varejo com base nos espaços segregados dos pobres urbanos, remetemos o leitor a Souza (2008, p. 123-139), que os considera o elo mais vulnerável do “capitalismo criminal-informal”.

Em geral, o corpo político de uma ocupação do movimento dos sem-teto é a legítima esfera de resolução de conflitos entre os seus residentes, evitando, assim, o acionamento das autoridades estatais. Não obstante, há uma tendência, por parte de alguns moradores, a recorrer à “justiça” criminal, principalmente nos momentos iniciais de uma ocupação, em que a legitimidade do corpo político e a identidade coletiva do grupo ainda estão a serem forjadas, ou em ocupações cujo corpo político encontra-se em crise. Produz-se, assim, uma “dualidade reversa de poder”, em nanoescala, na qual a legitimidade do poder do ativismo social sobre o seu território é desafiada pela autoridade dos criminosos instalados na sua proximidade. O autor já presenciou casos em que ativistas de uma ocupação de sem-teto optaram por enviar uma espécie de delegação com o fito de explicar aos chefes do tráfico operando em uma favela vizinha o seu compromisso com a transformação social e a sua maneira de resolver conflitos, pedindo-lhes que desconsiderassem eventuais demandas de intervenção da parte de algum morador, pedido que foi aceito. É claro que essas são situações-limite e não representam a regra da vida quotidiana nas ocupações, mas mostra particularmente bem a incidência da “quinta coluna” da cidade heterônoma sobre as “trincheiras” dos sem-teto e o seu esforço para contornar tal assédio.

Para encerrar esta seção, o autor gostaria de refletir a respeito da ideia, compartilhada entre alguns ativistas das ocupações aqui estudadas, segundo a qual haveria uma relação direta entre os estilos de gestão dos territórios do movimento e a sua maior ou menor vulnerabilidade às pressões exercidas pela criminalidade. Para esses ativistas, a separação rígida entre coordenações e a “base” de moradores em uma área de ocupação tenderia a oferecer brechas ao assédio de criminosos. Em primeiro lugar, porque bastaria atacar a coordenação para que o território fosse controlado. Em segundo lugar, porque tal separação tenderia a concentrar o senso de responsabilização com os assuntos da ocupação em um pequeno grupo, desonerando os demais desse compromisso, mesmo que involuntariamente, de tal maneira que o respeito às regras e à autoridade do corpo político que regula aquele espaço torna-se menos frequente, dando margem a cooptações por parte dos criminosos ou, ainda, à perpetração de atitudes ilícitas no interior da ocupação por alguns dos moradores. O autor das presentes linhas tende a concordar com tal avaliação, desde que algumas ressalvas importantes sejam feitas. Afinal, a instituição da autogestão, embora tenda a superar o problema da infantilização das “bases”, convocando-as a

assumirem, de modo mais intenso do que no mecanismo de representações, responsabilidades na vida política dos seus espaços, não é, por si só, garantia de que tal responsabilização seja assumida. Quanto a isso, há de se lutar contra os valores hegemônicos da cidade heterônoma, em sua separação estrutural entre dirigentes e dirigidos, homens de decisão e executores, tanto no plano do político, quanto na esfera da empresa econômica. Ademais, a inexistência estatutária de direções ou cargos de chefia formais não é nenhum antídoto infalível contra a constituição de indivíduos, ou grupos de indivíduos, que venham a acumular repetidamente maiores responsabilidades e a exercer *de facto* o direcionamento dos rumos políticos e gestoriais de uma dada coletividade<sup>10</sup>. O autor já conheceu ocupações em que os “coletivos” autogeridos estavam em colapso, e outras em que as coordenações conseguiam manter por muito tempo a mobilização da maior parte dos moradores. Ao fim e ao cabo, ao que tudo indica, acima do estilo de gestão territorial das ocupações, aquilo que tende a torná-las menos vulneráveis ao assédio da criminalidade, violenta ou não (nem todos os criminosos, necessariamente, impõem-se pela violência), é a capacidade de mobilização do maior número de moradores possível, e de maneira contínua, para assumirem os assuntos do seu espaço de moradia coletiva.

### **AS REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DOS MORADORES: ENTRE A SUBVERSÃO E A REPRODUÇÃO DE ESTIGMAS**

Já em duas ocasiões esforçamo-nos por escrutinar as representações que os moradores das ocupações em tela fazem dos seus próprios espaços, da cidade e dos processos urbanos que compõem a sua instituição, isto é, as suas “representações sócio-espaciais”. Remetemos, pois, o leitor sequioso de uma leitura mais aprofundada sobre o tema a estes dois trabalhos: Souza e Teixeira (2009) e Teixeira (2009). Mas, por que o estudo das representações em um artigo cujo objeto são as tensões entre transformação e reprodução das relações no espaço urbano?

A resposta a esta pergunta exige uma apresentação, mesmo que breve, da categoria representação, bem como do conceito de “representação sócio-espacial”. Já faz um bom tempo que a categoria de representação foi resgatada da condição de falsidade a qual era relegada, ou mesmo da sua condição de reprodução im-

<sup>10</sup> Cf. Teixeira (2010b).

perfeita do real, a qual remete a Platão. Na esteira da “virada linguística” (*linguistic turn*) das humanidades na primeira metade do século XX, as representações foram alçadas ao estatuto de elementos-chave para as práticas de significação, conforme argumenta o eminente teórico cultural, Stuart Hall (1997). Afinal, os indivíduos significam o mundo através de “mapas conceituais”, ou seja, o conjunto de conceitos e representações mentais “de todo tipo de objetos, pessoas ou eventos, reais ou fantasiosos” (HALL, 1997, p. 17), sendo, justamente, o compartilhamento de importantes elementos de diferentes “mapas conceituais” o que viabiliza a comunicação interindividual, significando que eles partilham da mesma cultura. De tal maneira, que as representações não são fruto das relações que constituem a “realidade concreta”, mas condição mesmo da “construção social da realidade” – para empregar os termos do consagrado trabalho de Berger e Luckmann (2008 [1966]) – orientando as relações sociais entre indivíduos e grupos.

Na Psicologia Social, sob a tutela de Moscovici, as representações ganharam uma definição mais precisa, bem como uma metodologia de análise, nos marcos de uma teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2003 [2000]). Segundo esta teoria, as representações sociais comporiam parte fundamental da produção de saber no cotidiano da sociedade moderna, em que a realidade social está em contínua e acelerada transformação e no âmbito da qual vigora uma acentuada policentria discursiva. Em tais condições, objetos novos (fatos, discursos, personagens etc.) aparecem o tempo todo, ou novas apreciações sobre os mesmos objetos vêm à baila, exigindo dos indivíduos uma estratégia cognitiva que consiste em buscar símbolos ou conceitos familiares para julgar/classificar/apreender o não familiar: representar. Em Teixeira (2009), propusemos que, quando as representações sociais têm como objeto o espaço, ou os processos e atores implicados na produção do espaço, então estamos diante de “representações sócio-espaciais”. Através de um estudo de caso feito junto à ocupação Quilombo das Guerreiras, mas na qual entrevistamos também, para fins de contraste, moradores das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares (entre outras), buscamos entender como os sem-teto representam o próprio espaço da ocupação e os sem-teto residentes em ocupações não organizadas em torno de um ativismo social, a favela, os favelados, bem como a bandeira da reforma urbana ou processos como a “revitalização urbana”.

Afinal de contas, se as representações são parte constituinte da construção da realidade, orientando as práticas sociais – entre elas, claro, a produção do espaço

–, é de suma importância saber se as representações forjadas no âmbito de um ativismo competem para fortalecer relações que permitam ganhos de autonomia, ou se, ao contrário, são vulneráveis à “quinta coluna” da cidade heterônoma, reproduzindo estigmas e preconceitos. Para tanto, antes de analisar as representações em si, é fundamental investigar as condições de criação das representações de um grupo social específico, de modo a recompor as interações nele estabelecidas. Uma das formas de empiricizar tais condições de criação de representações é apreender as práticas discursivas engendradas no âmbito dos grupos sociais em estudo, de modo a decifrar a sua maior ou menor verticalidade, o grau de participação de cada um dos seus membros, e mesmo o papel que o discurso desempenha na consolidação do grupo, entre outras características.

Nas ocupações estudadas, foi possível notar que a identidade de grupo está calcada em uma prática discursiva iniciada ainda no período de preparação que antecede a posse, prática cujo principal esforço é encorajar os futuros moradores a tomarem a palavra durante as reuniões semanais. No entanto, este mesmo esforço desnuda uma condição assimétrica herdada da cidade heterônoma, em que a maioria dos cidadãos assume o papel de receptores mais ou menos passivos de algumas fontes discursivas: as igrejas, os formadores de opinião da mídia, os políticos profissionais, os chefes etc. Para o autor das presentes linhas, oriundo da militância junto ao movimento estudantil, ficou evidente a diferença de participação discursiva entre os “neófitos” deste movimento nas universidades para aquela dos sem-teto de primeira viagem. Entre aqueles, verifica-se uma vontade de falar que, em muitos casos, resulta em cacofonia, ao passo que, entre os últimos, a palavra em uma reunião pública exige grandes esforços. Tal dificuldade é paulatinamente superada em decorrência do trabalho dos organizadores dos grupos que farão as ocupações, os quais incentivam, ou mesmo obrigam os futuros moradores a assumirem responsabilidades que competem para uma elevação da autoestima dos indivíduos e para uma maior participação discursiva (tendo em vista a necessidade de prestar contas das tarefas assumidas). É o que ocorre quando da constituição das comissões de trabalho (“estrutura”, “elétrica”, “finanças”...), com a escolha do nome da futura ocupação (feito por meio de uma votação) ou com a elaboração do seu regimento interno. Ao longo de alguns meses de reuniões preparatórias, a participação discursiva dos moradores aumenta consideravelmente, o que representa uma das primeiras transformações positivas empreendidas no bojo desse ativismo.

Mas não são alguns meses de reuniões preparatórias de (auto)formação política, tampouco alguns anos de participação na vida política de uma ocupação de sem-teto, que dotarão o conjunto dos seus moradores de uma capacidade crítica capaz de torná-los infensos à reprodução de representações indisputavelmente heterônomas<sup>11</sup>. Notamos que tal capacidade está assimetricamente distribuída, mesmo em grupos políticos organizados pela isonomia, e que esta assimetria decorre, em grande medida, da participação prévia dos indivíduos em mobilizações políticas, ou do maior tempo de convivência na ocupação<sup>12</sup>, além, claro, do maior comprometimento com o seu destino político.

Uma das representações que buscamos analisar foi aquela encerrada pelo termo “invasão”, em contraposição a “ocupação”. Considerávamos, de antemão, o termo “invasão” inegavelmente pejorativo, ainda mais quando empregado para designar os posseiros de terrenos e edifícios ociosos, emprego cuja reprodução ou refutação por parte dos sem-teto analisados nos interessava apurar. Em decorrência da incorporação do termo “ocupação” ao próprio nome dos espaços territorializados pelos sem-teto entrevistados, imaginávamos que seria ponto pacífico a afirmação das suas posses (e as dos demais sem-teto) como “ocupações”, além da crítica ao emprego do termo “invasão”. No entanto, os depoimentos recolhidos mostraram que tal separação é menos evidente.

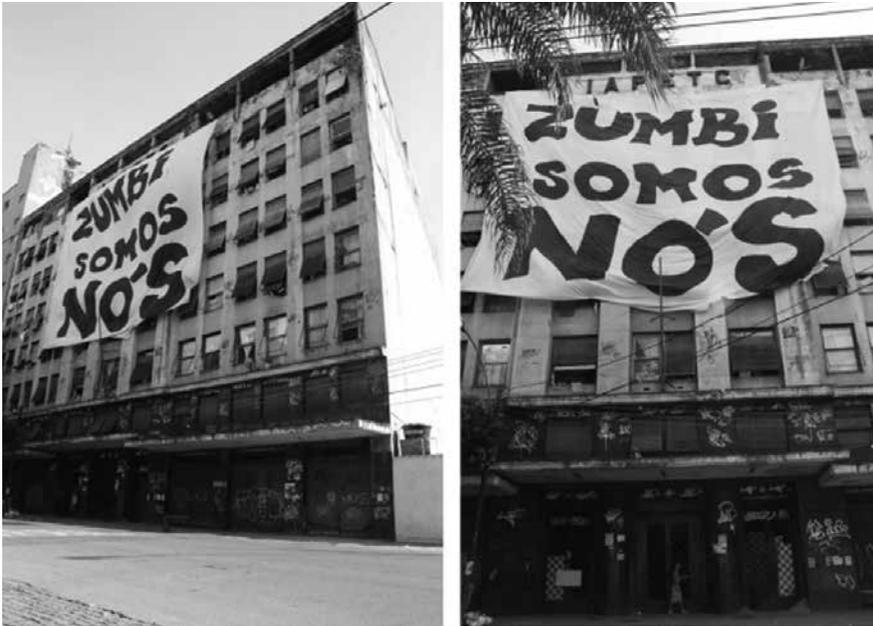
Efetivamente, entre os líderes destacados das ocupações estava assentada a distinção entre “ocupação” e “invasão”, e a sua problematização constava como um dos temas de pauta em seus trabalhos de formação política junto aos demais moradores. No entanto, verificamos, entre estes últimos, mas também entre os líderes destacados, dois comportamentos inesperados. O primeiro deles pode ser

---

<sup>11</sup> Consideramos heterônomas as representações que inferiorizam, de alguma maneira, indivíduos ou grupos, ou mesmo a espacialidade destes (as favelas, a periferia, um bairro específico...), competindo, assim, para submetê-los a situações opressivas (bem como legitimá-las) por parte de uma maioria ou de uma minoria de potentados, e, em geral, levando-os a assumir a condição de inferioridade por terem a autoestima minada.

<sup>12</sup> É preciso esclarecer que alguns dos membros participantes das reuniões preparatórias acabam por abandonar o grupo após a realização da ocupação, e que outros integram-no apenas após a posse, ou mesmo muito tempo depois. Além disso, não são raros os casos em que somente um representante familiar participou das reuniões preparatórias, e, mesmo durante as reuniões dos “coletivos” de moradores, é frequente a participação destes representantes apenas, tendo em vista que a exigência de participação se estende às unidades habitacionais, e não a todos os moradores.

apresentado da seguinte maneira: entre os moradores considerados “comuns”<sup>13</sup>, não era rara a indistinção entre “ocupação” e “invasão”, e muitos deles consideravam o próprio edifício onde moravam como sendo uma “invasão”. A razão dessa indistinção não se explica, porém, pela concordância com os estigmas difundidos pela grande mídia e pelo Poder Judiciário, para quem a defesa intransigente e incondicional da propriedade privada obriga-os a representar os posseiros como criminosos, e a posse (a “ocupação”), como um crime. Ao contrário, o termo “invasão”, proferido pelos sem-teto entrevistados, configurava uma representação ainda não objetivada, isto é, que não havia sido categorizada, sendo tão somente uma expressão (ou imagem) tomada de empréstimo do vernáculo para designar uma espacialidade sobre a qual não se faz grandes juízos de valor.



**Fachada da ocupação Zumbi dos Palmares.**

Fonte: <http://pelamoradia.files.wordpress.com/2011>

O segundo comportamento inesperado provém da representação que mesmo alguns dos líderes destacados faziam dos posseiros de edifícios não organizados em torno de algum ativismo. Por serem amiúde controlados ou asse-

<sup>13</sup> Isto é, que não exercem papel de liderança destacada, formal ou informal.

diados pela criminalidade violenta, ou abrigarem a prostituição, uso de drogas ilícitas e outras atividades pouco aceitas pelos padrões legais e morais considerados normais, observamos que esses espaços são também reputados como “invasões”, mas não com o mesmo significado exposto no parágrafo anterior. No caso presente, o termo “invasão” é convocado para demarcar uma diferença entre as “ocupações” (espaços organizados, legítimos) e as “invasões” (desorganizados, antros de maus costumes e práticas ilegais e ilegítimas...), como atesta o trecho de entrevista citado a seguir, o qual é representativo de muitos outros:

É, esse espaço aí eu considero invasão. Porque, a partir do momento que não há uma organização e que chega lá e tem prática de crimes, como tem uso de drogas, quer dizer, então pra mim é uma invasão.<sup>14</sup>

Invasão é uma coisa não planejada. Invasão é qualquer um, invasão não tem portaria, invasão não tem um estatuto interno, que precisamos de limpeza, precisamos de ordem, precisamos de organização. Isso é: a invasão não tem esse tipo de serviço, de coisa, e, já a ocupação, tem. A gente se organiza.<sup>15</sup>

É compreensível, ainda mais em um contexto de forte estigmatização das ocupações do movimento dos sem-teto, que alguns entre os seus moradores busquem destacar a sua organização, disciplina e luta por direitos civis. Mas fazê-lo mediante a estigmatização dos espaços dos sem-teto não organizados em torno de ativismos sociais é problemático em múltiplos sentidos, como insistimos em outras oportunidades (SOUZA; TEIXEIRA, 2009; TEXEIRA, 2009, p. 129). Em primeiro lugar, não são todos os espaços tidos como “invasões” que justificam a sua representação como “antros de violência e maus costumes”; além disso, como pudemos bem notar na seção anterior do presente artigo, em um contexto como o das grandes cidades dos países semiperiféricos, em que a criminalidade violenta parece onipresente e com capacidade de “infiltrar-se” em quase todos os espaços segregados, mesmo os territórios dos movimentos sociais, como as “ocupações organizadas”, são muitas vezes alvos da sua ação insidiosa; ademais, deve-se reconhecer que a reprodução do discurso hegemônico, valendo-se dos termos “invasão” e “invasores” para designar essa parcela da população e seus espaços, mesmo que, pela sua pouca organização, sejam presas fáceis da criminalidade e da ação de oportunistas (que vendem ou

---

<sup>14</sup> Entrevista com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2009, no Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Entrevista com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras em 17/02/2009, no Rio de Janeiro.

alugam quartos ou terrenos em áreas de posse), significa não reconhecer que a função precípua desses espaços é a moradia. Consequentemente, mesmo que de maneira não intencional, acaba-se por legitimar a proteção da propriedade privada – um dos pilares de sustentação da cidade heterônoma –, posto que também esses imóveis estavam ociosos e não cumpriam sua “função social”. Na opinião do autor, deve-se tentar deixar claro para a sociedade civil que toda a posse de imóveis ociosos – por abandono ou para a prática especulativa – com fins de moradia, de geração de renda ou de produção cultural (ou para qualquer fim socialmente útil) é legítima. Consideradas as posses dessa maneira, a sua organização interna, sobretudo a organização política, descola-se da seara da legitimidade, enfatizando, ao contrário, a imprescindibilidade e urgência de se operar uma transformação profunda do *status quo*.

Outra representação sócio-espacial significativa para entender a tensão entre o combate e a reprodução de estigmas no âmbito das ocupações estudadas é a que os seus moradores fazem das favelas e dos favelados. As implicações das representações que os sem-teto elaboram sobre esses espaços ganham em densidade se levarmos em conta que as favelas também são, a rigor, ocupações, pois se configuram como posses e detêm estatuto jurídico semelhante ao das posses do movimento dos sem-teto. Além do mais, é muito frequente que as ocupações do movimento em questão também sejam pejorativamente chamadas de “favelas”, ou “favelas verticais” (quando se trata de edifícios). Como se sabe, as favelas no Brasil sofrem com uma grande estigmatização, sendo os seus moradores tratados como inferiores na cidade e atrelados indiscriminadamente à criminalidade violenta. Interessava-nos saber, pois, como esse espaço estigmatizado e seus moradores seriam representados por um grupo social que também é alvo de estigmas e que possui um vínculo grande com as favelas, tendo em vista serem muitos dos sem-teto entrevistados delas oriundos.

Os depoimentos que obtivemos podem ser agrupados segundo cinco aspectos principais: 1) aqueles que enfatizam a diferença organizacional entre ocupações e favelas, seja admitindo a superioridade destas últimas pelo seu acúmulo histórico, seja creditando às primeiras maior organização, em decorrência da falência das associações de moradores; 2) os depoimentos que sublinham a oposição entre a segurança nas ocupações e a insegurança nas favelas (*e.g.*: “A diferença daqui, por exemplo, com relação às drogas, que na ocupação raramente se vê – aqui, pelo menos, a gente não vê drogas, armas. Já numa favela,

vê direto, né?"); 3) os que representam os favelados como "acomodados", e os sem-teto como "lutadores" (e.g.: "Tem, tem muita diferença. Porque os favelados se acomodam na favela, né? E os sem-teto, não. O sem-teto procura moradia melhor, mais dignidade"); 4) aqueles que, diferentemente, consideram os favelados também como sem-teto, dada a insegurança da posse na favela e a precariedade da sua habitação; 5) os depoimentos que apontam a ocupação como sendo um espaço de resgate da luta do povo pobre das cidades, tendo em vista as dificuldades de mobilização em torno de um ativismo consequente nas favelas, dado o controle tirânico a elas imposto por parte da criminalidade violenta e dos confrontos decorrentes das incursões violentas do aparelho repressor do Estado.

Nota-se facilmente que o discurso dos sem-teto sobre as favelas tem múltiplas faces, revelando certas ambiguidades. Por um lado, é possível perceber vínculos de solidariedade com os favelados, chegando mesmo a considerá-los como sem-teto, tendo em vista a sua situação de dificuldade e a possibilidade de perder a casa. No entanto, em meio a algumas diferenciações bastante realistas em relação aos espaços das favelas, principalmente no que respeita à segurança, pode-se encontrar também a reprodução de algumas generalizações e simplificações preconceituosas, como considerar os favelados acomodados, ou acreditar que a favela é desprovida de regras. Contudo, percebe-se, mais uma vez, que essas posições preconceituosas são mais claramente detectadas entre as falas daqueles sem-teto que não exerciam papel de liderança destacada.

Com efeito, a crescente territorialização das favelas e loteamentos irregulares pela criminalidade violenta competiu para minar as formas de organização política nesses espaços, como as associações de moradores, além, é claro, de reduzir consideravelmente a qualidade de vida da população favelada. A enfática demarcação feita pelos sem-teto, portanto, entre a violência e a tirania dos narcotraficantes e "milicianos" e a segurança e o estabelecimento das regras, de maneira horizontal, pelos moradores nas ocupações demonstra como este último espaço se tornou uma alternativa para uma vida mais tranquila. Já a diferenciação organizacional refletida no discurso dos líderes destacados e membros do grupo de "apoio" oferece indícios de que os territórios constituídos pelas ocupações configuram uma estratégia espacial de organização política alternativa às favelas e loteamentos, onde um trabalho de contestação profunda da heteronomia se tornou muito difícil. Realizando agora um trabalho organi-

zativo em áreas mais abertas aos ativistas do movimento dos sem-teto, ele pode, como manifesto no depoimento de uma das entrevistadas, buscar ser “o braço de uma comunidade no asfalto”, atraindo para esses territórios a população das favelas a fim de que ali ela possa se organizar. Até o presente momento, o que temos observado são os esforços de alguns ativistas “formados” no âmbito das ocupações de sem-teto para retomar o trabalho de base junto às favelas, como é o caso dos membros do Grupo de Educação Popular (GEP), os quais fundaram, há três anos, um pré-vestibular comunitário na favela da Providência (Centro do Rio de Janeiro, e muito próxima à ocupação Chiquinha Gonzaga), além de realizarem ali diversas outras atividades político-culturais. Neste caso, a favela seria também um “braço de uma comunidade do asfalto”; ou, se preferirmos, ambos seriam braços organizados e entrelaçados de uma comunidade maior, que é a sociedade civil.

## CONCLUSÕES

Expusemos, ao longo deste artigo, as ações de uma parcela de um ativismo urbano em meio a um contexto que, embora particular, é cada vez mais semelhante ao de diversas metrópoles na semiperiferia do capitalismo: a “hiperprecarização” econômica, a truculência policial e a tendência generalizada de criminalização e estigmatização dos pobres urbanos – entre eles os ativistas. Observamos algumas das suas conquistas, ou “ganhos de autonomia”, bem como os seus limites, impostos pela cidade heterônoma e pela sua “quinta coluna”, no que diz respeito a três aspectos: as implicações econômicas para os moradores das ocupações; a resistência e a vulnerabilidade diante do “estado de sítio permanente” da violência policial e criminal; a subversão e a reprodução de representações heterônomas a propósito dos espaços urbanos e dos cidadãos. Tentarei empreender aqui uma síntese dos resultados obtidos, encerrando com algumas reflexões sobre como é possível superar os limites e impasses.

Sobre as implicações econômicas, para além da evidência de que a conquista de moradia em uma área central da metrópole competiu para reduzir os custos com a mobilidade urbana e aumentar o acesso às ofertas de trabalho formal ou informal, além de incidir sobre uma maior qualificação profissional (pelo acesso a melhores escolas e equipamentos culturais públicos), também constatamos que há maiores chances de aumento da renda, justamente pelas razões que acabamos de expor. No entanto, a implicação econômica mais re-

levante para a transformação da cidade heterônoma que parece derivar de sua ação é a subversão das relações capitalistas na esfera do trabalho e do consumo, e é justamente aqui que observamos os maiores limites. Nota-se a consolidação de um ciclo vicioso: a falta de recursos financeiros dificulta enormemente a manutenção regular de experimentos econômicos alternativos, e a carestia de tempo livre tende a sabotar o esforço necessário para buscar esses recursos. Acreditamos que tal ciclo vicioso é consequência, fundamentalmente, da “hiperprecarização”, mas também da falta de uma política pública sistemática e generalizada de financiamento da economia solidária.

O “estado de sítio permanente” imposto às ocupações pela violência da polícia e dos criminosos tem efeitos distintos de acordo com um ou com outro. Diante do braço repressor do aparelho de Estado, o movimento dos sem-teto depara-se com uma barreira ao aumento do número de ocupações graças às expulsões que se vêm executando mesmo antes de ordens judiciais – o que caracteriza uma estratégia oficial de criminalização do movimento. Frear o surgimento de novas ocupações é estrategicamente problemático porque a tomada de posse de imóveis ociosos permite, a um só tempo, o acirramento da luta institucional contra o déficit habitacional e a especulação imobiliária, e a continuidade da ação direta e de experimentação de práticas sociais contrárias às práticas hegemônicas do capitalismo. Por sua vez, o assédio da criminalidade violenta não apenas ameaça a integridade do corpo político das ocupações mediante a expulsão de líderes destacados e/ou a cooptação de alguns moradores, como, mesmo sem adentrar as ocupações, desafia a autoridade deste corpo político, o que ocorre, por exemplo, quando a resolução de conflitos é buscada através do veredito dos criminosos que controlam as imediações das ocupações.

Ambos, o ciclo vicioso das experiências econômicas alternativas e o “estado de sítio”, que limitam os “ganhos de autonomia” das ocupações analisadas, colocam uma pergunta fundamental: como é possível superá-los? É evidente que a resposta pode ser trazida apenas pela práxis dos ativistas, mas refletir nunca é demais e não escondemos que um dos propósitos deste artigo é fomentar um debate que extrapole o domínio científico. Na opinião do autor – a qual não pode deixar de ser coerente com a sua filiação político-filosófica libertária –, parece indispensável explorar, de maneira ainda mais contundente, as vias *para abajo y a izquierda!* (para baixo e à esquerda), como dizem os índios zapatistas, no México. Isto é, para superar os óbices impostos pela cidade heterônoma,

cumprir reforçar os vínculos de solidariedade e cooperação junto à sociedade civil – uma tarefa nada fácil, tendo-se em conta a dificuldade de se mobilizar uma sociedade tão pouco politizada e simpática aos ativismos quanto a brasileira. E como fazê-lo, se os braços são poucos e as demandas tamanhas? Ora, mesmo correndo o risco de incorrer em certa ingenuidade (“falar é fácil, fazer é que são elas...”), algumas possíveis saídas para suprir a falta de financiamento das experiências econômicas alternativas passam pela intensificação dos laços com as organizações dos movimentos sociais já existentes e pela criação de expedientes de financiamento colaborativos usando, para isso, o grande conector que é a Internet.

O estreitamento dos laços com a sociedade civil é igualmente indispensável para ajudar a frear a truculência policial, de modo a tornar mais onerosas, simbolicamente, as intervenções violentas, em função de sua menor tolerância pela opinião pública. Mais uma vez, o recurso à Internet pode ser muito eficiente, desenvolvendo-se mecanismos de observação e denúncia de abusos policiais, tal como fizeram os ativistas em Los Angeles, com a criação do *Cop Watch LA*, através do qual os cidadãos da cidade californiana formam uma rede responsável por centralizar e difundir imagens e relatos de desrespeitos impetrados pela polícia. Com relação ao “sítio” exercido pela criminalidade violenta, parece que a mobilização permanente dos moradores das ocupações e a intensificação de um trabalho de formação política, capazes de fortalecer a autoridade das suas instâncias de decisão e a vigilância contra “infiltrações” de criminosos, constituam-se como o antídoto mais eficaz, porém não infalível. Aqui, a pressão exercida pelo conjunto da sociedade civil para o estabelecimento de uma política de segurança pública e de políticas sociais eficientes que reduzam decididamente as desigualdades sócio-espaciais e que incluam a participação das comunidades no delineamento das estratégias de segurança é fundamental, de modo a diminuir ou afastar o “sítio” que sofrem os espaços dos ativismos e demais espaços dos pobres urbanos.

Chegamos, finalmente, à problemática da tensão entre a transformação e a reprodução de representações sócio-espaciais heterônomas pelos moradores das ocupações estudadas. Vimos, de um lado, como há uma relação entre o maior tempo de residência nessas “trincheiras” do movimento dos sem-teto e o maior grau de envolvimento com os seus assuntos e, de outro lado, a dissipação de representações heterônomas. Não obstante tal relação, certos estigmas podem

ser reproduzidos mesmo entre líderes destacados do movimento, quando, por exemplo, consideram os residentes de posses politicamente não organizados como sendo “invasores” e de comportamento moralmente desviante. Para evitar isso, é importante que os trabalhos de discussão e formação política no âmbito das ocupações sejam perpetuamente realizados e atualizados, de maneira a se inserir a tematização das mais variadas bandeiras de luta e a solidariedade com os demais oprimidos. Afinal, o tipo de solidariedade que por muito tempo distinguiu a esquerda do chauvinismo precisa ser afirmado em outras escalas para além da internacional, levando-se em conta que as divisões entre os oprimidos, amiúde fomentadas pelos agentes da opressão, têm lugar até mesmo na escala de bairros e demais espacialidades intraurbanas. Um grande desafio que resta, porém, é o de integrar os demais moradores menos “envolvidos” nessas arenas de discussão e formação. A apatia e o desinteresse no exercício dos assuntos coletivos são, em todas as escalas, umas das armas mais insidiosas da “quinta coluna” da cidade heterônoma, sendo de suma importância, pois, pensar na sua superação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de, GRANDI, Matheus da Silveira e MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Oikos, ágora e ekklesia: Uma introdução às fronteiras, pontes e ‘áreas de sombra’ de um espaço ocupado por sem-teto (Ocupação Quilombo das Guerreiras Rio de Janeiro)*. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. 2009. *Anais...* Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, 2009.
- ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de. *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: o processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro*. 264f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008 [1966].
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 [1972].
- CASTORIADIS, Cornelius. Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós. In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto*, v.1, 1997. p. 331-418.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 [1936].

GRANDI, Matheus da Silveira. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. 476f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRANDI, Matheus da Silveira; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine: Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro). In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre. Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 01-11.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Thousand Oaks, California: Sage, in association with the Open University, 1997.

MAMARI, Fernando Gonzáles C. de. *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, Marianna Fernandes; GRANDI, Matheus S.; ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de. Um abraço amigo, um canto pra dormir e sonhar: Rabiscos introdutórios (sobre o papel dos espaços privados na espacialidade de processos coletivos do movimento dos sem-teto) feitos à luz da experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras Rio de Janeiro. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre. Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 01-10.

MOREIRA, Marianna Fernandes. *Um Palacete Assobradado : Da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de lar*. 2011. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003 [2000].

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. *Revista Polis*, Santiago, v. 9, p. 293-313, 2010.

SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1985. p. vii-xxxiii.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. 1988. 241f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Urban development on the basis of autonomy: a politico-philosophical and ethical framework for urban planning and management. *Ethics, Place and Environment*, p. 187-201, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e lugares do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, p. 29-66, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O "léxico espacial" do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2009. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Kooperativismus und soziale Kämpfe in der Stadt Überlegungen zur Obdachlosenbewegung im Zentrum Rio de Janeiros. In: Kollektiv Oranotango. (Org.). *Solidarische Räume & kooperative Perspektiven Praxis und Theorie in Lateinamerika und Europa*. Neu-Ulm: AG SPAK, 2010, v. 1. p. 90-97.

\_\_\_\_\_. *A burocratização do ponto de vista das organizações libertárias*. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=30556>. Acesso em: 20 out. 2010.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; GRANDI, Matheus da Silveira. Espacialidade cotidiana e sociedade instituinte: uma reflexão sobre os espaços de compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. 2009. *Anais...* Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; LONGO, Felipe S. de Castro. *Objecções à recente onda de ataques ideológicos às ações dos movimentos sociais: ocupação não é crime!* 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1754>. Acesso em: 19 mar. 2009.

Enviado para publicação em 13/03/2012

Aceito para publicação em 07/06/2012



# A MICROFÍSICA DO PODER INSTITUINTE E SUA ESPACIALIDADE: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO DE SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO

**RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA**

Doutorando em Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafaelalmeida08@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre o processo de territorialização de ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro, utilizando como estudo de caso a Ocupação Quilombo das Guerreiras e, como caso de contraste, a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Assim, para melhor compreender o processo de instituição do território, começarei com o estudo do período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), visto que, mesmo anteriormente à apropriação do espaço, algumas das características específicas do território já são esboçadas sob a forma de relações de poder particulares. Veremos que o sucesso da ação direta envolve, em primeiro lugar, a delimitação de uma fronteira que expressa a apropriação, e em segundo, a refuncionalização dos espaços internos e a sua adequação às propriedades que caracterizam o território. No entanto, a estabilização do território (com a suspensão, mesmo que temporária, do perigo iminente de despejo) não significa o fim da territorialização. O território está sempre em processo de fazer-se e é imanente às relações de poder. Assim, a territorialização envolve mais do que a delimitação de fronteiras, pois incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, o que as torna ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos sociais. Sem-teto. Processo de territorialização. Territorialidade. Autogestão.

## THE MICROPHYSICS OF THE INSTITUTING POWER AND ITS SPATIALITY: THE PROCESS OF TERRITORIALIZATION OF A SQUATTED BUILDING IN RIO DE JANEIRO

### ABSTRACT

This article seeks to shed light on the process of territorialization of the *sem-teto* movement in the city of Rio de Janeiro, using as a case study the squat building called *Quilombo das Guerreiras* and as a case of contrast the squat called *Chiquinha Gonzaga*. Thus, to better understand the process of establishment of a territory, this analysis will begin with the study of the period prior to the occupation of the building, since even before the appropriation of the space, some of the specific characteristics of the territory are already outlined in the form of particular power relations. We will see that the success of the direct action involves, firstly, the delimitation of a boundary that expresses the appropriation, and secondly, the refunctionalisation of the internal spaces and their adjustment to the properties that characterize the territory. However, the stabilization of the territory (with the temporary suspension of the threat of eviction) is not the end of the process of territorialization. The territory is always in the making and it is immanent to power relations. Therefore, it is a process that involves more than the delimitation of borders, as it also has an effect on the “ways of doing” of individuals, which makes these processes even more relevant to the development of tools of struggle and of organization employed by social movements.

**KEYWORDS:** Social movements. Squatting. Process of territorialization. Territoriality. Self management.

### INTRODUÇÃO

O fenômeno das ocupações urbanas não se restringe ao Brasil e tampouco à América Latina. Ele está presente nos países tanto ao norte do hemisfério quanto ao sul, e assume características distintas, estratégias locais de territorialização e discursos heterogêneos. O termo inglês *squatting*, por exemplo, abarca uma grande diversidade de práticas. Vale lembrar que moradores de favelas são também ocupantes (*squatters*), em sentido amplo, visto que se instalam em propriedade alheia, privada ou pública, onde a posse do proprietário não

é exercida<sup>1</sup>. Mesmo se nos ativermos apenas ao espaço urbano, as práticas de ocupações (*squatting*) englobam uma variedade grande de atores, organizações e objetivos estratégicos e nem sempre remetem à questão habitacional, ou pelo menos, não diretamente, visto que ocupações culturais também são referidas como *squatting*. Contudo, duas características são compartilhadas por todas essas práticas: a primeira é que elas envolvem a territorialização (em sentido estrito<sup>2</sup>) de terrenos ou prédios cujos proprietários não exercem a posse e, por isso, encontram-se em situação de abandono; a segunda é que a territorialização se dá por meio da ação direta, e assim, age sobre o problema, sem intermediação do mercado ou do Estado<sup>3</sup>.

Entretanto, as ocupações de sem-teto, foco deste estudo, de um modo geral, não constituem, *a priori*, movimentos sociais *per se*, pois, apesar de decorrerem de uma “prática espacial insurgente” (SOUZA, 2010), elas são, antes de tudo, alternativas encontradas pelos mais pobres para satisfazer sua necessidade de moradia (alternativas reconhecidas pelo Estado, porém não sancionadas formalmente), representando, desse modo, muito mais um resultado da espacialização da desigualdade social e do problema do déficit habitacional, do que propriamente territórios que resistem ao poder hegemônico.

No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, porém, seus moradores não se restringem a amenizar seus problemas de moradia, mas buscam constituir “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006 e 2007), produzindo, de maneira mais consistente, uma ampla gama de práticas e discursos que questionam não somente as políticas habitacionais existentes no âmbito da “democracia” representativa capitalista, mas todo um conjunto de relações sociais que se fundamenta na heteronomia<sup>4</sup>. O movimento dos sem-teto configura, portanto,

---

<sup>1</sup> Ver sobre isso, Souza (2009b).

<sup>2</sup> Souza (2010, p. 40) destaca, entre os tipos gerais de “práticas espaciais insurgentes”, aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido estrito”, ou seja, as que se apropriam de um espaço por meio da presença física, e aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido amplo”, isto é, a partir da inscrição no espaço, de símbolos que desafiam direitos formais e prerrogativas legais de proprietários (como a grifagem, por exemplo) e que não dependem de uma presença física duradoura.

<sup>3</sup> É claro que a negociação com o Estado é inevitável; contudo, para além de simplesmente reivindicar a recuperação de prédios abandonados, os *squatters* primeiro atuam diretamente sobre o problema, refuncionalizando e reestruturando os imóveis ocupados, para só depois negociarem com o Estado a sua permanência.

<sup>4</sup> Heteronomia é entendida como uma relação oposta à de autonomia, ou seja, uma situação onde o *nomos* (conjunto de normas, regras, convenções e leis que regem uma coletividade) é definido

uma categoria de *squatting* que representa uma afronta ao *status quo* e, por isso, se constitui como parte integrante de um “movimento social emancipatório” (SOUZA, 2010).

A referida ocupação foi a terceira das quatro ocorridas desde 2004, no Rio de Janeiro, que representam o que Souza e Teixeira (2009) chamaram de “variante por coletivo”<sup>5</sup> do movimento dos sem-teto. Esta variante difere da “variante por coordenação” (que se organiza politicamente de maneira hierarquizada), devido à forma horizontal e democrática com a qual organiza as relações de poder internas. Contudo, das quatro ocupações dessa variante, apenas duas instauraram de forma consistente e duradoura uma instância formal de deliberação coletiva (a Assembleia do Coletivo, ou o “Coletivo”), a saber: a Ocupação Chiquinha Gonzaga (ocupada em 2004) e a Ocupação Quilombo das Guerreiras (ocupada em 2006). Mesmo assim, as dinâmicas políticas encontradas nessas duas ocupações diferem entre si: a primeira é marcada por uma disputa interna entre moradores que defendem a manutenção de um modelo inspirado na autogestão e aqueles que sustentam uma revisão desse modelo organizativo, pressionando a favor de uma verticalização das relações de poder internas<sup>6</sup>; a segunda é caracterizada pela hegemonia de um campo político inspirado em ideias autogestionárias, o que possibilitou a criação de mecanismos de poder que buscam eludir a formação de hierarquias e que implicam transformações ao nível capilar do poder, ou seja, referentes à “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2007), incidindo sobre a vida cotidiana dos atores, em suas “maneiras de fazer”, modificando comportamentos e relações.

No caso da variante do movimento dos sem-teto que é foco do presente estudo, os atores buscam constituir um contrapoder (o qual, como salienta Souza [2011], não pode ser confundido com a negação pura e simples do poder), que não se manifesta apenas pela resistência a um poder preexistente, mas envolve, também, a instituição de um outro poder, que se exerce a partir do reconhecimento de que o poder instituído é obra da sociedade instituinte (CASTO-

---

por outros indivíduos que não propriamente os que estarão completamente sujeitos a eles. É uma relação onde se estabelece uma clara distinção entre dirigentes e executores.

<sup>5</sup> Todas as quatro ocupações dessa variante estão localizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro, e são elas: Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005) (já extinta), Quilombo das Guerreiras (2006) e Machado de Assis (2008).

<sup>6</sup> Ver sobre isso Grandi (2010).

RIADIS, 2006). Nesse sentido, o surgimento daquilo que Castoriadis chama de “poder instituinte”<sup>7</sup>, que se organiza de forma horizontal e radicalmente democrática, e não visa somente à constituição de um novo poder instituído, mas à explicitação do processo de autoinstituição da sociedade e a construção de instituições abertas ao questionamento e à transformação.

Em sua verdadeira significação, a democracia consiste no fato de que a sociedade não pára numa concepção do que é justo, igual ou livre, dada uma vez por todas, mas se institui de tal maneira que as questões da liberdade, da justiça, da equidade e da igualdade possam sempre ser colocadas no quadro do funcionamento “normal” da sociedade (CASTORIADIS, 2002, p. 187).

Desse modo, este artigo tem como objetivo lançar luz sobre o processo de territorialização de ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro, utilizando como estudo de caso a Ocupação Quilombo das Guerreiras e, como caso de contraste, a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Para melhor compreender o processo de instituição do território, iniciarei com o estudo do período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), visto que, mesmo anteriormente à apropriação do espaço, algumas das características específicas do território já são esboçadas sob a forma de relações de poder particulares. Veremos, ainda, que o sucesso da ação direta envolve, em primeiro lugar, a delimitação de uma fronteira que expressa a apropriação, e, em segundo, a refuncionalização dos espaços internos e a sua adequação às propriedades que caracterizam o território. No entanto, a passagem de um território instável (cujo perigo de desterritorialização é iminente) para um território relativamente estável (no qual essa ameaça é, ao menos temporariamente, suspensa) não significa o fim da territorialização. O território está sempre em processo de fazer-se e é imanente às relações de poder. Assim, a dinâmica dessas relações implica mudanças na territorialidade da ocupação. Mesmo tendo passado por processos políticos similares, veremos que cada ocupação constituiu suas próprias dinâmicas que, por sua vez, projetaram-se no espaço, dando forma a diferentes territorialidades. Portanto, a territorialização envolve mais do que a delimitação de fronteiras, pois incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, o que as torna ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.

---

<sup>7</sup> Cf. Castoriadis (2002); Castoriadis (2006); Castoriadis (2007[1975]).

O território não é uma relação entre o indivíduo e o espaço, mas sim, uma relação entre indivíduos ou grupos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 2009a). Nesse sentido, territorializar não é apenas tomar para si um território como se toma um objeto. Territorializar é direcionar e organizar internamente os fluxos; é diferenciar-se, mas é, também, conquistar ou impor o reconhecimento do Outro. O território é a expressão espacial de configurações de poder particulares cujas qualidades expressivas remetem sempre à apropriação. No território, o “ter” e o “ser” se implicam mutuamente<sup>8</sup>. Em outras palavras, a apropriação é uma condição para a manifestação das características e condicionamentos das relações sociais que o território projeta no espaço. O território é apropriado para que tais ou quais relações sociais se manifestem, mas, ao mesmo tempo, estas se expressam pela própria apropriação e já trazem consigo qualidades que constituem a marca do território, ou como diriam Deleuze e Guattari, a sua assinatura<sup>9</sup>. Nesse sentido, enquanto o território demarca um domínio, a territorialidade organiza a diferença; dispersa, concentra e aloca vetores de poder no espaço; reorganiza funções e inscreve no espaço os condicionamentos e regulações que atuam sobre os fluxos da atividade social.

[S]ubjacente ao território, existem processos através dos quais ele é instituído [...] Assim, mais do que território como substância, é preciso admitir os processos de tornar próprios os espaços, enfim, de processos de territorializações e, assim, de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 260-261).

Portanto, a dinâmica territorial da ocupação estudada, a formação e o desenvolvimento de sua territorialidade e as práticas espaciais dos atores envolvidos ajudam a compreender as táticas e estratégias de poder utilizadas para viabilizar o funcionamento do “autogoverno”, sem perder de vista as limitações de abrangência e autonomia de uma ocupação que se situa num contexto profundamente marcado pela heteronomia. Assim, não são os modelos de sucesso que interessam, mas a multiplicidade de saídas, soluções e mecanismos construídos por esses protagonistas para enfrentar os obstáculos com os quais se deparam concretamente, ou seja, o caráter estratégico de suas ações.

<sup>8</sup> Sobre o “ter” e o “ser” do território, ver Deleuze e Guattari (1997).

<sup>9</sup> Sobre as qualidades expressivas do território, ver Deleuze e Guattari (1997).

## **A TERRITORIALIZAÇÃO MOMENTÂNEA DE UM CENTRO ITINERANTE: RASCUNHOS DE UM TERRITÓRIO**

A forma de organização das ocupações pertencentes à “variante por coletivo” divide os seus integrantes em duas categorias que, apesar de distintas, atuam conjuntamente: o Coletivo e o Apoio. Embora seja fácil delimitar o Coletivo, pois nele se inscreve o conjunto de moradores de uma ocupação, a delimitação do Apoio é mais complexa, tendo em vista que ela reúne um grupo de indivíduos cujas relações com o movimento dos sem-teto são diferenciadas. Em geral, o Apoio abrange indivíduos que participam do movimento, seja no planejamento e execução da ação direta, seja em atividades culturais ou políticas, mas que não compartilham a identidade de sem-teto (estudantes, simpatizantes etc.). Contudo, no período que antecede a ação direta sobre o imóvel, moradores de outras ocupações da mesma variante que se engajam em novos “processos”<sup>10</sup> (e que, portanto, não fazem parte do Coletivo ainda desterritorializado) também se autodenominam integrantes do Apoio. Desse modo, cada categoria remete ao posicionamento do indivíduo em relação ao processo no qual ele está diretamente inserido, e esse posicionamento condiciona a sua atuação política no movimento. Vale lembrar que, mesmo anteriormente à ação direta, o Apoio possui apenas direito a voz, cabendo aos moradores (ou, no caso, os futuros moradores) a deliberação formal através do voto.

Portanto, tendo em vista as especificidades das relações de poder instituídas por esta variante do movimento dos sem-teto, buscamos na Antropologia Social, mais especificamente nos trabalhos de Marc Swartz (1966; 1968), dois conceitos que constituem ferramentas importantes para a compreensão da dinâmica e do funcionamento das relações de poder no interior da ocupação de sem-teto estudada<sup>11</sup>, por se tratar de um contexto no qual os indivíduos e grupos não dominam uns os outros, mas se influenciam mutuamente por meio da persuasão. Segundo Swartz (1968), o “campo político” é formado por aqueles que estão envolvidos diretamente com os processos políticos e suas fronteiras se definem a partir da convergência de interesses, valores, significados, recursos

---

<sup>10</sup> Os ativistas desta variante costumam se referir ao “processo” como um termo que designa o período que vai desde o início das reuniões semanais (anterior à ação direta) até a suspensão da ameaça iminente de despejo.

<sup>11</sup> Ressalta-se que tais conceitos já foram amplamente utilizados por outros autores, como, por exemplo, Santos (1981); Souza (2009c), Teixeira (2009), Grandi (2010), e Almeida (2011).

e relações dos participantes. Contudo, o autor ressalta a utilidade de um segundo conceito, a “arena política”, que abarcaria aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes dos campos, sem estarem, porém, diretamente envolvidos com os processos que os definem. O campo, portanto, está incluído na arena, e seus integrantes “operam em, pelo menos, dois conjuntos de relações: com indivíduos, grupos, e com recursos, regras e valores conectados a cada conjunto” (SWARTZ, 1968, p. 12 [tradução livre]).

Mesmo no período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), esta variante do movimento dos sem-teto instaura duas arenas de atuação política. A primeira remete ao conjunto de futuros moradores e, posteriormente, ao território da ocupação propriamente dito, que delimita uma fronteira clara entre os moradores (*insiders*) e os apoiadores (*outsiders*). A segunda, a arena secundária, abrange o movimento dos sem-teto como um todo, incluindo ativistas que integram a “variante por coordenação”. Durante o período de territorialização instável (quando a ameaça de despejo é ainda iminente), o “grupo de apoio”<sup>12</sup> configura um campo político na arena primária, sem poder formal de deliberação, mas que, paradoxalmente, possui um papel central na organização do processo<sup>13</sup>. Autonomia e heteronomia são opostos, mas não se excluem mutuamente. Dizer que existe algum grau de hierarquização no processo de ocupação da “variante por coletivo” não significa o mesmo que dizer que o grupo de apoio determina os encaminhamentos. Como revela, em entrevista, uma moradora da Quilombo, é preciso refletir também sobre a “vitimização” dos sem-teto por parte de pesquisadores e apoiadores:

É mentira que tem lá um pessoal sem-teto e coitados deles, que o Apoio tá dominando, manipulando, é mentira! Não existe essa relação! É uma fantasia

<sup>12</sup> O grupo de apoio (constituído tanto de indivíduos não moradores de ocupação, quanto de moradores de outras ocupações) é formado por uma parcela do Apoio (que configura um termo amplo e abarca também indivíduos “flutuantes” no movimento), responsável por organizar as reuniões preparatórias (que costumam ocorrer por muitos meses), e planejar a territorialização do espaço a ser ocupado. Contudo, ele não só prevê como objetiva a sua própria desterritorialização pelo Coletivo que ajudou a formar, visto que desde o início do processo, seus integrantes não têm poder de voto nas assembleias.

<sup>13</sup> Vale ressaltar, ainda, que o único instrumento de persuasão do grupo de apoio é a palavra que, por sua vez, está condicionada a um certo número de regras (tempo de fala, respeito à inscrição etc.). Este não possui nenhum poder formal de decisão sobre quem entra ou sai do processo. Contudo, é ele quem decide o formato político e organizativo a ser adotado. Mesmo assim, logo que é feita a ocupação e a situação se acalma, o poder de persuasão do grupo de apoio diminui consideravelmente, em parte devido ao formato imposto por ele mesmo no início do processo.

cultural porque eu acho que a gente identifica isso porque como é o Apoio que normalmente é composto por pessoas universitárias, vem de uma outra cultura, vem de outra classe social... então eu acho que é até uma visão de preconceito. Assim, enquanto o sem-teto, coitado, que tá lá sofrendo, que não tem casa e tal. É uma visão de preconceito com uma visão romantizada. Hoje eu acho que a gente tinha que debater isso. Até que ponto as pessoas dominam ou são dominadas? Até que ponto o Apoio domina o processo ou são as pessoas que utilizam desse processo para conseguir o que querem. A gente tem que começar a desromantizar a realidade porque é essa realidade que se estabelece quando você ocupa. Antes de dizer que manipulou ou não, tem que pensar nisso. A Quilombo atropelou os apoios.<sup>14</sup>

Durante as reuniões preparatórias, e enquanto o cadastro está aberto, novos integrantes do Coletivo são apresentados por integrantes mais antigos. Para além das redes constituídas por vínculos formais mais visíveis, há aquelas que permanecem “submersas” (ZIBECHI, 1997), tecidas por relações cotidianas, informais, mas que arquitetam uma malha densa, na qual conexões são acionadas quando necessário. As “redes submersas” percorrem longas distâncias no espaço para atrair novos moradores, captando indivíduos e engajando-os num único movimento.

Como eu trabalho como guardador de carro ali perto do Campo de Santana, e como eu tava com uns problemas familiares, através da Cissa, que é moradora aqui, eu conheci ela num ponto de carro, e já tinha levado ela para morar lá no Nova Aurora. Ela era camelô e eu guardava carro no mesmo trajeto. Aí ela me falou: ‘Poxa, Pedro, tá havendo reuniões de ocupações.’ Aí foi que eu perguntei: como é esse negócio? Ela me disse que é entrada de prédio, mas que é tudo dentro da lei. Aí eu falei: bom, se é assim, eu vou entrar. Aí foi que através dela, eu fui pra reunião.<sup>15</sup>

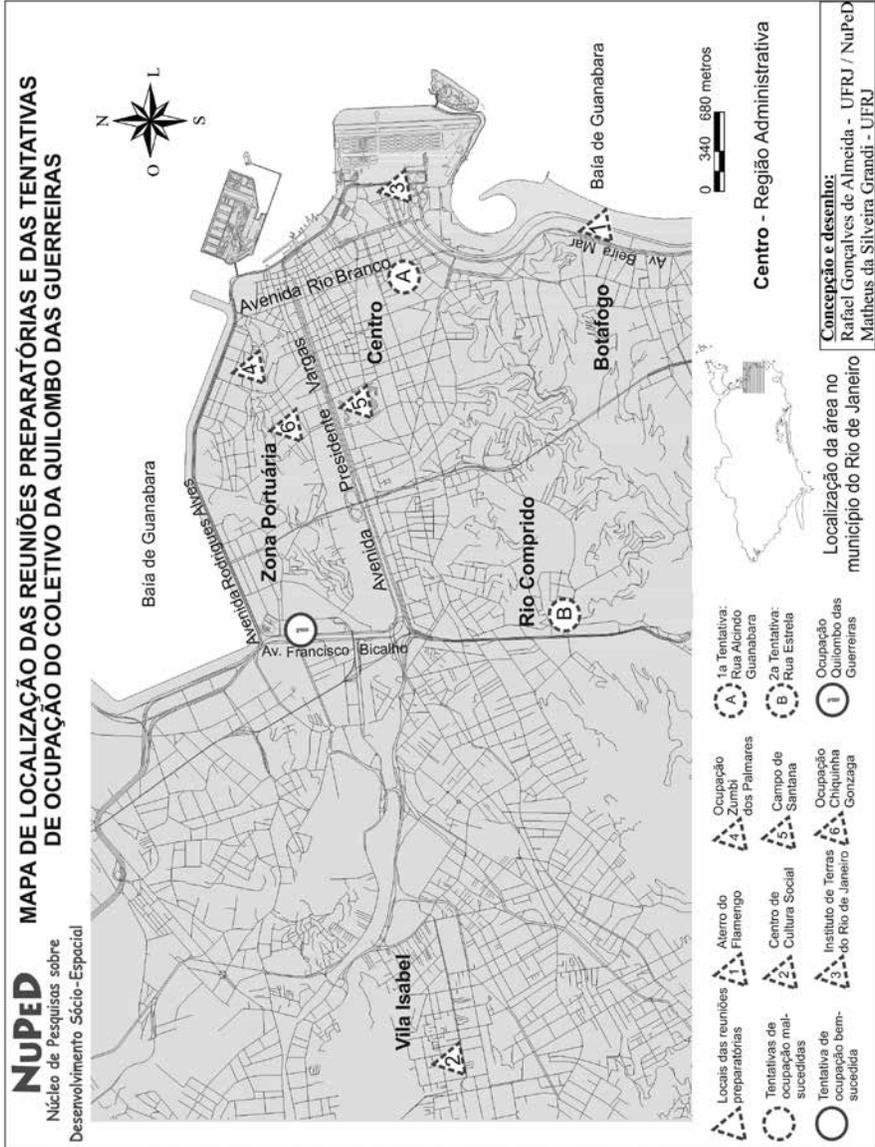
O grupo, reunido, territorializa-se momentaneamente ao redor do grupo de apoio. A atividade é clandestina e as reuniões, itinerantes. Ora os ativistas se apropriam de outra ocupação, ora de um centro cultural e ora apropriam-se da rua. No processo da Quilombo, muitos foram os locais que abrigaram por algumas horas as reuniões de preparação: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, CCS (Centro de Cultura Social), Campo de Santana (localizado próximo à Central do Brasil), Aterro do Flamengo etc. Desse modo, o grupo traça um centro momentâneo e começa a delinear um estilo próprio (ver Mapa 1).

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 15 de maio de 2011 com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

<sup>15</sup> Entrevista realizada com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras no dia 29 de janeiro de 2011.

MAPA 1



As formas simbólicas experimentadas pelos grupos de ocupantes de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro se constroem em um determinado espaço no qual morar envolve, também, uma mudança na maneira de se relacionar socialmente, tendo em vista uma estrutura organizativa que intensifica o encontro, os embates, a vivência comunitária (OLIVEIRA, 2009, p. 98).

Essa mudança na maneira de se relacionar socialmente se constitui durante as reuniões preparatórias, que instauram normas e formas de conduta. O respeito à fala do outro, ao tempo de fala e às inscrições não é mero formalismo, mas uma estratégia que permite a intensificação dos embates ao mesmo tempo em que evita a ruptura. Ao invés de reprimir o conflito, busca-se administrá-lo. Não é à toa que, no início do processo, é preciso estar atento aos desvios de conduta em reunião, pois não é raro que indivíduos entrem em conflito, levantem a voz, interrompam as falas, passem por cima das inscrições e tumultuem a reunião. Assim, o grupo de apoio e os integrantes do Coletivo intervêm no sentido de ressaltar a importância do “ritual” e garantir que os procedimentos formais sejam devidamente respeitados. Portanto, mesmo no período que antecede a ação direta, a instauração efêmera de um centro já começa a esboçar características da territorialidade, sob uma forma particular de organizar, diferenciar, dispersar, concentrar e alocar as relações de poder no espaço. Mesmo sem haver, ainda, se apropriado do substrato espacial material em si, o Coletivo “pega emprestado” um espaço no qual possa ensaiar a sua territorialidade e já divide os votos em unidades de moradia. Esse território, a respeito do qual se discute, legisla e delibera, é ainda materialmente inexistente. Contudo, nem por isso está desvinculado da materialidade, pois sua existência, mesmo que ainda fictícia, está condicionada pela materialidade ainda não territorializada, que é usada como referência, visto que a perspectiva de “conquistar um território” é aquilo que funda e dá sentido à formação do grupo. A territorialização itinerante do Coletivo ensaia seu campo estratégico para o exercício de um poder que emana da própria coletividade e que só poderá continuar a se reproduzir a partir da apropriação de um substrato espacial material. Assim, no processo de formação de um Coletivo (durante as reuniões preparatórias), o trabalho do grupo de apoio é precisamente o de instaurar distâncias não hierárquicas entre si e o conjunto dos moradores e, ao mesmo tempo, entre os próprios moradores em suas relações recíprocas.

O território não é uma mera demarcação no espaço, mas decorre da configuração de relações de poder específicas. Ao diferenciar-se, o território condiciona a maneira como seus integrantes se relacionam entre si. A ocupação

é formada por “estrangeiros” e “desconhecidos”, mas o território congrega e une o grupo, delimita as fronteiras de uma identidade em formação. O evento fundador do território remete à aventura de um grupo em movimento, repleto de simbolismos e significados<sup>16</sup>. Assim, a própria constituição do território torna-se um símbolo que ajuda a compor a imagem espacial que se tem sobre a ocupação. O sucesso da ação direta, a tomada do território, inaugura, portanto, uma nova etapa no processo de territorialização da ocupação.

### **A DISPUTA EM TORNO DA DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA**

Tendo em vista que as ocupações do movimento dos sem-teto constituem “territorializações de confronto” (SOUZA, 2010, p. 36), a delimitação de fronteiras é um desafio que necessita da elaboração tática de práticas espaciais que, sem recorrer à violência, possam garantir a apropriação do espaço. A fronteira é sempre ambígua: ao mesmo tempo em que se volta para dentro para dar forma àquilo que se constitui como interior, projeta-se para fora e conecta-se com a aquilo que é exterior. Ora é o interior quem dita sua abertura e seu fechamento, ora é o exterior quem decide. Na disputa pelo território, há todo um jogo estratégico que tem a fronteira como lócus privilegiado. Logo após a entrada dos ocupantes no edifício, sua primeira tarefa é lacrar todas as entradas do prédio e vigiá-las. Ninguém sai e ninguém entra.

Desde as reuniões preparatórias, o grupo de apoio explica que, ao entrar na ocupação, as primeiras 72 horas são críticas e, geralmente, nenhum morador pode sair do prédio. Contudo, não é raro que esse tempo seja estendido. Na Quilombo, o período de confinamento durou 17 dias e foi marcado por um movimento acentuado de fechamento que não ocorreu apenas por iniciativa interna, visto que o trabalho da polícia, nesse período, se resumiu a intensificá-lo, impedindo a entrada até dos mantimentos necessários à sobrevivência dos ocupantes. Na verdade, há um jogo complexo de abertura e fechamento do território, que gira em torno do controle da fronteira. O grupo de ocupantes busca vedar a entrada da polícia, mas se articula com o “apoio externo”<sup>17</sup> a fim de criar pequenas

<sup>16</sup> Cf. Souza e Teixeira (2009).

<sup>17</sup> Após a “territorialização em sentido estrito”, e apenas no período de maior instabilidade, o grupo de apoio se divide em apoio externo e apoio interno. Enquanto o primeiro permanece do lado de fora da ocupação para auxiliar na entrada de mantimentos e dificultar a atuação da polícia, o segundo entra na ocupação junto com os moradores para ajudar na organização interna.

frestas momentâneas para a entrada de mantimentos, sem que a polícia perceba. O grupo, que é o agente da territorialização, resguarda tanto o lado interno da fronteira (com a organização de portarias e rondas periódicas), quanto o seu lado externo (com as vigílias noturnas do apoio externo). Assim, práticas espaciais com objetivos táticos foram elaboradas para efetivar o controle sobre o território ocupado.

Uma dessas práticas espaciais é o adensamento e expansão da faixa de fronteira. O apoio externo se posiciona na parte interna e na parte externa da grade (ver Figura 1), criando uma zona de transição na qual os agentes desterritorializadores (no caso da Quilombo, representado pela Guarda Portuária) têm suas ações constantemente vigiadas e questionadas.

O pessoal do Apoio acabou virando um grande corredor de proteção, porque quando eles impedem que pessoas e comida entrem pela janela, a gente começa a colocar pessoas pra dentro por um buraco na grade que é pras pessoas poderem entrar, elas passavam escondidas pelo Apoio que estava ali na “piscina”.<sup>18</sup>

O apoio externo mantém-se na faixa de fronteira e extravasa o terreno anexo ao prédio. Há uma preocupação constante com uma possível invasão da polícia à noite, quando o movimento de pessoas na área diminui. Assim, o apoio externo monta acampamento e dorme na rua. Além disso, os ativistas utilizam o “adensamento da faixa de fronteira” para encontrar meios de passar os suprimentos para dentro e permear o bloqueio policial. Internamente à ocupação, as comissões de trabalho (organizadas nas reuniões preparatórias) se dividem, e o Coletivo, ao mesmo tempo em que garante a segurança interna da fronteira e a articulação com o apoio externo, reorganiza e refuncionaliza os espaços da ocupação (como veremos a seguir).

[A] gente passou muita situação aqui, de não poder entrar comida, não poder entrar água. Comida e água só entravam no começo da ocupação, quando o direitos humanos tavam aí. A gente passava as pessoas pelas janelas, tinha uma grade que uma parte tava quebrada, a gente cerrou e as pessoas passavam por baixo da cerca. Tinha um buraco, lá no cantinho da cerca, lá na frente da ocupação, por onde as pessoas passavam também.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da “variante por coletivo”.

<sup>19</sup> Entrevista realizada em 15 de maio de 2011 com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras.



Figura 1: Imagem do apoio externo (APX) dividido entre aqueles que permaneciam na parte de dentro da grade (APX1) e aqueles do lado de fora da grade (APX2), em frente à ocupação Quilombo das Guerreiras (foto de Felipe Proença).

### A REFUNACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA: DA DETERMINAÇÃO MOMENTÂNEA DE UM CENTRO PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO

Para melhor compreender a dinâmica da distribuição dos espaços internos e sua vinculação com a organização político-espacial da ocupação, dividi os croquis da Quilombo das Guerreiras em dois momentos distintos: o primeiro se refere ao primeiro mês de ocupação e corresponde ao momento de maior perigo de despejo; o segundo remete à organização espacial atual da ocupação. Além das diferentes funções, os croquis buscam representar o grau de vitalidade pública dos diferentes espaços.

Os espaços coletivos da ocupação não são, obviamente, logradouros públicos, nos marcos do “Estado democrático de direito”, pois não são acessíveis a todos os cidadãos. Contudo, segundo Souza,

mesmo sob o regime ‘democrático’-representativo um logradouro público pode ser alvo de uma ‘privatização branca’, ao passo que, por exemplo, uma ocupação de sem-teto pode se mostrar, a despeito de um certo grau de ‘fechamento’ (para fins de proteção), ao mesmo tempo bastante aberta para o exterior e internamente dotada de uma cena pública dinâmica e democrática. A qualidade de ‘público’ de um espaço não parece, assim, ser uma questão de ‘tudo ou nada’, mas sim de níveis de intensidade (SOUZA, 2008, p. 82).

Desse modo, Souza rejeita a perspectiva que assume o público e o privado como dois conjuntos herméticos e diametralmente opostos (como se um fosse

definido pela negação do outro), mas como um *continuum* complexo que permite a possibilidade de estabelecer o que ele chama de “graus de consistência da esfera pública”. Assim, os espaços coletivos, dependendo da função que exercem e das relações que abrigam, possuem, entre si, diferentes níveis de vitalidade pública.

Quanto maior a autonomia coletiva e individual, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, evidentemente, maior será o ‘grau de consistência’ da esfera pública e, por tabela, maior o ‘grau de vitalidade e densidade’ dos espaços públicos enquanto tal. (SOUZA, 2008, p. 83).

Tal perspectiva nos ajuda a compreender as mudanças nas relações sociais (e de poder) que a refuncionalização dos espaços da ocupação promove<sup>20</sup>. Nesse sentido, o espaço com maior densidade pública da ocupação é aquele no qual a autonomia individual e coletiva torna-se mais evidente, a saber, os espaços que abrigam as assembleias, pois conformam espaços-tempo em que as trajetórias de todas as famílias se entrecruzam. Os entrecruzamentos dos espaços que promovem o encontro e o estreitamento de laços de amizade, como o terraço, a cozinha coletiva, o salão de festas etc. são mais cuidadosamente selecionados, evitando (sem, contudo, impedir) a manifestação de conflitos. Os espaços de passagem, como corredores e escadas, apesar de permitirem o acesso de todos os moradores, não estimulam, tanto quanto os anteriores, o aprofundamento dos vínculos interpessoais. Mesmo assim, possuem um importante papel político na ocupação, seja para testar propostas ou para tecer alianças antes e depois das assembleias<sup>21</sup>.

No croqui (Figura 2), podemos observar a organização espacial interna da ocupação durante o primeiro mês após a entrada no prédio. Trata-se de um período de grande tensão com o Estado, e a organização espacial interna foi pensada para facilitar a resistência à repressão da Guarda Portuária e da Polícia Militar. Ao invés de quartos individuais, organizam-se quartos coletivos no segundo andar, que facilitam a mobilização rápida dos moradores. Já a cozinha coletiva tem um papel fundamental, tanto para a alimentação dos moradores, quanto para a socialização, pois promove vínculos de companheirismo, desde que envolve um trabalho que é preciso realizar coletivamente. A sala das crianças é igualmente um espaço que

---

<sup>20</sup> Neste artigo trabalho somente com a refuncionalização dos espaços de uso coletivo da ocupação. No entanto, vale mencionar a dissertação de mestrado de Moreira (2011), visto que ela trabalha a refuncionalização dos espaços privados de acordo com as relações de poder que se constituem no núcleo familiar e, também, as influências recíprocas entre essas relações (da esfera privada) e as relações que se dão no âmbito dos espaços de uso coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras.

<sup>21</sup> Ver Almeida, Grandi, Moreira (2009).

detém uma função importante na resistência, pois permite não só agrupar todos os pequenos sob os olhos vigilantes da comissão responsável (coletivizando o cuidado com eles), como também garantir que tenham um lugar onde possam brincar.

Comparando-se os dois croquis da organização espacial interna da ocupação, podemos observar a substituição dos quartos coletivos por unidades de moradia e, ainda, mais uma refuncionalização, que desloca a cozinha coletiva para o terceiro andar e constrói dois quartos em seu lugar. A sala das crianças também é transformada em moradia, mas, em compensação, novos espaços coletivos são constituídos, como o salão de festas e a sala de reuniões (que antes configuravam áreas de segurança), além da biblioteca e do espaço de produção<sup>22</sup>. O quarto e o quinto andar são limpos e destinados a abrigar novas unidades de moradia. A estabilização permite o aprofundamento da territorialização a partir da apropriação dos espaços ainda ociosos pelo Coletivo e de sua refuncionalização. Em geral, entre 2006 e 2010, assistimos à divisão das unidades de moradia, disponibilizando mais espaços para uso privado, e à extinção do quarto do Apoio, para abrigar mais uma família de moradores. Em suma, aos poucos, a ocupação (marcada por uma territorialização de confronto) se transforma em moradia, a partir da refuncionalização dos espaços. No entanto, mesmo com a constituição de espaços de uso privado, os moradores se preocupam em manter espaços coletivos que proporcionem o encontro e a convivência, visto que são de grande importância para a viabilização da gestão coletiva da ocupação<sup>23</sup>. Contudo, a passagem para um contexto de maior estabilidade também implica modificações nas relações de poder internas à ocupação. Uma dessas modificações é a desterritorialização do grupo de apoio, como veremos a seguir.

## **A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO DE APOIO**

Embora o grupo de apoio mantenha um papel de destaque e componha um campo político coeso e atuante na arena primária, com a ocupação do imóvel, esse campo do grupo de apoio é reduzido a apenas alguns poucos ativistas que assumem o papel de apoio interno. Assim, enquanto nas reuniões preparatórias (no âmbito da arena primária), o campo político do grupo de apoio conta com a participação de todos, posteriormente, ele fica significativamente reduzido.

<sup>22</sup> Ver Almeida (2009).

<sup>23</sup> Sobre a importância destes espaços para a organização política interna da ocupação, ver Almeida, Grandi e Moreira (2009).

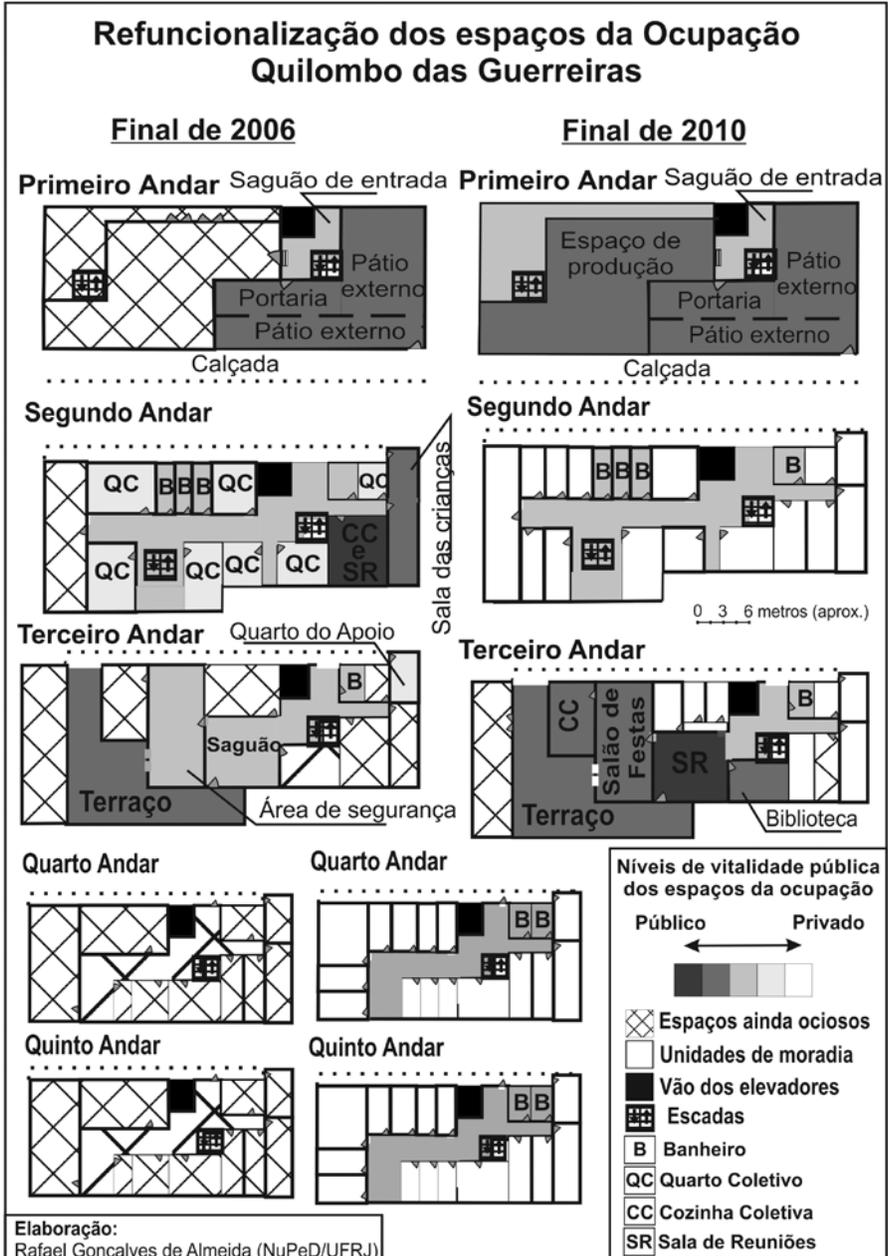


Figura 2

O apoio interno era responsável por ajudar na própria construção do Coletivo. Na consolidação disso. Porque as reuniões preparatórias, na verdade, é um processo de convencimento, de formação, mas colocado em prática, na prática a teoria é outra. Então quando começam a surgir conflitos é preciso garantir que o regimento interno, mesmo que se modifique, tem que ser respeitado o acordo coletivo para poder garantir a boa convivência no espaço da moradia. Então, o apoio interno tem muito essa atuação de contribuir para a construção do Coletivo enquanto espaço de poder popular.<sup>24</sup>

Depois do prédio ocupado, durante o segundo momento (territorialização instável), o grupo de apoio ainda possui um papel de destaque na organização interna da ocupação. No entanto, logo que a conjuntura se estabiliza, surge um campo político formado por moradores que demanda a retirada total do grupo de apoio das assembleias. A partir daí, o eixo de rotação que reúne e organiza os moradores passa a ser, de fato, o Coletivo, e não mais o grupo de apoio, que é excluído da arena primária, sendo impedido de participar das assembleias semanais.

Quando somos bem sucedidos no processo de discussão sobre organização coletiva, essa assimetria do poder entre Apoio e moradores é muito bem respondida por eles. Principalmente nas primeiras semanas, há uma tentativa de entortar a árvore para o outro lado. Em todos os processos, os conflitos que se tem com o Apoio são no sentido de dizer: 'Não vamos aceitar isso! Nós moradores temos que estar juntos para não aceitar essa influência externa!' Então aqueles que vão ganhando espaço político, ganham muito nessa diferença de poder para a retirada total do poder. Então eles se apropriam do poder de imediato. Se nós continuarmos sendo bem sucedidos, mais tarde, nós conseguimos viver em harmonia. Mas sempre explode esse conflito pelo fim do poder do Apoio. O que eu acho muito positivo. É sinal que tivemos algum resultado na busca pela autogestão!<sup>25</sup>

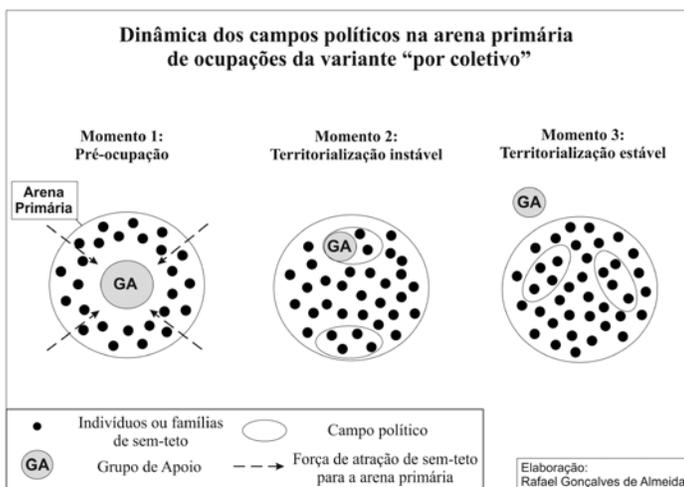
Com a retirada do grupo de apoio da arena primária, o campo formado por moradores que demandam a saída daqueles que não fazem parte do Coletivo se desfaz, e novos campos políticos se formam (ver Figura 3)<sup>26</sup>. Este é um momento crítico para a organização coletiva da ocupação, pois é precisamente a partir daí

<sup>24</sup> Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo.

<sup>25</sup> Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo.

<sup>26</sup> O grupo de apoio se retira das reuniões deliberativas e só pode participar se convidado ou com o consentimento do Coletivo. Mesmo assim, o grupo de apoio não se extingue. Ele se reorganiza em torno de atividades culturais, políticas e educativas, desenvolvendo atividades com as crianças, realizando grupos de estudo, cursos de informática, promovendo debates e palestras etc. Ou seja, ele se reinventa e se reposiciona politicamente em relação ao Coletivo da ocupação.

que as diferenças entre os moradores, que antes recebiam uma mediação cuidadosa do grupo de apoio, se intensificam e geram conflitos. Lembro que o formato político-organizativo não foi uma escolha dos moradores, não se constituiu a partir da discussão coletiva. Ele foi imposto pelo grupo de apoio no início do processo. Assim, após a sua saída, esse formato político-organizativo é questionado pelos moradores (alguns deles, inclusive, com incentivo externo de partidos, sindicatos ou outras organizações dos movimentos sociais) que podem ou não passar a demandar a formação de uma coordenação. A seguir, veremos como essa dinâmica de campos e arenas políticas se instituiu de forma diferente em duas ocupações desta variante do movimento. Além disso, veremos como tal dinâmica não só incide na organização espacial da ocupação (modificando sua territorialidade), como também condiciona os comportamentos de seus moradores.



**Figura 3**

### **A TERRITORIALIDADE EM DISPUTA: O EMBATE ENTRE DOIS PROJETOS POLÍTICOS NA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA**

As duas ocupações que mantiveram uma organização interna inspirada na autogestão (as ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras) passaram por processos políticos bastante similares. Contudo, embora ambas tenham realizado da mesma forma a exclusão do campo referente ao grupo de apoio e a posterior constituição de dois campos que têm como principal diferença o modelo político-organizativo, o resultado desse embate foi diferente

em cada uma delas. Na Chiquinha Gonzaga, o grande número de ocupantes já ativistas de outros setores, como o sindical e o partidário (incluindo uma forte presença de ativistas sem-teto filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT, devido à presença da Central de Movimentos Populares - CMP<sup>27</sup> no processo de ocupação), levou a uma ruptura que conformou dois campos políticos relativamente estáveis e bem demarcados: um, que Grandi (2010) denominou de campo centralista, e outro, por ele denominado campo “autogestionário”<sup>28</sup>. Assim, até hoje, na Chiquinha, há um embate aberto entre dois campos estáveis e bem demarcados que ao longo dos anos alternaram sua preponderância sobre a arena (ver Figura 4). Já na Quilombo, esse embate levou à hegemonia do campo que defende a organização horizontal, dando início a uma nova dinâmica de campos e arenas (como veremos mais à frente).

Vejam, brevemente, como esse embate entre um campo centralista e um “autogestionário” incidiu no espaço da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Em 2005, dois eventos marcaram a dinâmica política dos dois campos na referida ocupação: o primeiro foi a fundação da Associação de Moradores Chiquinha Gonzaga, e o segundo foi o processo que levou à constituição da Ocupação Zumbi dos Palmares e que promoveu o deslocamento de um grande número de moradores e apoiadores da Chiquinha para o novo processo. A criação da Associação de Moradores, que seria apenas uma ferramenta jurídica, terminou oferecendo ao campo centralista uma oportunidade para enfraquecer as assembleias do Coletivo (ver Figura 4).

O Coletivo andou muito enfraquecido. Algumas pessoas tomando decisões, depois que montou a Associação. Então ficou assim, geralmente meia dúzia, não tomando decisões na assembleia, porque na assembleia às vezes eles nem apareciam, mas tomavam decisões lá fora. Participavam de coisas lá fora em nome da Chiquinha Gonzaga. Mas na assembleia mesmo elas não tinham nem voz. Pouco participavam, e, quando participavam, também não tinham muito argumento pra falar nada.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> As ocupações desta variante foram organizadas por uma frente (já extinta) chamada Frente de Luta Popular (FLP) que, em conjunto com a CMP, ocuparam o primeiro imóvel desta variante: a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Contudo, nenhuma das duas organizações jamais reivindicou o controle sobre as assembleias, tendo respeitado a autonomia do Coletivo de moradores. Para mais informações, ver Almeida (2011), Grandi (2010), Souza (2010) e Teixeira (2009).

<sup>28</sup> Ressalta-se que o referido autor pôs a última palavra entre aspas para ressaltar que se trata, na verdade, de um campo inspirado em valores de cunho autogestionário.

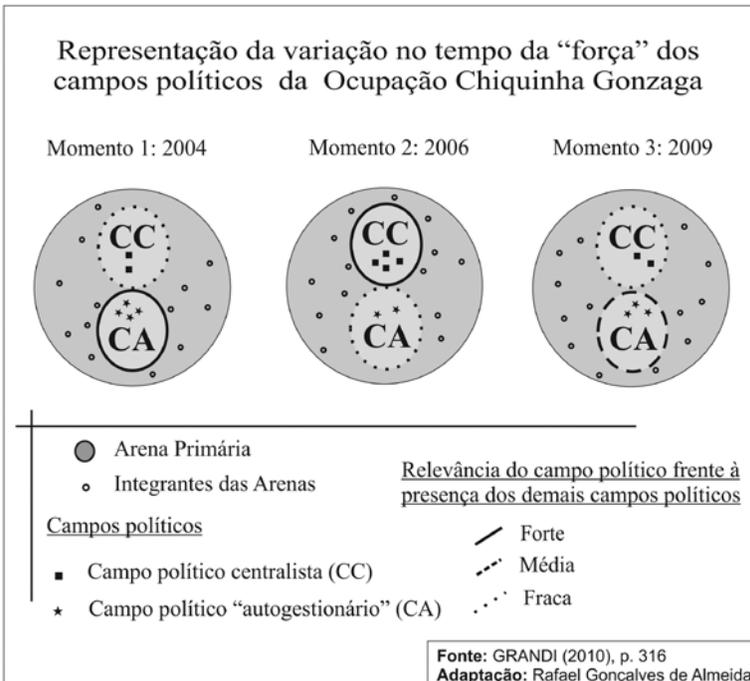
<sup>29</sup> Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi, em 16 de maio de 2009, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Grandi (2010), que estudou a fundo a referida ocupação, elaborou um esquema gráfico da dinâmica dos campos políticos em três momentos distintos – 2004 (ano em que o prédio foi ocupado), 2006 e 2009 – e, além disso, croquis da referida ocupação. Faço aqui algumas modificações e adaptações apenas para ressaltar graficamente aquilo que ele já havia concluído, ou seja, que o enfraquecimento do campo “autogestionário” e sua posterior rearticulação se manifestam concretamente no espaço a partir de sua refuncionalização. Enquanto em 2004, o campo “autogestionário” encontrava-se fortalecido pela presença do grupo de apoio e pelo engajamento de seus integrantes na arena primária, em 2006 a situação já havia se invertido devido ao envolvimento dos integrantes desse campo em novos processos (no caso, a Zumbi dos Palmares [final de 2005] e a Quilombo das Guerreiras [2006]). Nota-se, por exemplo, que os espaços destinados à cozinha coletiva e à Associação de Moradores foram destinados ao uso privado, e a sala das crianças foi transformada em sede da Associação (ver Figura 5). Já em 2009, com o enfraquecimento do campo centralista – em parte devido a conflitos internos ao próprio campo – e a rearticulação do campo “autogestionário”, os espaços onde, em 2006, foram instalados a sala da Associação e o depósito (no segundo andar), passaram a abrigar a sala de informática e a cozinha coletiva, respectivamente.

Assim, ocorre uma refuncionalização dos espaços que termina por ressaltar características mais públicas. A sala da Associação é, em tese, um espaço coletivo, porém, possui um “grau de consistência da esfera pública” reduzido, visto que não é utilizada, de fato, pela coletividade, mas apenas por membros do grupo que a compõe. Com a refuncionalização, surgem dois novos espaços coletivos que promovem interações entre moradores e entre estes e os apoiadores. Portanto, ao mesmo tempo em que a refuncionalização é um produto da rearticulação do campo “autogestionário”, ela mesma fortalece as relações incentivadas por este campo e consolida a sua preponderância sobre a arena primária, aumentando o “nível de intensidade pública” dos espaços coletivos. Desse modo, a dinâmica dos campos e arenas também deixa suas marcas no espaço, através de práticas espaciais que transformam a territorialidade e a organização espacial da ocupação.

A territorialidade (suas características e sua organização), portanto, se transforma continuamente a partir das dinâmicas políticas que se desdobram como resultado das alianças e conflitos internos. Assim, as disputas políticas

projetam-se no espaço condicionando fluxos e (re)definindo funções para os espaços da ocupação. Em suma, podemos observar dois projetos políticos diferentes que envolvem territorialidades distintas. De um lado, o campo político centralista institui uma instância separada da coletividade que se materializa na constituição da sala da Associação. Esta cumpre o papel de inscrever no espaço (e ao mesmo tempo reforçar) a cristalização de hierarquias formais. Além disso, a gestão centralizada não depende de espaços coletivos densos em vitalidade pública, ou ao menos não tanto quanto no caso de uma organização política horizontalizada. De outro lado, o campo “autogestionário” organiza as relações de poder de forma diferente. As assembleias (espaço de grande densidade pública) e os espaços de convivência cotidiana (como aqueles que envolvem trabalhos ou atividades coletivas) são fundamentais para a viabilização de uma organização política horizontal. Como se vê, comparando a Figura 3 com a Figura 4, a alternância dos campos na Chiquinha permitiu observar modificações na organização espacial da ocupação, modificações estas que refletem as mudanças das relações de poder internas.



**Figura 4**

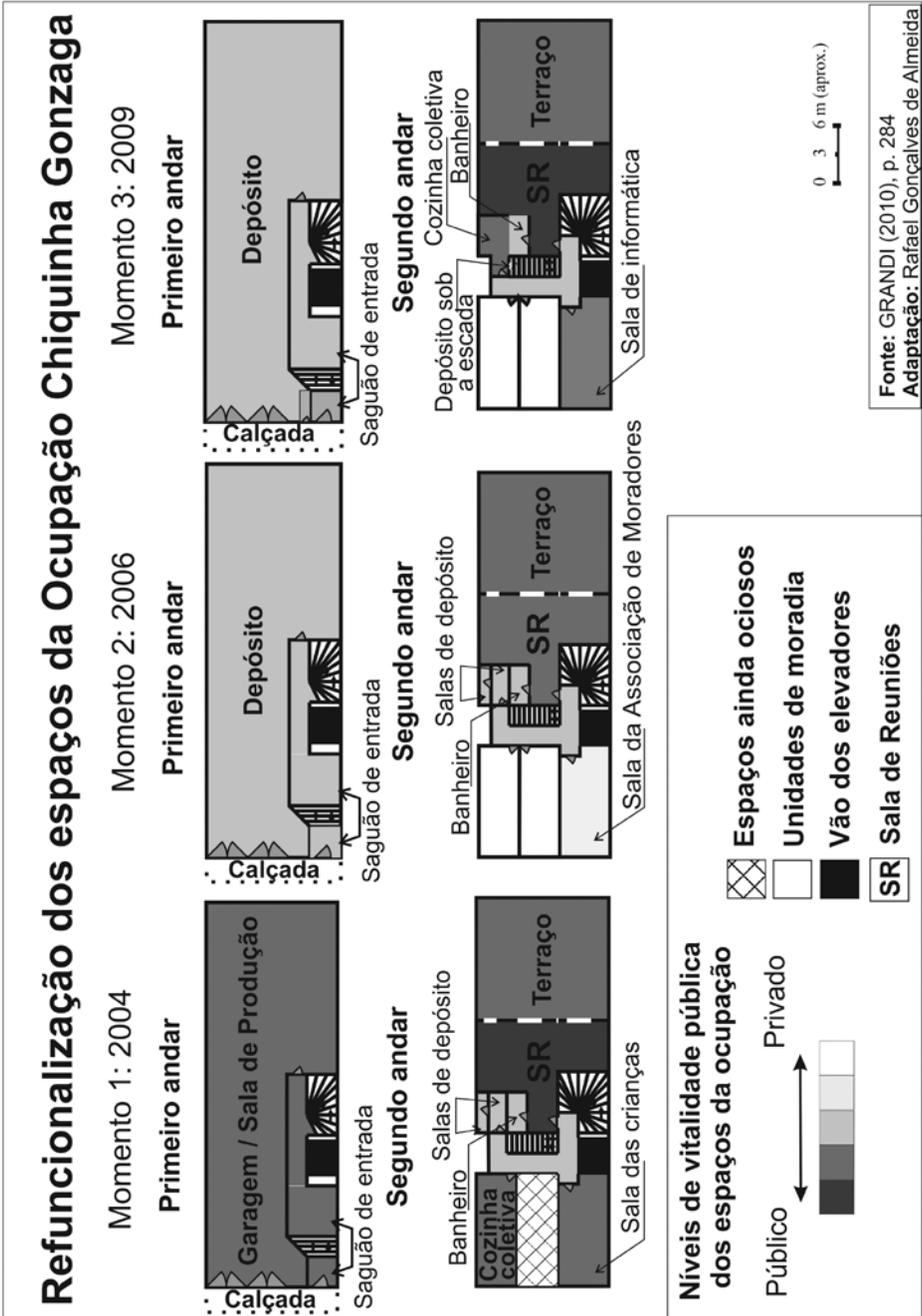


Figura 5

## A HEGEMONIA DO CAMPO INSPIRADO NA AUTOGESTÃO NA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS E AS ESTRATÉGIAS DE PODER DE UM TERRITÓRIO DISSIDENTE

No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, um campo centralista (que defendia o modelo de coordenações) foi articulado de fora para dentro. Contudo, a pressão não foi exercida por partidos políticos e/ou sindicatos, mas por uma organização do movimento dos sem-teto que pertence à “variante por coordenação”.

A gente teve companheiros aqui de outro movimento que vieram apoiar. A gente teve uma manifestação que no dia 10 de outubro de 2006 era para ter saído e acabamos não saindo, mas a gente marcou uma manifestação para esse dia, então veio companheiros de outros movimentos e em um desses movimentos, o sistema era coordenação. E os companheiros ficaram aqui dentro assim, meio que tricotando, tricotando, tricotando... que a melhor maneira de organizar esse Coletivo seria por coordenação. E a gente achava legítimo puxar uma discussão sobre isso, que nós nos entendêssemos. Mas ele tentou fazer uma articulação de fora para dentro do Coletivo, né. Para tentar convencer de fora para dentro. [...] E aí os caras foram limados, assim, convidados a não participar mais.<sup>30</sup>

Houve, portanto, a tentativa de articulação de um campo político centralista, que foi rapidamente abafada por aqueles que defendem a autogestão<sup>31</sup>. Como se trata de um formato político-organizativo horizontal, quando um campo adquire hegemonia sobre a arena, ele não passa a dominá-la. A hegemonia significa que a questão causadora da cisão foi resolvida; ou seja, significa que um dos campos conseguiu persuadir toda ou quase toda a arena. Com isso, outros campos surgem a partir de novas discussões e temas que, mais uma vez, provocam novas cisões no Coletivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que o campo derrotado não possa voltar a se articular futuramente.

Diferentemente do caso da Chiquinha, na Quilombo não houve uma alternância de campos com projetos políticos distintos, mas a hegemonia de um mesmo projeto de organização política. Assim, os efeitos da dinâmica dos campos e arenas sobre a territorialidade, apesar de existentes, foram mais difíceis de detectar com precisão. Em geral, pode-se dizer que a hegemonia do campo “au-

<sup>30</sup> Entrevista realizada, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31 de outubro de 2008.

<sup>31</sup> Mesmo assim, pode-se dizer que um pequeno grupo de moradores terminou constituindo, se não um campo centralista, ao menos um campo menos comprometido com a organização por coletivo, que pressiona por assembleias menos frequentes e o fim da portaria. Contudo, pelo menos por enquanto, tal campo se encontra enfraquecido, e pode-se dizer que o campo político inspirado na autogestão conseguiu obter a hegemonia da arena primária.

togestionário” permitiu aprofundar a territorialização de práticas políticas com reduzidos traços de hierarquia. Novos espaços coletivos foram criados, como a biblioteca e o salão de festas, outros foram mantidos, como a cozinha coletiva e a portaria, e o trabalho de manutenção da ocupação continuou sendo realizado por meio da distribuição dos moradores em comissões de trabalho coletivo. Além disso, mecanismos de organização coletiva foram criados para lidar com problemas detectados no decorrer da experiência inspirada na autogestão, como o mecanismo de territorialização coletiva, que secundariza a apropriação privada conferindo ao Coletivo autoridade sobre o seu território, e o mecanismo de participação compulsória, seja no processo decisório, seja no trabalho de administração da ocupação. Enquanto o primeiro delimita a ocupação como jurisdição do Coletivo, isto é, do conjunto dos moradores, o segundo torna cada morador responsável tanto pelas decisões tomadas quanto pela sua execução.

O espaço da Ocupação Quilombo das Guerreiras é um espaço com múltiplos focos de poder, onde campos políticos se constituem e desaparecem continuamente, agregando pessoas, elaborando opiniões, conspirando, traçando linhas curvas e côncavas para reunir fluxos, mas, promovendo também conflitos, tensões, polêmicas. Quando estes se resolvem, os campos se desfazem, juntam-se à arena, rabiscam linhas convexas de dispersão, apenas para reuni-las mais à frente num outro desenho, num fundo de vale, e com um novo colorido. Os campos políticos são formados através da tessitura de redes submersas. Diversos fatores contribuem para o estabelecimento dessas redes e para a conformação dos campos, como, por exemplo, os vínculos referentes à identidade, ao parentesco, à convicção política, à afinidade etc. Contudo, nenhum deles determina, por si só, a conformação do campo. Tais fatores são áreas de possíveis convergências, trilhas prováveis tanto para a constituição das redes que conformam os campos quanto para aquelas constituídas pelos próprios campos em sua arena.

Na Ocupação Quilombo das Guerreiras, os campos políticos são bastante instáveis, condicionados que são pelo contexto das assembleias e pelos temas nelas tratados, tendendo, portanto, a se constituir na própria interação, como resultado desta. As múltiplas identidades que atravessam a arena primária (identidades que estabelecem laços anteriores à interação na arena, como vínculos familiares, religiosos ou étnicos, por exemplo) são contidas e evitadas tanto quanto possível para que os campos não sejam transcendentes à arena,

ou seja, para que a sua conformação não esteja subordinada a elementos que perpassem e extrapolem as interações na arena<sup>32</sup>.

Georg Simmel (2006) destaca que, em meio à multiplicidade de formas de “socição” existentes, há um “tipo ideal”, radicalmente democrático, que exclui das interações tudo o que representa de mais pessoal na vida, como o humor e o caráter, assim como as significações objetivas das personalidades, como a riqueza, a posição social, erudição, fama etc.: trata-se da “sociabilidade pura” (que, segundo ele, só se realiza quando está fundamentada em relações entre iguais). A “sociabilidade pura” é um “tipo ideal” de interação que instaura um meio de imanência porque faz surgir da própria interação um novo mundo. Ela invoca as exigências da vida por meio da forma e, a partir dela, incorpora e transforma o seu conteúdo. Por isso, Simmel afirma que as leis da sociabilidade são imanes como as da arte, pois não há um sistema comum de formas totalizadoras e sacralizadas (transcendentes) projetadas diretamente sobre um conjunto de relações, mas o livre embate e a livre associação de relações particulares, que fazem surgir da tessitura de conteúdos plurais (comuns e divergentes), uma malha nova de significações. Imaginário radical, já diria Castoriadis, esse fazer histórico que

estabelece e se dá outra coisa que não o que realmente é, e que há nele significações que não são nem reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animalidade, nem elaboração estritamente racional dos dados (CASTORIADIS, 2007, p. 177).

A “sociabilidade pura” depende, então, mais da forma do que do conteúdo, para permitir o mutualismo das determinações e interações entre os elementos heterogêneos da unidade, ou, em outras palavras, a expressão e discussão livre da opinião. Contudo, tratamos de um “tipo ideal” de interação no qual uma série de condições precisa ser contemplada, como a exclusão de tudo o que é inteiramente pessoal e material. Ora, como é possível excluir os interesses particulares, pessoais e materiais das discussões coletivas? Deleuze e Guattari (que dialogam com Simmel) lembram que, mesmo na Grécia Antiga (berço da democracia),

[n]ão se verá aí um mundo mais doce, tantas são as crueldades que a sociabilidade implica, as rivalidades da amizade, os antagonismos e as reviravoltas sangrentas de opinião (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 116).

<sup>32</sup> Sobre isso, favor consultar Almeida (2011).

A assembleia de moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, espaço-tempo no qual o Coletivo se materializa, nem sempre consegue evitar rompantes exaltados ou atitudes impulsivas, e é quase sempre marcada por um nível de tensão muito alto. Quando indagada se as pessoas deixam de fora das assembleias as questões puramente pessoais, uma moradora respondeu da seguinte maneira:

Não. Não deixam de fora, mas eu acho que tentam. Acho que já se desgastaram muito. A gente só aprende que não pode discutir coisa pessoal depois de muita assembleia porque isso acaba com as assembleias do Coletivo, e outros Coletivos que não se reúnem mais, não se reúnem por isso. Porque é muito divertido um ponto de pauta pessoal, é mais divertido do que um ponto de pauta político. Mas, depois de um tempo, não se suporta mais isso. E como é que a gente constrói um Coletivo se aquilo que se tem para falar para o Coletivo não é importante pro próprio Coletivo? Houve muita discussão até alguém estabelecer que ponto de pauta pessoal era para ser resolvido com o diálogo direto com a pessoa. Se for grave e o conflito não melhorar, aí é que vai para o Coletivo mediar. Mas até entender isso... Já houve muita briga, muito teatro... Quando as pessoas querem levar ponto de pauta pessoal, as próprias pessoas não permitem porque a gente prioriza os pontos que o Coletivo acha importante. E hoje em dia, a gente não discute mais do que três pontos por assembleia. Então o que é que a gente faz? A gente deixa pra discutir o ponto de pauta pessoal na próxima assembleia, só que na próxima assembleia, fulano e fulano já conversaram. A gente viu que as coisas se resolvem sem necessidade de virar ponto de pauta.<sup>33</sup>

Há um processo de aprendizado coletivo que não pode ser negligenciado, especialmente tratando-se de uma organização antiburocrática, para a qual não há e não pode haver um único modelo pronto a ser seguido<sup>34</sup>. Contudo, para além das táticas de mediação presentes no discurso da moradora, o Coletivo da Quilombo estabeleceu um espaço-tempo específico, com procedimentos bem definidos, que cumpre um importante papel na organização interna dos moradores. Na assembleia de avaliação, realizada uma vez por mês, a lista de moradores é lida e cada morador pode “destacar”<sup>35</sup> um membro do Coletivo para elogiar ou criticar. O objetivo formal dessa assembleia é fiscalizar o cumprimento das tarefas de cada comissão de

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada por mim, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17 de maio de 2011.

<sup>34</sup> A necessidade de evitar que questões pessoais dominem a pauta de discussão da assembleia de moradores não é apenas perceptível na fala da moradora, mas é explicitada formalmente no regimento interno da referida ocupação. Segundo a norma 11 de seu regimento: “As questões afetivas não deverão interferir no andamento da ocupação.” (Regimento Interno da ocupação Quilombo das Guerreiras).

<sup>35</sup> Palavra utilizada pelos ocupantes referente ao ato de designar um morador para ser avaliado durante a assembleia.

trabalho coletivo, contudo, ela também tem um papel fundamental na mediação dos conflitos pessoais. A pessoa que destaca pode tecer suas críticas em relação ao destacado, mas apenas ela pode se pronunciar. Todo o restante do Coletivo deve permanecer em silêncio, aguardando uma proposta de uma das partes para a resolução do conflito, de forma que possa se chegar a uma solução sem a necessidade de interferência de outros. Com essa estratégia, o Coletivo preserva o membro que é objeto do destaque e impede que outros moradores aproveitem a situação para expressar discordâncias ou insatisfações pessoais de menor importância, que nada tem a ver com o destaque em si. Quem destaca, só o faz se tiver uma proposta de resolução para encaminhar. Quando esta não é aceita por ambas as partes, a questão é encaminhada para discussão coletiva e, aí sim, o restante do Coletivo pode se pronunciar sobre o assunto. Dessa forma, a assembleia mantém seu foco, mediando um conflito por vez. A formalidade ajuda a conter os ânimos, permitindo a administração dos conflitos e evitando possíveis rupturas. O nível de tensão é alto, mas os procedimentos formais buscam conter a exaltação. Há uma etiqueta a ser seguida, um conjunto de formalidades necessárias para que o destaque seja considerado válido, incidindo diretamente no comportamento individual, à medida que define e reforça a fronteira entre comportamentos aceitos e não aceitos.

A formalidade que a adoção de procedimentos implica constitui uma importante característica das relações de poder encontradas na ocupação. O exercício do “poder instituinte” (ou ao menos de um “germe” deste) demanda um comportamento de certa forma contido, mas que nem por isso abandona sua esquizofrenia, suas tensões e contradições internas. O autocontrole, o governo de si, é exigido especialmente nos espaços-tempo formais de deliberação, e o seu descumprimento pode, inclusive, resultar em sanções punitivas. Contudo, trata-se de procedimentos pouco vinculados a conteúdos específicos, estando o enfoque voltado à forma e não ao conteúdo em si, o qual permanece sempre cambiante. Tais procedimentos geram constrangimentos ao comportamento individual, com a imposição de um “ritual”. Mas esses constrangimentos, longe de impedirem o embate e o conflito, servem, em primeiro lugar, para instaurar códigos através dos quais a heterogeneidade e as tensões internas possam ser resolvidas em comum acordo ou com a mediação da coletividade. Mesmo assim, nada disso impede a tomada de decisões equivocadas ou até injustas.

Em 2010, o Coletivo da referida ocupação discutia, em assembleia, a expulsão de um morador, quando aqueles que se posicionavam contrariamente à me-

dida lembraram casos em que, segundo eles, a expulsão havia sido injusta. Depois de uma longa discussão, o Coletivo decidiu que, na semana seguinte, cada morador poderia trazer para a reunião casos de expulsão que mereciam revisão. Essa assembleia foi chamada de “assembleia do perdão”. Nela, cada caso trazido foi discutido coletivamente e, ao final, diversos moradores foram formalmente convidados a retornar à ocupação. A justiça, portanto, não é encarada como um conceito fechado, mas como uma noção aberta ao questionamento, à crítica, em constante transformação e indissociável dos demais aspectos da vida social.

*Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta,* ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADIS, 1983, p. 33 [grifos do autor]).

A autonomia não pode ser entendida como algo fechado, como a construção de um mundo perfeito, sem injustiças, sem violência, sem conflitos. Não pode virar mera doutrina, nem se submeter aos ranços iluministas daqueles que dizem possuir “a” resposta, “a” solução, “a” verdade. A autonomia é parte do processo de emancipação e significa conquistar a liberdade de errar por si mesmo, de arcar com os erros de suas próprias decisões, a liberdade de agir em conjunto e de não estar sujeito a determinações de instâncias separadas da coletividade na qual se vive. Os “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006, 2007), portanto, têm por base parâmetros que ajudam não somente a avaliar os avanços e/ou retrocessos, mas também, a situar os questionamentos de maneira não racionalista, apontando para um horizonte que, embora sempre fugidio, ajude a iluminar um caminho.

A autonomia, então, mais que doutrina, está viva quando aparece como tendência prática, inscrita na pluralidade, como orientação para desdobramentos específicos que partem das próprias potências, e da decisão fundamental de não deixar-se arrastar pelas exigências mediadoras-expropriadoras do Estado e do capital. [...] Seus riscos são o congelamento e o dogmatismo. Assim, é possível dizer que a autonomia tende a totalizar-se como movimento de abertura e não a fechar-se numa ‘totalidade dada’ (SITUACIONES, 2006, p. 216 [tradução livre]).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[P]or mais que ocupações de imóveis, por sem-teto ou sob a forma de constituição de favelas, firmam a propriedade privada, essa afronta simbólica não é nada em

comparação com o fato de que, sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso [...] Moral da história: não basta, pontualmente, afrontar a propriedade privada. É imprescindível fazer isso ao mesmo tempo em que se põe em discussão o conjunto da vida social e a organização espacial da cidade em geral. (SOUZA, 2006, p. 305 e 306).

A dimensão espacial revela formas e mecanismos de exercício do poder, pois muitos destes são, também, técnicas espaciais. Portanto, a questão que se coloca é a seguinte: como organizar a sociedade e, portanto, o espaço social, sem submeter uma enorme maioria a uma minoria? Afinal, se a organização do espaço foi utilizada para alcançar objetivos econômico-políticos heterônomos como, por exemplo, no famoso caso do panóptico de Bentham, por que não buscar tecnologias de poder e, conseqüentemente, uma organização espacial com outros objetivos econômico-políticos<sup>36</sup>? Autores como Paco (2006), Zibechi (2006) e o Colectivo Situaciones (2006) vêm apontando para uma compreensão mais ampla do termo comunidade, que não se refere à simples designação genérica de um grupo, mas a uma lógica própria que combina autonomia e cooperação na construção de dinâmicas de produção econômica, socioespacial, política e subjetiva.

A comunidade é o nome de um código político e organizativo determinado como tecnologia social singular. [...] A comunidade merece, então, uma nova atenção. Já não como excentricidade de um passado que resiste em morrer, mas como uma dinâmica de associação e produção comum, com vigor político mais do que suficiente que, no entanto, é cheia de ambivalências, o que é vital (SITUACIONES, 2006, p. 213 [grifos nossos] [tradução livre]).

A comunidade (*comunidad*) é concebida, portanto, como portadora de uma lógica comunitária e de um “*ethos* comunal” (como afirma Paco), que produz valores, comportamentos, interações e procedimentos organizativos, assim como práticas espaciais e configurações territoriais. Segundo o sociólogo Pablo Mamani (citado por Zibechi [2006]), quando os imigrantes chegam à cidade de El Alto/Bolívia – com alguma experiência organizativa de suas comunidades e sindicatos agrários

<sup>36</sup> Ressalta-se que Souza (2003, 2006) analisa a espacialidade de diversas experiências como a do Orçamento Participativo de Porto Alegre, do espaço da Grécia Antiga, da Espanha de 1936, de “territórios dissidentes” constituídos por movimentos sociais etc., além de identificar estratégias, instrumentos, técnicas e contextos institucionais de participação popular no planejamento e na gestão urbanos, demonstrando que estes não são suficientes para superar a heteronomia e instituir um espaço verdadeiramente democrático. Segundo o autor, é preciso desmistificar o planejamento e a gestão, e popularizá-los, para que todos possam ter acesso às informações necessárias para opinar e decidir com conhecimento de causa.

ou mineiros – eles buscam constituir um espaço de decisão comunitário para lidar com as carências do meio urbano e protegê-los da violência, fundando, para isso, os conselhos de bairro. Como resultado, a população se encontra bem distribuída no espaço urbano. De acordo com Zibechi, essa dispersão é malvista por instituições estatais, pois dificulta o controle social e impede a criação de um panóptico urbano.

O fato de as experiências dos sem-teto (de ocupações inspiradas na autogestão) estarem inseridas em um contexto urbano capitalista “ocidental” (ou seja, com pouca ou nenhuma influência de culturas tradicionais anteriores à invasão europeia, como no caso dos *aymara*, na Bolívia, e dos *zapatistas*, no México) não lhes confere menor importância, pois precisam lidar com as dificuldades de se instaurar uma organização horizontal em meio a uma cultura que se assenta, em todas as esferas da vida, na heteronomia. Por isso,

[c]onquistar uma territorialidade menos heterônoma, aqui e agora, corresponde a ancorar espacialmente ganhos de autonomia, a dar expressão espacial à conquista de novos direitos e liberdades para o maior número possível de pessoas, facilitando a mobilidade, questionando e eliminando símbolos que induzam ao preconceito e extinguindo fronteiras e barreiras ilegalmente excludentes (SOUZA, 2006, p. 363).

O desafio está em constituir tecnologias de poder que não emulem o Estado, mas produzam mecanismos que sirvam à formação de um contrapoder, de um “poder instituinte” nos termos de Castoriadis. Isso envolve a necessidade do governo do outro, ou seja, da constituição de uma instância de “poder explícito”<sup>37</sup>, mas que, ao mesmo tempo, se conecte ao governo de si, de uma forma não transcendente, visto que essa instância de “poder explícito”, o Coletivo, nada mais é do que o conjunto formado pelos moradores que, por sua vez, estão conformados por um território comum.

Longe de representar um modelo ideal, o Coletivo da referida ocupação busca, na medida do possível, estabelecer distâncias que facilitem a organização de relações “simétricas e reversíveis efetuadas por homens [e mulheres] livres” (DELEUZE, 1999, p. 33). A liberdade é uma prática, já dizia Foucault. Ela não é determinada funcionalmente pela natureza de um conteúdo específico, mas praticada ou não no próprio processo de instituição da sociedade. “A liberdade do

---

<sup>37</sup> Não se pode confundir “poder explícito” com Estado. Para Castoriadis, o “poder explícito” se refere às instâncias que podem emitir injunções sancionáveis, instâncias estas que podem emanar da própria coletividade. Já o Estado é uma “instância separada da coletividade e instituído de modo a assegurar constantemente essa separação” (CASTORIADIS, 2006, p. 133).

Homem nunca está assegurada pelas instituições e leis que pretendem garanti-la” (FOUCAULT, 1991). Nesse sentido, mais importante do que definir um conteúdo único e “verdadeiro”, é instaurar meios para que ele permaneça sempre cambiante, sendo sempre objeto de reflexão e contestação por parte daqueles sobre os quais o poder se exerce.

Trata-se, portanto, de considerar os espaços constituídos pelos movimentos sociais não como modelos a serem seguidos, mas como experimentos nos quais o poder heterônomo hegemônico – que se exprime tanto como “infrapoder”<sup>38</sup> quanto como “poder explícito” – é esmaecido a partir da construção de um “germe” de “poder instituinte”. Este estabelece um conjunto próprio de códigos políticos e organizativos que, por sua vez, estão sempre referenciados pelo contexto histórico e geográfico no qual estão inseridos. Os conflitos suscitados por esse esforço contínuo de atualização da potência (ou seja, daquilo que perfaz todas as determinações que ainda se mantêm apenas virtuais), não se manifestam somente na forma de um enfrentamento perante o Estado, mas também em polémicas internas, discordâncias familiares e na própria produção subjetiva. Desses conflitos emana uma territorialidade instável porque dissidente, cujo processo de instituição envolve, para além da demarcação no substrato espacial material, a construção de todo um conjunto de significações que age sobre o social na forma de comportamento. Nesse sentido, um “território dissidente” não pode se constituir sem práticas, comportamentos e subjetividades dissidentes.

Por fim, destaquei duas falas de moradoras da ocupação estudada, por expressarem, de sua maneira, o entendimento de que, como diz Castoriadis: a “imagem do mundo e [a] imagem de si mesmo estão evidentemente sempre ligadas” (CASTORIADIS, 2007, p. 180).

Dá tanto trabalho pra autogerir uma ocupação, que eu acho que uma cidade... Apesar de eu ter um perfil anarquista, eu não acredito na revolução, assim, que a sociedade pode se autogerir. Primeiro porque pra acreditar no Coletivo, na autogestão, você tem que se desconstruir como pessoa, e isso é muito difícil para a sociedade. E dentro de um espaço fechado, fechado na teoria, como na ocupação,

<sup>38</sup> “[...] num sentido, [o infrapoder] é o poder do próprio campo social-histórico, o poder de *outis*, de Ninguém. [...] A sociedade instituída nunca consegue exercer seu infrapoder de forma absoluta [...] sob o imaginário social estabelecido sempre corre o imaginário radical.” (CASTORIADIS, 2006, p. 127-129). Segundo Souza (2006), Castoriadis distingue entre “poder explícito”, que é o exercício do poder vinculado ao governo, e o “infrapoder”, que significa a “introdução coletiva de valores (significações imaginárias sociais) que induzem comportamentos conformes a um certo *nomos*, a uma certa ‘ordem’ social” (SOUZA, 2006, p. 333).

é mais fácil você desconstruir isso, porque você desconstrói na terça, na quarta, na quinta, na sexta, você desconstrói isso todos os dias. Você desconstrói tudo aquilo que te contaram, do tipo, não olha pro trabalho do coleguinha. Você desconstrói o 'eu tenho que me dar bem' ou 'o mundo gira em torno de mim', você desconstrói, você tem tempo de desconstruir, você é convidado a desconstruir. A sociedade não é convidada a desconstruir isso, muito pelo contrário, ela é convidada a ter representantes sempre. Ela tem o padre dela, o pastor dela, o prefeito dela, o governador dela. A gente só trabalha com representação. E isso, na nossa cabeça, é muito forte. Muito forte! E tem mais, as pessoas não querem, né? Pra elas, pra grande maioria é muito mais cômodo delegar alguém a fazer. Acreditar que alguém vai fazer por elas, acreditar que alguém vai organizar por elas. Desconstruir isso socialmente não seria nem utopia, seria o céu! Uma sociedade onde as pessoas assumissem responsabilidade sobre tudo. Sobre a educação, moradia, transporte, onde tudo fosse decidido pelas pessoas e organizado pelas pessoas, seria atingir o ponto máximo da existência humana. E atingir isso é saber que a nossa existência não depende só da nossa vida, mas que depende da vida de todo mundo, e eu acho que pra sociedade isso é muito difícil. Entender que só vai existir paz se existir igualdade, é muito difícil pra sociedade. Ela só consegue culpar alguém pelas coisas ou delegar a alguém pra que trate do problema, mas não consegue entender.<sup>39</sup>

Mesmo os que acham bonito a autogestão, jamais vão querer tirar portaria lá no prédio dele. Ele vai querer pagar o porteiro. Porque uma coisa é você achar bonito, outra coisa é você querer isso para a sua realidade. É muito mais cômodo eu ter um porteiro, alguém que eu pague, do que eu ficar lá. Se pra gente é um processo de convencimento, que já dura cinco anos, imagina o que isso seria pra sociedade? A sociedade tá acostumada a delegar, então é muito difícil. A partir dessa vivência aqui dentro, a gente acaba tensionando o mundo lá fora, tensionando os espaços no trabalho, na escola. Mas construir uma sociedade assim, autogerida... Ah, só se tivesse muitas ocupações com esse perfil. Assim, se tivesse no centro do Rio 50 ocupações com esse perfil de coletivo/autogestão, o Rio de Janeiro já seria diferente. Porque seriam milhares de pessoas circulando dentro dos ônibus que teriam esse pensamento, milhares de pessoas indo ao hospital que teriam esse pensamento, milhares de pessoas estudando que teriam esse pensamento. E aí iriam querer mudar essas realidades dessa maneira, assim, participando delas, modificando através da horizontalidade.<sup>40</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. *A "economia popular solidária" e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. 2009. 101 f. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada por mim, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17 de maio de 2011.

<sup>40</sup> Entrevista realizada, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 24 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade*: “campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2011. 264 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; GRANDI, Matheus da Silveira; MOREIRA, Marianna Fernandes. Oikos, Ágora e Ekklesia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e “Áreas de Sombra” de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Cidades*, Presidente Prudente: Expressão Popular, v. 6, n. 9, p. 67-92, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto – Vol. IV: A ascensão da insignificância*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Péricles e Verdi: A filosofia de François Châtelet*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Space, Knowledge and Power*. Entrevista concedida a Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul. *The Foucault Reader*. London: Penguin Books, 1991. p. 239-257

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GRANDI, Matheus da Silveira. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação*: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2010. 476 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Marianna Fernandes. “*Um palacete assobradado*”: Da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da “ideia de lar” em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia /Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Elaine. *Revitalização dos centros urbanos*: A luta pelo direito à cidade. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PACO, Felix Patzi. *Sistema Comunal*: Una Propuesta Alternativa al Sistema Liberal. 2 ed. La Paz: Fundación DRIVA. 2007.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando*: Nos varadouros do mundo. Brasília: Edições Ibama, 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SITUACIONES, Colectivo. Notas sobre la noción de “comunidad” a propósito de Dispersar el Poder. Los movimientos como poderes antiestatales. In: ZIBECCHI, Raúl. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006. p. 211-220

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Prisão e a Ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (org.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcus Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 2009a. p. 57-72.

\_\_\_\_\_. Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and ‘micro-level warlords’ as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Londres. v. 13, n. 1, p. 27-52, 2009b.

\_\_\_\_\_. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco *et al.* (org.): *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ANPEGE / Ademadan. 2009c. p. 459-478.

\_\_\_\_\_. Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 13-47. 2010.

\_\_\_\_\_. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *et al.* *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 147-166.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, resignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

SWARTZ, Marc. Bases for political compliance in Bena villages. In: SWARTZ, Marc J; TURNER, Victor Witter; TUDEN, Arthur. (ed.): *Political anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966. p. 89-108.

\_\_\_\_\_. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ZIBECCHI, Raúl. *La Revuelta Juvenil de los '90: Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad. 1997.

\_\_\_\_\_. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006.

Enviado para publicação em 18/03/2012

Aceito para publicação em 25/06/2012



# ENTRE TERRITÓRIOS DISSIDENTES, UTOPIAS E LUTAS: NOTAS SOBRE A COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA (PORTO ALEGRE)

**RENATA FERREIRA DA SILVEIRA**  
AGB-Porto Alegre e AGB-Nacional  
renatafsilveira@gmail.com

A futura organização social deve ser construída apenas de baixo para cima, por meio da livre associação ou federação dos trabalhadores, de início nas associações, depois nas comunas, regiões, nações e, enfim, numa grande federação internacional e universal.

(BAKUNIN, *A Revolução Social*, 1871)

## RESUMO

O artigo a seguir busca refletir sobre a Comunidade Autônoma Utopia e Luta, sua história, sua organização, suas relações de poder e de cotidianidade, as quais engendram e contextualizam a busca que ali se verifica pela autogestão. Para tanto, trazemos ao leitor, inicialmente, uma discussão em torno da autogestão e do anarquismo, com ênfase no anarquismo especificista. A partir desse breve ensaio, fazemos uma interseção entre as concepções de organização política, de democracia, de projeto de sociedade e de relações comunitárias, com algumas nuances do anarquismo. Trata-se, portanto, de relacionar as potencialidades da presença da autogestão como um mecanismo de resistência ao capitalismo e às formas de organização historicamente autoritárias, configurando-se em territórios dissidentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Utopia e luta. Porto Alegre. Autogestão. Anarquismo. Ocupação. Territórios dissidentes.

## ON DISSIDENT TERRITORIES, UTOPIAS AND STRUGGLES: SOME REMARKS ON THE AUTONOMOUS COMMUNITY ‘UTOPIA E LUTA’ (PORTO ALEGRE)

### ABSTRACT

The following article searches to reflect on the Autonomous Community ‘Utopia e Luta’ (Porto Alegre, Brazil), its history, its organization and its power and quotidian relations that engender the search for self-management. For such, we bring to the lector a reflection around self-management and anarchism, putting the emphasis in the ‘specificist’ (*especificista*) anarchism. Starting from this brief rehearse, is made and intersection between the conceptions of politic organization, of democracy, of society project and of communitarian relations endorsed by the people living in “Utopia e Luta” with some aspects of the anarchism. It is about, therefore, of relating the potentialities and the presence of self-management as a mechanism of resistance to capitalism and the forms of organizations historically authoritarians, configuring dissident territories.

**KEYWORDS:** Utopia e luta. Porto Alegre. Self-management. Anarchism. Squat. Dissident territories.

### INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 25 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, cerca de 80 pessoas, entre mulheres e homens, idosos e crianças, ocuparam um prédio abandonado (Figura 1) no Centro de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Tal ocupação ocorreu no seio do V Fórum Social Mundial, com a iniciativa e o apoio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), assim como da Rede *No Vox*<sup>1</sup> (Sem Vozes), a qual articula diversas entidades e organizações populares europeias, asiáticas e africanas que debatem o direito à cidade, à moradia e ao trabalho. O prédio em questão, localizado na emblemática escadaria da Avenida Borges de Medeiros, número 721, no centro da cidade com a cesta básica mais cara do país<sup>2</sup>, pertencia ao Instituto Nacional de

<sup>1</sup> Rede NoVox – <http://www.no-vox.org/>

<sup>2</sup> Dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponíveis no sítio: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/traabr10.xml#POA>> - Consultado em 4 de maio de 2010.

Seguridade Social (INSS). A ocupação foi uma forma de chamar a atenção dos participantes do Fórum Social Mundial – que ocorria em Porto Alegre nesse mesmo período – para os “despossuídos” do mundo.

Passados sete anos, o prédio na Avenida Borges de Medeiros agora está reformado, com a fachada restaurada e com a calçada ocupada (Figura 2). São quarenta e dois apartamentos, moradias de famílias que vieram da periferia da cidade, algumas sem ter onde morar, outras, sem renda ou com seus membros desempregados, às vezes, incorrendo em ambas as situações. Hoje, crianças brincam nas calçadas, vizinhos tomam chimarrão entre uma conversa e outra. Na mesma fachada, a arte na parede diz que é “contra a criminalização dos movimentos sociais”, e identifica o “assentamento urbano Utopia e Luta”. No topo, entre centenas de terraços e escritórios, uma bandeira vermelha e negra com uma estrela amarela simboliza a resistência do “território de autodeterminação popular”.

Como se organizou o Utopia e Luta e se garantiu como espaço político? Para chegar à auto-organização do prédio, enquanto espaço físico e político, essa trajetória passou por diversos momentos de organização e gestão, com perspectivas e propostas políticas divergentes, relações de poder etc. Exporemos aqui a forma de organização do Utopia e Luta e um breve histórico desse processo.

A partir desse questionamento, dessa inquietação – que não é só da autora – buscamos escrever esta reflexão partindo do pressuposto que as lutas organizadas geram movimento que, com sua dinâmica, promove transformações na história (tempo) e na geografia (espaço). Todavia, para que esses movimentos organizados e intervenções permaneçam no espaço, é necessário partir de uma concepção de organização definida em princípios libertários, tanto de organização quanto de política, de classe e de ideologia. Portanto, procuramos criar uma interseção entre as potencialidades da autogestão na perspectiva do anarquismo especificista e a organização da Comunidade Autônoma Utopia e Luta.

Evidentemente, não se trata de taxar esses conceitos, vivências e concepções de organização de moradia ou fazer deles “um balaio de gato”. Tampouco de rotular os moradores como anarquistas, diagnosticar erros e/ou apontar soluções, negando, então, as contradições e embates do cotidiano dos sujeitos que buscam nesse mesmo cotidiano a liberdade, um outro mundo, e que, ao mesmo tempo, deparam-se com uma sociedade baseada no consumo, na alienação

e nas mais diversas tentativas de cooptação política e ideológica por agentes historicamente autoritários, como o Estado, as empresas privadas, os partidos políticos etc. Seria um erro irremediável, tanto com os moradores quanto com o próprio anarquismo. O que pretendemos é elucidar a necessidade da organização política calcada em princípios libertários e as potencialidades que isso pode gerar, caracterizando territórios dissidentes (SOUZA, 2006, p. 592).



**Figura 1: Fachada do prédio abandonado**



**Figura 2: Fachada do prédio atualmente**

## A AUTOGESTÃO E O ANARQUISMO

Frequentemente, o pensamento libertário e o anarquismo são confundidos um com o outro. É necessário esclarecer que, embora historicamente tenham andado e ainda andem juntos, possuem abrangências diferentes. O anarquismo é parte do pensamento libertário; porém, desde a segunda metade do século XX, é possível perceber que este vai um pouco além daquele. De acordo com Souza (2011)<sup>3</sup>,

Os libertários não compõem e nunca compuseram um universo homogêneo. É comum, por razões históricas muito compreensíveis, confundir o pensamento libertário com o anarquismo; afinal de contas, se deixarmos de lado certas afinidades mais ou menos substantivas e mais ou menos aparentes com personagens e movimentos de um passado mais remoto, pode-se dizer que a perspectiva libertária, como crítica radical da heteronomia e rejeição simultânea do capitalismo (e do Estado capitalista) e do “socialismo burocrático” (e das suas premissas políticas e filosóficas, embutidas no marxismo típico), foi inaugura-

<sup>3</sup> Não paginado.

da, historicamente, pelo anarquismo. Historicamente, aliás, o anarquismo foi o primeiro e o principal representante dessa perspectiva, em cujo âmbito, aliás, o termo “libertário” foi, já muito cedo, proposto e adotado. E, não obstante isso, o anarquismo de um Proudhon, de um Bakunin, de um Reclus, de um Kropotkin, de um Malatesta ou de uma Emma Goldman não poderia, depois de tantas décadas e gerações, pretender-se ainda perfeitamente atual, apto a dar conta da realidade contemporânea e bastando-se a si mesmo, sem complementações ou ressalvas. Raciocinar assim seria incorrer no dogmatismo mais rasteiro, do mesmo tipo daquele no qual os marxistas mais ortodoxos sempre costumaram incorrer - e, com isso, deixando de fazer justiça, aliás, ao próprio Marx.

Esta compreensão da relação entre o pensamento libertário e o anarquismo nos permite fazer a leitura da pertinência da ligação de ambos com a prática da autogestão, como condutores do processo de busca pela autonomia política baseados no contexto/conjuntura político atual e das potencialidades da autogestão enquanto prática eficiente para a manutenção de territórios que procuram, na sua organização, alternativas de resistir e (re)existir cotidianamente. Além disso, o pensamento libertário e o anarquismo trazem em sua história concepções de liberdade, de organização, de coletivização e de horizontalidade que são fundamentais para a existência da autogestão.

Para Glauco Rodrigues (2011), a coletivização é o processo pelo qual os sujeitos tomam posse dos meios de sobrevivência e “instituem a autogestão política e econômica da organização social, constituindo um espaço público onde o exercício do poder é efetivado por uma coletividade” (RODRIGUES, 2011, p. 264). Todavia, as mudanças nas relações entre os sujeitos, no processo de coletivização, acabam muitas vezes por criar um cenário de contradições cotidianas, ou seja, as contradições e dificuldades desse processo no espaço autogerido implicam ter outra noção de liberdade, de coletivo, de democracia etc.

Henrique Parra (2002), em seu estudo sobre as contradições nos processos de coletivização de empresas autogeridas oriundas de ocupação pelos trabalhadores, aborda a dificuldade de estabelecer novas relações de horizontalidade e de participação nos procedimentos decisórios e administrativos, em conflito com relações autoritárias e de submissão dos trabalhadores, construídas historicamente sobre a base das formas de organizações autoritárias. De acordo com o autor, a autogestão e o processo de coletivização tornam-se também ambiente propício ao desenvolvimento da solidariedade entre os diferentes sujeitos constituintes do espaço autogerido. Parra (2002, p. 19, grifo meu) relata que:

[...] a passagem da situação de empregados assalariados para trabalhadores associados é recheada por inúmeras resistências e transformações culturais. A opção pelo trabalho coletivo nem sempre é consciente e pacífica [...]. Ao mesmo tempo, os anos mergulhados em relações de mando, subordinação e consentimento [...], formaram trabalhadores com um perfil que colide frontalmente com os princípios não hierárquicos e participativos promulgados pela autogestão.

Essas contradições ficam mais evidentes quando a autonomia e a coletividade afloram entre os sujeitos, mas são obstruídas pela própria cultura de submissão inerente à lógica hierárquica de uma fábrica, do Estado, do centralismo democrático, principalmente quando se trata da ingerência burocrática de um antigo modelo de gestão nos moldes do capitalismo. Ao mesmo tempo, essas contradições passam a ser inerentes também à resistência ao próprio modelo capitalista, ou seja, o caráter de resistência se coloca quando, mesmo inseridos em uma organização com “princípios não hierárquicos e participativos”, os sujeitos se opõem, re-existem e reinventam essa oposição na forma de organização. Ou seja, a existência das contradições no processo de coletivização não significa necessariamente a rejeição de um modelo, mas parte das relações individuais com o coletivo. A necessidade de encontrar “ajustes” coletivamente, de forma horizontal, construída de baixo para cima, evidentemente gera conflitos que são superados no cotidiano, pois faz parte do exercício de existir e resistir. A autogestão se torna então uma forma de organização que propicia esse exercício.

Exemplificando ainda a proposta de autogestão, remetemo-nos ao pensamento do ativista e ecologista social Bookchin (2011) para fazer algumas considerações sobre diferentes correntes do anarquismo. Em uma recente publicação, intitulada “Anarquismo, crítica e autocrítica”, o autor faz uma diferenciação entre o anarquismo social e o anarquismo “estilo de vida”. Para Bookchin, desde os anos 1990 essas duas correntes do anarquismo se distanciaram, pois o anarquismo “estilo de vida” estaria voltado para grupos anarquistas – também adeptos da autogestão – que limitam o campo da transformação social ao indivíduo ou somente ao grupo a que pertence, referindo-se, em especial, à estética ou a relações de comunidades alternativas que se isolam, ainda que sob uma proposta libertária. Para ele, essa forma de anarquismo se contrapõe ao “anarquismo social”, ou seja, o anarquismo entranhado no internacionalismo, na solidariedade de classe, articulado em

diversas escalas e presente, principalmente, no sindicalismo revolucionário<sup>4</sup> do início do século XX (BOOKCHIN, 2011).

Optamos por olhar para o anarquismo especificista, pelo fato de que ele se baseia nos princípios do anarquismo social (BOOKCHIN, 2011). Trata-se de uma interpretação que tem a sua origem na Federação Anarquista Uruguiaia (FAU),<sup>5</sup> a qual define a práxis anarquista sob dois eixos centrais: organização e inserção social através do trabalho de base. Esta interpretação, a rigor, não é propriamente nova, e suas fontes de inspiração são as ideias de Bakunin e Errico Malatesta, os quais deixam claro, em seus escritos, que o anarquismo não prescinde de organização, e que qualquer forma de organização libertária deve conter objetivos comuns e se pautar por formas e meios necessários para atingir o objetivo proposto por ela e, logicamente, pelos sujeitos que a compõem (MALATESTA, 2000). Essa proposta de organização, baseada em agrupamentos societários, com estratégias, planejamentos e objetivos comuns, baliza alguns princípios da autogestão, como forma também de associação, com estratégias políticas para atingir objetivos desde o campo sindical até o comunitário. Porém, o anarquismo especificista, assim como quase todo o anarquismo revolucionário, dentro da tradição do que Bookchin denominou “anarquismo social”, claramente se distingue tanto das leituras marcadamente individualistas quanto daquelas orientações que se mostram avessas a toda e qualquer forma de organização, negligenciando a necessidade de um tipo de organização especificamente anarquista.

A concepção de política ostentada pelo anarquismo especificista está diretamente ligada a uma ideologia que se expressa no conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação, conceituada como prática política (MTD-RJ; UNIVERSIDADE POPULAR, 2010). A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a

---

<sup>4</sup> É importante salientar que Murray Bookchin baseia suas teses sobre o anarquismo social voltado para as mesmas vertentes do anarquismo clássico, pois, em sua análise, considera que o sindicalismo já não cumpre a função de organismo revolucionário representante da classe trabalhadora, por estar completamente inserido no sistema capitalista. Por isso, a análise de Bookchin valoriza para a organização comunitária, inclusive no ambiente das grandes cidades, o que ele chama de “municipalismo libertário”.

<sup>5</sup> FAU – <http://www.nodo50.org/fau/>

transformação dessa realidade (FARJ, 2009). Ou seja, para o anarquismo especificista, a ideologia não é um conjunto de ideias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas um sistema de conceitos que existe à medida que é concebido junto à prática e para ela está voltado.

Uma segunda característica do anarquismo especificista, que está ligada à autogestão, é a compreensão e a consciência da existência da luta de classes (uma característica, aliás, do anarquismo social e revolucionário como um todo, ou mesmo do pensamento libertário em sentido próprio, mais amplamente). Nesse sentido, o anarquismo difere da tradicional concepção marxista, ainda que apresente fortes laços históricos com ela, por acreditar que os sujeitos revolucionários não estão somente no proletariado fabril – grosso modo –, mas se encontram também em outros agrupamentos, como nos movimentos sociais de luta pela moradia, associações de bairro, de moradores de rua e de desempregados, bem como em coletivos voltados à discussão de gênero, raça e sexualidade (FARJ, 2008). Tão fundamental quanto a concepção de política e de luta de classes, e igualmente inerente à autogestão, é a prática da democracia concebida pelos anarquistas, que se opõe à democracia representativa, em que os sujeitos políticos são eleitos através do voto. A democracia, para o anarquismo, é um mecanismo direto, e por isso chamado de democracia direta, que perpassa todas as esferas da vida dos sujeitos que compõem o coletivo. Sendo assim, política e democracia direta convergem no mesmo caminho de “fazer política”, que passa a ser uma ação em toda a estrutura de construção da sociedade e não somente uma execução parlamentar, levando os indivíduos a “participar e decidir efetivamente sobre as questões da sociedade e, especialmente, naquilo que nos afeta [...] fora da esfera eleitoral” (FARJ, 2008, p. 67).

Podemos identificar alguns exemplos de organização anarquista especificista no Brasil, como a Federação Anarquista Gaúcha (FAG)<sup>6</sup>, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)<sup>7</sup>, a Organização Anarquista Socialismo Libertário<sup>8</sup> (OASL-SP), a Organização Libertária Zumbi dos Palmares<sup>9</sup>, entre outras que têm sua base de inserção social em agrupamentos por coletivos e, como alternativa também aos partidos políticos, adotam, para a organização

<sup>6</sup> FAG – <http://www.vermelhoenegro.org/>

<sup>7</sup> FARJ – <http://www.farj.org/>

<sup>8</sup> OASL-SP – <http://www.anarquismosp.org/>

<sup>9</sup> Organização Libertária Zumbi dos Palmares – <http://resistencialibertaria.org/>

popular, a ação direta, a democracia direta, a autonomia política e social, a autogestão e a horizontalidade.

As concepções citadas anteriormente são pontos que ligam a ideologia anarquista à prática da autogestão, uma forma de organizar um agrupamento com objetivos comuns, que necessita de compreensão política para adquirir o caráter de resistência. A “prática” se torna, então, fator fundamental, à medida que teorias e ideias se formulam através dela, de forma dinâmica, criativa, pró-ativa e libertária.

Logo, pode-se afirmar a existência dos seguintes pontos de interseção entre a autogestão e o anarquismo especificista:

- A autogestão não é uma simples forma de administração ou distribuição de tarefas, mas um meio de organizar sujeitos com objetivos comuns, alicerçados em bases libertárias.
- As bases libertárias estão, também, nas tentativas cotidianas de ruptura e/ou questionamentos em relação ao poder do Estado e a qualquer forma autoritária, seja de empresas privadas, governos e/ou partidos políticos de esquerda e/ou de direita, e até mesmo movimentos sociais hierarquizados e centralizados.
- Funcionamento por meio de mecanismos como a democracia direta, a horizontalidade organizativa, fóruns deliberativos e de discussão amplamente participativos.
- Articulação com diferentes movimentos sociais, coletivos, associações de bairro ou sindicatos, em diversas escalas e em redes.
- Compreensão das contradições e dificuldades da implantação da autogestão como parte do processo de construção de uma sociedade com base libertária.
- Utilização de estratégias que possam fortalecer a organização/coletivo tanto no sentido financeiro quanto no político, a partir da autonomia política.
- Protagonismo dos sujeitos na sua construção.

## **A COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA: UTOPIAS E LUTAS DE UM TERRITÓRIO DISSIDENTE**

“Utopia e luta são duas palavras que resumem e sintetizam a verticalidade do povo trabalhador e oprimido no percurso da história da humanidade.

Incalculáveis são as lutas acontecidas além dos tempos resistindo à barbárie desumana dos poderosos. Incalculáveis são as vidas injustamente perdidas dos companheiros ao longo da história nos campos de batalha, sempre em condição de desvantagem.

Mas o povo no século XXI está ciente dos desafios, consciente de suas responsabilidades, levantando as bandeiras da justiça social.

São os movimentos pela reforma agrária, urbana, pelo meio ambiente, os direitos das mulheres, movimentos contra a discriminação sexual, movimento negro, indígena, estudantil, Movimentos com M maiúsculo que lutam pela vida e a dignidade de nossos sofridos povos.

Os últimos estudos sobre a superpopulação, a poluição ambiental e o aquecimento global são previsíveis e as perguntas de “O que fazer?” são parte de uma equação ainda sem solução.

Pensar na alimentação, saúde, geração de renda, moradia, consumo de energia, desenvolvimento sustentável, lixo, poluição ambiental, educação, segurança, recursos naturais e vitais, principalmente a água, só deixa muitas dúvidas se seremos capazes de resolver.

Bastou menos de 200 anos de capitalismo, sistema genocida, para colocar em risco os bilhões de anos de vida do planeta.

Os movimentos sociais, como ferramenta indispensável da organização popular, têm o dever histórico de assumir com responsabilidade a ação revolucionária.

O desafio desta batalha certamente definirá o futuro das próximas gerações. Reorganizar o confronto da luta de classes é indispensável, bem como reabrir o debate interno nos movimentos sociais sobre o vínculo histórico com a esquerda institucional. Nosso grupo Utopia e Luta declara-se soberano de suas decisões na livre prática de sua legítima autodeterminação, sempre disposto ao diálogo de conteúdo revolucionário com todos os segmentos da sociedade trabalhadora e organizações políticas institucionais com o fim de acelerar o processo de reorganização revolucionária.

Debater estratégias para atingir objetivamente o capitalismo é nossa prioridade.

A educação e a formação política serão a base da construção de eixos comuns na orientação da luta de ação direta no confronto cultural com a mídia dominante.

As redes de comunicação alternativas, como rádios comunitárias, jornais e similares, assim como a construção de propostas artístico-culturais de comprometimento na formação de opiniões, terão um papel de grande importância em nosso projeto.

Usaremos todas nossas forças na reconstrução do tecido social solidário e participativo, priorizando a construção de núcleos de geração de renda, como objetivo básico o reencontro com a dignidade individual e coletiva do povo trabalhador.

Convocamos todas as forças políticas e sociais a refletirem responsabilmente, a procurarem eixos indispensáveis capazes de unificar a luta no combate ao nosso inimigo, o capitalismo.”

Texto aprovado no encontro coletivo do dia 29 de julho de 2007.

## A OCUPAÇÃO: SEU COMEÇO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

Quem somos? Um movimento autônomo, construindo um Assentamento Urbano, exercitando a autogestão, sustentabilidade e autonomia como princípios. Lutamos pela reorganização das lutas urbanas.  
Acreditamos na UTOPIA através da LUTA dos POVOS.  
O DIREITO DE VIVER NÃO SE MENDIGA, SE TOMA!<sup>10</sup>

Moradores mais antigos do Utopia e Luta<sup>11</sup> relatam que no momento da ocupação, policiais armados cercaram o prédio e a segurança improvisada organizada pelos próprios ocupantes, impedindo a entrada e a saída de pessoas e alimentos. De acordo com Ana, “quando chegamos à porta do prédio, cheio de bandeiras, alguns estavam até com pedaços de pau, chegou a dar um frio na barriga, era polícia por todo o prédio, parecíamos bandidos!” (vide Figura 3).



Figura 3: Reportagem de capa do jornal Zero Hora, em 26 de janeiro de 2005

Ocupação semelhante já havia sido realizada no Fórum Social Mundial anterior, também em Porto Alegre, porém nada havia se alterado por parte do poder público. Talvez a última ocupação tenha servido de exemplo para

<sup>10</sup> Texto retirado do site: <http://utopia-e-luta.blogspot.com/> - acesso em setembro de 2011.

<sup>11</sup> Entrevistas cedidas em janeiro de 2011.

os ocupantes, pois, desta vez, iniciaram-se as negociações da Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação Ltda. (Coopernova) – ligada ao MNLM – diretamente com o INSS e com a União, por meio do Programa de Crédito Solidário (PCS) do Ministério das Cidades.

A destinação do prédio à moradia é resultado da Medida Provisória 335/06, votada na Câmara dos Deputados e transformada em Projeto de Lei de Conversão<sup>12</sup>, em abril de 2007, o qual foi, em seguida (15 de maio desse mesmo ano), aprovado, transformando-se na Lei nº 11.481, sancionada em junho de 2007. Essa lei previa a possibilidade de uso de prédios públicos da União desocupados, sendo o direito de posse concedido através do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social. Esse foi o primeiro caso de destinação de prédio público para moradia popular e também o único, pois logo após essa decisão, a lei foi derrubada. De acordo com informações do Ministério das Cidades

O valor total do investimento foi de R\$ 1,06 milhão – cada unidade habitacional custou R\$ 25.262. Do montante total, R\$ 170,6 mil correspondem ao preço do imóvel. O valor financiado pelo Programa de Crédito Solidário é de R\$ 1,008 milhão, sendo R\$ 24 mil por família. O programa de financiamento não tem juros e o prazo para pagamento é de 240 meses. Cada família beneficiada participa, ainda, com o pagamento de R\$ 1.262,00. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008)<sup>13</sup>

Marcelo<sup>14</sup>, natural de Bagé, estudante de enfermagem e morador do Utopia e Luta, relata que depois da conquista, o mais difícil foi conseguir ter “alguma voz no projeto”, ou seja, algum tipo de intervenção, pois, após mais de dez anos de abandono, o prédio necessitava de restauração e reforma e isso só poderia se concretizar, legalmente, em contrato com alguma empreiteira. O valor destinado para a obra, definido pelo Programa de Crédito Solidário e pelo sindicato dos Arquitetos e Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, foi de aproximadamente dois milhões de reais e, de acordo com Marcelo, “nenhuma empreiteira queria pegar o projeto”, pois todas julgavam que o valor estava muito abaixo do necessário para realizar todas as reformas previstas.

<sup>12</sup> Projeto de Lei de Conversão (PLC) é quando uma Medida Provisória é alterada pelo seu relator. Para ser aprovado, o PLC precisa passar pelo Senado e ser sancionado pelo Presidente da República.

<sup>13</sup> Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br/noticias/predio-do-inss-no-rs-destinado-a-moradia/Acesso: 15 de março de 2010>.

<sup>14</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Depois de longas negociações, em um acordo com o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, foi elaborado um projeto no valor de R\$ 720.000,00. No acordo de reforma também estava estabelecida a participação ativa dos moradores, ajudando na reforma do prédio, na segurança e na alimentação dos trabalhadores da construção civil. Essa participação foi fundamental para o barateamento dos custos da obra.

Após a entrega do prédio, em 2007, a ocupação rompeu com o MNLM, devido ao conflito de concepções ideológicas entre alguns moradores e o Movimento. Além disso, algumas preocupações ainda faziam parte do cotidiano dos moradores: uma era garantir que o projeto fosse aprovado e os recursos, recebidos; outra preocupação era o receio de que setores políticos mais conservadores tentassem impedir a autonomia na gestão do prédio. Ainda de acordo com Marcelo,

a maioria ajudou, sem-terra, ambientalistas, catadores, coletivos autônomos, partidos, anarquistas... era de tudo um pouco. Mas muitos também pisavam quase nunca no nosso meio e diziam que tudo era graças a eles. Deu muita peleia isso tudo. Nem todo mundo concordava, nem todo mundo entendia também. Mas conseguimos separar bem as coisas e ver até onde eles (os movimentos sociais) poderiam realmente ajudar e nos apoiar<sup>15</sup>.

Mesomo (2009, p. 18), ao realizar um estudo antropológico sobre o Utopia e Luta, descreveu da seguinte forma o momento de entrega oficial do prédio:

A presença do MNLM na cerimônia oficial causou certo mal-estar, porque, às vésperas do evento, o Utopia e Luta havia rompido com a organização, e os moradores e militantes vestiam, na ocasião, camisetas vermelhas com o símbolo da comunidade sobreposto [...]. A forte presença do Estado também possibilitou receber algumas características constitutivas daquele grupo. Enquanto apenas dois militantes de movimentos sociais tiveram espaço para discursar na cerimônia, nada menos que seis representantes oficiais fizeram suas falas. No seu discurso, o Estado tentava, a todo instante, incorporar aquele processo e seus louros relativos a um projeto desenvolvimentista nacional mais amplo, ou mesmo a questões governistas. Entretanto, havia uma preocupação muito grande das pessoas (entre militantes e moradores que compareceram à cerimônia) em evitar esse abafamento do protagonismo na conquista do prédio. Na forma de um sutil e insolente caçoar das autoridades: “deixa as pessoas importantes passarem que elas têm que entrar primeiro [...]”.

A partir da auto-organização dos ocupantes na vigília do prédio, articulou-se a Comunidade Autônoma Utopia e Luta que, posteriormente, criaria a

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Cooperativa de Solidariedade Utopia e Luta (COOPSUL) com o intuito de responder juridicamente pelo condomínio e substituir a Coopernova, ligada ao MNLM.

Eduardo Solari, artista uruguaio radicado no Brasil<sup>16</sup> e morador do Utopia e Luta, conta que foi necessário estabelecer critérios para os novos moradores, pois o número de famílias ocupantes excedia a quantidade de apartamentos disponíveis. De acordo com Solari, os critérios usados foram a idade dos interessados, a “consciência da luta pela moradia e da autogestão como uma metodologia de resistência para um novo modelo de mundo e não só de moradia”, e a concepção de autonomia política, não permitindo que a conquista da moradia servisse como barganha para campanhas político-partidárias. No que se refere ao perfil dos moradores, de acordo com Solari, a maioria era proveniente de bairros periféricos de Porto Alegre, como o Morro da Polícia, Restinga, Partenon, Vila Cruzeiro etc., e as profissões, as mais variadas: pedreiros, faxineiras, comerciantes, além de muitos desempregados.

### **O “BRAÇO ECONÔMICO E POLÍTICO”: A COOPERATIVA SOLIDÁRIA UTOPIA E LUTA (COOPSUL)**

A constituição da COOPSUL, em 08 de agosto de 2008, ocorreu quando os moradores perceberam que esta seria a única alternativa jurídica para dar continuidade aos projetos que haviam esboçado durante o período de ocupação, como a padaria, a cozinha e a lavanderia coletiva. A Cooperativa seria também uma garantia de manter a autonomia das decisões tomadas pelos moradores em relação aos projetos do prédio. De acordo com documentos analisados, a COOPSUL define seus princípios e objetivos:

[A] COOPSUL reafirma seus princípios de classe na não reprodução do sistema de exploração bem como o não acúmulo de capital financeiro ou material de especulação de bens de consumo ou outros. Nossa organização foi constituída com objetivo na captação de recursos para criação de políticas de autogestão e distribuição de rendas, provenientes do esforço de projetos organizados e com fins multiplicadores da dignidade do povo oprimido. Nestes termos reafirmamos nossa coerência na prática do dia a dia, além das necessidades impostas pelo sistema e manifestamos que não serão as mesmas que farão mudar o rumo da Utopia de Luta classista e revolucionária em prol de um mundo justo e

<sup>16</sup> Documentos cedidos pela COOPSUL em 2010.

emancipado do poder imposto. Desde aqui nosso respeitoso agradecimento aos parceiros, militantes, entidades sociais, que colaboraram na consolidação e desenvolvimento da entidade só com o fim de ver aplicar suas parcerias com ética e responsabilidade cidadã.



**Figura 4: Fachada e logotipo da Coopsul**

Alguns moradores também relataram por que surgiu a Cooperativa, afirmando que “tinha muita gente desempregada na época, a Coopsul tinha o papel de nos dar autonomia pra gente poder decidir como gerar renda pras famílias de cá”. A COOPSUL funciona como gestora das demandas jurídicas do prédio, e é dirigida por um grupo de coordenadores eleitos em assembleia, com mandato indeterminado e revogável, também em assembleia. Ela também acumula a função de fazer o debate político com os moradores e com o “sistema”, como definiu Solaris. A Cooperativa é, então, um mecanismo de materialização do que identificam ser um “projeto maior”, que significa “um projeto de vida, e não um exemplo de compra de terrenos públicos pela Caixa Econômica Federal com o objetivo de dar um teto para uma família”. A meta é criar um espaço “que possa dar aos moradores a possibilidade de seguirem na luta e apoiarem outras famílias, outros despossuídos”.

Esse “projeto maior” se materializa em ações que cumprem alguns dos principais objetivos do Utopia, como a geração de renda, a autossustentação e a consciência de solidariedade de classe. Segundo relato de alguns moradores, a principal finalidade do Utopia e Luta é criar uma prática que gerará outra consciência sobre moradia, sobre cidade, uma “relação não capitalista”, que “questione a propriedade privada a partir da nossa casa para o mundo”, podendo, na opinião de Solari, se materializar através da Cooperativa também.

Atualmente, a COOPSUL é responsável pela gestão da verba adquirida através da apresentação de um projeto elaborado mediante um edital oferecido pela Petrobrás. Embora o primeiro projeto, enviado em 2008, para a reforma do prédio, não tenha sido agraciado, a Cooperativa teve o segundo projeto, de 2010, aprovado. Marcelo, que também é um dos responsáveis pelas finanças, comenta as ações e propósitos dos projetos.

[...] quando a gente entrou o dinheiro da CEF, só deu pra reformar os apartamentos. Todas as áreas comuns agora é que estão sendo reformuladas com a verba da Petrobrás que a gente ganhou ano passado, através de um edital público. A gente botou o edital. Daí deu pra dar uma reforma geral nas áreas comuns e comprar alguns equipamentos. Então tão acontecendo oficinas nestes espaços, oficinas de formação, geração de emprego e renda, inclusão, muita coisa.

### **A ESTRUTURA ORGANIZATIVA, OU: “ESTÁS PISANDO EM UM TERRITÓRIO DE AUTODETERMINAÇÃO POPULAR”**

O Utopia e Luta, durante o processo de ocupação, dividia as demandas de subsistência dos ocupantes, com assembleias periódicas que distribuíam as tarefas mais urgentes, como o revezamento para a segurança, o auxílio nas reformas do prédio e o caráter político de permanecer ocupante, mesmo sem condições básicas de moradia, visto que o prédio ainda não havia sido entregue.

O processo de organização no período de ocupação do prédio também resultou em uma espécie de escola para o desenvolvimento da autogestão. A esse respeito, Marcelo acrescenta:

Autogestão mesmo não tinha, que eu lembre. Começamos a falar sobre isso depois, com o tempo. É muito complicado falar de autogestão com o povo que tá acostumado a ser mandado. Foi bem difícil, mas a autogestão é um processo que construímos no dia-a-dia, é necessário um projeto, uma forma de fazer que a consciência de consumo e de ‘preguiça’ das pessoas caíam. É preciso que a gente tenha consciência da autogestão como mecanismo revolucionário, da nossa capacidade de autodeterminação e de autonomia.

Após a entrega do prédio para a moradia, foram necessárias novas formas de organização, ainda dentro da realidade de uma série de atores com linhas políticas divergentes, inseridos em partidos políticos, sendo moradores do prédio. Essas divergências ficaram mais acirradas a partir da ruptura com o MNLM – como dito anteriormente – colocando dentro do mesmo espaço a necessidade de habitar e resistir com diferentes projetos de mundo – visto

que conquistar moradia no centro de Porto Alegre através da concessão de um prédio público pelo governo federal gera, além de contradições, uma forte bandeira político-partidária. Assim, surgiram duas forças políticas, por assim dizer, a primeira com alguns (ainda que poucos) militantes do Partido dos Trabalhadores (PT); a segunda, com postura política oposta, que defendia os princípios da autogestão e da autonomia e que estavam à frente do processo de ocupação. Nessa relação de forças, se estabelece como organização do prédio a proposta da linha política voltada para a construção da autogestão baseada na autonomia (Figura 5). Marcelo comenta:

Daí a gente começou a colocar em prática o projeto político que tava no papel, um prédio que sustentava a luta pela moradia, com um projeto de sustentabilidade, de autogestão, no espaço central da cidade, com alto poder especulativo e imobiliário, financeiro e de consumo.



**Figura 5: "Estás pisando em território da autodeterminação popular" - Entrada do prédio**

Esse momento de transição, de ocupação para moradia, gera diversos conflitos. Marcelo também comenta o temor de que a proposta política que viria a se contrapor a um projeto centralizado de gestão, de forma pessimista, tornasse o Utopia e Luta um espaço somente de moradia, distante de qualquer ação mais efetiva dentro dos debates sobre habitação popular, transformando-o apenas em símbolo da conquista da propriedade privada.

O prédio foi visualizado como moradia, ponto. Só que o Utopia e Luta, a partir que tomas as rédeas do processo, a gente queria moradia, mas quer luta também. Então o prédio fica muito pequeno pra servir de depósito de pessoas pro resto da vida esperando pra vender o seu apartamento e voltar pro seu lugar de origem. O prédio seria como uma escola comunitária e solidária pra luta coletiva, ou seja, as pessoas dali cadastradas, que participam há dois anos de reunião, assembleias, do cotidiano, as pessoas que participaram desta jornada aceitaram de pleno acordo com uma gestão coletiva, todo mundo em uma assembleia decidiria o que fazer e qual são prioridade de trabalho do coletivo.

O Utopia e Luta, então, passa a se organizar através da coordenação e do condomínio. A coordenação se encarrega de gerir as questões políticas, como o contato com movimentos sociais, coletivos autônomos, sindicatos, além da administração da COOPSUL. O grupo responsável pelo condomínio se torna responsável pela gestão da lavanderia e da portaria, bem como dos gastos com luz e água, entre outras demandas mais específicas. Além disso, esses dois departamentos assumem a secretaria, a quem cabe convocar assembleias periódicas, organizar as pautas etc. A assembleia é a instância máxima decisória do Utopia e Luta, espaço onde se reveem e se rediscutem as tarefas assumidas pelos moradores, a exemplo do funcionamento da lavanderia, da cozinha, da portaria e dos demais espaços coletivos, além da gestão do condomínio, da coordenação etc.

Em janeiro de 2011, se iniciou uma nova organização de gestão, em que as relações de força e de poder se tornaram mais claras. O cenário posto enquadra três grupos: os moradores que não estão totalmente inseridos no processo de construção política do Utopia e Luta (ainda que poucos e/ou por opção); os moradores que têm sua formação política baseada nos princípios de centralismo democrático, inseridos em partidos políticos, cargos de confiança de parlamentares etc.; e os moradores que participam da construção desde a época da ocupação e que se autorreivindicam Movimento Utopia e Luta, pois estiveram à frente do processo de ocupação. Sobre esta última afirmativa, Ana, uma das responsáveis pela COOPSUL, afirma:

O Utopia e Luta hoje ele é pessoas, o Utopia e Luta é uma organização autônoma, não hierárquica, não verticalizada, muito horizontalizada até. Quem participa da coordenação do Utopia e Luta é quem trabalha no Utopia e Luta, então, a gente sempre tem algumas lideranças que se fizeram ao longo do caminho pelo seu trabalho, mas ao mesmo tempo tá aberto à outras pessoas que queiram se juntar, dar doação do seu trabalho espontâneo, voluntariado.<sup>17</sup>

Este cenário coloca em debate a forma de organização, com uma nova divisão de tarefas, aprovada em assembleia. O resultado foi a redistribuição de responsabilidades e tarefas na COOPSUL, no financeiro, no condomínio e na comissão política, e também a criação de cinco núcleos que abarcam a execução e gestão dos projetos, mais o núcleo cultural e de comunicação.

<sup>17</sup> Entrevista concedida em março de 2011.

A equipe financeira ou “burocrática”, como a denominam os próprios moradores, tornou-se responsável pelas relações com a prefeitura – IPTU, imposto sobre coleta de lixo e iluminação pública, e qualquer outra demanda que houver – e com a Caixa Econômica Federal, assim como pela administração da verba do projeto da Petrobrás. A equipe de condomínio cuida dos espaços coletivos dos moradores, como a lavanderia, da conservação do prédio, da disposição do lixo, da portaria e da cobrança da taxa condominial, cujo valor é referente ao gasto de água, luz e alguma outra despesa de manutenção, como pintura e encanamento. A soma total é dividida pelo número de unidades habitacionais, de acordo com o consumo.

As diferenças existentes entre a estrutura organizativa do Utopia e Luta de hoje e a anterior a 2011 estão, basicamente, na distribuição das tarefas que antes estavam centralizadas na coordenação e no condomínio e que passaram a ser divididas nos núcleos (abaixo identificados) e numa comissão política. Repensada a coordenação em assembleia, foram organizados cinco núcleos diferentes, de acordo com as novas possibilidades surgidas a partir da verba obtida com o projeto aprovado pela Petrobrás. Os núcleos, que contam cada um com um monitor, são os seguintes: corte e costura, padaria, horta hidropônica (Figura 6), serigrafia e lavanderia comunitária.



**Figura 6: Horta hidropônica**

Além dos núcleos, há também a comissão cultural, que cuida da agenda do Quilombo das Artes e de intervenções culturais com outros coletivos populares, e a comissão política, que se responsabilizou por fazer os contatos externos com outros movimentos e grupos, como sindicatos, associações etc.

Nas entrevistas e na vivência no Utopia e Luta, foi possível escutar diversas vezes a palavra “projeto”, pronunciada com diversos sentidos: ora para designar um documento elaborado com algum objetivo, como os enviados para concorrer aos editais públicos, ora com significado político e, principalmente, no

sentido de “projetar” algo para o futuro, pensar o cotidiano coletivamente. Ao mesmo tempo, nota-se que, ainda que utilizados em contextos diferentes, os sentidos da palavra “projeto” convergem para um objetivo comum.

## OS NÚCLEOS

Com a obtenção da verba, foi possível reiniciar algumas reformas dos espaços coletivos. Rodrigo, educador social de rua e morador do Utopia e Luta há dois anos, fala sobre os recursos e sua aplicação nesses melhoramentos:

A gente hoje, com esse recurso, que é um recurso mínimo, conseguiu construir uma estufa, então tem apontado para uma sustentabilidade dos nossos alimentos, a gente pode dentro dessa estufa, que é hidropônica, estar plantando ervas medicinais e já estar fazendo o processo dos nossos remédios, a gente tem um ateliê de costura, que a gente pode estar produzindo as roupas, tem uma serigrafia que pode tá colocando as logomarcas, fazendo dentro desse processo essa disputa, tem uma padaria que tem o potencial de produzir a nossa alimentação. Então, a gente construiu e vem construindo bases que tem que dentro desse processo ir se consolidando, que é base que a gente acabe rompendo com as dependentes que a gente tem do Zaffari<sup>18</sup>, das redes, dos monopólios.<sup>19</sup>

Foi possível observar também, nos trabalhos de campo e nas investigações documentais, que o objetivo central desses projetos – ainda que contextualizado em diversos sentidos – é investir na autonomia dos moradores para ampliar as possibilidades de geração de renda. O diferencial desses espaços de geração de renda em relação aos convencionais é o viés político explícito, ou seja, não se nega ser uma instância de formação política. A esses projetos geradores de autonomia, os moradores chamam de “sustentabilidade”, conceito que, como pudemos observar nas entrevistas, é entendido pelo Utopia e Luta justamente como conquista plena de independência econômica e autonomia política. A esse respeito, Marcelo comenta,

[...] todas estas áreas estão dispostas a fazer uma luta coletiva, uma aglomeração de pessoas que estão dispostas a fazer e queiram botar este projeto coletivo pra frente e sobreviver, que o mais importante, sobreviver com dignidade. A gente podia bem entrar aqui no prédio e ficar cada um no seu apartamento, alugar as áreas comuns, botar à venda algumas coisas e viver de renda. Mas não, a gente optou por fazer dos espaços comuns núcleos de geração de renda e aglomeração coletiva.

<sup>18</sup> O Grupo Zaffari é uma rede supermercados gaúcha. <http://www.zaffari.com.br>

<sup>19</sup> Entrevista concedida em março de 2011.

O núcleo de corte e costura é o mais recente dentro do Utopia e Luta, visto que foi concretizado a partir da compra de máquinas industriais, do tipo profissional, ocorrida após o acesso ao recurso do edital público da Petrobrás. Este núcleo parte de um desejo antigo dos moradores, sempre adiado, porém, devido ao alto custo dos equipamentos. Este núcleo funciona com a oferta de cursos por moradoras e segue o mesmo intuito de formação profissional, visando à “sustentabilidade” e à geração de renda, ou seja, projetar a autonomia financeira. Não existe um excedente suficiente para montar um comércio, mas o que produzem é vendido, geralmente em feiras nas quais a COOPSUL é convidada a participar, ou em alguma atividade aberta no Quilombo das Artes.

O segundo núcleo é a lavanderia coletiva, que fica no subsolo do prédio. Ela foi montada a partir de um edital com a Eletrosul<sup>20</sup>, quando adquiriram duas máquinas industriais. Nas assembleias, 42 famílias optaram por não ter máquina de lavar roupa particular, pois consideraram que isso comporia um gasto desnecessário com luz e água. Dessa forma, ficou estabelecido que na lavanderia, segundo uma escala dividida em dias da semana, um responsável por andar lavaria a roupa de todos os moradores do seu andar, através de rodízio, sem nenhuma remuneração. Ficou decidido também que cada família teria um limite de peso de roupas. De acordo com o morador Ernani Rosseto,<sup>21</sup> 26 anos, “essa prática é um método pensado para, além de auxiliar na economia de água e luz, ser um exercício de responsabilidade e coletividade”. Além disso, os moradores também seguem uma escala na limpeza e na manutenção do prédio.

A padaria (Figura 7) teve início como um projeto interno, e os moradores poderiam utilizar o espaço, no andar térreo, para fazer pães, bolos etc. Com a perspectiva de auxiliar na renda familiar, os moradores optaram, em assembleia, por utilizar o espaço da cozinha coletiva<sup>22</sup> como panificadora, ocasião em que a COOPSUL vislumbrou a possibilidade de uma padaria aberta ao público. Nesse espaço, localizado em uma das portas de entrada do prédio, no andar térreo, pães, pizzas, bolos e doces ali produzidos são vendidos: sob encomenda, para eventos; no prédio, para os moradores; em domicílio e aberto para o público.

---

<sup>20</sup> Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária de Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRÁS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

<sup>21</sup> Entrevista concedida em maio de 2011.

<sup>22</sup> Vale ressaltar que cada unidade habitacional possui sua própria cozinha.



**Figura 7: Padaria**

A cozinha, além de abrigar o espaço para produzir os alimentos comercializados na padaria, também abriga uma “feirinha”, onde componentes do núcleo se articulam para buscar, no Ceasa<sup>23</sup> ou no Mercado Público, frutas e verduras que não são produzidos na horta hidropônica, o que resulta num barateamento significativo, visto que os supermercados do centro de Porto Alegre vendem seus produtos a preço mais elevado. Além disso, os componentes do núcleo da padaria ministram oficinas de panificação para os moradores e para o público, sem custos. Este também é um exemplo dentro da proposta de sustentabilidade e geração de renda.

O núcleo da serigrafia retornou às suas atividades devido ao investimento proveniente do edital da Petrobrás. Embora já existisse anteriormente, foi desativado por falta de demanda e de pessoas interessadas em sua gestão. Segundo Ernani<sup>24</sup>, um dos responsáveis pela serigrafia, “tinha gente que não podia ficar sem trabalhar e esperar surgir alguma coisa na serigrafia, hoje tem mais gente pensando em reativar, pois estamos programando cursos de capacitação ‘pros’ moradores do prédio e ‘pros’ interessados em geral, principalmente população em situação de rua”.

O espaço Quilombo das Artes (Figura 9) é o local onde ocorrem atividades culturais e políticas. Localiza-se no andar térreo, de frente para a Avenida Borges de Medeiros. Frequentemente, são desenvolvidas ali atividades como

<sup>23</sup> Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.

<sup>24</sup> Entrevista cedida em fevereiro de 2011.

teatro, dança, debates, palestras e oficinas, reuniões de coletivos e movimentos sociais, como veremos adiante. O núcleo de comunicação e cultura é o responsável pelo agendamento do espaço e por sua conservação. Vale ressaltar que não existe qualquer tipo de cobrança a quem solicita o uso do espaço.



**Figura 8: Atividade artística em frente ao Quilombo das Artes**



**Figura 9: Logotipo do coletivo de expressões gráficas**

Mais dois projetos estão em vias de ser implantados. Um deles é a rádio comunitária, com a proposta de realizar debates políticos e oferecer lazer em ondas que alcancem parte do centro de Porto Alegre. O segundo é a criação de um espaço voltado para as crianças, onde mães e pais que trabalham fora possam deixar seus filhos sem terem gastos com creches ou até mesmo com alguém para cuidar deles.

Outros espaços de uso coletivo, como a portaria do prédio, são de responsabilidade da Comissão de Condomínio, encarregada de organizar uma escala para cobrir os três turnos diários (oito horas cada), de forma que os próprios moradores, voluntariamente, assumem as atividades de “porteiros”, cuidando da entrada e saída de moradores e visitantes. Entre as regras de convivência estabelecidas está o cuidado com a segurança, no controle de quem entra no prédio. Uma das normas é a necessidade de identificação dos visitantes que, em algumas vezes, devem até apresentar documentação. Na porta do elevador, para economizar energia elétrica, há uma orientação de que ele seja utilizado somente por quem precisa subir, sugerindo que, ao descer, utilizem-se as escadas.

Todos os andares são temáticos e possuem grafias nas paredes representando seu respectivo tema. O primeiro é destinado aos mais idosos, batizado de “Andar do Homem Novo” (Figura 13), grafado pela imagem do revolucio-

nário Che Guevara. Os outros são dedicados à “Biodiversidade” (Figura 10), à “Consciência Negra” (Figura 11), à “Juventude”, à “Mulher” (Figura 12), aos “Povos Indígenas” (Figura 14), aos “Camponeses” (Figura 15) e à “Revolução”. As pinturas são de autoria do Coletivo Muralha Rubro-Negra, voltado à prática da arte e do “muralismo” como forma de intervenção política.<sup>25</sup>



Figura 10: "Consciência negra"



Figura 11: "Biodiversidade"



Figura 12: "O Homem novo"



Figura 13: "A mulher"

<sup>25</sup> De acordo com o sítio eletrônico do Coletivo Muralha Rubro Negra, “o muralismo tem o caráter de intenção revolucionária e libertária, transformando em um veículo de comunicação para potencializar os conflitos existentes. A estética libertária é inspirada nas experiências Latino-Americanas de muralismo. No entanto, adiciona-se o estilo e as particularidades da realidade vivida pelo nosso povo. A produção artística é coletiva, isso significa dizer que se produz o mural juntamente com todos aqueles que se interessam em participar pintando, conhecendo a estética e incorporando elementos novos a partir da troca oportunizada pelo contato com o outro. Com a prática muralista registra-se e denuncia-se os problemas enfrentados pelo povo que resiste à opressão diária. O fazer muralista está aberto à participação daqueles sem direito a voz, mas que resistem e utilizam o mural para informar através de uma ação artística combativa e solidária com aqueles que lutam!” (texto retirado e adaptado do sítio eletrônico: <<http://muralharubronegrabrasil.blogspot.com/>>. Acesso em 07 de maio de 2010).



Figura 14: "Os povos indígenas"



Figura 15: "Camponeses"

## A EDIFICAÇÃO EM MOVIMENTO: SOLIDARIEDADE E AÇÕES CONJUNTAS

Para manter o caráter político, que vem se solidificando desde a ocupação, a Comunidade Autônoma Utopia e Luta estabelece parcerias com diversos movimentos sociais e coletivos autônomos. A partir dessa premissa, surge dos moradores a vontade de propagandear a ação direta como um método político de conquista. Esta tarefa fica sob a responsabilidade da comissão política, que busca o diálogo com movimentos sociais e coletivos autônomos que debatem, entre outras pautas, a questão urbana.

Essas parcerias não são delimitadas e estabelecidas unicamente pelos membros da comissão, mas construídas cotidianamente, à medida que esses movimentos e coletivos colaboram com o Utopia e Luta e o frequentam, em uma espécie de relação de amizade. Na maioria dos casos, estas organizações buscam nele uma parceria para a realização de ações conjuntas, como atos políticos, marchas etc., assim como um espaço físico para abrigar reuniões e plenárias, realizar minicursos e oficinas, entre outras iniciativas. Briza, um dos responsáveis pela comissão de cultura, afirma:

A gente sempre empresta os espaços aqui do prédio pra outros movimentos, pra tentar fazer um espaço popular, que seja autônomo e popular, pela auto-determinação dos povos. Então um movimento que se adequar a esta proposta de coletivo tá no Utopia e Luta também e ao mesmo tempo a gente tá neste coletivo. Então tudo se organiza de uma forma muito dinâmica.

É possível também identificar que o Utopia e Luta mescla local de moradia com identidade de movimento social. Essa identidade se sustenta, de acordo

com alguns moradores, no processo da ocupação e na história de sua vida como pessoas inseridas em uma moradia que reivindica pautas políticas. O caráter de movimento social faz com que exista a necessidade de articulação com outros grupos. Ao falar do Utopia e Luta como movimento, Marcelo afirma:

O movimento Utopia e Luta é isso aí, ele não é só o Utopia e Luta, ele é agregador, um catalisador, um agregador de outros movimentos. Tem vezes que o Utopia e Luta tem 500 pessoas, tem vezes que tem dois, depende do momento. A exemplo do que aconteceu faz pouco tempo, andaram pichando as nossas paredes com suásticas, com símbolos nazistas, em uma semana a gente organizou uma marcha com 500 pessoas, então, é um apoio, uma luta que a gente tem um respaldo de outros movimentos porque a gente tem uma luta comum, um apoio.

Entre os movimentos sociais e coletivos que participam com o Utopia e Luta, seja em ações conjuntas, seja no cotidiano do prédio estão os seguintes:

Movimento Nacional de Catadores de Resíduos<sup>26</sup> (MNCR)

Coletivo Mulheres Rebeldes<sup>27</sup>

Resistência Popular Gaúcha<sup>28</sup>

Levante da Juventude<sup>29</sup>

Grupo de Apoio à Reforma Agrária (GARRA)<sup>30</sup>

Levanta Favela<sup>31</sup>

Teatro Ói Nós Aqui Traveiz<sup>32</sup>

Grupo Nuances<sup>33</sup>

Ação anti-sexista<sup>34</sup>

Casa de Resistência Cultural<sup>35</sup>

Coletivo Catarse<sup>36</sup>

Coletivo Muralha Rubro-Negra<sup>37</sup>

<sup>26</sup> MNCR – <http://www.mncr.org.br/>

<sup>27</sup> Mulheres Rebeldes – <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/>

<sup>28</sup> Resistência Popular – <http://resistenciapopular.blogspot.com/>

<sup>29</sup> Levante Popular da Juventude – <http://levantepopulardajuventude.blogspot.com/>

<sup>30</sup> Garra – <http://www.ufrgs.br/viveirismo/ProjetoViveiros2007.htm>

<sup>31</sup> Levanta Favela – <http://levantafavela.blogspot.com/>

<sup>32</sup> Tribo de atadores Ói Nós Aqui Traveiz – <http://www.oinoisaquitraveiz.com.br/>

<sup>33</sup> Grupo Nuances: pela livre orientação sexual.

<sup>34</sup> Ação Anti-sexista – <http://anarcopunk.org/acaoantisexista/>

<sup>35</sup> Casa de Resistência Cultural – <http://casaderesistenciacultural.blogspot.com/>

<sup>36</sup> Coletivo Catarse – <http://coletivocatarse.blogspot.com/>

<sup>37</sup> Coletivo Muralha Rubro-Negra – <http://muralharubronegrabrasil.blogspot.com/>

Espaço Libertário Moinho Negro<sup>38</sup>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra<sup>39</sup>

Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas  
(ELAOPA)<sup>40</sup>

Massa Crítica<sup>41</sup>

Federação Anarquista Gaúcha<sup>42</sup>

Esses movimentos têm caráter local, nacional, regional e internacional. De acordo com Solari, “os movimentos sociais são parceiros do Utopia e Luta desde o início da ocupação. Sempre são bem-vindos para participar e colaborar aqui, desde que não tirem nosso maior triunfo, a nossa autonomia”.

Entre as atividades promovidas pela Comunidade Autônoma Utopia e Luta, podem ser citadas:

- Dia Internacional da Mulher, promovido pela comissão de mulheres da Comunidade Utopia e Luta, cuja versão de 2008 teve como temas, os direitos da mulher e a Lei Maria da Penha, e atividades como a exibição do filme “O aborto dos outros<sup>43</sup>”, recital de poesias, oficina de customização e fuxico, mostra de artesanato, brechó e almoço comunitário.

- 1º de Maio no Utopia e Luta (Figura 16). O primeiro ocorreu em 2008, no ano da ocupação, quando o professor Jorge Quilfeldt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, proferiu a palestra “A experiência Zapatista da autonomia: resistência com identidade, tradição e criatividade”. Houve também atividades como brechó, técnica vocal, feira de alimentação, mostra fotográfica e de CDs independentes, artesanato, exibição de filmes, recreação infantil, oficinas, apresentações musicais e serigrafia. Este evento contou com grande participação, e desde então, a data se tornou um dia de aprendizado político e de confraternização.

---

<sup>38</sup> Espaço Libertário Moinho Negro – <http://moinhonegro.blogspot.com/>

<sup>39</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – <http://mst.org.br>

<sup>40</sup> ELAOPA – <http://www.elaopa.org/>

<sup>41</sup> Massa Crítica – <http://massacriticapoa.wordpress.com/>

<sup>42</sup> Federação Anarquista Gaúcha – <http://vermelhoenegro.org/>

<sup>43</sup> O aborto dos outros – Carla Gallo (BRASIL, 2008)



Figura 16: Cartaz do 1º de Maio

- 2º Seminário sobre Reforma Urbana (Figura 17), realizado em dezembro de 2008, em que foram discutidos os temas “educação, meio ambiente, cultura, saúde, trabalho e reforma urbana”.



Figura 17: 2º Seminário Utopia e Luta e Reforma Urbana

- 3º Seminário Utopia e Luta (Figura 18), realizado em outubro de 2009, com o tema: “Reorganização da luta urbana a partir da prática da autonomia popular”.



Figura 18: 3º Seminário Utopia e Luta e Reorganização Urbana

- Projeto “Voltando para a Casa”, realizado em novembro de 2009, com temas relacionados a moradia popular e moradores de rua.

- Reuniões do Comitê Popular da Copa (Figura 19), visando à organização do coletivo que debate a questão urbana e a Copa do Mundo. Não existe uma periodicidade fixa, mas, no geral, ocorrem em média duas reuniões por mês.



Figura 19: Chamado para reuniões do Comitê Popular da Copa

- “Todos contra a Opressão” (Figura 20), manifestação contra o racismo, o nazi-fascismo e todo o tipo de opressão, julho de 2011.



Figura 20: Cartaz "Todos contra a opressão"

- “5ª Feira da Biodiversidade”, promovida pela Prefeitura de Porto Alegre, em maio de 2011.

- “Cine Escadaria” (Figura 21), mostra de filmes, com debate.



Figura 21: Cartaz "Cine escadaria"

- “Oficina Zapatista de Metodologia de Consenso” (Figura 22), realizada em agosto de 2009, setembro de 2010 e setembro de 2011.



Figura 22: Cartaz "Oficina zapatista"

- “Festa da Mulherada no Utopia”, com shows, palestras sobre direito da mulher, oficinas de maquiagem, de pedicuro, de tranças afros etc., ocorrida em março de 2011.

- Oficinas de panificação, serigrafia, manutenção de horta e de corte e costura, gratuitas e abertas ao público.

- “A Outra Festa II (Figura 23): por uma copa que respeite os direitos dos povos”, com teatro, feira de trocas, economia solidária, mostra de filmes e documentários, dança, capoeira, batucada, música e artesanato, organizada em dezembro de 2010.



Figura 23: Cartaz "A outra festa II"

- “Curso intensivo de samba no pé”. Março de 2011.
- “Mutirão dos Tomates”, momento de reorganização do terraço da horta, com discussão e planejamento do espaço. Fevereiro de 2011.
- Exibição do filme “O Veneno está na mesa”, com apresentação e debate. Agosto de 2011.
- Palestra: “O que cada um pode ganhar com a Economia Solidária”, com Ruth Ignácio. Agosto de 2011.
- “Expoagasalho”, exposição de artistas populares para arrecadação de agasalhos para os moradores em situação de rua. Agosto de 2011.
- Encontros e debates sobre a construção de um espaço aos moldes dos caracóis zapatistas, chamado de “Caracol Libertário” (Figura 24).
- “Encontro da democracia direta e não-violência” (Figura 25), em julho de 2011.



Figura 24: Convite 3º Caracol Libertário



Figura 25: Cartaz do Encontro Aberto Democracia Direta e Não-Violência

Além dessas, outras atividades de apoio político fazem parte do cotidiano do Utopia e Luta, como o apoio ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), aos Movimentos Quilombolas, Indígenas etc.

### **CONCLUSÕES, OU: UMA PAUSA PARA RESPIRAR**

O caso do Utopia e Luta tem algumas peculiaridades que merecem ser retomadas e destacadas, a saber: 1. o fato de ser uma ocupação urbana que ocorre no contexto de “fervor” do Fórum Social Mundial e na mira da atenção das organizações de esquerda em diversas escalas; 2. a intervenção e os interesses de grupos político-partidários na utilização da conquista do prédio como bandeira de propaganda; 3. a aquisição do espaço, de fato, para moradia e reassentamento (visto que algumas ocupações têm o caráter efêmero por se tratarem de protestos); 4. a diversidade dos ocupantes; 5. talvez o ponto principal, a convivência dos novos moradores no mesmo espaço.

Esse cenário resultou em dois anos de ocupação e cinco anos de moradia até agora, em 42 unidades habitacionais, na maioria das quais vivem famílias que se dividem em um espaço conquistado através de método “marginal”, a ocupação.

Não buscamos aqui concluir este artigo, mas expor algumas impressões desse processo de luta por moradia. Para rearranjar essas impressões, a partir das vivências no Utopia e Luta, elencamos alguns registros em torno da organização, das fortes notas libertárias ligadas à necessidade de autonomia, de democracia direta e de afirmação territorial – tanto nas declarações quanto nas práticas –, das potencialidades de autogestão e da construção de territórios dissidentes, a partir do ponto de vista das concepções do anarquismo especificista.

O Utopia e Luta resiste como habitação, pois vai além das políticas de reassentamento urbanos impostas pela lógica de especulação imobiliária, mantendo-se no centro da cidade como uma de suas reivindicações e princípios, devido a tudo que representa morar nessa área. O sentido do Utopia e Luta para os moradores se manifesta em uníssono, como representação da moradia conquistada. Ainda que nem todos concordem com todas as decisões tomadas em assembleias, e nem todos os moradores delas participem efetivamente, os que lá vivem têm consciência da origem desse seu espaço e também da importância política do Utopia e Luta no contexto das lutas urbanas.

Por isso eles se organizam e estabelecem (ou, pelo menos, buscam estabelecer) relações de poder que se constroem sob duas perspectivas: a primeira, caracterizada pelas relações de poder internas, baseadas nas assembleias, tendo como forma de organização, a autogestão; e a segunda, caracterizada pelas relações de poder externas, ou seja, a ruptura com as políticas de cooptação dos partidos políticos, com a pressão da lógica de consumo da cidade etc.

Essa organização permite observar que a construção desse cotidiano está fortemente calcada nos princípios e na busca da autonomia, da autogestão e da presença da dimensão espacial como base dessas relações e construções. A concepção de autonomia se manifesta, na Comunidade Autônoma Utopia e Luta, como uma construção cotidiana, a partir da gestão do seu território. Vê-se, por exemplo, que a COOPSUL funciona como articulação para autonomia jurídica e econômica. Ela é o “braço”, como relataram os moradores, que se aproxima de forma muito relevante com os ideais de emancipação da sociedade a partir do desenvolvimento “de todas as faculdades e poderes de cada ser humano, pela educação, pelo treinamento científico e pela prosperidade material” (BAKUNIN, 2002, p. 47), dando sentido também aos núcleos, enquanto fomentadores de geração de renda no viés político, no sentido de fazer política, de se auto-organizar.

A autogestão incorpora-se e configura-se no Utopia e Luta na organização coletiva que busca resistir às formas de poder autoritárias – podendo ser o Estado, partidos políticos, movimentos sociais centralizados e hierarquizados etc., para além de uma simples forma de administração, de trefismo. Para que isso ocorra, é necessário criar mecanismos de descentralização de poder, como assembleias, conselhos e outros espaços coletivos, sob valores e princípios construídos coletivamente e partir das bases da organização, assim como formação política cotidiana, inserida nos/dos sujeitos e não imposta “de cima para baixo”.

Além da fachada da portaria do prédio, onde se lê a frase “estás pisando em um território de autodeterminação popular”, ficam evidentes, em cada depoimento, conversa ou chimarrão, a noção e a dimensão territorial. Esta noção está engendradora, infiltrada e inserida no cotidiano de resistência do prédio, o que se verifica quando os moradores demonstram entender o espaço urbano como arena de lutas travadas historicamente, contextualizadas enquanto classe.

Assim, a autogestão – como forma de organização conquistada (ou conquistando-se) pelo Utopia e Luta – e a dimensão territorial possibilitam forjar

estratégias de organização e planejamento eficazes em relação aos poderes autoritários, tanto interna quanto externamente. Além disso, pode-se arriscar que a autogestão é genuinamente ideal como forma de organização territorial, visto que a democracia direta, as relações horizontais, a construção cotidiana e o sentimento de pertencimento convergem e manifestam-se em territorialidades nas ações do Utopia e Luta, como o Caracol Libertário, os festejos promovidos no centro da cidade, as oficinas ministradas e abertas ao público e as atividades políticas com outros movimentos sociais, criando símbolos políticos que se perpetuam e caracterizam o território. É possível, portanto, identificar “uma geografia” e “uma anarquia” nesses modelos de organização libertários, autogeridos, a partir da perspectiva territorial, configurados em territórios dissidentes.

Concluir aqui, portanto, daria a impressão de ter acabado, interrompido. E, seguramente, o Utopia e Luta e toda essa rica dinâmica de movimentos, ações e contradições não estão arrematados, ao contrário, trata-se de cotidiano, de sujeitos, das mais simples relações de vizinhança intrinsecamente (re)organizadas em princípios políticos, na luta/busca por uma outra política, uma outra cidade, um outro projeto de sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKUNIN, Mikhail A. *Deus e o Estado*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Soma, 2000.
- BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo, crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA. Disponível em: <http://www.utopia-e-luta.blogspot.com>. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.
- FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo: Faísca, 2009.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2008. Disponível: <http://www.cidades.gov.br/noticias/predio-do-inss-no-rs-destinado-a-moradia/>. Acesso em: 24 de setembro de 2011.
- MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- MESOMO, Juliana F. *Comunidade Autônoma Utopia e Luta: estudo antropológico de uma experiência de moradia urbana*. 2009. 38 f. Monografia (Graduação em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PARRA, Henrique Z. M. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. 2011. 474 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário*. 2011 (Mimeo)

\_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE POPULAR E MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS DO RIO DE JANEIRO. *Capitalismo, anticapitalismo e organização popular*. Rio de Janeiro, 2010.

Enviado para publicação em 18/03/2012

Aceito para publicação em 25/06/2012

# DIFUSÃO DA CULTURA *PUNK* COMO DIFUSÃO DA IDEIA DE ANARQUIA

NÉCIO TURRA NETO  
Universidade Estadual Paulista  
Campus de Presidente Prudente  
necioturra@fct.unesp.br

## RESUMO

Caminhos tortuosos conduziram a cultura *punk* até o anarquismo, formando no seio dessa cultura a dissidência *anarcopunk* e, com ela, o movimento *anarcopunk* – MAP. Tal movimento, mais consolidado em algumas cidades brasileiras, sobretudo naquelas em que a presença de coletivos e de tradição anarquista é mais expressiva, não conseguiu salvar a cultura política *punk* das investidas da indústria cultural, que continua importante canal de sua difusão para contextos urbanos os mais diversos. O texto traz o argumento de que talvez tenhamos aí uma potencialidade para a própria difusão da ideia de anarquia. Depois de fazer uma tentativa de traçar uma trajetória coerente de aproximação entre a cultura *punk* e a ideologia anarquista, no mundo e no Brasil, o texto volta-se para dois contextos particulares em que o autor ancorou suas pesquisas, as cidades de Londrina e Guarapuava, no Paraná. Nestas, procura traçar a trajetória localizada da cultura *punk*, bem como apresentar as formas particulares como a ideia de anarquia era problematizada, vivida e produzia dissensos internos em cada cena. **PALAVRAS-CHAVE:** *Punk*. *Anarcopunk*. Anarquia. Difusão. Londrina. Guarapuava.

THE DIFFUSION OF THE PUNK CULTURE AS DIFFUSION OF THE ANARCHY IDEA

## ABSTRACT

Snaky paths leded the punk culture to anarchism, forming in the antrum of this culture the dissidence *anarcho - punk* – MAP. Such movement, bet-

ter consolidated in some Brazilian cities, specially in those where the presence of collectives and the anarchist tradition is more expressive, could not save the punk politic culture from the power of cultural industry, which continues an important channel of diffusion of this culture to several urban contexts. The text brings the argument that, maybe, there's a potentiality to the diffusion of the anarchy idea. After trying to build a consistent path of approach between the punk culture and the anarchist ideology, in the world and in Brazil, the text turns back to two particular contexts, where the author anchored his researches, the cities of Londrina and Guarapuava, in the state of Paraná. In those researches, he looks forward to tracing a located path of the punk culture, also to present the particular forms as how the idea of anarchy was dealt with, lived and produced internal dissent in each scene.

**KEYWORDS:** Punk. Anarcho - punk. Anarchy. Diffusion. Londrina. Guarapuava.

*Intro*

*"... Está ainda à solta, com séculos de existência, a fera chamada capital. São, hoje, bilhões de suas vítimas, que têm primeiro arrancados os olhos e o coração, deixando que se degradem lentamente o corpo e a mente, sem nada verem ou sentirem.*

*Mas ainda somos muitos, com olhos que vêem a fera e coração cheio de ódio por ela!*

*Morte à fera capital!!"*



**Figura 1: Ilustração da Bandeira Negra, símbolo importante do movimento anarquista em todos os tempos. Assumida também como referência forte na cena anarcho**punk**.**

Fonte: Encarte do CD A LUTA (Bandas Execradores e Sin Dios).

## INTRODUÇÃO

Falar sobre o universo *punk* seria fácil se me detivesse a explorar as realidades localizadas onde ancorei minhas pesquisas de cunho histórico-geográfico e etnográfico. Todavia, ao colocar o objetivo de entender a relação entre *punk* e anarquia, a empreitada fica mais complexa, não porque o anarquismo seja uma referência sem importância para a cultura *punk*, muito pelo contrário (sobretudo para a vertente *anarcopunk*), mas tão somente porque nos contextos estudados (as cidades de Londrina e Guarapuava, ambas no Estado do Paraná), a ideia de anarquia era demasiadamente nebulosa entre os sujeitos da pesquisa, não se tornando questão relevante a ser perseguida na investigação.

Somente mais tarde fui dar-me conta de que talvez estivesse diante de uma forma particular de ser anarquista, diferente de um modelo de “movimento social” organizado e com práticas formais de reuniões, discussões, estratégias e táticas de ação coletiva (ideia que pretendo desenvolver mais adiante, inspirado em autores lidos posteriormente à conclusão das pesquisas).

Outro complicador é o fato de escrever sobre *punk* (em geral e em abstrato), sem ser *punk*. Penso que as pessoas pertencentes à cultura fariam este trabalho com muito mais propriedade e estão bem mais autorizadas (investidas de autoridade) a falar sobre o assunto do que alguém que conheceu apenas cenas<sup>1</sup> localizadas. Também a natureza qualitativa das pesquisas dificulta qualquer tentativa de generalização, de modo que após falar da aproximação entre a cultura *punk* e o anarquismo, em geral, não posso me furtar a apresentar a forma como apreendi essa relação nos dois contextos estudados, os quais a pesquisa científica me institui de certa autoridade para interpretar. Uma interpretação, porém, que não tem pretensão nenhuma de ser definitiva ou mais verdadeira (justamente porque seria instituída da autoridade científica), mas como toda interpretação, explicitamente carregada da subjetividade do autor e, portanto, sujeita a contestações e ao confronto com outras subjetividades.

---

<sup>1</sup> Cena é um “termo nativo”, pelo qual os *punks* denominam sua cultura num certo contexto, que pode variar em escala (desde a cidade, ao mundo). Cena significa o movimento *punk*, seus encontros, seus locais de encontro, sua dinâmica, sempre referente a certo recorte espacial. O que acontece naquele lugar, naquele país, naquela cidade, em termos de produção da cultura *punk*, é o que forma a cena.

## APROXIMAÇÃO DA CULTURA *PUNK* COM O ANARQUISMO – O ANARCOPUNK

Um primeiro esforço de definição e distinção se faz necessário. Nem todo o *punk* considera-se anarquista. A cultura *punk* enquanto manifestação marcadamente juvenil não surge anarquista, ou explicitamente politizada, ainda que o choque intencionalmente provocado pelos seus primeiros adeptos tenha sido encarado como forma de atuação política (ABRAMO, 1994).

A incorporação da ideologia anarquista à cultura *punk* é um processo que aconteceu como um de seus desdobramentos. Inclusive, é possível pensar que foi um desdobramento natural, dadas a proposta e a postura iniciais do *punk* – a destruição total, o caos generalizado. Contudo, a parcela dos *punks* que se definem e se identificam como anarquistas ou *anarcopunks* foi bastante expressiva nos anos de 1980 e continua representativa no interior da cultura *punk* atual. Mas esta coexiste, de forma mais ou menos intensa e mais ou menos conflitiva (dependendo do contexto a que nos referimos), com outras vertentes, algumas das quais, inclusive, consideram o *punk* mera diversão (essas, talvez felizmente, minoritárias).

*Anarcopunk*, como o define Bastos (2005), é uma “microcultura” surgida no movimento *punk*, pela adesão de parcelas desse movimento à ideologia anarquista, que aparece e se difunde mais visivelmente a partir de meados dos anos de 1980, em meio ao clima de *revival – underground* – do *punk*, após sua absorção e pasteurização pela mídia. São adeptos da tradição anarquista, reelaborada no interior da cultura *punk*. A partir dessa influência política, a música, o estilo visual e os *fanzines* – os três principais elementos da cultura *punk* – ganharam novos conteúdos. Na Figura 2, é possível visualizar um exemplo de *fanzine* produzido pelo movimento *anarcopunk*, no caso, da cidade de Teresina, no Piauí (para evidenciar que o movimento não é apenas um fenômeno metropolitano). Nele, podemos divisar o caráter artesanal, característico desse material, com peculiar sobreposição de imagens, algumas distorcidas, produzindo uma polifonia, que às vezes confunde o leitor menos familiarizado. Também podemos ver um pouco do visual *anarcopunk*, que tem no corte de cabelo moicano o símbolo máximo.

A origem desse fenômeno (que começou como musical, comportamental e visual, antes de ser explicitamente também político) remonta a meados da década de 1970 e a certo trânsito entre o que acontecia num cenário *under-*

*ground* de Nova York e uma determinada situação social, na cidade de Londres, marcada pelo aumento do desemprego e pela falta de opções de diversão para os jovens pobres.

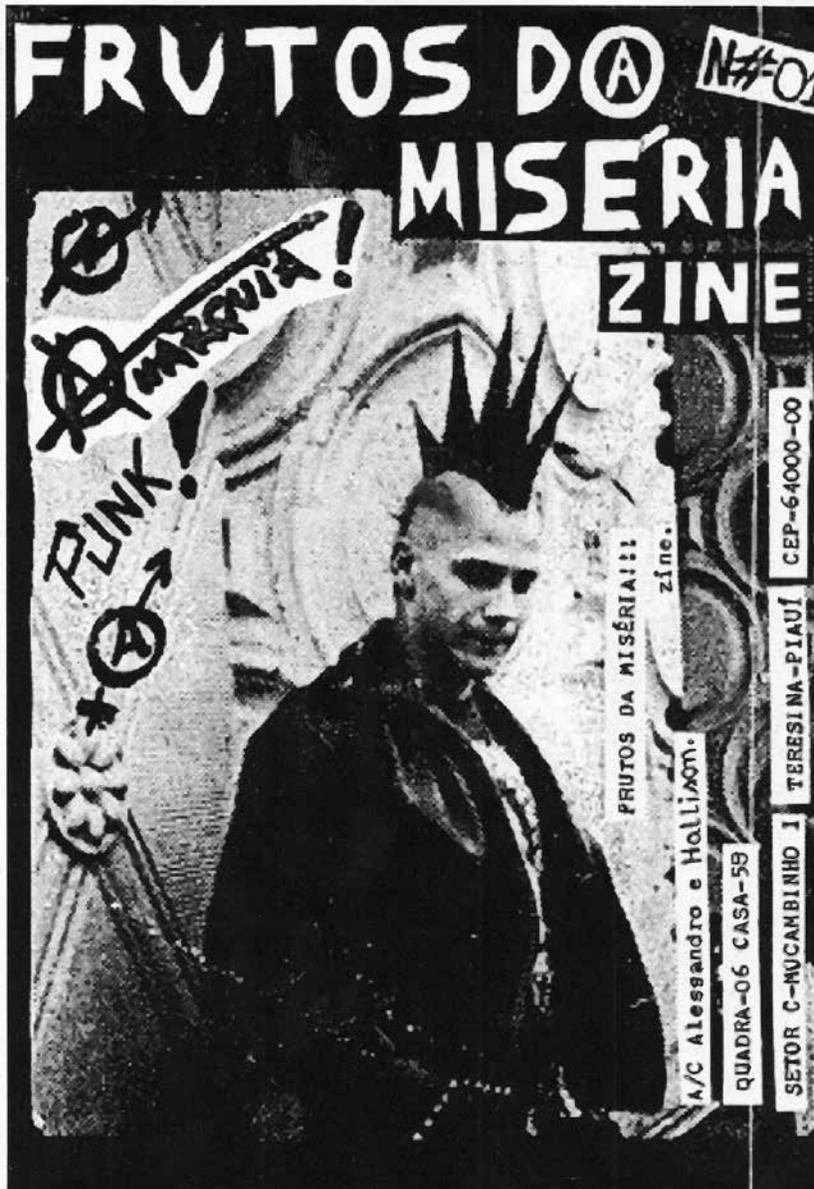


Figura 2: *Fanzine* punk anarquista de 1996 da cidade de Teresina-PI.

Fonte: [contraculturapunk.blogspot.com](http://contraculturapunk.blogspot.com)

Londres já conhecia uma “guerra de estilos” (ABRAMO, 1994) desde, pelo menos, a década de 1950. O próprio Malcon McLaren (idealizador e promotor da primeira banda *punk* inglesa, que ganhou notoriedade na mídia – os *Sex Pistols*) era dono de uma loja de roupas para *teddy boys* (garotos pobres, filhos de operários, que gostavam de *rock* americano e de se vestirem com os ícones da moda de jovens da elite). Inicialmente produzidos nas ruas, em pequenos grupos, tais estilos foram incorporados e vendidos – como signos de ser jovem – pela indústria *pop*, que começava a explorar o amplo segmento juvenil do mercado consumidor. É assim que os estilos juvenis ingleses tenderam a perder originalidade e converterem-se em moda.

Foi nesse contexto que o *punk* ganhou condições de acontecer e agregar rapidamente adeptos, em meio a uma juventude pobre em busca de diversão autêntica e sem muitas opções. E por que o *punk* não naufragou como as outras culturas juvenis, ao sabor da sua comercialização e massificação, já que também foi alvo da indústria cultural? Porque o *punk* trazia implicitamente uma proposta política de crítica social, dirigia um grito de ódio ao “sistema”, ao mesmo tempo em que portava a bandeira de autonomia em relação à indústria *pop* da época – o lema *Do It Yourself*. Ainda que seus primeiros representantes tenham sido absorvidos por grandes gravadoras, que viram neles mais um produto do caldeirão de manifestações juvenis de Londres e que poderia ser lucrativo para o mercado também juvenil, ávido por consumir novidades, a ideia de que era preciso deixar a passividade e partir para a ação ecoava onde quer que a música dos *Sex Pistols*, do *The Clash* e de outras bandas da primeira geração chegasse<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> *God Save the Queen*, música de maior sucesso dos *Sex Pistols*: “Deus Salve A Rainha”: “Deus salve a rainha / Seu regime fascista / Fez de você um retardado / Bomba-H em potencial / Deus salve a rainha / Ela não é um ser humano / Não há futuro / Nos sonhos da Inglaterra / Não seja dito no que você quer / Não seja dito no que você precisa / Não há futuro / Sem futuro para você / Deus salve a rainha / Nós queremos dizer isso, cara / Nós amamos nossa rainha / Deus salve / Deus salve a rainha / Porque turistas são dinheiro / Nossa representante / Não é o que ela parece / Oh, Deus, salve a história / Deus salve sua louca parada / Oh, senhor Deus, tenha piedade / Todos os crimes pagos / Quando não há futuro / Como pode haver pecado / Nós somos as flores / Na lixeira / Nós somos o veneno / Em sua máquina humana / Nós somos o futuro / Seu futuro / Deus salve a rainha / Nós queremos dizer isso, cara / nós amamos nossa rainha / Deus salve / Deus salve a rainha / Queremos dizer que o homem / Não há futuro / Em Inglaterra está sonhando / Sem futuro, sem futuro / Sem futuro para você / Sem futuro, sem futuro / Sem futuro para mim / Sem futuro, sem futuro / Sem futuro para você / sem futuro, sem futuro / sem futuro para você.” (tradução disponível em: <http://letras.terra.com.br/sex-pistols/35850/traducao.html>)

O lema “faça você mesmo” fez do *punk* mais que um movimento de consumo de música e estilo, tornou-o um movimento de produção cultural. Um lema assumido por uma “segunda geração” de *punks*, que recusou os primeiros grupos, vistos como traidores do movimento, e propôs conscientemente uma cultura *underground*, fazendo música e estilo num circuito alternativo e, cada vez mais, radicalizando a música – acelerada e gritada – e o visual – mais agressivo, rasgado e indigesto para a indústria da moda. Assim, aderir à cultura *punk* – ainda que num primeiro momento seja pelo consumo, visto que o *punk* também está na mídia – passa pelo engajamento na produção dessa cultura, seja de música, de *fanzines* e/ou de ações que levem a marca *punk*. Aderir à cultura *punk* é produzir cultura *punk* no quadro de uma cena localizada, feita por *punks* e para *punks*. É nesse sentido que a aproximação com a ideologia anarquista seria um caminho natural para aqueles jovens que levavam muito a sério essa postura.

Essa “segunda corrente” do *punk*, como chama O’Hara (2005), sobretudo do *punk* europeu, foi mais visivelmente politizada e deu consistência ao termo Anarquia, que era empregado mais como estratégia de choque pelos *Pistols*<sup>3</sup>. Algumas características marcantes dessa corrente são: engajamento em questões sociais e sua tematização nas letras; construção de um circuito alternativo; intenção de cantar apenas para seu próprio público, formado também de *punks*.

Bandas como Crass, Conflict e Discharge, no Reino Unido, The Ex e BGK, na Holanda, MDC e Dead Kennedys, nos EUA, transformaram muitos punks em pensadores rebeldes, em vez de simples roqueiros. [...] Graças à influência dessas bandas, milhares de jovens se autodenominam “anarquistas” e mantêm um saudável desprezo pelos regimes governamentais atuais (O’HARA, 2005, p. 74).

Trata-se de bandas não divulgadas pela mídia, conhecidas apenas num circuito *underground*, de modo que, se a mídia pasteurizou e vendeu imagens

<sup>3</sup> “Anarquia No Reino Unido” – Música da banda *Sex Pistols*: “Eu sou um anticristo, eu sou um anarquista/ Não sei o que eu quero/ Mas sei como conseguir/ Eu quero destruir transeuntes/ Porque eu quero ser a Anarquia/ Não o cachorro de alguém/ Anarquia para o Reino Unido/ Virá em algum momento e talvez/ Dou o tempo errado, paro o fluxo de trânsito/ Seu sonho futuro é um esquema comercial/ Porque eu quero ser a Anarquia/ Na cidade/ Quantas formas existem/ Para conseguir o que se quer/ Eu uso o melhor, eu uso o resto/ Eu uso o inimigo, eu uso a Anarquia/ Porque eu quero ser a Anarquia/ É a única maneira de ser/ Isso é a M.P.L.A. ou/ É o U.D.A. ou/ É o I.R.A.? / Eu pensei que fosse o Reino Unido/ Ou apenas um outro país/ Outra propriedade do Conselho/ Eu quero ser a Anarquia/ Eu quero ser a Anarquia/ Oh, que nome/ E eu quero ser um Anarquista/ Ficar bravo, destruir” (tradução disponível em: <http://letras.terra.com.br/sex-pistols/25615/traducao.html>).

e ícones do *punk*, difundindo-o, a identificação com a cultura conduz a descoberta dessas outras referências mais politizadas<sup>4</sup>.

E essa foi uma direção forte pela qual seguiu a cultura *punk* a partir do início dos anos de 1980. Direção que, ao longo das últimas décadas, foi desdobrando-se em tendências particulares, mas sempre com caráter libertário, como por exemplo: *Straight Edges*: *punks* que não bebem, não fumam, não utilizam nenhum tipo de droga, tendem também a não consumir carne ou qualquer outro produto de origem animal; *Riot Grrrls*: são as *punks* feministas, que lutam dentro e fora da cena pela maior liberdade da mulher; *Homocore*: é *hardcore gay*, que procura lutar contra a homofobia dentro e fora do movimento; *Gutter punks* (*punks* da sarjeta): mendigavam nas ruas para beber à noite (ESSINGER, 2001; O'HARA, 2005).

Contudo, as aproximações e aderências do *punk* ao anarquismo deram-se mais no “âmbito geral da ideologia”, do que em relação a doutrinas específicas. Ao adotarem a ideologia anarquista, os *anarcopunks* (e seus desdobramentos) criaram “um anarquismo a eles particular que se manifesta de maneira contracultural através de sua atuação e produção (contra)cultural” (BASTOS, 2005, p. 319).

Várias das correntes anarquistas são ressignificadas no interior da cultura *punk* e manifestadas de maneira contracultural e espetacular, como é seu estilo de atuação. No mais das vezes, as questões classistas, ligadas ao mundo do trabalho (que marcaram o movimento anarquista clássico) dividem espaço – ou o perdem – com questões ligadas ao campo conflituoso da cultura, como racismo, homofobia, feminismo, ecologia, pacifismo (BASTOS, 2005).

Nesse sentido, é comum, sobretudo nos grandes centros urbanos, vermos *punks* presentes em manifestações públicas ligadas às minorias, em protestos contra o desmatamento na Amazônia, em manifestações contra as guerras e contra o militarismo (e o serviço militar obrigatório – no Brasil), em movimentos contra globalização, nas cidades em que ocorrem reuniões da OMC ou do G8, bem como é comum o envolvimento de *anarcopunks* em movimentos sociais organizados, como o dos sem teto, ajudando na realização

<sup>4</sup> *In Defence Of Our Future* – “Em Defesa De Nosso Futuro”: “Não temos escolha/ A não ser lutar/ Na defesa de nosso futuro/ Em defesa do nosso futuro/ É seu dever/ Pra mim e pra você/ Ter uma posição/ Ter uma posição” – Música da banda inglesa *Discharge* (tradução disponível em: <http://letras.terra.com.br/sex-pistols/25615/traducao.html>).

de ocupações e mesmo ocupando imóveis e fundando centros culturais e *squats*<sup>5</sup>. Em alguns casos, o confronto com a polícia é inevitável e o ataque à propriedade, uma ação tática. A violência contra a propriedade tem sido parte importante dos atos *punks*, tanto daqueles que se definem pacifistas, quanto dos não pacifistas.

Punks holandeses bombardearam postos de gasolina da Shell por seus vínculos com a África do Sul; punks do mundo todo já destruíram laboratórios de pesquisa animal e propriedades daqueles que os administravam [...] Esses atos e muitos outros – contra o McDonald’s, bancos etc. – são todos vistos como atos contra opressores. Deve-se mencionar novamente que os pacifistas estão sempre de acordo com eles e que seu pacifismo se aplica apenas a seres vivos (O’HARA, 2005, p. 93).

As Figuras 3 e 4 ilustram de forma bem humorada a postura *anarcopunk* diante da propriedade privada e das grandes corporações transnacionais, como o *McDonald’s*. É comum vermos nos jornais que estabelecimentos dessa cadeia de *fast food* foram apedrejados, incendiados, em meio a manifestações que redundaram em quebra-quebra e nas quais membros da cena *anarcopunk* estavam presentes. Para um *punk* dessa tendência ideológica, nada mais *antipunk* do que comer um *BigMac*.

Todo esse radicalismo de ação – ou de proposição para –, contudo, não significa que todo *punk* anarquista, ou *anarcopunk*, seja versado em história e teoria anarquista. Alguns que se definem anarquistas não se interessam pelos aspectos formais desse pensamento político. Trata-se mais de um compartilhar ideias gerais no quadro dessa ideologia política, sobretudo a crença na autonomia individual e coletiva frente a governo, patrão e família, e a valorização, acima de tudo, da liberdade individual e da responsabilidade (O’HARA, 2005).

<sup>5</sup> *Squat* é o nome dado a uma ocupação *punk* – uma casa ocupada – em que vivem *punks*, no mais das vezes, em estrutura de comunidade. “Somos los duendes que habitan en las casas abandonadas,/ la propiedad privada es un robo/ y lo nuestro arte de magia./ Una casa okupada es una casa encantada,/ cuando haya un desalojo/ aparecemos en otra./ El hechizo esta en hacerlo todo/ con tus propias manos,/ convirtiendo cuatro muros/ en espacios liberados./ Una casa okupada es una casa encantada,/ cuando haya un desalojo/ aparecemos en otra./ ¡Eh, burgués especulador!/ vigila bien tus propiedades/ no sea que cualquier día/ te encuentres a los duendes dentro.../ Una casa okupada es una casa encantada,/ cuando haya un desalojo,/ aparecemos en otra...” (Música “Casa Okupada/Casa Encantada” – Banda Sin Dios – Encarte do CD A LUTA). Para um exemplo concreto, vale a pena conhecer o *blog* da Okupa Flor do Asfalto, da cidade do Rio de Janeiro, e seus atuais embates com a política de renovação urbana da área portuária (<http://okupayresiste.blogspot.com/2011/10/rio-de-janeiro-rj-flor-do-asfalto.html>).

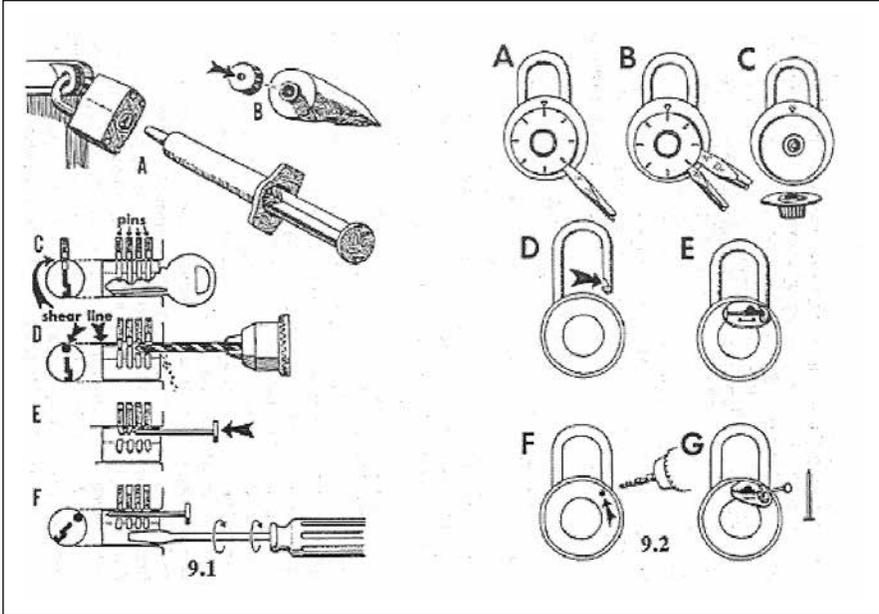


Figura 3: Instruções simples de como arrombar cadeados, difundida em *fanzine* norte americano.

Fonte: O'Hara (2005, p. 122).

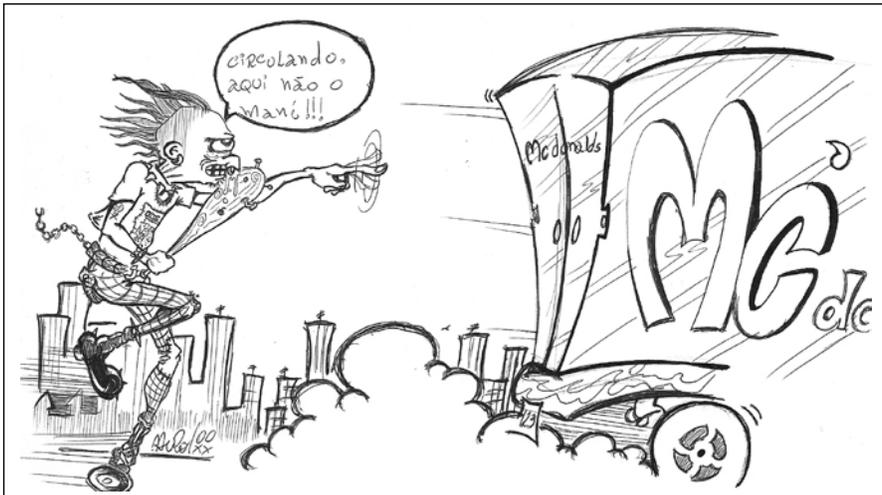


Figura 4: Ilustração produzida por M. Montezuma, que indica uma postura contrária ao *McDonald's*, eleito pelos anarcopunks como símbolo do capitalismo globalizado e alvo de ataques.

Fonte: Turra Neto (2004).

Como declarou Steve Ignorant, integrante da banda *Crass* – uma das primeiras bandas *punk* anarquistas –, sobre sua participação no Centro Anarquista da Inglaterra, apoiado pela banda:

Fui a algumas reuniões e o que estava em discussão eram citações de escritores anarquistas de cem anos atrás. Achei que qualquer *punk* que estivesse ouvindo não entenderia uma única palavra daquilo. Eu entendi o verdadeiro sentido dessa hierarquia, na qual quem havia lido mais sobre Proudhon ou sei lá quem era “o maiorial da mesa”. Para mim aquilo não tinha nenhuma diferença de qualquer outra reunião de partido político – pessoas sentadas resmungando sobre o que os mortos haviam escrito (Maximumrocknroll, n. 62, *apud* O’HARA, 2005, p. 95-6).

Nesse sentido, muito do engajamento de *punks* em ações e manifestações passa mais por espontaneísmo e diversão do que por uma discussão e definição de estratégias e táticas claras de confronto, com consequências planejadas.

Essa, todavia, não é a regra geral. Há muitos *punks* que se engajam em grupos de estudos sobre teoria anarquista e, no Brasil, os movimentos anarcopunks mais estruturados e organizados acontecem justamente pela aproximação de *punks* a coletivos anarquistas preexistentes, como veremos adiante.

No Brasil, o principal ponto de aterrissagem dessa nova cultura juvenil foi São Paulo. Em outros contextos, também houve a formação de cenas e bandas *punks*, mas São Paulo oferecia um ambiente mais plural e um contato direto e mais à frente com o que acontecia com o *punk* mundial. A partir de São Paulo, formou-se uma rede postal, de abrangência nacional, quando ainda nem se pensava em internet (COSTA, 1993).

A princípio, houve certa confusão, reflexo da enxurrada de informações que chagavam praticamente ao mesmo tempo, sobre nascimento, morte e ressurreição do *punk*, na distorção típica da mídia<sup>6</sup>. Assim, nesse início, além do som, da rebeldia visual e comportamental, também estava lançada à identificação a distorcida imagem do *punk* como baderna e violência de jovens pobres raivosos, imagem pela qual a imprensa sensacionalista rotulava os *punks* iniciais. Para Bivar (2001), essa imagem de “banditismo mirim” foi encenada ao vivo e a cores nas ruas de São Paulo e do ABC. Encenação da

<sup>6</sup> Essinger (2001) cita como primeiras referências ao *punk* no Brasil, uma coletânea lançada pela Revista Pop, uma reportagem da Revista Veja e um *clip* dos *Sex Pistols*, no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. Abramo (1994) cita também uma reportagem na Revista Manchete. Essas foram as informações a partir das quais jovens da periferia de São Paulo começaram a se elaborar também como *punks*.

violência que era protagonizada por *gangs punk* – a primeira e mais dinâmica forma de organização coletiva dos *punks* paulistas, no início da cena – que disputavam territórios e competiam para provar quem era mais *punk*. Os referenciais dessa identidade eram, sobretudo, violência e agressão (PEDROSO; SOUZA, 1983).

Aos poucos, os canais de informação dos/as jovens que se reconheceram como *punks* foram se redefinindo, e os contatos diretos com *punks* de outros países permitiram uma troca de informações sem o filtro da mídia. Por meio de *fanzines*, fitas cassetes e cartas, *punks* do Brasil estabeleciam intercâmbio com a cena da Inglaterra, Alemanha, Finlândia, dos Estados Unidos etc., falando também da cena paulistana.

Foi assim que o *punk* paulista, sobretudo o da cidade de São Paulo, pôde colocar-se em sintonia com o segundo aparecimento do *punk* e buscar, aqui também, articular-se como um movimento, com sentido mais político. Claro que essa virada política do *punk* não foi acompanhada por todos/as os/as jovens adeptos/as do som e do visual. Houve alguns que permaneceram fiéis às antigas referências e recusaram as novas ideias, como foi o caso de *punks* do ABC paulista e da Zona Leste da capital (PEDROSO; SOUZA, 1983). Esses, que não assumiram a guinada política, acabaram se convertendo nos carecas do subúrbio e do ABC paulista e, tendencialmente, aderiram à ideologia *skinhead*<sup>7</sup> como forma, inclusive, de marcar sua diferença (COSTA, 1993).

As bandas *punk* surgidas nesse contexto tiveram grande responsabilidade na formação da união do movimento, superando a violência entre as *gangs*. Suas mensagens eram de que o *punk* não havia morrido, que o movimento tinha um caráter anarquista e, como tal, não podia se confundir com baderna e violência<sup>8</sup>. “A preocupação política por parte de alguns *punks*, em relação ao

<sup>7</sup> *Skinhead* é um grupo juvenil surgido, também na Inglaterra, antes do *punk*. Apesar de não ser uma regra geral, o *skinhead* é associado à ideologia da extrema direita, mesclada com nacionalismo e machismo. É conhecido, pela imprensa, a partir do seu envolvimento em episódios violentos contra negros, homossexuais e *punks*. Costa (1993) oferece um panorama da emergência desse grupo na Inglaterra e do seu aparecimento e consolidação em São Paulo, nos anos de 1980, paralela e contrariamente ao *punk*. O'Hara (2005) também oferece um panorama da relação conflituosa entre *punk* e *skinhead*, apesar da proximidade musical.

<sup>8</sup> “Ter seus limites/ onde não há/ ser respeitado/ e respeitar/ viver o anarquismo/ aprender no dia a dia/ rejeitar a hipocrisia/ transformar em arma a vida/ por toda a vida/ enquanto respirar/ fazê-la ativa/ revolucionar/ viver o anarquismo/ aprender no dia a dia/ rejeitar a hipocrisia/ transformar em arma a vida/ temos que exercer nossa individualidade/ percebendo, porém, que somos uma

movimento, fez com que a anarquia assumisse um sentido ‘mais sério’, devido à leituras sobre o assunto” (PEDROSO; SOUZA, 1983, p. 37).

Nesse momento, a aproximação de *punks* com o Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS) teve papel importante. O CCS é uma organização social cujo objetivo é estudar e divulgar as ideias anarquistas. No início dos anos de 1980, retomando suas atividades depois do Regime Militar, o CCS de São Paulo passou a contar com a participação de alguns *punks* em busca de informações sobre essa proposta política. Foi dessa aproximação que surgiu a ideia de formar um movimento *anarcopunk* – MAP, em São Paulo (SOUSA, 2002).

O movimento Anarco-Punk é, portanto, decorrência direta das diversas incursões que alguns punks vinham fazendo ao CCS para participar de “palestras libertárias”. Desse contato mais permanente com os anarquistas e da constatação de que o movimento passava por uma crise de identidade, surgiu o interesse em criar um espaço mais teórico para refletir sobre a realidade social e, ao mesmo tempo, divulgar e popularizar as ideias anarquistas dentro de suas comunidades (SOUSA, 2002, p. 107).

Também em outros contextos, a aproximação de *punks* a coletivos anarquistas foi seminal para a formação do movimento *anarcopunk*, como aquela parcela do movimento *punk* que se reelabora a partir da incorporação dessa ideologia, ao mesmo tempo em que reelabora a própria ideologia ácrata. No Rio de Janeiro, teve papel importante o Círculo de Estudos Libertários (CEL). Em João Pessoa, *punks* passaram a participar do coletivo anarquista pró-Confederação Operária Brasileira (pró-COB), fundado por estudantes de jornalismo da UFPB, onde tiveram acesso regular à literatura e à discussão (BASTOS, 2005).

Também nessas cidades aconteceu a “guerra de posturas” entre os *anarcopunks* e aqueles *punks* que preferiram seguir sem o peso da nova postura. Para alguns autores (PEDROSO; SOUZA, 1983; SOUSA, 2002), a incorporação da ideologia anarquista trouxe certa rigidez à definição da identidade *punk*, comprometendo sua espontaneidade e criatividade, pois os prendia a definições e a padrões de comportamento que deviam estar em coerência com a ideologia anarquista. Essa crítica também é feita aos *anarcopunks* por aqueles

---

parte/ lutar por si mesmo, e pelo bem comum/ ser um indivíduo, mas não ser mais um” (Música “Vida”, da banda paulistana Execradores – Encarte do CD A LUTA).

que seguem outras correntes do *punk*, como forma de justificar uma postura de não levar muito a sério a vida, o *punk* e a anarquia.

### AS CENAS DE LONDRINA (ANO 2000) E GUARAPUAVA (2007)

Em Londrina, os primeiros sinais do *punk* foram sentidos a partir de 1984, quando notícias da imprensa e o som das bandas paulistas e estrangeiras começaram a circular pela cidade, fazendo com que jovens, principalmente os da periferia pobre, já aficionados por *rock*, cavassem seus próprios canais de pesquisa para buscar mais informações sobre aquele novo estilo, mas ainda de forma bastante fragmentada, dispersa e incoerente. O que havia eram apenas algumas pistas de um novo estilo de *rock* que trazia consigo uma proposta de estilo total, de música, visual e atitude.

Os primeiros pontos de encontro foram as lojas de discos mais *undergrounds* da cidade. Na época, não havia espaços de diversão para os jovens das periferias de Londrina. Por isso, aos sábados à noite, rodavam por todos os bares do centro. O calçadão da Avenida Paraná, no coração da cidade, logo se constituiu um dos principais pontos de encontro, afinal, também ficava perto do terminal dos ônibus urbanos. Aos sábados, reuniam-se ali, antes de decidir qual rumo tomar. Dali, partiam em bando. Eram uns cinquenta *punks*, de forma que fechavam a rua quando caminhavam juntos.

Nesse período, muitos bares alternativos passaram a atrair os/as *punks*, que iam, passavam ou frequentavam por mais tempo. A maioria, contudo, foi fechando ou mudando de público, o que obrigava os *punks* a negociarem outros espaços. Geralmente, rodavam com fitas do seu som preferido. No bar, pediam ao dono para tocá-la. Como se percebe, a cena começou com jovens consumidores do estilo, da música e do visual, negociando espaços para escutar seu som.

O estabelecimento de contatos com *punks* de outros lugares, sobretudo de São Paulo e mesmo do exterior, permitiu que a cena local acompanhasse as tendências de redefinição política e musical do *punk*. Assim, se no começo o *punk* de Londrina tinha como bases principais o som, o visual e a bebedeira, a partir de informações diretas das fontes inspiradoras, a ideia de movimento também começou a compor as referências da cena local. Articulava-se a isso uma postura mais politizada e a necessidade de promover atuações, ao mesmo tempo em que a proposta do “faça você mesmo” começava a produzir seus pri-

meiros frutos: *fanzines* e bandas *punks* apareceram e passaram a congregar uma movimentação em torno das ideias que divulgavam.

A partir desse momento, mudou também a relação dos *punks* com a cidade. Os espaços não eram mais negociados apenas para ouvir música e beber, mas também para fazer reuniões, organizar ações e promover *shows* das bandas. Foi o período de “chegada da consciência”, como disse um de nossos entrevistados. Nesse momento, houve uma redução drástica do número de membros da cena. Ou seja, quando localmente o *punk* começou a se pensar como um movimento político, muitos dos que aderiram a essa cultura juvenil como mera diversão não permaneceram, o que significou um refluxo daquela onda inicial. Assim, também nesse contexto, é possível reconhecer a “guerra de posturas”, que acabou por confirmar a identidade *punk* local como uma cultura predominantemente política, com música de protesto e engajamento em causas sociais, aproximando-se da ideologia anarquista. Essa postura dominou a cena de Londrina, pelo menos até e durante o período da pesquisa.

A formação de uma cena *underground punk* na cidade, a produção local da cultura *punk*, a negociação por espaços para *shows*, o engajamento em manifestações sociais, tudo isso não significou que as tensões com a indústria cultural deixaram de existir e que canais de informação *mainstream* não fossem ainda importantes para a adesão de novos sujeitos à cena *punk* local, produzindo algumas tensões.

Quando realizamos a pesquisa em Londrina, no ano 2000, tivemos contato, em especial, com uma segunda ou terceira geração de *punks* que se formava naquela cidade<sup>9</sup>. Essa nova geração, com jovens de classe média em sua maioria, já tinha acesso direto a uma cultura *punk* local, pois dispunha de espaços na cidade que eram referência para seus encontros. Assim, o *punk* que descobriram não passou pelos filtros da grande mídia, realizando-se num circuito alternativo de troca de fitas cassetes e de *CDs* de bandas *punk* mais politizadas e conhecidas apenas num cenário *underground*.

<sup>9</sup> “Século XXI”: “Consumismo que explode no próximo milênio/ milhões de megabytes na colonização/ insuportável alienação/ a cultura elaborada é vendida e consumida/ páginas que produzem a grande colonização/ explorando alienação”. (Música da banda londrinense Estilhaço, bastante ativa na cena no ano 2000. Fonte: Encarte da fita demo: “Armas de Brinquedo para uma Realidade Insana...”)

Mas, também em Londrina, havia jovens que descobriam o *punk* por canais menos alternativos. Inicialmente, tinham acesso ao *punk* por meio de *CDs* comprados em grandes lojas de disco, ou pela televisão – *MTV*, e se identificavam com o som *punk*, sem a vinculação com a dimensão política do movimento.

Quando esses jovens transpunham os limites dos seus espaços de moradia, escola e vizinhança e buscavam territorializar-se nos espaços de referência do *punk* londrinense, tinham que passar pelo crivo dos *punks* mais velhos e isso nem sempre era possível, dado o desconhecimento em relação à cultura como um todo (tanto na dimensão política, quanto na dimensão musical, referente às bandas mais *undergrounds*). Em alguns casos, nos próprios locais de encontro eram informados por *punks* mais velhos e ali recebiam *fanzines* e fitas com as bandas menos divulgadas, passando a buscar informações em canais mais alternativos de pesquisa. Outros, contudo, acabavam tornando-se inimigos do *punk*, aderindo a estilos juvenis rivais, naquele contexto de tempo-espaço, como os *psychobilly*<sup>10</sup>, o que fazia daqueles territórios, negociados e conquistados por *punks*, espaços de disputa com grupos juvenis rivais.

Em Guarapuava, temos um cenário diferente. A cultura *punk*, além de apresentar territorialização ainda mais recente, divide espaço numa cena mais ampla – a cena do *rock* alternativo – com a cultura *heavy metal*, como forma mesmo de viabilizar os *shows*, embora a coexistência desses dois estilos na mesma cena não se dê de forma tranquila. Por limitações de espaço, não poderei desenvolver esse embate aqui. Limitarei a abordagem à cena *punk* propriamente dita.

Esta começa a se estruturar apenas a partir dos anos de 2002 e 2003, quando algumas bandas locais, restritas às suas garagens, se conhecem, promovem eventos e dão início à congregação de jovens simpáticos ao *punk*, dispersos pela cidade, também em sua maioria de classe média. Ou seja, a cena emergiu numa época em que já eram comuns a internet, os *CDs* e as facilidades de gravação de som, quando já estavam postas as várias tendências em que se fragmentou o movimento *punk* e as divergências entre elas. Trata-se de uma época em que

<sup>10</sup> *Psychobilly* é um estilo cultural juvenil cuja principal referência musical é o *rockabilly* dos anos de 1950. Procura recuperar o modo de vestir e muito do comportamento desse período. Em Londrina, no ano 2000, era uma cultura juvenil que se dava em oposição ao *punk*, disputando com ele seus principais territórios, em aliança com jovens ligados à cultura *skinhead*.

bandas de inspiração *punk* apareciam na *MTV*, enfim, em que o *punk* já não era mais o explosivo de 1977, nem o anarquista radical de 1980, nem ainda predominantemente um movimento de jovens das periferias pobres. Ainda que a ideia de anarquia chegasse junto com a referência cultural *punk*, visto que se colava a ela desde seu segundo aparecimento, como vimos anteriormente, esta só era mais e melhor desenvolvida quando do contato com as bandas mais *undergrounds*, sejam nacionais ou estrangeiras, que traziam explicitamente a mensagem política e conclamavam os *punks* à união e ao movimento.

Nesse sentido, era comum encontrar jovens que curtiavam o som de uma ou outra banda próxima ao *punk*, ou de influência *punk*, formando o público para os eventos *undergrounds* da cidade. Já no caso dos integrantes das bandas, com canais de informação mais alternativos e com trajetórias de pesquisa mais antigas, as referências mais importantes eram de bandas *punk* da segunda geração, inspirados nas quais difundiam o *punk*, de forma mais explícita e consistente, também como cultura política, vinculada à ideologia anarquista<sup>11</sup>.

Assim, encontramos ainda em Guarapuava o *punk* em seu estágio inicial, formado por uma ampla gama de pessoas, ainda muito jovens, que tiveram acesso à cultura pelos meios de comunicação de massa. Nesse cenário, todavia, também já estavam colocadas as questões da anarquia como filosofia política, das novas tendências do *punk*, e já havia *punks* com contatos em circuitos mais alternativos de informação. Também estavam presentes na cena os embates, as aproximações e os distanciamentos que a “chegada da consciência” tem provocado nos mais diversos lugares.

Como argumentou um de nossos entrevistados, integrante da banda Miólus Moídos, em Guarapuava, a dimensão ideológica do *punk* começou a produzir muita autocobrança e cobrança dos outros, competindo com um divertimento que deveria ser mais espontâneo e sem compromissos. Como ele disse,

[...] a questão ideológica me encheu, porque, para mim, sempre foi mais som, atitude também, mesmo porque, só o fato de você tocar numa banda, sem saber tocar direito [...] já mostra uma atitude. E tocar sempre foi o lado divertido da coisa, mas depois parece que não havia mais isso.

<sup>11</sup> “Novos Políticos”: “E veio um novo político/ mostrando a você novas ideias/ ele diz que seu partido/ é totalmente diferente/ tudo pode mudar/ tudo vai ficar lindo/ mas ele só trocou de roupa/ e fez o penteado diferente/ nada de novas ideias/ nada de partido novo/ políticos enganadores/ ninguém precisa de vocês!”. (Música da banda *punk* guarapuavana Gisnei Lêndia. Fonte: Encarte do *CD* das bandas Gisnei Lêndia e Miólus Moídos, de Guarapuava).

Acredita que “[...] algumas ideologias acabaram engolindo um pouco do divertimento da coisa [...], acabou ficando um negócio chato, as pessoas se policiando, cobrando postura, sabe esse negócio? Daí não dá”. A partir de então, se distanciou da cena, deixou de ir aos *shows*, mas continuou fazendo música, agora num outro estilo – também *underground*.

Em Guarapuava, esses embates estavam presentes e eram resolvidos de formas diversas, por diferentes indivíduos. Durante a realização do grupo de debate<sup>12</sup> com *punks* guarapuavanos/as, a discussão rumou espontaneamente para a questão do “rótulo” *punk*, ou dentro do *punk*. Pelo que se estabeleceu no grupo, há o grande “rótulo” (que é o *punk*) e, dentro dele, as várias subdivisões, de forma que cada um se interessa por uma corrente, por um item da “cartilha”.

A questão dos vários estereótipos e rótulos *punks* foi vista pelo grupo como algo inevitável. Seria como uma espécie de cartilha que dita regras sobre o que é ou não permitido a um/a *punk*, dentro de cada uma das tendências do movimento, cartilha que se impõe para aqueles que querem levar mais a sério o *punk*, enquanto cultura política. O problema é quando as próprias pessoas da cena, para não se comprometerem, optam pela saída mais cômoda e mais praticada de não se definir como *punk*, mas apenas simpatizante.

Inevitavelmente, estamos no campo dos processos de “instituição de identidade”, de que fala Diógenes (1998), a partir de Bourdieu. Tem relação com a “imposição de um nome”, que dá a quem o assume um “direito de ser que é também um dever ser”. É preciso fazer ver, aos outros, o que se é, comportando-se de forma condizente com a identidade assumida.

A partir desse debate, ficou evidente quantas ambiguidades envolvem a cultura política *punk*. Ao mesmo tempo em que permite experimentação – fora do que é normalmente disponibilizado ao jovem e à jovem na cidade –, há uma cobrança sobre aqueles que ficam “em cima do muro”, ou que se recusam a assumir o *punk* como sua identidade, mas que “poluem” a cena. Por outro lado, há também uma pressão sobre aqueles que se definem como *punks*, para ver até onde vai a sua convicção e sua coerência política. É por isso que muitos evitam o rótulo, mesmo o mais genérico, de *punk*, e acabam dizendo que estão na cena

<sup>12</sup> No final da pesquisa na cultura *punk* de Guarapuava, empregamos a metodologia dos “grupos de debate”, na qual o pesquisador procura produzir uma fala pública, em discussão, dos integrantes do grupo, diferente da fala quase confessional que se obtém por meio da entrevista individual.

só por diversão. Ao invés do engajamento, preferem se situar numa posição de engajamento/desengajamento conjuntural.

O que quero enfatizar aqui é que, aprofundar-se na cultura e definir-se como “*punk* de verdade” e, portanto, próximo da ideologia anarquista, leva o/a jovem a uma autocobrança e à cobrança dos outros que, por vezes, torna-se um fardo muito difícil de suportar, sobretudo, para quem ainda não chegou aos vinte anos. E, também, que a cultura *punk*, onde quer que se territorialize, é um campo de conflitos, de negociação entre os jovens e as jovens que se identificam com ela, de disputas em torno do seu significado. Aderir à cultura *punk* é, portanto, participar dos embates em torno de sua definição.

\* \* \*

Em ambas as cidades, a ideia de anarquia era bastante vaga, não chegando a se constituir pauta de estudos nem discussões muito aprofundadas, nas quais um movimento social e político organizado pudesse fundamentar suas práticas. Também nessas cidades não foi identificado nenhum coletivo anarquista preexistente que contribuísse para uma aproximação mais sistemática entre os/as *punks* e o pensamento anarquista.

Mas, é preciso considerar, como o fez Bivar (1982, p. 47-8), que “se a política do mundo adulto é confusa, não se deve cobrar coerência política maior do movimento punk”, mesmo porque se trata de uma cultura juvenil, à qual aderem pessoas ainda muito jovens.

A maior coerência política vem com o aprofundamento do jovem na cultura e sua permanência nela. Nos que permanecem, podemos identificar uma maior consistência no discurso que fundamenta posições políticas. Eles acabam desempenhando importante papel no movimento, tanto no diálogo com *punks* mais novos, quanto pelo poder que exercem sobre o acesso às redes de sociabilidade *punk*, submetendo a entrada de novatos a sua avaliação – um poder que nunca é hegemônico, visto que estamos lidando com uma rede que se dá muito mais como um rizoma, do que como uma hierarquia rígida. Se a palavra anarquia tem um sentido para além da revolta sem direção, é justamente com esses jovens que entraram na cultura *punk* mais a fundo.

Contudo, tratava-se de uma minoria, pelo menos nos cenários pesquisados. Na maior parte dos casos, em Guarapuava, mais fortemente que em Londri-

na, a fragilidade das informações sobre anarquia, ainda muito presas ao senso comum, fazia com que alguns/as *punks* a vivessem mais como um referente comportamental do que como uma filosofia política para ações coletivas. Pequenos “delitos morais”, algumas práticas com as quais seus pais e professores ficariam chocados, eram levados a efeito dentro do grupo e somente quando o grupo estava reunido, visto que oferece o contexto cultural em que tais comportamentos são valorizados.

Talvez possamos inserir essa parcela da cena *punk* guarapuavana, no quadro do que Heller nomeia de “geração pós-moderna”. Conforme Diógenes (1998, p. 103),

A rebeldia da “geração pós-moderna”, signatária da “cultura de massa” e personagem central da difusão ilimitada de “estilo”, aparentemente se reduz, como afirma Heller (1988), a “nada rebelar-se”. Pode-se identificar microespaços de expressão de comportamentos, de estilos em que “todo tipo de rebelião é permitida”, sem que nenhuma causa específica tenha que ser claramente acordada e revelada. Há uma fragmentação de “rebeliões”, territorializadas, limitadas a espaços restritos de reconhecimento e identificação.

Em Londrina, dada a presença de *punks* mais velhos na cena e de espaços e tempos (territórios) mais permanentes de encontro e manifestação, a entrada de novos *punks* era mais controlada, visto que passava pelo diálogo com os “*punks* das antigas”, que cumpriam o papel de melhor informar e esclarecer (isso pelo que encontramos naquela cidade, no ano 2000).

Já em Guarapuava, em que o território era mais frágil, dado o fato de a cena ser muito mais recente e menos dinâmica, a maior facilidade de contato com a cultura *punk*, via meios modernos de comunicação – TV e internet –, fazia com que o controle sobre a informação não fosse tão eficiente. A todo momento, sem que ninguém soubesse de onde, novos personagens surgiam na cena, e os poucos que podiam dar maior informação e oferecer referências não davam conta de realizar esse importante papel.

Para os/as iniciantes e para aqueles/as que recusavam um envolvimento mais a sério (para além da diversão) com a cultura *punk*, a anarquia era uma referência vivida como microrrebeldias que se expressavam nos tempos e espaços de encontro do grupo, sendo o *show punk* o principal deles<sup>13</sup>. Ali, mais enfaticamente, esses/as

<sup>13</sup> É preciso fazer uma advertência, para diminuir a margem de equívocos. O que estou apresentando aqui é uma interpretação em linhas gerais, em que as exceções são bastante comuns.

jovens, que não se rebelavam contra nada, realizavam, entre os enturmados, uma exibição pública de atitudes que seriam “subversivas”. Beber além da conta, beijar pessoas do mesmo sexo, subir no palco e gritar algum palavrão, dançar de forma frenética, tudo isso se convertia num exercício de liberdade que se considerava próximo de uma experiência de anarquia *punk*. Atitudes que se consumiam na sua própria exibição e que, por via de regra, não chegavam a transpor os limites do território-*show*. Tal cenário foi característico de jovens que estavam em processo de identificação e que experimentavam várias das possibilidades que lhes eram oferecidas na cidade em que viviam, sem se definir por nenhuma *a priori*.

A anarquia, assim, era um referente sobre o qual não se tinha consenso, mas que separava os engajados dos alienados. Ambos reconheciam a vinculação entre *punk* e anarquia, e o que os diferenciava era o grau de informação e a forma como cada qual procura viver a anarquia: se como rebeldia sem direção, num tempo-espaco específico, que a limita enquanto acontecimento, ou se como atitude para ser levada para a vida, para a cidade, para enfrentamentos (no mais das vezes espetaculares) em múltiplos contextos sociais e políticos. Esses últimos eram os considerados “*punks* de verdade”.

Claro que alguns dos/as novatos/as engajaram-se em trajetórias de pesquisa sobre a cultura e a política *punks*, dialogaram com os *punks* mais velhos e mais bem informados na cena guarapuavana, enfim, qualificaram mais o termo anarquia. Mas esse foi resultado de um maior amadurecimento e uma adesão mais definitiva ao *punk*, ao mesmo tempo em que a uma auto-afirmação (e reconhecimento) carregada de responsabilidades.

Em termos de ações, tanto em Londrina quanto em Guarapuava, um número muito pequeno de *punks*, formado por gente das antigas e também por novatos, alguns por diversão, outros por diversão e por convicção, realizou algumas ações diretas, como pichações pregando o voto nulo, ataques à estrutura de parque de rodeios, manifestações contra o serviço militar obrigatório, durante o desfile do Dia da Independência, protesto contra o maltrato aos animais nos rodeios...

Das ações de que pude participar, sobretudo em Guarapuava, foi possível apreender seu caráter instantâneo, sem grande reflexão durante a preparação, que é mais um encontro e uma festa, sem preocupação com as consequências posteriores. O ajuntamento, a ação e a dispersão eram processos rápidos e marcados por certo espontaneísmo.

Talvez esta tenha sido a forma própria como o anarquismo foi ressignificado na cultura *punk*, em termos de ação direta, nessa cidade, o que não deixou de ser e de fazer do *punk* local um elemento subversivo que produziu intervenção, provocou desordem, plantou a dúvida...

Nas Figuras a seguir (5, 6, 7 e 8), apresentamos exemplos de intervenções *punks* na cidade. As duas primeiras não se restringiram apenas ao universo da cena *punk*, mas produziram impacto na própria paisagem da cidade. Trata-se da campanha pelo voto nulo, levada a cabo por integrantes da cena – justamente os mais antigos –, por meio da pichação e da colagem de mensagens em pontos estratégicos do centro da cidade, locais de grande circulação de pessoas. Nas Figuras 7 e 8, vemos a capa e o interior do único *fanzine* que circulou na cena, durante o período da pesquisa, o Sangue a Motor. Nele podemos divisar uma aguçada reflexão de duas garotas (ambas com seus 16, 17 anos) sobre amor, sexualidade e anarquia.



Figura 5: Cartaz colado no calçadão do centro de Guarapuava.

Fonte: Trabalho de campo (2007)



Figura 6: Pichação numa loja de calçados, no centro de Guarapuava.

Fonte: Trabalho de campo (2007).



Figura 7: Fanzine que circulava na cena *punk* de Guarapuava, no ano de 2007.

Fonte: *Fanzine Sangue a Motor*, n. 6, 2006.

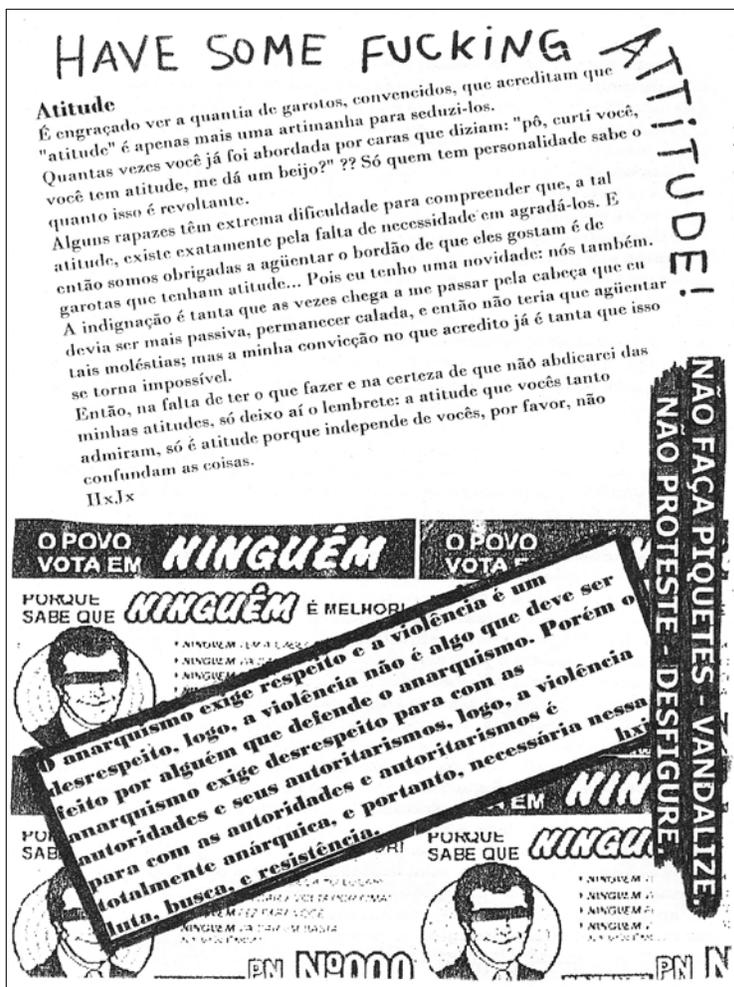


Figura 8: Conteúdo do *fanzine* Sangue a Motor. No texto Atitude, temos uma reflexão ácida sobre as relações entre garotos e garotas na cena *punk*. Também há um pequeno texto, que discute a relação entre anarquismo e violência, colado sobre filipetas da campanha pelo voto nulo, que percorreram a cidade nas eleições de 2006.

Fonte: *Fanzine* Sangue a Motor, n. 6, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura *punk*, quando surgiu, em fins de 1970, já apontava para uma postura crítica em relação à sociedade capitalista. No contexto inglês, a crítica voltava-se para a monarquia, para o imperialismo e para as guerras em que a Inglaterra estava envolvida. A banalização da cultura pela mídia, sua difusão como moda e estilo para vários outros contextos urbanos, ao mesmo tempo em

que não foi suficiente para arrefecer a proposta crítica de fundo, criou ambiente propício para que a posterior politização da cultura também se generalizasse nos espaços em que se difundiu.

A aproximação com o anarquismo parecia um processo natural, e nos contextos em que havia coletivos anarquistas anteriores, bem como alguma tradição de luta e manifestação libertária, essa aproximação foi mais intensa, consistente e profícua. Foram, eles, importantes polos de difusão da nova postura *punk*.

Sem perder a agressividade inicial, o *anarcopunk* direciona sua raiva, com conteúdo anarquista, ao “sistema” de um modo geral (materializado nas grandes corporações multinacionais e bancos, no Estado e na Igreja). O *punk*, com a adesão à ideologia anarquista, não é, portanto, mais uma revolta sem direção, e o *anarcopunk* é a prova de que tanto o *punk* quanto o anarquismo não morreram, e ambos continuam inspirando jovens do mundo inteiro, renovando-se e alimentando-se mutuamente.

Na Figura 9, vê-se um exemplo da atitude *punk* diante da luta. Com um gesto obscuro, o jovem demonstra seu repúdio à passividade que impera na nossa sociedade, revelando, na ação direta, todo o radicalismo e o enfrentamento dessa cultura política. Um radicalismo juvenil, no mais das vezes romântico e inconsequente, mas que parece não conhecer limites, não aceitar direcionamentos, para o qual nada parece impossível.

Contudo, uma ressalva é importante. A difusão dessa cultura não tem se dado apenas por canais alternativos. A grande mídia continua divulgando referências *punks*, que podem ser consumidas como mera diversão. Atualmente, a facilidade de acesso à informação, via internet, traz um complicador a mais. Ao mesmo tempo em que a informação é facilmente acessada, é também mais superficial, e o embaralhamento das referências é algo mais comum. Mas, há aí um paradoxo, do qual o *punk* tem tirado proveito, pois, ainda que inicialmente a ideia de anarquia seja vivida como rebeldia comportamental por jovens pouco e rapidamente informados por canais convencionais, está aí uma aproximação com a cultura *punk* que pode ser seminal, no sentido de provocar aprofundamento na cultura política e um possível engajamento mais consequente ao ideal *anarcopunk*.

Por outro lado, a difusão da cultura *punk*, seja pelo meio *mainstream*, seja pelo *underground*, tem sido responsável pela territorialização, em diversos con-

textos urbanos, para além dos espaços metropolitanos, de uma cultura juvenil que se faz em dissenso quanto à ampla cultura juvenil oferecida pelo mercado como signos de ser jovem e moderno. As cenas *punks* fundam espaços de realização alternativos e oferecem novas possibilidades de identificação às juventudes localizadas, difundindo e reelaborando, de forma mais ou menos consistente, a própria ideia de anarquia.



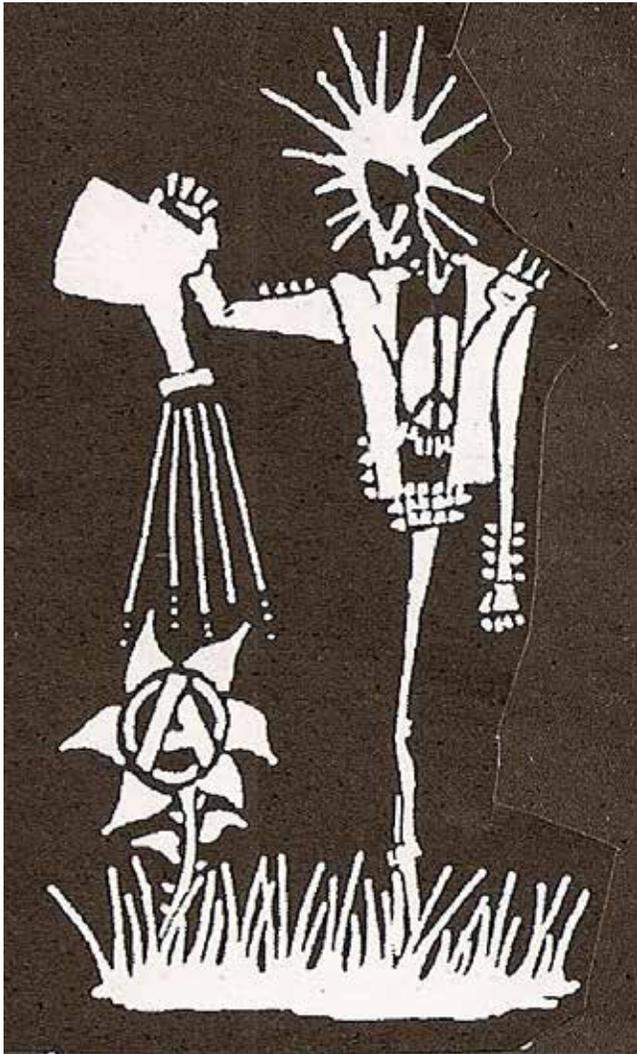
Figura 9: Ilustração que acompanha o texto de apresentação da Banda Execradores, no encarte do CD *A Luta*.

Fonte: Encarte do CD *A LUTA* (Bandas Execradores e Sin Dios)

Assim, o que começa como uma brincadeira pode se converter em uma militância política mais séria, de modo que, paradoxalmente, a indústria cultural e o mercado são importantes parceiros na difusão da ideologia anarquista para jovens que, talvez, não tivessem contato com ela, se não fosse por meio do *punk*. Jovens que, mesmo que deixem de sê-lo, terão experimentado uma vivência em que relações libertárias estavam colocadas no quadro de possibilidades, o que não é sem importância para a formação de novas subjetividades.

A Figura 10 é emblemática do tipo de relação entre *punk* e anarquia que estou tentando traçar neste artigo. A cultura *punk* regando a flor do anarquis-

mo, cultivando-a, de uma forma completamente diferente, de modo que tem feito brotar da terra, da prática radical de jovens contestadores, algo que lhe é próprio. E, a despeito das ambiguidades e mesmo das contradições, a ideia de anarquia continua a ser nutrida, difundida, negociada e ressignificada no seio da cultura *anarcopunk* e tende a acompanhá-la aonde quer que ela tenha força de chegar e se territorializar.



**Figura 10: Ilustração que acompanha o texto da banda Sin Dios, no encarte do *CD A Luta*, no qual explica o que é “La Federación Anarcopunk” e sua ideologia.**

Fonte: Encarte do *CD A LUTA* (Bandas Execradores e Sin Dios)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BASTOS, Yuriallis Fernandes. Partidários do anarquismo, militantes da contracultura: um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultura anarco-punk. *Caos*, João Pessoa, n. 9, p. 284-433, set. 2005.
- BIVAR, Antônio. *O que é punk*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CAIAFA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- COSTA, Márcia Regina da. *Os "carecas do subúrbio": caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia planetária e a cena brasileira*. 1ª. reimp. São Paulo: Editora 34, 2001.
- O'HARA, Craig. *A filosofia do punk: mais que barulho*. São Paulo: Radical Livros, 2005.
- PEDROSO, Helenrose Aparecida da Silva; SOUZA, Heder Cláudio Augusto de. Absurdo da realidade: o movimento punk. *Cadernos IFICH-UNICAMP*, Campinas, junho de 1983.
- SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: cultura e protesto*. São Paulo: Edições Pulsar, 2002.
- TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo!: identidade punk e território em Londrina – PR*. São Paulo: EDUNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade*. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Enviado para publicação em 19/02/2012

Aceito para publicação em 25/04/2012

# SÃO PAULO NO LIMIAR DO SÉCULO XX: O OPERARIADO ENQUANTO SUBVERTEDOR DA “ORDEM” ESPACIAL

AMIR EL HAKIM DE PAULA  
Universidade Estadual Paulista  
Campus Experimental de Ourinhos  
elhakim@ig.com.br

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de segregação espacial ocorrido em São Paulo no início do século XX relegando às classes mais pobres os arrabaldes da cidade, bem como verificar como a classe operária, organizada sob o sindicalismo de orientação anarquista, questionou esse processo. Para tanto, serão abordadas as greves e as manifestações públicas, enquanto instrumentos de questionamento e ruptura, a fim de possibilitar a emergência de um espaço mais democrático. No que tange ao que chamamos de uma apropriação espacial operária, duas manifestações dos trabalhadores serão o foco principal desta análise: as Manifestações contra a Carestia de Vida, de 1913, e a Greve Geral, de 1917. Ao analisarmos tais ações do movimento operário, buscamos propiciar um melhor entendimento acerca das práticas libertárias, possibilitando outra visão de atuação social, muito mais horizontalizada, autônoma e por isso, extremamente radical.

**PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo. Segregação. Operariado. Apropriação.

SÃO PAULO ON THE EVE OF THE 20TH CENTURY: THE  
WORKING CLASS AS SUBVERTER OF THE ‘SPATIAL ORDER’

## ABSTRACT

This article aims to discuss how the city of São Paulo underwent in a segregation spatial process at the beginning of the 20<sup>th</sup> century, that pushed into suburb areas the poorest classes, and understand how the working class, orga-

nized in the anarchist orientated syndicalism challenged this spatial process. To achieve this aim, we will discuss the strikes and the public demonstrations as questioning and disruption instruments, in order to enable a more democratic space. Particularly, two workers demonstrations will be analyzed, regarding to what we call a spatial worker appropriation: the demonstrations against dearth of 1913 and the general strike of 1917. By analyzing these past actions of the worker movement, we aim a better understanding on the libertarian practices, enabling another conception of social action, more autonomous, horizontally organized and, because of this, extremely radical.

**KEYWORDS:** São Paulo. Segregation. Working Class. Appropriation.

## INTRODUÇÃO

A chegada de milhares de imigrantes em São Paulo desde as últimas décadas do século XIX contribuiu para o crescimento populacional e também para a transformação de antigas chácaras em bairros. Concomitantes à ampliação da área urbana, ocorreram as grandes reformas urbanísticas implementadas pelo Prefeito Antonio Prado (1899-1910) e continuadas na gestão de Raimundo Duprat (1911-1914).

Como nos mostra Petrone (1955), no início do século XX,

[...] executaram-se vastas e custosas obras de saneamento, sobretudo na várzea do Tamanduaté; canalizaram-se os rios e ribeirões da cidade; garantiu-se, para a população, melhor e maior quantidade de água potável, rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade. (PETRONE, 1955, p. 136)

Se no século XIX a cidade estava restrita ao chamado triângulo central, nas duas primeiras décadas do século XX, novas áreas vão se agregando ao centro, e antigas chácaras, como o atual bairro do Brás, na zona leste da cidade, vão se incorporando à cena urbana e passam a ser tanto locais de instalação industrial como de moradia imigrante e operária.

Além da entrada de imigrantes, outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da cidade foi a vinda de grandes proprietários de terra que faziam parte da elite cafeicultora, fato que impulsionou inúmeros melhoramentos, como serviços de saneamento básico e instalação de bondes elétricos, pois essa elite tinha certa representatividade nos principais cargos públicos da cidade.

Caso exemplar foi o de Antonio Prado, que de cafeicultor tornou-se administrador do município entre 1899 e 1910 e iniciou um grande projeto de urbanização na cidade. Dentre as “melhorias” implementadas, podem ser destacadas a abertura de novas avenidas (Paulista e Higienópolis) e ruas, bem como o alinhamento de outras e também uma maior preocupação com as áreas próximas ao Rio Tamanduateí – região passível de posturas higienizadoras, pois era considerada foco de epidemias. (DOS SANTOS, 2003)

Num primeiro momento, este setor da população mora na localidade do atual bairro de Santa Cecília, mas, aos poucos, talvez para evitar o contato com a população menos favorecida, ocupa o bairro de Higienópolis e depois uma área próxima à Avenida Paulista onde se encontram os atuais bairros dos “jardins” (Jardim Paulista, Jardim América e Jardim Europa).

As mudanças urbanísticas eram circunscritas a algumas áreas bem delimitadas: aquelas que eram locais de trabalho ou de moradia da elite paulistana. No entanto, os bairros operários que se formavam, recebiam parques melhoramentos e somente depois de muita luta e reclamação. É o que atesta a “Folha do Braz”, um dos poucos periódicos a retratar as mazelas do cotidiano desses bairros:

Pelo Povo

Pedem-nos os moradores da rua Bresser, entre as de Silva Telles e Chavantes, reclamarmos dos poderes competentes, as providencias necessárias, a fim de ser feito o calçamento dalli, visto achar-se aquelle trecho de rua todo esburacado, de forma a prejudicar o transito de vehiculos e mesmo de pessoas, principalmente, à noite, porque ali não existem combustores de Gaz. As águas ali se acham estagnadas, exhalando um mau cheiro prejudicial, ainda mais com a cooperação do lixo e mesmo de águas servidas que alguns moradores menos asseados ali atiram para a rua. (FOLHA DO BRAZ, 06/01/1901, p. 02)

A reportagem deixa transparecer a precariedade da maior parte desses bairros operários, notada pela ausência de “calçamentos” e pelas consequentes “ruas esburacadas”, pela presença de lixo e de “águas estagnadas” nas vias públicas, o que demonstra a falta de coleta de resíduos residenciais e de serviços de saneamento básico. Além disso, quando ocorriam melhorias nos bairros mais pobres da cidade, elas estavam subordinadas à lógica dominante, ou seja, realizavam-se apenas nas grandes vias de circulação.

Nas críticas aos projetos urbanísticos dirigidos pela elite, alguns militantes operários apontam que a população mais pobre era deslocada para os arra-

baldes da cidade em busca de aluguéis mais baratos. Gigi Damiani<sup>1</sup>, em um artigo publicado em 11 de maio de 1912, no jornal *La Battaglia* mostra a visão operária sobre o real interesse dessas reformas:

Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos de amor à prática resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava faltando dinheiro para as putas e para o jogo, o patriotismo estourou! Do militar *Fanfulla* ao policialesco *Platea*, do acomodado “O Estado de São Paulo” ao órgão da cepa dourada “Correio Paulistano” saíram gritos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade [...] Alargue-se a city! Queremos teatros como Paris, jardins como Berlim, igrejas como Roma! [...] E vejam só! Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando [...] E quem estabelecia as inverossímeis somas de indenização eram membros do bando. [...] Isso produziu um princípio de êxodo, do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos. [...] Esse foi o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino: vertiginosamente os aluguéis aumentaram até 200% [...]. (Jornal *La Battaglia* apud BESEN, 2004, p. 47-48)

É inegável que a conjugação de grandes transformações urbanísticas, mesmo que predominantemente circunscritas aos bairros mais abastados, com o crescimento geográfico/populacional, possibilita que São Paulo deixe aos poucos os traços característicos de urbe pacata e se transforme em uma grande cidade.

Coube a parte da elite cafeeicultora - que, como vimos, estava representada nos principais cargos públicos da cidade no início do século XX - a tarefa de determinar como se daria esse crescimento, ou seja, quais regiões seriam incorporadas à vida urbana e teriam benefícios, como a instalação de serviços de água e esgoto, calçamento de ruas, implantação de rede elétrica, etc.

Nesse processo de urbanização, como forma de auferir lucros, seriam criadas várias sociedades loteadoras de terras e, com a ajuda do governo municipal e se valendo dos seus recursos, vão surgindo novos empreendimentos imobiliários.

Brito (2000), demonstra como foi a atuação de algumas famílias/empresas no processo de urbanização, apontando que:

<sup>1</sup> Gigi Damiani foi um anarquista italiano, radicado em São Paulo na década de 1910, tendo sido diretor dos jornais *La Battaglia* e “O Amigo do Povo”. Em 1919, por causa de suas atividades anarquistas foi expulso do país.

[...] [o] que caracterizou a maior parte das empresas voltadas a primeira frente urbanizadora, foi a de explorar as diferentes possibilidades de renda e lucro envolvidas no mercado imobiliário, ou ao menos propor-se a isso, articulando a abertura de loteamentos com a construção das habitações, a instalação e exploração de serviços urbanos como abastecimento de água e transporte coletivo, a produção/comercialização de materiais para a construção e a cessão de crédito para aquisição dos imóveis. (BRITO, 2000, p. 22)

No entanto, esse crescimento geográfico da cidade não ocorria sempre de forma espontânea e, além disso, a incorporação de novas áreas ao projeto de urbanização promovia também uma valorização desse espaço que recebia as melhorias, conforme ressalta Rolnik (1999) no trecho seguinte:

No caso específico de São Paulo importava politicamente aos novos dirigentes da nação – banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores – inscrever-se em classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-la em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. (ROLNIK, 1999, p. 66)

Esse processo de valorização espacial permitiu, entre outras coisas, o surgimento de dois tipos de bairros: aqueles com melhorias e equipamentos urbanos, direcionados à elite; e os que possuíam pouca infraestrutura básica, relegado aos mais pobres, entre os quais se inclui o operariado.

Essa diferenciação entre os bairros permite à elite “marcar” sua presença e sua força econômica no espaço ao definir um diferenciado padrão de construções de casas na região dos Campos Elísios e Higienópolis, propiciando a formação de uma cidade espacialmente excludente em que os mais ricos habitavam a região da Avenida Paulista – o atual Jardim América – onde predominam projetos imobiliários de alto padrão, enquanto nas baixadas úmidas e pantanosas – atuais bairros da Mooca e do Brás – aglomeravam-se os mais pobres, com casas minúsculas e cortiços que eram o local de moradia da população operária.

Se nos bairros operários o que chamava atenção era a falta de condições mínimas de sobrevivência, como esgoto a céu aberto e ruas sem calçamento, nos bairros onde morava a elite destacava-se a opulência de suas construções e a presença de extensos serviços urbanos, mas também a ausência de convívio social nas amplas ruas limpas e arborizadas. Isso acontecia porque nesses bairros a sociabilidade estava praticamente circunscrita ao espaço interno das casas, no mundo privado burguês e não no espaço público das calçadas e ruas que, quando eram usadas, serviam mais estritamente para a passagem dos veículos.

Através das análises realizadas, percebemos que nas primeiras décadas do século XX, aos poucos, se delineia uma cidade completamente diferente daquela do final do Império, não apenas pelas melhorias nos bairros ricos. Se na São Paulo escravagista as diferenças sociais são percebidas pela cor da pele, na São Paulo industrial do início do século esse já não é um referencial importante e delimitador, visto que o projeto imigrantista priorizou os europeus. Assim, a elite precisava de um novo tipo de segregação. E ela o encontrou! Nas palavras de Rolnik, o movimento em direção às colinas permite à elite criar um “espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica aonde pode e aonde não pode circular”. (ROLNIK, 1986, p. 46)

Nesse processo, a diferenciação dos grupos sociais se daria não apenas por caracteres físicos, mas também pela geografia (entendendo-se aqui o sentido estrito de localização espacial): os pobres morando nas regiões de várzeas, industriais, poluídas, “anti-higiênicas”; e os ricos nas colinas, região mais “higiênica” e de ar mais puro - como Higienópolis - que ilustra bem essa “fuga” para os lugares “mais salubres”.

Além das grandes diferenças de tratamento por parte do poder público, essa segregação geográfica ocasionava o reforço do preconceito econômico/social, antes menos expressivo que o racial. Então, morar nos bairros operários, vestir-se modestamente, conversar sem muita discrição em público seria para a elite, ou mesmo para uma classe média que se estabelecia com o crescimento da cidade, atitudes incompatíveis com os hábitos de polidez das famílias burguesas.

É o que relata o jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 30/04/1913 em sua seção de cartas:

#### QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Escreve-nos um leitor desta folha reclamando contra um facto que é observado quase diariamente nos bondes da linha da Lapa, o qual exige uma urgente providência por parte da ‘Light’. Várias pessoas de segunda classe, na maior parte operário, costumam embarcar nos bondes da dita linha conversando, ao correr da viagem, em uma linguagem bastante baixa, sem nem ao menos respeitarem as famílias (grifo nosso), que se acham no carro. Ora, os conductores que estavam no caso de corrigir estes insolentes, não querem dar a esse trabalho, de modo que as famílias são obrigadas a suportar todos os desmandos de linguagem e de maneiras dos referidos operários. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/04/1913, p. 6-7; grifos nosso).

Além das humilhações de que eram vítimas nas fábricas, os operários sofriam os mais diversos preconceitos quando se utilizavam dos bondes. Para o

missivista não passavam de cidadãos de “segunda classe”, “insolentes” que, por isso, deveriam ser banidos do convívio dos bondes, para a segurança das “famílias” que utilizavam esse transporte. Além disso, ao se referir a alguns desses bairros operários ou com grande concentração de pobres, parte dessa elite utilizava adjetivos impregnados de preconceito social, como pode ser notado nas páginas do jornal “O Estado de São Paulo”, de 15/04/ 1913:

#### QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Sr. Redactor: Deus o livre, Sr Redactor, de precisar morar no Paraíso! Morar no Paraíso, só sendo no Outro Mundo. E tudo por causa da Light.

Considere o sr. Redactor que os bondes da Light não servem apenas o Paraíso mas também o Purgatório – perdão! o Bexiga, que como se sabe, é populíssimo. Porque não põe a Light mais veículos na linha do Paraíso? É o que em nome dos muitos padecentes destas bandas lhe pede encarecidamente, o seu - constante leitor. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/04/1913, p. 06-07; grifos nosso)

O que poderia ser mais uma reclamação dos serviços prestados pela Light, transformou-se em uma carta de caráter preconceituoso, pois, ao identificar o Bexiga com o Purgatório, o leitor da época sabe que o principal problema não seria a falta de transporte na cidade, mas sim a convivência dos vários grupos sociais nos bondes, o que para ele era descabido.

Para a “tranquilidade” dos dois missivistas, em 1919, a Light resolveu criar bondes, que não possuísem o mínimo de conforto, somente para os operários, um serviço implantado a baixos custos com carros de carga adaptados, demonstrando que a segregação imposta pela elite ia além da questão espacial. Na verdade, livre da presença incômoda de operários, ela observava o leva-e-traz desses vagões apinhados de operários, como se fossem “gado-humano”.

Como quase tudo que acontecia na cidade nessas primeiras décadas do século XX, a implantação dos bondes elétricos não considerou as benesses que eles trariam para as camadas mais pobres, mas a possibilidade de mais-valia da empreitada. Assim, aqueles que podiam pagar mais recebiam também mais benefícios e aqueles que realmente realizaram a tarefa de transformar a cidade de São Paulo em grande capital pouco usufruíram dessas mudanças.

Por esses fatores, a cidade que surgiu dessa dinâmica pode ser entendida como segregada, já que, determinada espacialmente pela elite e dirigida por ela, os melhoramentos que aos poucos recebia quase nunca chegavam às regiões mais pobres, ou chegavam de modo bastante atrasado em comparação aos bairros elitistas.

Esse processo, como vimos, decorre da valorização de terras em São Paulo e é acentuado pela privatização dos serviços de melhorias que aqui entraram com as empresas estrangeiras. Ao capital, interessou primeiramente o lucro e depois o uso da melhoria. Aos operários sobram as reclamações, ouvidas somente quando eles se organizavam e protestavam através de veículos de imprensa próprios e principalmente das lutas operárias que se desenvolveram na cidade no período em foco.

A cidade, que já se rendera ao abolicionismo, conservava ainda outra forma de segregação, combatida, como veremos adiante, pela luta dos operários não só por melhores condições de trabalho, mas também contra essa situação social excludente.

### MOVIMENTOS DE LUTA: OS OPERÁRIOS PEDEM PASSAGEM!

Por não concordar com o sufrágio universal, a organização sindical de orientação anarquista – majoritária entre os operários de São Paulo no início do século XX – tinha como principal “arma” na luta contra o capital as manifestações e as passeatas. Portanto, o uso das ruas da cidade (principalmente aquelas das regiões centrais, onde se localizavam as lojas mais chiques)<sup>2</sup>, era uma das poucas maneiras desse operariado expressar sua existência e demonstrar a sua força.

A manifestação de rua era também uma orientação da maior central de operários, a Confederação Operária Brasileira (COB)<sup>3</sup>, conforme demonstram as resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906, cujos militantes, sendo partidários da ação direta e não da ação parlamentar, entendiam que seria nas ruas que as lutas e manifestações operárias deveriam ser propagadas. Uma das resoluções desse primeiro congresso afirmava também que:

[...] como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos a greve parcial ou geral, a boicotage, a sabotagem, o label [injúria], a **manifestação pública** etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar de momento. (A VOZ DO TRABALHADOR, 01/02/1914, p. 07; grifo nosso)

<sup>2</sup> Sobre essas lojas, ver o trabalho de Deaecto (2002), “Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930)”.

<sup>3</sup> Em 1906, vários sindicatos e ligas do país inteiro, realizaram um encontro com o intuito de organizarem uma central sindical de âmbito nacional. A proposta de organização foi aceita e, em 1908, com a presença de cinquenta associações operárias de todas as regiões do país, foi formada a Confederação Operária Brasileira (COB), tendo algumas teses de orientação anarquista, como a ação direta, como principal método de ação (PAULA, 1999, “A Geografia do Movimento Operário no Brasil de 1906 a 1937”).

Acima de tudo, ao tomar as ruas de assalto, esses militantes e operários incitavam todos a ocuparem os espaços construídos por eles, mas usufruídos pelos patrões, pois, para os trabalhadores, a subjugação não terminava quando o operariado saía da fábrica, apenas se transformava, tornando-se mais sutil, mas tão violenta quanto antes. A violência da fábrica – representada pelo patrão e seu contramestre instituindo ordens, punições e castigos – tinha seu correlato na expulsão dos mais pobres do centro e na acomodação deles em quartos minúsculos em locais afastados, como também no uso coercitivo da polícia, os “contramestres” da política paulistana.

Apesar dos espaços diferentes, as relações de dominação eram muito semelhantes, pois o conflito interno patrão-operário ultrapassava as paredes da fábrica e instalava-se nas ruas. Assim, ocupar as ruas da cidade significava romper com o processo em vigor e, simbolicamente, ocupar a “fábrica” externa que transformava seres humanos em autômatos.

Como dito na primeira parte deste artigo, a burguesia agrária/industrial passou a gerir a cidade a seu bel-prazer, enquanto o operariado, descontente com essa situação, vai reclamar de suas mazelas apropriando-se dos espaços do mundo exterior.

A ameaça que estes bairros populosos ofereciam à elite tornava-se mais forte com as manifestações de rua, através das quais os construtores da cidade a ocupavam para si. Por isso, era comum em reuniões para esse fim a presença secreta da polícia no intuito de acompanhar os passos da militância. É o que vemos no relatório dirigido ao Gabinete de Investigações e Capturas de 05/07/1915:

Comunico a V.sa a reunião de operários e de vários anarquistas do costume que houve ontem as 9 horas da manhã sito á Rua 21 de Abril nº 144 a fim de tratar de melhorar suas situações o seguinte: falou nesta reunião Antonio Nelepinski, João Penteadó e Edgard Leuenroth que é necessário todos os operários reunirem-se para defender seus irmãos de trabalho e para defender seus direitos é necessário que o povo chame seus irmãos de trabalho em plena praça pública para formar a verdadeira guerra que é guerra social; Edgar fez ver ainda o povo que nesta reunião se achavam o resultado que eles podem obter de um governo ou de uma pátria é o seguinte: ver os capitalistas e os governantes passear de automóvel e terem seus bons Palácios nas Avenidas principais, e tudo que se diz de bom e melhor, mas o povo trabalhador, o povo que produz, o povo construtor e o povo que faz as delícias no mundo não pode gozá-la porque este povo não tem raciocínio intelectual para analisar o ambiente de um governo; enfim falou Edgar que para o povo trabalhador se ver livre das penitências, das

misérias e do cativo é necessário que todos os povos deserdados da fortuna e do bem estar se revoltam contra todos os homens que atualmente governam e os que ainda pretendem governar. Edgard e seus companheiros que ali falaram tiveram grandes aplausos por todos que ali se achavam. (apud FONSECA, 1996, p. 25; grifos nosso)

Nas palavras de Edgard Leuenroth<sup>4</sup>, fica evidente que o operário era o principal construtor da cidade que, no trabalho de abertura ou alargamento de ruas, propiciava aos mais ricos a possibilidade de passearem com seus automóveis e também a construção dos grandes palácios das avenidas. No entanto, muito pouco do que ele edificava era por ele usufruído, porque nenhum governo se preocupava de fato com essa classe, a não ser para reprimir suas manifestações e preservar a “ordem” da elite.

Segundo a descrição de um policial infiltrado, apesar da reunião se realizar em um local fechado, a orientação do movimento era para que os operários utilizassem as ruas e praças públicas para seus protestos, uma vez que essa apropriação espacial possibilitaria o início de um movimento de ruptura social e econômica baseado na luta de classes, a que Leuenroth chama de “guerra social”.

Para melhor exemplificar essas apropriações dos operários, será priorizado um momento de grande ebulição, como as manifestações operárias da década de 10, em São Paulo – contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917 –, surgidas num contexto de carestia e aumento abusivo nos preços dos gêneros de primeiras necessidades.

É importante perceber que a greve e outras manifestações operárias traziam em si o componente ideológico de se libertar do patrão, de contestar sua autoridade, tanto que, nas manifestações de rua, voltavam-se contra os políticos, que defendiam interesses patronais contrários aos da maioria. Mas também era um momento de festa, de valorização, de se conhecer enquanto classe e de reconhecer no outro um companheiro, tanto de luta quanto da situação de morador da cidade e, conseqüentemente, sofredor das mesmas dificuldades.

---

<sup>4</sup> Edgar Leuenroth foi um dos principais militantes anarquistas do início do século XX em São Paulo. Sua atuação foi importante na organização de vários movimentos grevistas e reivindicatórios, como a Greve dos Ferroviários de 1906 e da Greve Geral de 1917. Foi diretor dos jornais “A Lanterna”, “Folha do Braz” e “A Plebe”.

Essas manifestações de rua, como numa espécie de ritual, iniciavam-se com a saída de casa, ainda no bairro operário, onde as colunas<sup>5</sup> de trabalhadores lentamente se formavam, para depois se unir às outras numa única manifestação, tomando as ruas e as praças e chegando ao centro como um turbilhão humano que reconquistava, mesmo que num pequeno instante, algo perdido.

É o que vemos na descrição de uma manifestação de rua, relatada pelo jornal “A Lanterna”:

Um outro companheiro dispunha-se a falar, quando todas as atenções foram atraídas para o largo do Ouvidor, de onde vinha a coluna do Braz que, precedida por uma banda de música e de muitos cartazes entrou no Lgo São Francisco, por entre aplausos calorosos e vivas entusiásticas do nosso povo que ali estava. (A LANTERNA, 21/10/1911, p. 02 apud HARDMANN, 1983, p. 73)

Nesse comício, o condutor da coluna do Braz, Leão Aymoré, ao término de sua fala convida

o povo a percorrer em coluna o centro da cidade, no que foi logo atendido, pondo-se a Coluna em marcha pela Rua Benjamin Constant, descendo a Rua Mal. Deodoro, Rua XV de Novembro, subindo depois a Rua São Bento e entrando novamente no Largo onde falou novamente o companheiro Maffei. (A LANTERNA, 21/10/1911, p. 02 apud HARDMANN, 1983, p. 73)

Na manifestação não importava apenas o ato em si, o protesto na praça, mas também a circulação dos operários nas ruas centrais, porque isso não só demonstrava vivamente a indignação dos operários com as más condições de vida, mas como – e principalmente – indicava a força que essa classe possuía na cidade.

Outra manifestação paulistana importante dos operários no início da década de 1910 foram os atos contra a Carestia de Vida que, como outros, tiveram as ruas e avenidas como locais de atuação.

## **MANIFESTAÇÕES CONTRA A CARESTIA DE VIDA**

As manifestações contra a Carestia de Vida tiveram início em 1912, com o chamado de vários grupos anarquistas apoiados pelos socialistas a realização de um ciclo de assembleias (seja em locais fechados ou não) no intuito de promover a agitação que continuou até 1914.

<sup>5</sup> Chamamos de coluna a organização dos operários em grandes grupos.

Num primeiro momento, esses comícios, surgidos como protesto contra o aumento generalizado de preços dos artigos de primeiras necessidades e do valor dos aluguéis, estavam circunscritos aos bairros operários (como o Brás, Bom Retiro, Lapa, Mooca, etc.) e eram compostos por trabalhadores de diversos ofícios e, nas palavras de Rolnik (1981), também por “pequenos especuladores imobiliários e empreendedores de vilas e cortiços que desejavam isenções fiscais para a construção de casas operárias, sua fonte de renda”. (ROLNIK, 1981, p. 148)

A partir de 1913, o movimento lentamente saiu das regiões periféricas e chegou ao centro e, como isso poderia trazer um confronto entre manifestantes e policiais, aqueles que ali estavam procurando formas de amealhar algum lucro (como os pequenos empreendedores), reclamavam que a dinâmica do protesto deveria ser pacífica, sem danos à propriedade. No entanto, o conflito foi se tornando inevitável apesar do apelo desses pequenos empreendedores, pois se por um lado a tomada das ruas era para protestar contra os aumentos impostos, por outro era também uma forma de tentar “retomar” a cidade segregada.

O apoio às manifestações até podia acontecer, caso elas fossem “pacíficas”, para não subverter uma ordem já estabelecida. Foi o comentário feito pelo jornal “Diário Popular”: “Em São Paulo, pretende-se agora promover uma agitação declarando que ela visa a carestia de vida. O fim encontra *sympathia* em todas as classes, Oxalá não se trate de um meio de perturbar a ordem [...] (grifo nosso)”

Em sendo assim:

[...] pode haver censura caso ela degenera em agitação política desordeira ou em expansão de doutrinas demolidoras, e neste dois últimos casos, o louvor passará a pertencer ao poder publico, a quem compete manter a ordem e por qualquer meio de entaves à desordem, reprimindo-a com a energia que a situação exigir em beneficio do todo, inclusive dos ingênuos que se deixam levar a momentos desagradáveis. (DIÁRIO POPULAR, 15/03/1913, p. 01)

Na luta contra o aumento dos gêneros alimentícios, o movimento operário percebia que, na realidade, “manter a ordem” seria uma forma de impedir que a passagem das colunas pelo centro provocasse o fechamento de lojas ou “quebrasse” a “normalidade” cotidiana.

Em tais manifestações, como forma de facilitar a organização, as agremiações operárias davam muita importância à localização das sedes a fim de

facilitar o acesso dos trabalhadores às suas reuniões, conforme vemos no trecho do jornal “A Voz do Trabalhador”, de 15/08/1913, que comemora o fato de um de seus filiados conseguir uma sede bem centralizada: “[...] O ponto em que se encontra instalada a nova sede social é magnífico, pois abrange diversas linhas de bondes que se comunicam com os arrabaldes da cidade, onde reside maior número de operários”. (A VOZ DO TRABALHADOR, 15.08.1913, p. 03)

O encontro de operários para os comícios contra a Carestia de Vida levava em conta a confluência das principais ruas e avenidas de bairros operários e o fato de elas proporcionarem o acesso a avenidas mais largas e comportarem um número maior de pessoas, assim, como a elite alargara aquelas mais centrais para facilitar a circulação (caso da Av. Rangel Pestana) e a maior fluidez das mercadorias, conseqüentemente, eram essas as escolhidas para o trânsito das manifestações.

O jornal “Germinal”, de 20/04/1913, aponta a “geografia” dessas manifestações e o modo elas se desenvolveriam pela cidade:

Revolta popular contra a Carestia de Vida e a Lei de Expulsão

Serão realizados, nesta cidade, os seguintes comícios:

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas da Mooca e João Antonio de Oliveira, de onde o povo dirigir-se-a, em coluna, para o largo da Concórdia.

As 3 e ½ da tarde no Largo da Concórdia, de onde, juntamente com a coluna da Mooca o povo dirigir-se-a para o largo de São Francisco.

As 3/ e ½ da tarde nos cruzamentos das ruas da Graça e Três Rios, de onde os manifestantes seguirão para o Largo de São Francisco.

As 3 horas da tarde no largo do Cambuci, seguindo depois o povo em coluna, para o largo de São Francisco;

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas de Santo Antonio e 13 de Maio de onde os concorrentes se dirigirão para o largo de São Francisco.

As 4 horas da tarde, uma vez reunidas as colunas que virão dos diversos bairros, realizar-se-a o Comício monstro no Largo de São Francisco, onde falará os delegados das entidades organizadoras e outros oradores populares.

Povo de São Paulo! É preciso que a tua presença nesta manifestação afirme de uma vez para sempre os direitos, e liberdades que por natureza e por conquista dos lutadores passados e contemporâneos te pertencem.

A dignidade exige que ninguém falte a esta manifestação de soberania popular. (GERMINAL, 20/04/1913, p. 01)

A organização geográfica explícita pode ser observada pelo fato de os grupos de manifestantes, num primeiro momento, serem descentralizados e, depois de reunidos, saírem em colunas dos diversos bairros e se encontrarem no centro da cidade. A polícia, com medo de que esses atos resultassem em

transtornos à ordem pública, procurava de qualquer modo atrapalhar o evento e afastar os operários da área. Assim, quanto maior o rastreamento dessas manifestações pelas autoridades, mais controle haveria sobre elas e seus “líderes”.

É essa preocupação oficial que pode ser vista no relato de um espião da polícia da época sobre um dos comícios contra a Carestia de Vida, proferido em 16 de março de 1913:

Conforme comuniquei na minha última, realizou-se ontem no Largo de São Francisco um comício popular em protesto contra a carestia de vida. O comício anunciado para as 7 horas só começou depois das 7 e meia, presente mais ou menos umas mil pessoas, falando o Dr. Passos Cunha, Egard Leuenroth, de “A Lanterna”, Tal de Oliveira (sic), Paulo Cruz e mais dois operários, um sapateiro da Casa Clark e um agente da Liga Operária de Santos que acha-se atualmente em São Paulo.

Como V.Exa bem vê, o motivo da reunião pode variar, mas os oradores e agitadores são sempre os mesmos. Todos os oradores falaram contra as autoridades que, segundo eles disseram, deveriam proibir de qualquer forma o exagerado aumento do preço da vida, mas não fazem, pois são os ricos que lucram com essa alta de preços, são os que fazem as leis, e não é por admissível que os ricos façam leis prejudiciais a eles mesmos; incitaram, enfim, o povo a se organizar para reagir em qualquer forma contra o atual estado de coisas, sendo todos mais ou menos aplaudidos. Para hoje á noite está convocado outro comício no largo da Concórdia. Do que houver, prontamente informarei à V. Exa como meu dever. (apud FONSECA, 1996, p. 24)

Tais fatos demonstram que o espaço público, que constantemente era tomado de assalto pelos operários, objetivamente não lhes pertencia, mas provisoriamente era posse deles durante as manifestações e comícios, embora esta posse já devesse estar legitimada pelo trabalho operário na sua construção. Por isso, nem sempre essas manifestações acabaram pacificamente, pois, na concepção da elite, os locais apropriados para reclamações não eram as ruas, mas sim o parlamento que era impossível de ser usado a serviço do povo, uma vez que, na prática, estava a serviço dessa mesma elite. Mais ainda, dessa instância política o operariado pouco poderia participar, já que era composto em grande parte por imigrantes sem direito de voto nem eletivo.

Além disso, esses trabalhadores entendiam que o efeito das manifestações nas ruas não seria igual às do parlamento e, por isso, questionavam o uso comercial que fora feito da cidade até aquele momento, relegando-os às áreas mais periféricas.

É o que aponta o jornal “Germinal” ao mostrar com detalhes os reais motivos do impedimento da manifestação de operários que ocorreria no dia 20/04:

No dia 20 do mez passado, a Liga Popular contra a Carestia de Vida, tentou verificar vários comícios e uma grande manifestação no centro da cidade, para protestar contra a carestia da vida e a lei de expulsão. A constituição garante todas as liberdades, mas essas liberdades têm um certo limite, pois não permite que se chegue ao abuso, nem alteração da ordem. Os correctos funcionários da policia paulistana entenderam que tal manifestação no centro da cidade, no bairro burguez, constituiria um abuso, e como a manutenção da ordem, dá direito a proibir qualquer acto publico ou particular, mesmo sem pretexto, tanto a manifestação como os comícios foram obstados pelas autoridades. Primeiramente a manifestação central foi proibida, permitindo-se os comícios dos bairros, dando-se a entender que as ruas centrais não são publicas, pertencem aos senhores. Se querem fazer comícios, façam lá na sua terra. (GERMINAL, 01/05/1913, p. 04)

Como afirmou o jornal operário, as ruas centrais pertenciam aos senhores, pois era lá que ficava também o “bairro burguez” e essa proibição determinada pela polícia acontecia, como mostrou Deaecto (2002), porque grande parte das lojas de produtos “finos”, importados, localizava-se nessa área. Entretanto, cabe ressaltar que todas as melhorias do centro foram realizadas pelas mãos de centenas de operários sempre proibidos de nelas se manifestarem. Assim, a ocupação do centro significava a ocupação de um espaço que objetivamente não era seu, já que, apesar de serem públicas, as ruas e praças centrais pertenciam efetivamente às classes dominantes, eram uma extensão dos bairros mais ricos. Por isso, no momento da manifestação, mesmo que por pouco tempo, a praça tinha que ser (re)usada, profanada, como num ato simbólico de retomada de posse por aqueles que a “construíram”. Desse modo, a apropriação deste espaço poderia significar o resgate de algo que até então era percebido como exclusividade de uma elite e não de toda a população: o uso das praças e ruas centrais. Da mesma forma que a classe dominante passeava com sua família e seus serviços pela área central, esses comícios mostravam que, pelo menos naquele momento, a praça pública também era dos operários, era dos trabalhadores.

Nesses encontros operários, eram comuns as críticas ao estado de penúria da classe trabalhadora, que era conclamada a lutar contra as autoridades estabelecidas e contra a população mais rica, ou seja, era incitada livremente à luta de classes, evidenciando a forte influência dos anarquistas nessas reuniões públicas.

O jornal “O Estado de São Paulo”, naquele momento funcionando como um paladino da elite paulistana, comemora a ação policial que impediu a manifestação operária do dia 20/04 de se realizar.

## Notícias Diversas

## A Carestia de Vida

Com o interesse de garantir a ordem pública, a polícia determinara medidas no sentido de impedir as reuniões convocadas para hontem em defferentes arrabaldes da cidade.

Para esse fim, desde cedo, os pontos designados para as reuniões estiveram guarnecidos por força armada, às ordens das autoridades dos districtos.

Os comícios parciaes deveriam realizar-se-a ás 3 horas da tarde [...] A polícia interveiu immediatamente, obstando a que elle se realisasse e dispersando os manifestantes, alguns dos quaes, resistindo a essa ordem, foram presos e recolhidos ao posto policial do Braz.

No centro da cidade houve a mesma tentativa de se levar a effeito o grande comício no largo de São Francisco.

O dr. Rudge Ramos alli presente, tornou logo obrigatoria a circulação naquelle largo e nada de anormal alli ocorreu.

Pouco antes das 7 horas da noite, entretanto, no largo da Sé, um grupo de agitadores, pretendeu reunir gente para o 'meeting', mas o terceiro delegado auxiliar informado do que se estava passando, destacou uma patrulha de 2 praças de cavallaria para dissolver o grupo.

A chegada da autoridade e da força foi disparado do grupo um tiro de revolver que, felizmente, não attingiu ninguém.

O grupo dissolveu-se em seguida, correndo todos, precipitadamente, para varias direções. Dessa hora em deante nada mais de anormal ocorreu. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/04/1913, p. 08)

A reportagem deixa evidente a tentativa por parte da polícia de coibir as manifestações nas regiões arrabaldes, pois, tendo informações sobre o real interesse do protesto, ela procurou evitar a formação das colunas no início, contribuindo para que a presença de manifestantes no centro da cidade fosse irrisória e, conseqüentemente, dificultando a emergência de um comício mais forte. Embora o desfecho dessa manifestação não tenha sido positivo, pois os operários não conseguiram formar as suas colunas nos bairros, fica evidente que tal organização pública era comum entre esses trabalhadores e que o componente geográfico na apropriação espacial da cidade era de grande importância, uma vez que esse conjunto de ações como estratégia de combate foi importante para a própria organização das inúmeras manifestações ocorridas em 1917, que desembocaram num grande conflito espacial na cidade.

Se na manifestação contra a Carestia de Vida, em vários momentos a ação policial conseguiu impedir a presença operária no centro da cidade, na Greve Geral de 1917 ela perdeu o controle da situação e, durante o mês de julho, São

Paulo ficou nas mãos dos operários e vivenciou uma agitação contínua. O poder estava também nas ruas.

### **A GREVE GERAL DE 1917**

Nessa seção, analisaremos a greve de 1917 sob o ponto de vista espacial, demonstrando como era a circulação dos operários pela cidade nesse período de grandes paralisações. Assim, os fatos aqui não são apresentados, necessariamente, segundo uma ordem cronológica.

Apesar de ter como estopim o pedido de aumento de salário dos operários do Cotonifício Crespi, a greve – deflagrada em julho de 1917 – foi um processo reivindicatório iniciado ainda nos meses de maio e junho devido ao aumento do custo de vida, à falta de produtos de primeira necessidade e ao fato de o salário de grande parte dos operários ser irrisório. Os operários organizados em sindicatos de orientação anarquista reivindicavam oito horas de trabalho, a redução dos aluguéis, o direito à reunião e organização e, por fim, a libertação de todos os operários presos. (PINHEIRO, 1979)

A crise econômica que assolava a população mais pobre da cidade advinha, entre outras coisas, da suspensão da exportação de trigo da Argentina para o Brasil em maio, bem como, da denúncia dos jornais de grande circulação contra os Matarazzo, os Gamba e etc., pelo desvio de mercadorias para a exportação e pela estocagem de gêneros alimentícios.

Além dos problemas de ordem econômica enfrentados pelos operários é necessário salientar que tal movimento foi considerável, pois paralisou quase totalmente a capital paulista por pelo menos três dias.

A paralisação, iniciada em 22 de junho no Cotonifício Crespi porque os operários não tiveram algumas reivindicações atendidas – como aumento de salários e fim do trabalho noturno –, estendeu-se a outras fábricas com reclamações idênticas ou outras específicas a cada uma, totalizando no início de julho mais de 20.000 grevistas quando então já eram várias as categorias e as fábricas paradas.

Uma das causas da Greve de 1917 ter sido um movimento de grande expressividade foi a constituição das ligas operárias, centros de agitação nos bairros periféricos e de grande concentração industrial, que descentralizavam o conflito e propiciavam um fortalecimento desses laços de solidariedade através

do contato entre operários de diferentes ofícios que a elas se dirigiam para realizar várias atividades como, por exemplo, a organização de comícios.

Imbuídos de um sentimento classista muito forte, os militantes operários organizados nessas ligas perceberam que um dos principais meios de contestar era a manifestação de rua e que ela poderia funcionar enquanto estopim de vários outros confrontos, conforme sugere o trecho abaixo:

Um meeting anarquista não é um meeting comum e só duas cousas podem e devem influir para que elle não seja levado a effeito: a morte ou a cadeia. Nada de autorização e, si ella intervem, só violentamente o possa dissolver. (A PLEBE, 08/07/1917, p. 03)

Dentro desse espírito de luta, no mês de julho várias barricadas foram organizadas pelos operários nos seus bairros de moradia. Os saques a moinhos eram, a todo o momento, incentivados, como também a destruição de lampiões a gás, impossibilitando o acesso da Força Pública às inúmeras vielas existentes nesses bairros.

A reportagem do jornal “A Plebe” aponta com detalhes esse conflito:

As Barricadas

Em vários pontos da cidade travaram-se, como é sabido, verdadeiras batalhas entre o povo e a força armada. [...] No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do Capitalismo, princípio e causa de sua própria desgraça e da desgraça daquelles que são os seus irmãos de soffrimento e miséria. (A PLEBE, 21/07/1917, p. 01)

Entre os dias 09 e 13 de julho de 1917, ocorreram inúmeras manifestações de rua, confrontos entre operários e a polícia, assaltos a bondes e moinhos. O trecho abaixo ilustra a situação quando fala do bairro do Brás:

[...] foco da agitação, está com a vida normal completamente paralisada. O comércio quase todo cerrou as portas e a Light foi forçada a suspender o tráfego de bondes, que eram assaltados de momento a momento. As ruas estão apinhadas de grevistas, em ruidosas manifestações. (O COMBATE, 12/07/1917, p. 03)

Como forma de dificultar as ações dos grevistas, a polícia procurou uma solução paliativa: dispersar as manifestações públicas no centro da cidade, conforme assegura a nota da Força Pública, publicada pelo jornal “O Combate”, em 13/07/1917: “Em vista das agitações promovidas por desordeiros e elementos exaltados da classe dos operários e em benefícios mesmo dos trabalhadores pacatos, a polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas”. (O

COMBATE, 13/07/1917, p. 03). Entretanto, as determinações da Força Pública não seriam cumpridas pelos operários em fúria e, é interessante assinalar, a cidade ficou praticamente parada durante esses dias, e isso significava obstruir a circulação das pessoas, mas principalmente das mercadorias.

Num dos confrontos entre operários e policiais, morre um jovem sapateiro anarquista chamado José Martinez e seu enterro, mais do que um momento de luto, significou uma ruptura com as normas espaciais vigentes, pois o cortejo passou pelas ruas centrais e, independentemente de ser proibida a passagem de féretro por essa região, os operários exigiram que ele também passasse pelas ruas do Triângulo Central que compreendia as ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento. Os órgãos públicos municipais e a Força Pública, procurando evitar que a passeata chegasse próximo às lojas mais chiques da cidade, bem como parasse defronte à delegacia, indicou um itinerário, o que irritou os operários que empunharam bandeiras vermelhas e negras e, cantando hinos sociais, transitaram pelos logradouros mais abastados da cidade, assustando os proprietários que, temerosos de sofrer algum dano às suas propriedades, abaixaram as portas das lojas.

#### Momentos da greve de 1917 – Enterro de José Martinez



**Figura 1: Manifestação de operários na rua XV de Novembro**

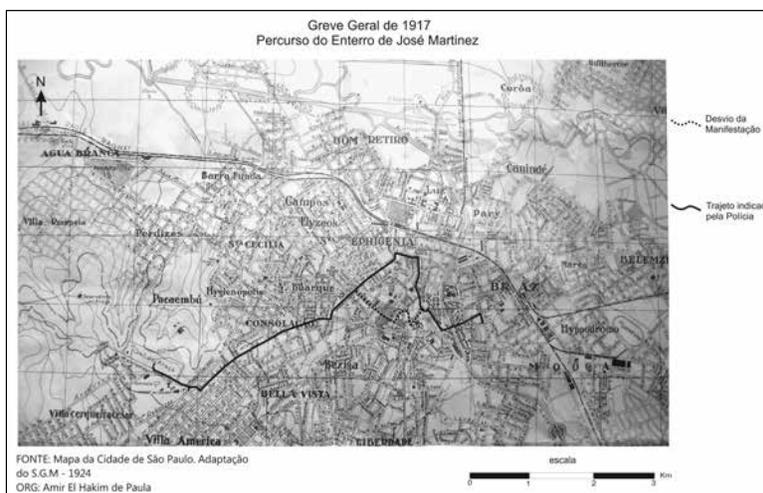
Fonte: *A Plebe*, 21/07/1917, p. 01.



**Figura 2: Cortejo fúnebre passando pelas ruas centrais**

Fonte: *A Plebe*, 18/08/1917, p. 04.

O operário, “proibido” de desfrutar a cidade no seu todo, como numa cidade chegava às áreas centrais até então reservadas às elites. Abaixo o mapa da Greve Geral de 1917 nos mostra o itinerário que a polícia indicou e o efetivamente realizado.



**Figura 3: Enterro de operário na Greve Geral de 1917**

Aqui, fica evidente que não se tratava simplesmente de um ato de luto, pois o enterro de José Martinez significou também o rompimento de uma lógica espacial excludente e, apesar das leis restritivas à passagem de féretro pelas ruas centrais, os operários, consternados pela morte de um companheiro, ocupam as ruas destinadas às lojas de produtos finos.

A elite se apavorava, tanto que, um de seus jornais intitulado “Correio Paulistano”, órgão do Partido Republicano Paulista, demonstra a percepção dessa manifestação operária:

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários, homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fabricas. De uma certa hora em diante, o triangulo central entregue a sua actividade pacifica, começou igualmente a ser invadido por uma onda de desocupados. O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as sua portas, a exemplo do que estava succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos. (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p. 02; grifo nosso)

Nesse momento, o poder na cidade estava nas mãos dos operários. O próprio delegado geral, Thyrso Martins, posteriormente comentou:

Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa, foi a pouco e pouco se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução. A revolução era aconselhada francamente. Da mesma sorte o saque. (CORREIO PAULISTANO, 07/10/1917, p. 03)

Mais do que um evento local, a Greve Geral expandiu para um movimento de solidariedade que uniu trabalhadores de vários estados brasileiros e, ainda que tivessem específicas exigências das categorias paradas, os operários das demais localidades espelhavam-se nas agitações paulistas e, principalmente, se solidarizavam com elas, o que expressa o agigantamento do movimento, conforme demonstram algumas manchetes de jornais operários: “O esplendido movimento paulista repercutiu fundamente (sic) nesse marasmo carioca, retesando energias adormecidas, aafiando vontades amolentadas e reaccendendo entusiasmos apagados.” (A PLEBE, 28/07/1917, p. 02)

Um dos principais papéis na articulação das paralisações pelo país coube à Federação Operária do Rio de Janeiro que, por meio de telegramas, procurou cen-

tralizar as informações do movimento paulista e coordenar, a partir de sua sede, um movimento de expansão de greves de solidariedade por várias áreas do país.

No dia 14 [de Julho] realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro para deliberar sobre a atitude que o operariado daquela capital deveria tomar diante da greve geral de S.Paulo. [...] Foi aprovada a seguinte moção:

[...] completa solidariedade ao operariado de São Paulo, ora, em greve [...] Resolve ainda telegraphar a todas as associações federadas dos Estados, para que a mesmas procedam de acordo com o movimento iniciado no Estado de São Paulo. (A PLEBE, 21/07/1917, p. 04)

Analisando os vários números do semanário “A Plebe”, principal órgão de divulgação das atividades operárias, é perceptível a expansão da greve por várias cidades, inclusive do Paraná, como se nota no trecho seguinte:

Como se viu, o movimento grevista de São Paulo teve grande repercussão não só no interior como em outros Estados. No Paraná, a greve assumiu enormes proporções. Em Curityba paralyzou toda a vida da cidade [...] Em Ponta Grossa também teve grande importância. (A PLEBE, 28/07/1917, p. 03)

De fato, o movimento de solidariedade se alastrava, sendo comum o envio de telegramas para comunicar o início do movimento grevista e, isso se deve à articulação entre as ligas operárias municipais (como a de Jundiá e de Campinas) e as Federações Operárias carioca e a paulista, esta última já com um papel de articulação na expansão da greve pela capital paulista.

Conforme a greve aumentava na cidade de São Paulo e também no estado, começava uma segunda articulação de sindicatos, agora coordenada pela Federação Operária do Rio de Janeiro, cujo objetivo era arregimentar greves de solidariedade por todo o país. Nesse último caso, as paralisações ocorreram, principalmente, no período de 28 de julho a 11 de agosto, quando cidades mais longínquas, como Cidade da Parahyba (atual João Pessoa) passaram a ter movimentos de apoio ou mesmo greves generalizadas.

Levando em consideração que muitas entidades no interior eram filiais dos sindicatos da capital, presume-se que num momento de crise a luta de uma categoria tornava-se a luta de uma classe e, independente do resultado, a greve teve como saldo positivo a expansão das atividades sindicais e a criação de várias entidades de trabalhadores, ligas operárias ou mesmo uniões de sindicatos.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Para mais informação ver jornal “A Plebe” do mês de julho e agosto de 1917 demonstrando os impactos da greve na organização do movimento operário.

Momento histórico e geográfico de grande importância na luta dos trabalhadores, a greve até hoje é lembrada não só por aqueles que de alguma forma estão envolvidos com o assunto (pesquisadores, sindicalistas), mas também por jovens torcedores, que no campo de futebol, não se esquecem de homenagear aqueles trabalhadores que um dia pararam São Paulo e várias outras cidades do país.



**Figura 4: Estádio Conde Rodolfo Crespi - C.A. Juventus x S.C.Barueri**

Foto: Adriana Aparecida Santana

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos de grande subversão, a luta contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917 expressam a força social de um movimento operário ainda em formação que, baseado em várias ideias anarquistas, nunca deixou que sua luta ficasse circunscrita aos salões fechados, mas viu nas ruas um propagador imediato das reivindicações. Assim, embora a elite de São Paulo, na década de 1910, tivesse claramente uma política de segregação espacial das camadas mais pobres, as lutas demonstram que esse processo foi questionado veementemente pelos operários organizados em sindicatos e ligas.

Na cidade começaram a ser gestadas duas visões contraditórias: a da elite, que entendia a cidade como mais uma mercadoria; e a do operariado, que lutava por uma cidade voltada aos interesses da maioria. Sendo assim, os momentos de grande tensão não foram nenhuma surpresa, pois os operários elegeram a cidade como principal espaço de conflito social e, por meio da ocupação de ruas e praças com grandes manifestações, apropriaram-se desses espaços e lutaram contra a segregação de que eram vítimas.

As lutas desses operários podem oferecer algumas pistas de como a cidade foi se transformando ao longo do século XX e como o operariado procurava sistematicamente imprimir na cidade outro tipo de sociabilidade que não fosse mediada pela mercadoria ou por seus valores.

Ambos os movimentos aqui analisados imprimiram à cidade de São Paulo uma nova geografia determinada pelo trabalhador, mais livre, mais dinâmica e menos excludente, transformando-a, mesmo que pouco, em um espaço mais democrático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AS BARRICADAS. *A Plebe*, São Paulo, 21 jul.1917, p. 1.
- BESEN, Ricardo. A feroz urbanização de São Paulo no início do século XX. *Revista Histórica* n. 13, São Paulo, p. 43-50, 2004.
- BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano*. 2000. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COMÍCIOS contra a carestia de vida. *Diário Popular*, São Paulo, 15 mar.1913, p. 1.
- COMO procede o governo republicano. *Germinal*, São Paulo, 01 mai.1913, p. 4.
- DEAECTO, Marisa M. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: SENAC, 2002.
- SANTOS, Marco dos. Entre algemas e vacinas – Medicina, polícia e resistência popular na cidade de São Paulo (1890-1920). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 65, p. 152-168, 2003.
- O ENTERRO da victima. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul.1917, p. 2.
- FONSECA, Guido. O anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 93, p.09-37, 1996.
- HARDMANN, Francisco F. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LOPREATO, Christina R. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Anablume, 2000.

- MEETING anarquista. *A Plebe*, São Paulo, 08 jul.1917, p. 3.
- O MOVIMENTO estendeu-se. *A Plebe*. São Paulo, 21 jul.1917, p. 4.
- NO BRAZ – tudo paralisado. *O Combate*, 12 jul.1917, p. 3.
- NOTÍCIAS diversas – A carestia de vida. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 abr.1913, p.8.
- PAULA, Amir El Hakim de. *A geografia do movimento operário de 1906 a 1937*. 1999. 79f. Trabalho de Graduação Individual (TGI), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Os operários pedem passagem! A geografia do operário na cidade de São Paulo*. 2005. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PELO povo. *Folha do Braz*, São Paulo, 06 jan.1901, p.2.
- PELO mundo proletário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1913, p.3.
- PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v. 06, n. 21, 22, p.127-170, 1955.
- QUEIXAS e reclamações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 abr.1913, p.6-7.
- QUEIXAS e reclamações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr.1913, p.6-7.
- RELATÓRIO do delegado geral. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 out.1917, p.03.
- A REPERCUSSÃO do movimento de São Paulo. *A Plebe*, São Paulo, 28 jul.1917, p. 3.
- RESOLUÇÕES do 1º Congresso Operário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 fev.1914, p.7.
- REVOLTA popular contra a carestia de vida e a lei de expulsão. *Germinal*, São Paulo, 20 abr.1913, p.1.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço é político. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 17, p.44-53, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1999.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 13/04/2012



# TERRITÓRIOS LIBERTÁRIOS: A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DE AUTOGESTÃO NA CIDADE DE BARCELONA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)

**GLAUCO BRUCE RODRIGUES**  
Universidade Federal Fluminense  
Campos dos Goytacazes  
tiamath@yahoo.com

## RESUMO

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), uma grande parcela dos trabalhadores urbanos e camponeses espanhóis engendrou um processo de caráter revolucionário pautado nos ideais anarquistas formulados ao longo do século XIX e início do século XX. Reunidos em sindicatos e organizações autônomas, esses protagonistas iniciaram um vigoroso e consistente processo de expropriação e coletivização dos meios de produção e instituíram formas de autogestão política e econômica em diversas partes e escalas do território espanhol. Novas dinâmicas de organização da produção e da política foram instituídas a partir da criação de estruturas horizontais e autônomas do exercício do poder. Neste artigo vamos realizar uma análise da experiência anarquista no processo de autogestão e autoplanejamento urbanos na cidade de Barcelona. Na introdução apresentamos uma síntese do contexto em que se desenvolveu a Guerra Civil Espanhola, em seguida realizamos uma análise da dinâmica da cidade antes do início da guerra e, por fim, buscamos identificar e analisar as estratégias e práticas dos anarquistas espanhóis em relação aos processos de autogestão e autoplanejamento urbanos, destacando os serviços, a infraestrutura e a questão da habitação e, dessa forma, avaliar quais foram as transformações realizadas pelos trabalhadores na dinâmica do espaço urbano de Barcelona.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anarquismo. Movimentos sociais. Espacialidade. Autogestão. Autoplanejamento. Barcelona

## LIBERTARIAN TERRITORIES: THE ANARCHIST SELF-GOVERNMENT EXPERIENCE IN BARCELONA DURING THE SPANISH CIVIL WAR (1936 – 1939)

### **ABSTRACT**

During the Spanish Civil War (1936-1939), a large portion of the Spanish peasants and urban workers generated a revolutionary process guided by anarchist ideals formulated during the nineteenth and early twentieth century. Organized into unions and autonomous organizations, these protagonists began a vigorous and consistent process of expropriation and collectivization of the means of production and established forms of political and economic self-management in different scales and parts of the Spanish territory. New Dynamics of organization and production were instituted by the creation of autonomous and horizontal structures for the exercise of power. This article aims to analyze the anarchist experience in the process of self-management and urban self-planning in Barcelona. In the introduction, we present a summary of the context in which the Spanish Civil War developed, then we perform an analysis of the dynamics of the city before the war and, finally, we seek to identify and analyze the strategies and practices of the Spanish anarchists in relation to the proceedings of self-management and urban self-planning, highlighting the dynamics of services, infrastructure and the issue of housing, in order to assess the changes which were made by workers in the dynamics of urban space in Barcelona.

**KEYWORDS:** Anarchism. Social movements. Spatiality. Self-management. Self-planning. Barcelona

### **A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)**

A Guerra Civil Espanhola teve início em 19 de julho de 1936, após o levante de uma parte significativa das forças armadas, que contava com o apoio aberto e incondicional das classes e setores conservadores e reacionários da sociedade espanhola, que tradicionalmente exerciam a hegemonia política, econômica e cultural no país: a Igreja Católica, os grandes proprietários fundiários, os grandes industriais e banqueiros, monarquistas e parte da pequena e média burguesia, assim como amplos setores das classes médias. Este campo político

ficou conhecido como Nacionalista. O levante ocorreu para derrubar o governo da Frente Popular, uma coligação de diversos partidos burgueses, socialistas e comunistas, que pretendia implementar uma série de reformas de caráter modernizador nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha.

As causas da Guerra Civil são múltiplas e remetem a diferentes processos históricos e escalas de análise: o conflito entre a centralização política em Madrid e as autonomias regionais; o conservadorismo e o autoritarismo da Igreja Católica; o alto grau de exploração do trabalho; a elevada concentração fundiária e a pobreza do campesinato; o desejo de modernização política e econômica das classes médias de caráter liberal; as ações de caráter revolucionário das organizações anarquistas. Em que pese a soma de todos esses motivos, é possível identificar o período de 1931 a 1936, no entanto, como o de aprofundamento do conflito social que polarizou de forma radical e violenta a sociedade espanhola, culminando na Guerra Civil.

Em 1931, o regime monárquico entra em colapso e segue-se a proclamação da Segunda República<sup>1</sup>. O primeiro governo republicano (1931-1933), compo-

---

<sup>1</sup> A instabilidade política e econômica da Espanha era anterior a esse período. A partir de 1911, a Espanha passa por um incremento dos conflitos sociais, nos quais a luta de classes desempenhou um papel central. Os confrontos entre o movimento operário e a burguesia industrial e dos camponeses contra os latifundiários tornam-se frequentes, agudos e mais violentos. No período de 1919-1921, conhecido como o triênio bolchevique, os conflitos atingem o ápice da violência, com diversas greves, insurreições e choques armados nas cidades e no campo. As derrotas sofridas pelo exército espanhol no Marrocos (colônia espanhola) contribuíram para aumentar a instabilidade política, principalmente quando o rei Afonso XIII ordena uma série de ações militares que resultaram em grandes fracassos. Em 1923, o Capital-General de Barcelona, Miguel Primo de Rivera, lidera um golpe de Estado, com o apoio do rei (que vê em Rivera a possibilidade de uma estabilidade política e, dessa forma, de manter a monarquia espanhola). Rivera recebe o apoio incondicional de todos os setores médios e das elites espanholas. O ditador aproveita o contexto econômico favorável do início da década de 20 para alavancar a economia e, ao mesmo tempo, fortalecer sua base política. Nesse sentido, Rivera inicia um grande programa de obras públicas (estradas, ferrovias e infraestrutura em geral) e institui medidas protecionistas para beneficiar a indústria e a agricultura espanhola. Tais medidas alcançaram seus objetivos e garantiram ao ditador uma considerável margem de manobra devido à confiança e ao apoio dado pelas elites. Além disso, ele obteve sucesso nas ações militares no Marrocos, acabando com o ciclo de derrotas e fracassos sucessivos, o que garantiu o apoio do Exército e da opinião pública em geral. Apesar da popularidade da ditadura, Primo de Rivera não soube construir um projeto político que criasse as condições institucionais para a transição entre a ditadura e a volta do regime parlamentar. Nesse sentido, a ditadura serviu para imprimir uma “ordem social” baseada na força, que trouxesse tranquilidade para as elites hegemônicas e garantisse a retomada das atividades econômicas. Isso foi feito, no entanto, as causas da crise não foram atacadas e as instituições políticas, os partidos e os projetos permaneceram os mesmos, inalterados e significativamente inertes. Rivera não foi nem mesmo capaz de preparar um sucessor em caso de seu afastamento, renúncia ou substituição. A consequência disso foi um vácuo político que

to por uma coligação de partidos burgueses e liberais com o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) com o apoio da *Unión General dos Trabajadores* (UGT), a central sindical controlada pelos socialistas, tinha o objetivo claro de realizar reformas nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha visando à modernização societária com a disseminação e ampliação do capitalismo, o fortalecimento de uma democracia representativa burguesa e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora dentro desses marcos estabelecidos (cabe salientar, que durante todo o período de 1931 a 1939, os partidos socialistas e comunistas abriram mão de qualquer perspectiva revolucionária e agiram para pavimentar as reformas burguesas, obedecendo diretamente às diretrizes dadas pela política externa de Moscou). Diversas reformas foram implementadas<sup>2</sup>, o que afetava diretamente a hegemonia dos grupos e classes dominantes. Em 1933, republicanos e socialistas desfazem a coligação e perdem as eleições<sup>3</sup>, dando lugar a um governo francamente reacionário, que invalida todas as reformas realizadas até então, fazendo a Espanha voltar no tempo, para antes de 1931. Em 1936 são realizadas novas eleições, nas quais ocorre a vitória da Fren-

---

se seguiu após a queda do ditador. Rivera caiu porque foi se afastando gradativamente das classes médias, das diversas frações da burguesia e, finalmente, de setores das forças armadas. Na falta de um projeto político claro, as medidas econômicas e repressoras de Rivera foram perdendo sua vitalidade e sendo substituídas por uma postura egocêntrica e arrogante que levou a conflitos e tensões dentro do bloco hegemônico. Após a queda de Rivera, o rei Afonso XIII assume novamente o governo do país e, buscando alguma legitimidade política, organiza eleições municipais para 12 de abril de 1931, nas quais os partidos monárquicos e conservadores são derrotados pelos partidos de centro e esquerda. Após esse resultado, o rei Afonso XIII reconhece a derrota e para evitar o início de um conflito, busca asilo político em Paris, o que marca o fim do regime monárquico espanhol (THOMAS, 1964; CARR, 1971; BROUÉ, 1992; SALVADÓ, 2008).

<sup>2</sup> Reforma agrária, melhorias salariais, legislação trabalhista, ampliação da educação pública oferecida pelo Estado, proibição das ordens religiosas, cobrança de impostas da Igreja, tentativa de modernização e profissionalização das forças armadas.

<sup>3</sup> Durante o primeiro governo, a coligação entre republicanos de centro-esquerda e socialistas passa por um processo de enfraquecimento e desestabilização. Os setores republicanos respondiam com violência às manifestações e reivindicações populares, o que colocava o PSOE em uma situação delicada e ambígua: ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de reformas que melhorassem a vida dos trabalhadores, fazia parte de um governo que reprimia violentamente o movimento operário. Além disso, as reformas realizadas pela coligação não estavam sendo feitas nem na velocidade, nem na intensidade desejada pelos trabalhadores. Tal situação aumentava a pressão sobre os socialistas. Na ocasião das eleições de 1933, a coligação estava fragmentada e sem articulação. O PSOE passava por conflitos internos: existiam dois campos políticos principais, um que defendia a manutenção da coligação e outro que exigia o fim da aliança com os republicanos. Este último saiu vitorioso, fazendo com que o PSOE participasse sozinho das eleições (BROUÉ, 1992; SALVADÓ, 2008).

te Popular<sup>4</sup>, que tem como objetivo retomar as reformas modernizadoras. No meio dessa disputa, os trabalhadores esperavam ansiosos por mudanças rápidas e profundas, que não vieram. As mudanças eram tímidas e demoradas demais para satisfazer os desejos e anseios da classe trabalhadora. Nesse período, entre 1931 e 1936, houve inúmeras greves, manifestações e insurreições, muitas delas com caráter revolucionário (como no caso das Astúrias, em 1934, quando os mineiros socialistas, aliados a comunistas e anarquistas implementaram um *soviet*). A esmagadora maioria dos atos revolucionários, greves e distúrbios foi realizada pelas organizações anarquistas, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a maior central sindical da Espanha (no seu auge, na década de 1930, chegou a ter 1,5 milhão de filiados, de uma população economicamente ativa de aproximadamente 12 milhões), e a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI). Todo o período foi marcado por violentos conflitos no parlamento e fora dele: assassinatos, ameaças, sequestros, prisões, incêndios, formação de milícias, ação de pistoleiros, brigas, confrontos de rua etc. A sociedade espanhola estava radicalmente polarizada, dividida e o grau de conflitividade social era muito elevado: de um lado, trabalhadores demandavam rapidez e radicalidade nas transformações de suas vidas, de outro, as elites tradicionais não estavam dispostas a conceder nenhum tipo de benefício ou perder um mínimo de sua capacidade de exercício do poder; em meio a essa disputa, republicanos e socialistas eram alvos dos demais grupos porque empreendiam reformas lentas, graduais e limitadas. Para agravar ainda mais a situação, todos os governos, tanto a coligação republicano-socialista, como o governo conservador-reacionário, trataram os trabalhadores com o mesmo grau de violência.

---

<sup>4</sup> Para evitar a vitória do campo conservador, diversos partidos e organizações de centro-esquerda e de esquerda estabelecem uma ampla aliança política para disputar as eleições gerais de 1936 e retomar o projeto de reformas e de modernização, dando origem à Frente Popular. Na realidade, a Frente Popular é a retomada e a ampliação da coligação republicano-socialista, com a participação de outros partidos de esquerda como o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM) e o *Partido Comunista Español* (PCE). Os anarquistas não participaram da Frente Popular. É importante salientar que a constituição de amplas coligações políticas desse tipo, que conseguiam articular partidos burgueses e operários, era uma estratégia da política externa soviética, conduzida por Stalin, que tinha como objetivo ajudar a consolidar democracias burguesas como forma de combater o avanço do fascismo e, ao mesmo tempo, fomentar o fortalecimento do movimento comunista, abrindo possibilidades para a conquista e apropriação de parcelas ou da totalidade do aparelho de Estado pela via democrática. (PAYNE, 1976; VILAR, 1989; BROUÉ, 1992; BEEVOR, 2007; SALVADÓ, 2008).

O episódio que finalmente deu início à guerra civil foi o assassinato de Calvo Sotelo, importante líder da direita espanhola e deputado das Cortes, ocorrido no dia 12 de julho de 1936. Poucos dias depois, os generais decidiram que era hora de agir e restaurar a Espanha Tradicional: no dia 19 de julho, os militares iniciam o levante com o objetivo de destruir a República.

A resposta da classe trabalhadora ao levante nacionalista foi imediata: as duas maiores centrais sindicais, a anarcossindicalista CNT e a socialista UGT, declararam greve geral e, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora exigia que o governo distribísse armas para que pudesse haver uma resistência armada por parte da população civil, o que foi negado em um primeiro momento. No decorrer da primeira semana, a classe trabalhadora conseguiu se armar e logrou não apenas resistir ao levante militar nacionalista, mas também derrotar as tropas golpistas em metade do território espanhol, impedindo a queda das principais cidades espanholas, como Madri e Barcelona.

É importante salientar que em diversos lugares, o aparelho estatal simplesmente entrou em colapso: poderes municipais, provinciais e, até mesmo a estrutura do governo central, em diversas escalas, ficou comprometida (THOMAS, 1964; CARR, 1971; VILAR, 1989; BROUÉ, 1992; PRESTON, 2005; BEEVOR, 2007; SALVADÓ, 2008). Inúmeras fábricas, imóveis, terras, serviços e estabelecimentos comerciais foram abandonados pelos seus proprietários. Foi nesse processo de decomposição do aparelho de Estado e da propriedade privada, que os trabalhadores espanhóis deram início ao seu maior feito durante a Guerra Civil. Uma significativa parte deles, mobilizada pelas organizações libertárias (CNT e a FAI) ou organizada de forma autônoma e espontânea, mas norteada pelos princípios libertários, iniciou um processo de autogestão política e econômica (LEVAL, 1972; CARRIÓN, 1973; MAURICE, 1978; BERNECKER, 1982; AMSDEN, 1989; BREITBART, 1989; DURAN, 1993 e 1996; ALBA, 2001; MUÑOZ, 2004; MINTZ, 2006; CASANOVA, 2006; TORRE, 2009). A autogestão é o exercício mais pleno e efetivo do poder instituinte de uma determinada coletividade no processo de discussão, formulação, deliberação e instituição de leis e normas que regem a vida coletiva, os assuntos em comum e as condutas individuais dentro de uma comunidade. A autogestão é a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias leis e normas e possui a liberdade para alterá-las e questioná-las sempre que julgar

necessário, de forma imanente, sem atribuir a existência ou o significado de tais leis e normas a nenhum tipo de estrutura ou ente transcendental como Deus, o Partido ou o Estado. A capacidade de exercício do poder não está concentrada em uma pessoa (monarquia, império, tirania), nem em uma instituição (Estado, empresas e partidos), tampouco é transferida a outros por meio da representação (democracia representativa), mas emana diretamente de todos os membros de determinado grupo ou sociedade. A autogestão implica a possibilidade de participação direta e igualitária de qualquer membro da sociedade no processo de tomada de decisões (instituição de leis, normas, organização do trabalho, distribuição da riqueza etc.), o que pressupõe a formação intelectual, o acesso a informações e infraestrutura técnica para que cada um possa pensar e formar juízos e ideias por si próprio; prevê também o controle efetivo do processo de tomada de decisões pelos próprios envolvidos, em um ambiente protegido (mas não completamente desprovido) das relações heterônomas que cristalizam hierarquias e divisões entre dirigente e dirigidos (CASTORIADIS, 1982 e 1983).

No plano político, os trabalhadores instituíram corpos políticos autônomos em diversos *pueblos*, comunidades agrárias e nas cidades, responsáveis pela instituição de suas próprias leis e normas, redefinindo a malha de poder territorial da Espanha (PEIRATS, 1978; MUÑOZ, 2004; MENDEZ; VALOTA, 2006; MINTZ, 2006). No plano econômico, os trabalhadores se apropriaram das unidades produtivas abandonadas e, além disso, iniciaram um movimento de expropriação da propriedade privada e estatal em diversas cidades e regiões, o que lhes permitiu instituir um processo de coletivização dos meios de produção e de socialização da riqueza produzida, o que significa tomar posse dos meios de produção e instituir a autogestão política e econômica da estrutura produtiva. Esse sistema, porém, não atingiu toda a estrutura econômica do território republicano, que ficou caracterizado por uma significativa diversidade de formas de organização do trabalho e da produção (THOMAS, 1964): 1. fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e propriedades rurais que foram estatizados, mas, apesar de contarem com a administração de comitês de trabalhadores, estavam sob o controle do Estado; 2. diversos setores da economia ainda estavam controlados por setores da burguesia comercial e financeira que se opunham ao golpe nacionalista; 3. a “co-gestão” realizada em estabelecimentos e fábricas, onde

o proprietário administrava juntamente com um comitê de trabalhadores; 4. as experiências de coletivização dos meios de produção e implementação da autogestão pelos próprios trabalhadores no campo e nas cidades.

Para termos uma dimensão da magnitude do processo de coletivização engendrado pelos trabalhadores, vejamos os seguintes dados: a população espanhola, na década de 1930, era de aproximadamente 25 milhões de habitantes, e a parcela economicamente ativa, segundo Santillán (1980, p. 70), era composta por cerca de 10 milhões de habitantes (pessoas aptas ao trabalho entre 18 e 50 anos); após o início da guerra, o território republicano ficou com a maior parte da população, algo em torno de 12 milhões, com uma população economicamente ativa de 5 a 6 milhões (TORRE, 2009, p. 13); de acordo com estimativas realizadas, a população diretamente envolvida no processo de coletivização (trabalhadores e suas famílias) era de, no mínimo, aproximadamente 1.900.000 pessoas (GONZALES, 2003 e 2006; MINTZ, 2002, p. 95 in BERTHIER; LEVAL; MINTZ, 2002); apenas a CNT, em 1936, antes da guerra, tinha perto de um milhão de filiados (LEVAL, 1972, p. 66).

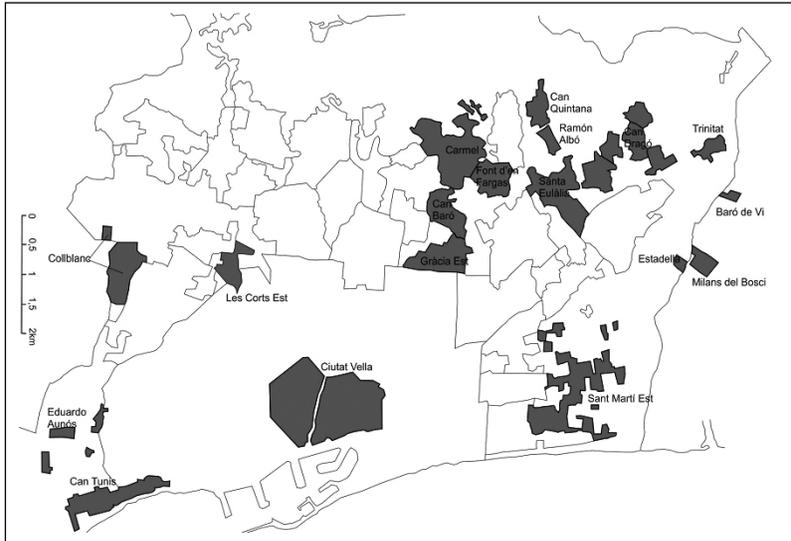
Nesse processo revolucionário, a região da Catalunha e, principalmente, a cidade de Barcelona ganham destaque, uma vez que concentram a maior parte das indústrias, dos bancos e das atividades comerciais da Espanha. Os dados são os que seguem (BERNECKER, 1982, p. 265-266): somente Barcelona concentrava 40% de toda a indústria espanhola e era responsável por 50% das importações e 30% das exportações espanholas; além disso, era a maior cidade da Espanha, com uma população de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas em 1936, o que a colocava entre as poucas cidades com mais de um milhão de habitantes no planeta, concentrando, portanto, o maior mercado consumidor interno; sua estrutura econômica (comercial, serviços e industrial) era a maior e mais diversificada da Espanha; tinha o porto mais importante do país; e, finalmente, abrigava o maior movimento operário anarquista (que foi a força política e econômica hegemônica entre julho de 1936 e maio de 1937). Em face desses dados, as questões que se colocam quase que imediatamente são: como era a vida na maior cidade espanhola sob a hegemonia anarquista? Ocorreram transformações na espacialidade da cidade? Qual a intensidade de tais transformações? E são estas questões que tentaremos responder neste trabalho.

## “A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BARCELONESA”

A cidade de Barcelona que vive a Guerra Civil e o processo revolucionário anarquista foi produzida após o início da Primeira Guerra Mundial. O período entre 1914 e 1936 é marcado por grandes transformações na dinâmica da cidade: grandes fluxos migratórios, grande crescimento populacional (a população passa de 600 mil habitantes em 1914 para 1,2 milhão em 1936), expansão do tecido urbano (constituição de novas periferias), modernização, ampliação e diversificação da estrutura produtiva. O parque industrial catalão aumentou aproximadamente em 65% a sua produção, ao mesmo tempo em que passou por uma importante diversificação: em 1913, o setor têxtil correspondia a 71% da atividade industrial que, em 1930, caiu para 51%, dando lugar ao crescimento das indústrias de química (13,5%), metal-mecânico (19,5%), papel e artes gráficas (6,5%) (OYÓN, 2008, p. 23-24). A expansão industrial foi acompanhada de um grande investimento e um significativo desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação, necessários à ampliação da estrutura produtiva e da circulação de mercadorias. Nesse sentido, houve um considerável incremento na geração e distribuição de energia elétrica, que passou a ser a principal fonte a mover a indústria catalã: em 1910, apenas 14% das indústrias a utilizavam, ao passo que na década de 1930 esse índice chega aos 80%. A disseminação da energia elétrica e do motor de combustão também teve um impacto na ampliação dos transportes: investimentos públicos e privados criaram 108km de linhas de bondes que transportavam 250 milhões de passageiros anualmente, a rede de ônibus possuía 93km de extensão e foi construída uma incipiente rede de metrô a elevados custos; o porto de Barcelona passou por reformas, o que permitiu um aumento de 41% da frota registrada e de 47% na quantidade de toneladas de mercadorias movimentadas. Antes do início da Primeira Guerra Mundial, Barcelona possuía apenas cinco mil linhas telefônicas, mas no final do conflito, esse número era de 25 mil (o que era muito pouco se comparado com o tamanho da população, o que nos permite concluir que era um serviço muito elitizado). Tudo isso transforma a cidade que existia antes da Primeira Guerra e, efetivamente, consolida Barcelona como uma cidade industrial na periferia do capitalismo europeu. Nosso objetivo é ressaltar algumas características dessa espacialidade a fim de criar condições para uma análise mais satisfatória do movimento revolucionário durante a Guerra Civil.

As transformações econômicas são indissociáveis da dinâmica da população e do espaço urbano. Portanto, vamos procurar destacar as relações e conexões que constituem um amplo e complexo processo de mudança da espacialidade catalã e, principalmente, de Barcelona. Nesse sentido, a expansão industrial e da infraestrutura não pode ser dissociada do grande fluxo migratório de população, oriunda de Aragão, Múrcia, Almeria e do Levante, que ocorreu no período em questão e foi responsável por um gigantesco crescimento populacional na cidade de Barcelona. Foram as diversas ondas migratórias e não o crescimento vegetativo que alteraram profundamente a composição e o tamanho da população barcelonesa a qual, conforme salientamos anteriormente, passa de 600 mil, em 1914, para 1,2 milhão de habitantes em 1936. O aumento colossal da população não só gerou uma fortíssima demanda por produtos e serviços, o que estimulou a expansão do consumo e dos investimentos, como também forneceu uma vasta mão de obra para ser incorporada no processo produtivo durante o período de crescimento.

A expansão do tecido urbano e da modernização da cidade acarretou igualmente o aumento da segregação sócio-espacial e dos conflitos de classe. É possível afirmar que a Barcelona industrial que se consolida no período entre guerras é produzida na própria dinâmica da luta de classes e do crescimento econômico espanhol. A intensificação da segregação ocorreu principalmente entre 1922 e 1936. Segundo Oyón (2008, p. 42), podem-se identificar dois períodos singulares dentro desse intervalo de tempo. O primeiro vai de 1922 a 1927, quando a expansão das periferias e dos subúrbios proletários foi bem superior ao crescimento das áreas ricas da cidade. No segundo, de 1927 a 1936, há o predomínio do crescimento das áreas centrais, o que engloba tanto os bairros proletários do sul de Barcelona (localizados no distrito da *Ciutat Vella*), quanto aqueles apropriados pelas elites e classes médias, no eixo centro-norte da cidade, com destaque para a constituição das áreas mais ricas ao norte. Portanto, apesar do predomínio de uma determinada dinâmica nesse período, conclui-se que o processo de segregação compreende basicamente três processos: 1. a expansão das periferias e dos subúrbios proletários; 2. a densificação de bairros proletários tradicionais da *Ciutat Vella*; 3. a consolidação da presença das elites e das classes médias urbanas no eixo centro-norte. O mapa abaixo (Figura 1) mostra os bairros com maior taxa de crescimento durante o período, que correspondem principalmente às periferias, aos subúrbios proletários e à *Ciutat Vella* (OYÓN, 2008, p. 51).



**Figura 1: Bairros com maiores taxas de crescimento (1927-1936)**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p. 51.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos

Obs.: A fonte original não especifica, lamentavelmente, as taxas.

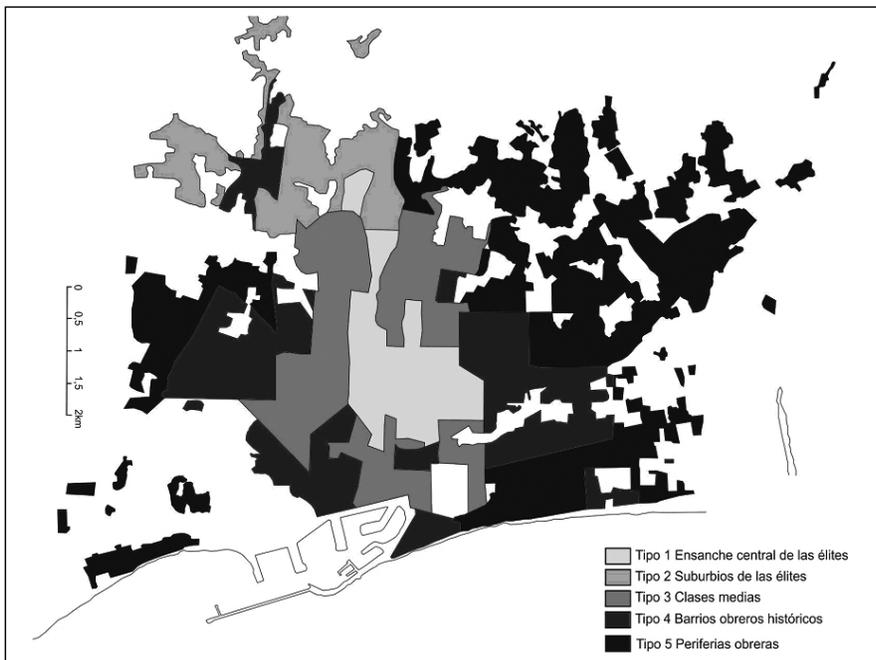
A expansão das periferias e subúrbios proletários foi uma consequência do intenso processo migratório que começou a ocorrer desde o início do século XX e se aprofundou no período entre guerras. Os migrantes que chegaram nas primeiras correntes migratórias consolidaram a ocupação e a expansão dos subúrbios proletários, enquanto as migrações mais recentes, a partir de 1925, contribuíram de forma decisiva para a constituição das periferias de Barcelona. É possível estabelecer uma correlação entre o tempo de chegada do migrante e sua inserção no espaço urbano. Geralmente, aqueles mais antigos conseguiam ocupar os melhores espaços da cidade, no caso, os subúrbios, ao passo que os mais recentes tendiam a se fixar nas periferias. Evidentemente, tal situação não era uma regra fixa, mas uma tendência que se apresentava. A inserção do migrante também estava vinculada à existência de uma rede social de amigos ou parentes que pudesse ajudá-lo na sua chegada à nova cidade. Quanto mais sólida e antiga a rede, maior a probabilidade de o migrante se inserir de forma menos precária no espaço urbano-industrial de Barcelona. Em termos populacionais, essas áreas da cidade foram extremamente importantes para a dinâmica do espaço urbano barcelonês, pois nelas estava localizada a maior parte

das indústrias do município e uma população de aproximadamente 400 mil pessoas, algo em torno de 40% da população total do município e 60% da população trabalhadora. É importante ressaltar que do conjunto periferias-subúrbios, são as últimas áreas que apresentam a maior concentração populacional.

A *Ciutat Vella*, a área proletária mais tradicional da cidade, não deixou de crescer durante o período, e alcançou índices de densidade demográfica elevadíssimos, como nos bairros Barceloneta, Santa Mònica e Sant Pere-Santa Caterina, onde os dados indicavam 1.000 hab/ha. A *Ciutat Vella* era a área mais antiga da cidade e possuía uma composição pluriclassista, que foi se transformando ao longo do período. Conforme o número de trabalhadores ia aumentando, parcelas cada vez maiores da população de classe média e algumas frações da elite barcelonesa que ali habitavam iam deixando esses bairros e se deslocando para áreas mais exclusivas. Enquanto o aumento da população proletária ocorreu devido à proximidade com o porto e ao crescimento do número de oficinas e fábricas, o incremento populacional da *Ciutat Vella*, por sua vez, se deu graças ao processo migratório de espanhóis de outras cidades e regiões, bem como à vinda de muitos estrangeiros, os quais ocuparam principalmente o bairro do Raval, que ficou conhecido como *Barrio Chino*. Entre 1915 e 1930, a população da *Ciutat Vella* passou de 200 mil para 246 mil habitantes. Em geral, como mencionamos anteriormente, os migrantes que chegavam aos bairros da *Ciutat Vella* já contavam com redes sociais de solidariedade, formadas por amigos ou parentes que moravam em Barcelona, o que facilitava a inserção do recém-chegado à cidade. Além disso, o adensamento populacional ocorreu, ainda, basicamente por dois motivos: a construção de novos andares nas edificações já existentes e a coabitação de duas ou mais famílias na mesma unidade de moradia (OYÓN, 2008, p. 43).

Enquanto Barcelona passava por um intenso processo de formação de vastos espaços proletários, a classe média e as elites urbanas começaram a se afastar das “classes perigosas” e de seus espaços incontroláveis, sujos, desordeiros. Dessa forma, temos a constituição de faixas de transição próximas aos bairros operários, caracterizadas por uma maior diversidade de grupos e classes convivendo no mesmo espaço: trabalhadores manuais qualificados, pequenos comerciantes, trabalhadores liberais, como os professores, viviam nos mesmos bairros já dotados de uma infraestrutura melhor, com comércio mais diversificado etc. Conforme o poder aquisitivo dos moradores vai aumentando, os

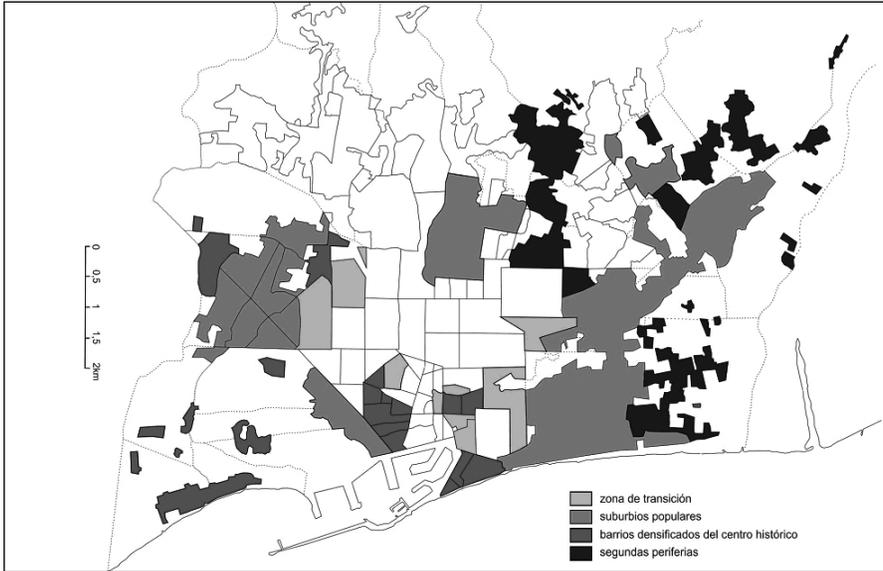
bairros tornam-se cada vez mais exclusivos, no sentido centro-norte. Assim, na parte central da cidade, rodeada por bairros proletários e populares pluriclasses, encontram-se bairros de classe média e de elite que se estendem por um eixo até o norte da cidade. São as áreas mais ricas da cidade, dotadas de melhor infraestrutura, comércio diversificado e um forte e amplo aparato de segurança, conseqüentemente, as mais valorizadas e nobres da cidade, pois foram justamente os bairros que receberam a maior parte dos investimentos realizados ao longo do período entre guerras, o que serviu para aumentar ainda mais as desigualdades entre as diferentes áreas da cidade. Sem dúvida, houve um grande esforço para a valorização de determinadas áreas centrais, com o objetivo de valorizar o capital imobiliário, no entanto, os bairros proletários, principalmente aqueles localizados na *Ciutat Vella*, e os subúrbios também receberam investimentos que os valorizaram e, acima de tudo, influenciaram no valor dos imóveis e aluguéis. As ilustrações abaixo (Figuras 2 e 3) são uma síntese desse panorama geral de Barcelona nos anos 30.



**Figura 2: A apropriação do espaço em Barcelona**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p. 119.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos



**Figura 3: Os principais bairros proletários de Barcelona**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p.119.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos

O breve panorama que apresentamos mostra uma Barcelona marcada por uma intensa segregação espacial. As distâncias físicas, políticas e econômicas entre a burguesia espanhola e a grande massa de trabalhadores não qualificados aumentaram entre 1914 e 1936, a despeito do aumento real dos salários e dos investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado e pelo capital privado no mesmo período.

La segregación social de los barrios obreros respecto a los barrios ricos se acentuó el primer tercio de siglo. La separación del trabajo manual del no manual, la división entre ricos y pobres que resulta de medir la distribución del servicio doméstico en la ciudad no deja lugar a dudas: la distancia física entre ricos y pobres era mayor en 1930 que treinta años antes. Efectivamente, el índice de segregación de la riqueza, o lo que es lo mismo el índice de disimilitud de distribución espacial entre ricos y pobres, ascendió de una manera muy marcada. En 1900, dicho índice se situaba en un destacado nivel de 32. En 1930 había ascendido ya un altísimo 46. Los barrios ricos siguieron concentrando cada vez más a las clases ricas, mientras que los barrios pobres asistieron a un estancamiento y en algunos casos a una pérdida relativa de su diversidad social. En la mayoría de los suburbios populares se dio el primero de dichos procesos. En muchos barrios obreros del centro histórico [*Ciutat Vella*] se produjo el segundo. Las nuevas periferias nacieron ya sin rastro de burgueses. Los grandes cambios en la forma urbana del periodo de entre-

guerras conllevaron pues un cambio trascendental en la geografía social: el progresivo distanciamiento entre trabajadores manuales y burgueses. En sólo treinta años la distancia física entre ambos mundos se había incrementado en 46% (OYÓN, 2008, p. 135).

A intensificação do processo de segregação deve ser compreendida dentro da dinâmica da luta de classes na sociedade espanhola, o que corresponde ao aprofundamento dos conflitos sociais. Nesse sentido, da virada do século até o início da Guerra Civil, a Espanha estava imersa em uma ampla conjuntura de conflagração social devido à sua estrutura política, econômica e cultural. Tais conflitos se manifestam de forma singular no espaço urbano da cidade de Barcelona, onde a luta na esfera da produção está articulada à luta pelo direito à cidade. Assim, as lutas mais amplas que ocorriam em todo o território espanhol ganhavam uma singularidade em Barcelona, uma vez que o questionamento e a luta contra o capitalismo eram indissociáveis da luta pela transformação material e subjetiva do espaço urbano barcelonês, a qual estava diretamente ligada aos processos de transformação espacial na cidade. Nesse contexto, a situação conflituosa se manifestava sob três diferentes formas<sup>5</sup>: 1. greves e manifestações por moradia (o que incluía a questão dos aluguéis e das condições de habitação); 2. protestos e manifestações por melhorias no sistema de transporte; 3. estratégias e práticas ilegais de sobrevivência, o que implicava um uso não autorizado do espaço público (o comércio de rua, por exemplo, como mostra a foto abaixo).

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que os conflitos nas ruas de Barcelona atingiam elevados níveis de violência. Todos os níveis de poder (a municipalidade, a *Generalitat*, que era o órgão do governo autônomo catalão, e o governo central de Madri) atuavam para conter a ação e a presença dos trabalhadores nas ruas da cidade. As greves e manifestações eram fortemente reprimidas pelas forças policiais e pelo exército. A polícia realizava operações diárias para controlar e disciplinar o espaço urbano. Os alvos dessas operações eram vendedores ambulantes, desempregados, prostitutas, bêbados, mendigos, assaltantes, golpistas etc. Essa prática de controle e disciplinarização do espaço urbano por meio do uso das formas repressivas era um ponto comum entre todas as forças e campos políticos da Espanha: republicanos, socialistas, reacionários e conservadores adotavam a mesma política de repressão para lidar com os trabalhadores.



**Figura 4: Comércio de rua em Barcelona, durante a Guerra Civil (julho de 1936)**

Fonte: EALHAM, 2005, p. 178.

Esta foi uma síntese geral da dinâmica do espaço urbano de Barcelona no período entre guerras. Salientamos que essa periodização não foi feita ao acaso, mas é o recorte histórico que nos permite compreender a constituição da cidade que irá passar pela Guerra Civil e experimentar o movimento revolucionário de caráter libertário. A cidade de Barcelona que passa por essas mudanças começa a se constituir efetivamente a partir de 1914 e é completamente diferente da cidade do início do século XX. Tentamos salientar as principais linhas que favorecem a compreensão dos processos mais dinâmicos e importantes para a constituição do espaço barcelonês, assim como os principais conflitos que o moldaram, e a forma como os trabalhadores dele se apropriaram (OYÓN; GALLARDO, 2005).

### **A AUTOGESTÃO ANARQUISTA**

Após o início da Guerra Civil, em 19 de julho de 1936, os trabalhadores transformam o espaço de Barcelona. Novas práticas, novas estratégias e novas relações de poder são instituídas, transformando as formas e os conteúdos da cidade. Nesse sentido, vamos analisar quais foram as novas dinâmicas que o movimento libertário conseguiu imprimir ao espaço urbano: as principais transformações, as conquistas, os limites e os fracassos no processo de autoges-

tão e “autoplanejamento”<sup>6</sup> urbanos (SOUZA, 2006), bem como a intensidade da reestruturação e da refuncionalização espacial. Essas são as questões que nos colocamos a partir de agora.

Após a vitória dos trabalhadores sobre os nacionalistas, Barcelona se transformou em uma cidade proletária. As palavras, as roupas, os gestos, a estética, os usos do espaço, o passar do tempo, tudo ficou fortemente marcado pela cultura popular da classe trabalhadora, que se apropriou efetivamente da sua cidade. Parecia que as relações de poder heterônomas tinham sido superadas pela *práxis* revolucionária e a segregação tinha sido significativamente reduzida, tendo em vista a apropriação do espaço urbano, na sua totalidade e multiplicidade, pela classe trabalhadora. A descrição que George Orwell faz quando chega a Barcelona (o autor lutou em uma milícia do POUM) é a de uma cidade onde a classe trabalhadora tinha consolidado uma revolução.

Os anarquistas tinham o controle virtual da Catalunha, e a revolução ainda ia de vento em popa. Para qualquer um que estivesse lá desde o começo, provavelmente parecia, já em dezembro ou janeiro, que o período revolucionário estivesse terminado; mas para alguém vindo direto da Inglaterra, o aspecto de Barcelona era algo surpreendente e irresistível. Pela primeira vez na vida me encontrava numa cidade onde a classe trabalhadora estava no comando. Praticamente todos os prédios, do tamanho que fosse, tinham sido tomados pelos trabalhadores e estavam enfeitados com bandeiras vermelhas ou com a bandeira rubro-negra dos anarquistas [...] Todas as lojas e cafés exibiam uma inscrição dizendo que tinham sido coletivizados; até mesmo os engraxates tinham coletivizado suas caixas pintadas de vermelho e preto. [...] Ninguém dizia “*señor*” ou “*don*” ou mesmo “*usted*”; todo mundo chamava de “camarada” e “tu” (ORWELL, 2006, p. 28-29. Grifos no original)

Os primeiros dois, três meses foram marcados pela nova apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora. A hegemonia militar e política exercida pelas or-

---

<sup>6</sup> A expressão autoplanejamento urbano foi proposta por Souza (2006, p. 175. Grifos no original), onde o autor afirma que: “Falar em gestão, de um ângulo autonomista, significa falar, idealmente, de *autogestão*. Analogamente, e embora soe estranho, falar de planejamento, autonomisticamente, equivale a defender um ‘*autoplanejamento*’, isto é, um planejamento feito não apenas ‘participativamente’ (esquemas de ‘co-gestão’ entre Estado e sociedade civil), mas de modo radicalmente horizontal: a coletividade planeja, democraticamente, seus destinos e seus espaços.” Assim, para o autor, o autoplanejamento e a autogestão são processos e atividades indissociáveis e complementares, que devem ser considerados “os componentes e os pilares de um projeto de autonomia” (SOUZA, 2006, p. 175). O “autoplanejamento” diz respeito à capacidade dos ativismos sociais para planejar, ou seja, criar estratégias, táticas, diretrizes e planos que busquem maximizar as chances de sucesso e minimizar os fracassos de suas ações, em um ambiente fundamentalmente autônomo.

ganizações libertárias foi capaz de destruir uma série de práticas e relações de poder que limitavam a circulação, a mobilidade, a inserção e a vivência dos trabalhadores na sua própria cidade. O primeiro ponto crucial foi o fim da forte repressão policial aos trabalhadores, desempregados, ambulantes, pedintes, mendigos etc. O fim da forte repressão, da vigilância e do controle permitiu ao trabalhador sentir, pela primeira vez, que as ruas da cidade eram suas e que ele poderia estar ali sem o temor de ser preso, ameaçado ou sofrer algum tipo de violência – o corpo errado no espaço errado. Isso significava que a figura do trabalhador não representava um perigo, mas sim a nova ordem societária, o que implicava a disseminação de seus hábitos e valores nas relações cotidianas e no uso do espaço. Bairros, praças, ruas e avenidas, que antes eram proibidos ou cujo acesso era limitado, foram tomados por jovens, mulheres e homens que queriam conhecer e visitar lugares onde antes não podiam estar. O corpo dos trabalhadores circulava pela cidade, movido pela curiosidade, pela vontade de passear, conhecer, experimentar, ter uma nova visão da sua própria cidade, ter acesso a bens e serviços que antes eram inacessíveis, descobrir novas paisagens urbanas que eram invisíveis. Quando o corpo do trabalhador ganha o espaço urbano para além dos seus bairros, ele leva consigo seu modo de vestir, falar, andar, comer, beber etc. e, ao mesmo tempo, faz com que o corpo burguês, o corpo da classe média se esconda, fuja, adapte-se ou se fantasie de trabalhador. Em outras palavras, quando os macacões, as roupas de algodão grosso e as boinas dos trabalhadores representavam a nova ordem societária, foi muito comum ver a classe média, a burguesia republicana (conservadora, mas não nacionalista ou fascista) trocando suas roupas caras pelos mesmos macacões e roupas de algodão, alterando seu palavreado, imitando gírias e comportamentos dos trabalhadores, de forma a se camuflar no novo contexto social e, com isso, evitar qualquer tipo de “justiça revolucionária”, perseguições, ameaças e outros tipos de violência. Conforme o corpo do trabalhador se apropriava materialmente do espaço urbano, ocorria, ao mesmo tempo, uma nova apropriação subjetiva e simbólica desse espaço. Símbolos que representavam a Espanha tradicional eram destruídos ou retirados dos espaços públicos (bandeiras, estátuas, placas que homenageavam ou remetiam à monarquia, ao exército, à Igreja etc.), prédios que abrigavam organizações e partidos conservadores eram ocupados ou destruídos, nomes de ruas, praças e avenidas eram alterados para substituir as homenagens a nobres, clérigos, santos, militares e burgueses pelo preito aos heróis da revolução libertária, aos principais formuladores e militantes do movimento anarquista ou para lembrar datas importantes para o movimento liber-

tário: assim surgiram diversas ruas e praças com os nomes de Kropotkin, Francisco Ascaso, Durruti, 4 de Setembro (data de uma violenta invasão à sede da CNT), Malatesta, entre outros. É fundamental compreender que a toponímia faz parte do processo de apropriação e produção do espaço social, diretamente relacionado ao projeto político e ao modo de existência que está sendo instituído de forma coletiva durante o movimento revolucionário. Uma nova dinâmica urbana se constitui com a apropriação da cidade pelos trabalhadores, o que significa uma nova mobilidade e circulação, novas formas de ser, perceber e estar na cidade, assim como uma ressignificação desse espaço.

A inserção dos trabalhadores no espaço urbano foi consequência, principalmente, das ações das organizações libertárias que estavam consolidadas em Barcelona e que tiveram, no período entre guerras, o tempo de maturação e de formação política que possibilitaram o desenvolvimento do processo revolucionário durante a guerra civil. Foram as associações de bairro, os centros culturais, os ateneus libertários, os sindicatos e a CNT, os grupos de afinidade anarquistas, a FAI e os grupos da juventude libertária. Essa grande gama de organizações foi capaz de mobilizar os trabalhadores para efetuar transformações nas formas de gestão e uso do espaço urbano, pautados pelos princípios libertários, e que possibilitaram a apropriação efetiva da cidade.

Diante do colapso do aparelho estatal, as organizações libertárias tomaram para si a responsabilidade de organizar a vida cotidiana em relação aos serviços e à gestão do espaço urbano, o que implicava combater as desigualdades e a precariedade das condições de vida características do cotidiano dos trabalhadores da cidade, como vimos anteriormente. Nesse sentido, várias ações foram postas em prática para tentar transformar a espacialidade heterônoma de Barcelona em uma cidade libertária. Um novo conjunto de relações de poder, portanto, busca expressar sua espacialidade à medida que tenta superar a espacialidade herdada.

Inúmeros comitês revolucionários de bairros foram criados para lidar com problemas imediatos da população: distribuição de alimentos por intermédio da criação de armazéns e refeitórios coletivos, formação de pequenas milícias para cuidar da segurança, prestação de primeiros socorros para feridos, desenvolvimento de atividades educativas e culturais para crianças e jovens nas escolas e ateneus, organização de redes de ajuda mútua para cuidar de órfãos, idosos e crianças pequenas, limpeza das ruas etc. Em suma, várias atividades importantes do cotidiano eram organizadas pelos comitês revolucionários, que estavam atu-

alizando práticas já existentes nos bairros proletários diante do novo contexto. A constituição e a ação dos comitês estavam fortemente vinculadas ao espaço de referência identitária, ao lugar, ao bairro onde as coletividades se instituíram. No entanto, diferente do isolamento em que viviam os bairros operários<sup>7</sup>, a nova dinâmica é marcada por uma significativa articulação entre os diversos comitês, organizações e sindicatos, uma vez que uma série de serviços e questões referentes à gestão do espaço urbano se colocava na escala da cidade e não apenas do bairro. Como os protagonistas eram os próprios trabalhadores, eles tinham a necessidade de criar articulações que permitissem a mobilidade e a circulação de pessoas, produtos, serviços e informações entre os diversos bairros. A atuação dos comitês proporcionava um forte engajamento da população, o fortalecimento de laços de solidariedade e uma sociabilidade ainda mais ampla, considerando o maior número de relações e responsabilidades que cada pessoa assumia. A coletividade se fortalecia dentro de um processo criativo de instituição de relações sociais e de intensificação de encontros e afetos (e desafetos, por que não?).

O desenvolvimento das atividades dos comitês implicava novos usos do espaço. Igrejas, prédios, casas, mercados, estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes foram expropriados pelos trabalhadores para que eles pudessem desenvolver as ações sob sua responsabilidade. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conservados) expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos, e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual (como podemos observar na Figura 5, mais abaixo). Mercados, quitandas e estabelecimentos comerciais foram transfor-

<sup>7</sup> A mobilidade dos trabalhadores na cidade era muito limitada. O cotidiano era basicamente vivido nos espaços da casa e do trabalho. Para uma grande parcela dos trabalhadores barceloneses, a moradia e o trabalho ficavam no mesmo bairro, limitando a experiência e a vivência da cidade. Nesse caso, enquanto 42% dos trabalhadores qualificados e artesãos moram no próprio bairro em que trabalham, essa é a realidade de 76% dos trabalhadores não qualificados. Além disso, dentre os trabalhadores qualificados, 26% iam para o trabalho a pé e 74% utilizavam algum tipo de transporte (principalmente o bonde), ao passo que 76% dos trabalhadores não qualificados iam a pé para seu local de trabalho (OYÓN, 2008, p. 271).

mados em armazéns onde as pessoas poderiam comprar os produtos à disposição, fornecidos pelos sindicatos e coletividades (agrícolas ou industriais), como podemos observar na Figura 6.



**Figura 5: Restaurante coletivizado e incorporado ao ramo da indústria de alimentos**

Fonte: <http://avliberacion.blogspot.com/2010/12/el-triunfo-de-la-libertad.html>



**Figura 6: Cooperativa popular de distribuição de alimentos em Barcelona (1936)**

Fonte: <http://cntaittoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html>

A ação dos comitês só foi possível graças a uma forte identidade sócio-espacial produzida ao longo do tempo durante os conflitos do período entre guerras e à sociabilidade calcada na experiência da vida cotidiana do bairro. Assim, as redes de solidariedade e os laços familiares e de amizades, associados ao processo de formação política<sup>8</sup> durante os conflitos e manifestações, permitiram a constituição dos comitês revolucionários de bairro logo após o início da guerra. Por outro lado, os comitês transformaram a vida cotidiana do bairro intensificando a dinâmica do espaço público e instituindo uma esfera política com uma vitalidade inexistente até então. Não se trata, efetivamente, de uma “evolução” ou um julgamento de valor entre uma situação “pior” e outra “melhor”, mas sim de uma transformação, de um aprofundamento das relações, que agora estão inseridas num processo de instituição de outras relações sociais e de poder que constituem um novo modo de existência (ainda que temporário) do qual as pessoas participam com maior intensidade de várias atividades de caráter político, econômico e cultural. Portanto, o cotidiano da população de Barcelona estava condicionado pela dinâmica dos comitês, uma vez que eram as organizações responsáveis pela coordenação de uma série de atividades diretamente ligadas à gestão do espaço e das necessidades mais imediatas da população, como segurança, alimentação, saúde, limpeza etc. Os comitês eram organizados seguindo os princípios da delegação<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Este processo foi fundamental para a radicalidade e a consistência da experiência anarquista na Espanha. Entre 1911 e 1936, os trabalhadores barceloneses e suas famílias estavam engajados em movimentos políticos de caráter reivindicativo e revolucionário. As experiências de mobilização, organização de greves, passeatas, manifestações, redes de ajuda mútua e ocupações de prédios, realizadas por sindicatos, associações e grupos de afinidade foram cruciais para a constituição de um movimento operário e de moradores forte, politizado e organizado.

<sup>9</sup> No sistema de delegação, uma ou várias pessoas assumem o cargo de delegados. Os delegados possuem basicamente duas funções: a de porta-voz e a de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Assim, o delegado não pode falar nem agir por si próprio, mas deve sempre seguir o que foi determinado pelo coletivo. No papel de porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decidido, como, por exemplo, encaminhar as propostas de organização da luta dos trabalhadores de uma fábrica para a assembleia da federação regional. Ele não pode inventar, criar ou propor nada por si, mas ater-se ao que foi decidido coletivamente. Na função de coordenador, o delegado tem o dever de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia, como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração, para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único na sua função, ou quando existe o objetivo de obter mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema

e da federação<sup>10</sup>, segundo os quais cada tipo de atividade tinha sua própria dinâmica de funcionamento. Os refeitórios coletivos tinham sua própria organização, assim como as enfermarias, creches, escolas, armazéns, grupos milicianos etc. Cada grupo contava com seus delegados, que constituíam os comitês de bairro. Nessa perspectiva, existia a possibilidade da participação direta do processo de gestão das atividades e do uso do espaço. As pessoas que não estavam diretamente engajadas em alguma atividade estavam absolutamente inseridas e dependentes da ação que os comitês imprimiam à sua organização.

Um desafio às organizações dos trabalhadores era conseguir normalizar o setor de serviços urbanos para atender as necessidades da população, no que a ação dos sindicatos foi decisiva. Assim como as indústrias, grande parte dos serviços urbanos foi coletivizada, desde táxis e caixas de engraxate, passando por padarias, barbearias até grandes empresas de ônibus, trens e energia (PEIRATS, 1978 e 2006; DURAN, 1996; SOUCHY; FOLGARE, 2006), divididos em dois grandes grupos: 1. infraestrutura, como transportes, energia e comunicações; 2. comércio e serviços cotidianos, como padarias, oficinas, alfaiates, barbearias etc.

---

no qual ele deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente. Dessa forma, a coletividade pode avaliar de modo mais eficaz o trabalho desempenhado pelo delegado e decidir sobre sua recondução ou não ao cargo. Ao contrário da democracia representativa, onde a revogação do mandato pelos eleitores é praticamente impossível, na delegação o mandato é facilmente revogável. No entanto, “a perda do mandato deve obedecer a critérios sólidos, para que se evite que acusações levianas ou motivadas por questões pessoais possam levar à destituição de um delegado” (SOUZA, 2006, p. 91).

<sup>10</sup> “FEDERAÇÃO, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança etc., é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou Estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação” (PROUDHON, 2001, p. 90. Grifos no original). A ideia fundamental da federação é permitir que cada unidade que a constitui preserve sua autonomia e soberania em relação à coletividade dentro dos limites estipulados pelo contrato político ou, nas palavras de Espinosa, pelo direito civil. Dito de outra forma, o objetivo fundamental da federação é aumentar a capacidade de agir e de pensar de seus componentes, é garantir-lhes uma potência de agir maior do que teriam se permanecessem sozinhos. Assim, a federação coloca como condição de existência a horizontalidade e a descentralização das relações de poder, visando evitar a constituição de hierarquias autoritárias e reduzir as chances da constituição de relações heterônomas. Nesse sentido, as instituições e órgãos criados pela federação não podem subtrair da coletividade o exercício do poder instituinte, ou seja, não podem formular leis e normas, executar ou julgar qualquer tipo de ação que não tenha sido deliberada pela coletividade: órgãos e instituições da federação só podem agir por meio de seus delegados, que têm a função de executar o que foi deliberado no contrato político ou no direito civil.

O primeiro conjunto demandava uma complexidade de gestão maior do que o segundo, e embora os trabalhadores tenham logrado êxito na tarefa de pelo menos manter os serviços e alguns ganhos pontuais em determinados setores, não conseguiram, nem de longe, superar as desigualdades e as precariedades características de Barcelona até aquele momento. Outro ponto importante a destacar é que assim como no setor industrial, o processo de coletivização dos serviços urbanos desse porte pode ser dividido em dois períodos, indo, o primeiro, de julho de 1936 a maio de 1937, caracterizado pela hegemonia libertária, e o segundo, de maio de 1937 até o fim da guerra, marcado pela recomposição do aparelho de Estado e pela gradativa derrota do processo revolucionário.

A hegemonia libertária permitiu que os trabalhadores implementassem efetivamente, no primeiro período indicado, um vigoroso processo autogestionário nas maiores e mais importantes empresas de água, energia e transportes de Barcelona, e eles tiveram êxito na condução da prestação dos serviços em todos os aspectos, técnicos, econômicos e políticos. As preocupações fundamentais dos sindicatos e trabalhadores engajados nesse setor eram as seguintes: 1. manter e, se possível, expandir os serviços prestados para o maior número possível de pessoas; 2. reduzir as tarifas dos serviços; 3. implementar mudanças técnicas e de gestão para aumentar a produtividade. Os maiores avanços foram alcançados na manutenção dos serviços e na redução das tarifas, enquanto a ampliação dos serviços foi pontual, e as mudanças técnicas e de gestão, ainda que importantes do ponto de vista político, pouco contribuíram para um aumento efetivo da produtividade ou da eficácia dos serviços nesse curto período de tempo.

O serviço de água estava concentrado basicamente na Companhia Catalã de Água, Gás e Eletricidade e na Companhia Geral de Águas de Barcelona (BERNECKER, 1982, p. 363; ROCA, 1983, p. 35; SOCHY; FOLGARE, 2007, p. 113). Segundo os autores, as empresas eram privadas e foram coletivizadas pelos trabalhadores até sofrerem intervenção estatal<sup>11</sup>, a partir de setembro de 1937, devido a seu caráter estratégico. Até que isso ocorresse, as empresas ficaram sob controle direto dos trabalhadores organizados em sindicatos vinculados à CNT, num regime de autogestão, instituído através de assembleias. Tinham como meta final o abastecimento imediato de Barcelona e da sua região metropolitana, le-

<sup>11</sup> Conforme a guerra avançava, o aparelho de Estado conseguia se recompor, principalmente na esfera nacional. Assim, o governo central de Madri e a *Generalitat* passaram a intervir nas fábricas coletivizadas para retomar o controle da economia e desarticular o processo revolucionário.

vando em consideração o aumento da demanda resultante do crescimento populacional e industrial. Isso significava, na prática, a expansão do consumo por meio de duas medidas: a implementação de infraestrutura técnica nos bairros de periferia, que apresentavam deficiência de abastecimento e, principalmente, a redução do preço da tarifa de água. Antes da coletivização, a tarifa variava entre 0,30 pts a 2,50 pts por metro cúbico de água. O sindicato dos trabalhadores do setor estipulou uma tarifa única de 0,40 pts por metro cúbico, o que teve com efeito imediato o aumento do consumo de água, principalmente na periferia da cidade, onde o preço anterior inibia o consumo para um número significativo de famílias (ROCA, 1983, p. 37). A redução da tarifa foi a principal medida tomada dentro de uma política de ampliação do serviço de água na cidade e na Catalunha como um todo. No entanto, não foi possível desenvolver os planos de implementação de infraestrutura para resolver ou, de forma mais realista, amenizar a precariedade do serviço na periferia urbana e promover uma ampla unificação do abastecimento da região metropolitana. Os elevados custos financeiros e certas dificuldades técnicas (escassez de mão de obra, máquinas e materiais) foram os maiores obstáculos para o desenvolvimento desse projeto, mesmo depois que a empresa foi estatizada, quando, apesar de haver, a rigor, uma quantidade maior de recursos disponíveis, a conjuntura bélica e econômica o inviabilizou. É importante ressaltar que assim como nas indústrias, a intervenção estatal significou o fim da autogestão dos trabalhadores, com a substituição das assembleias e das delegações por uma direção de empresa que centralizava as decisões.

Processo semelhante ocorreu com o serviço de geração e distribuição de energia que, num primeiro momento, foi coletivizado e administrado sob a forma de autogestão, mas sofreu intervenção em junho de 1937, também por se tratar de um serviço estratégico, tendo sido retirado das mãos dos trabalhadores e assumido pelo Estado.

Esse serviço estava relacionado à gestão do fornecimento de água na cidade, uma vez que a principal matriz energética utilizada no consumo doméstico era a eletricidade, e o preço do kW/h estava atrelado ao preço da água. Isso significa dizer que a redução do valor do metro cúbico da água teve um impacto direto na redução das tarifas de energia, o que ampliou também o consumo de eletricidade em toda a cidade. O interessante é que houve uma redução significativa na tarifa justamente nos horários de maior demanda doméstica, ou seja, nos períodos entre 12h00 e 14h30 e entre 19h00 e 21h30 (ROCA, 1983, p. 20). Além disso,

a redução da tarifa de eletricidade estava inserida numa estratégia de redução do uso do carvão e do gás, com o objetivo de amenizar os gastos com a importação desses produtos, visando à redução do déficit comercial. Existiam mais dois pontos importantes no projeto formulado inicialmente pelos trabalhadores: a eletrificação geral dos transportes e a expansão da rede elétrica por toda a Catalunha. Um tímido avanço foi percebido nos dois pontos (SANTILLÁN, 1980; ROCA, 1983), com a expansão da rede elétrica para outros municípios e a eletrificação de alguns trechos de linhas de trens apenas, o que ficava muito aquém do mínimo estipulado no projeto inicial, cuja proposta previa a eletrificação geral de nada menos do que onze linhas completas (ROCA, 1983, p. 22-23).

Os melhores resultados em termos de ampliação dos serviços oferecidos ocorreram no âmbito dos transportes. Os sindicatos dos trabalhadores do setor iniciaram rapidamente o processo de coletivização e, em pouco tempo, as empresas de bondes, trens e ônibus de Barcelona estavam sob controle dos próprios trabalhadores (vide a Figura 7, mais adiante). Assim como nos demais serviços de infraestrutura, a preocupação básica era, no mínimo, manter o funcionamento das atividades e, se possível, ampliar e melhorar sua qualidade. Os trabalhadores tiveram poucas dificuldades em manter o mesmo nível do serviço que era prestado antes da guerra, afinal, a qualidade do serviço era ruim, e foi difícil causar maiores prejuízos à população. Conseguiram conservar as linhas convencionais e os horários habituais, e não tiveram grandes problemas técnicos com a manutenção da frota de veículos, pelo menos nos primeiros meses do conflito. No entanto, diferentemente dos setores de energia e de água, os sindicatos conseguiram implementar melhorias significativas no serviço: 1. assim como nos demais serviços urbanos, a tarifa foi reduzida, o que possibilitou a ampliação do número de viagens para os trabalhadores, aumentando sua mobilidade na cidade; 2. houve a expansão das linhas de ônibus para bairros que não eram servidos por trens ou bondes; 3. foram criados novos itinerários para aumentar a mobilidade e o acesso à rede de transportes; 4. implementou-se a interligação entre os diferentes tipos de transportes para reduzir trajetos antes realizados a pé (SANTILLÁN, 1980; BERNECKER, 1982; ROCA, 1983, EALHAM, 2005). Tais melhorias ocorreram principalmente no ano de 1936 e no início de 1937. No entanto, com o transcorrer da guerra, a qualidade do serviço foi se deteriorando basicamente por dois motivos: 1. as fontes de energia (gasolina, carvão, eletricidade) sofreram racionamento, dando prioridade às atividades bélicas e ao funcionamento do aparelho de Estado, o que obrigou a uma restrição dos serviços

(ampliação do tempo de viagens, redução do número de veículos etc.); 2. inúmeros veículos passaram a ser requisitados para uso militar, principalmente ônibus e trens, que eram utilizados para o transporte de tropas, feridos, mantimentos, armas e munição. Além dos transportes públicos convencionais, os táxis de Barcelona foram coletivizados e transformados em lotações, permitindo que um único automóvel transportasse diversos passageiros. Um fenômeno relativamente comum foi a expropriação de carros particulares (que eram artigos de luxo) para o uso cotidiano dos trabalhadores (de forma privada ou coletiva, transformando-os em táxis, por exemplo). No entanto, essa apropriação massiva de carros privados deu origem a uma grande quantidade de motoristas que simplesmente não sabiam dirigir de forma adequada. O resultado foi o aumento no número de acidentes com mortos, feridos, e graves danos aos veículos. Para coibir tais problemas e evitar a perda desnecessária de veículos que poderiam ser úteis para o uso civil ou militar, o Comitê de Milícias Antifascistas<sup>12</sup>, a prefeitura e a *Generalitat* concordaram em criar um rigoroso controle sobre o uso dos veículos, que incluía a obrigatoriedade de uma carteira de motorista e a determinação de quais tipos de automóveis tinham permissão para circular na cidade. O uso privado dos carros foi praticamente abolido, o número de táxis foi drasticamente reduzido e os veículos que tinham permissão para trafegar eram aqueles utilizados com fins militares (transporte de tropas, munições etc.), econômicos (transporte de mercadorias, produtos, máquinas etc.), para locomoção da população civil (transportes públicos) e o deslocamento de membros de organizações políticas.



**Figura 7: Bonde coletivizado (1936)**

Fonte: <http://cntraitoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html>

<sup>12</sup> Órgão constituído pela CNT e pela FAI, que exercia o poder de fato na Catalunha nos primeiros meses da guerra.

Os demais serviços urbanos passaram basicamente pelo mesmo processo da indústria: além da constituição de diversas experiências de cogestão, houve um intenso esforço de coletivização, porém a propriedade particular não foi completamente abolida, o que significou a permanência de inúmeros estabelecimentos privados. Em relação à distribuição da riqueza produzida em cada coletividade, é possível afirmar que predominou a manutenção da remuneração por meio dos salários individuais e a utilização da peseta como moeda oficial. Poucas experiências adotaram o salário familiar<sup>13</sup>, no entanto, foi comum a emissão de vales e bônus de trabalho<sup>14</sup>, que circulavam juntamente com a peseta. Inúmeros cargos de gerência e direção foram abolidos e, com isso, reduziram-se as diferenças salariais entre os trabalhadores do mesmo estabelecimento, no entanto, elas nunca foram totalmente suprimidas.

É interessante salientar que tais atividades eram consideradas marginais no contexto da guerra civil, o qual a indústria e a agricultura tinham um caráter estratégico crucial e, por isso, eram os principais focos de tensão e disputa entre os diferentes campos políticos. Os serviços urbanos ligados às atividades mais corriqueiras e cotidianas eram relativamente negligenciados, o que garantia aos trabalhadores uma margem de manobra maior para agir de acordo com seu projeto político. Isso significa dizer que as coletivizações deste setor gozaram de maior liberdade e tranquilidade para desenvolver seus planos, correndo menos riscos de intervenção estatal, por exemplo.

Grande parte das coletivizações foi realizada em estabelecimentos de pequeno e médio porte: padarias, cafés, bares, restaurantes, barbearias, cinemas,

<sup>13</sup> O salário familiar foi a forma mais comum de remuneração durante a experiência anarquista espanhola. A ideia fundamental era permitir que todos tivessem acesso aos bens e serviços necessários e disponíveis, e levava-se em conta a necessidade do consumo familiar, independente da produtividade individual. Era uma forma de distribuir a riqueza por todos os membros da coletividade, ainda que não estivessem diretamente engajados no processo produtivo. Cada coletividade estabelecia um valor para a remuneração, que deveria ser pago diária ou semanalmente, calculado a partir da jornada de trabalho e do número de membros da família de cada trabalhador. Assim, em um caso hipotético, uma jornada de trabalho diária equivalia ao pagamento de 5 pesetas. Na composição do salário familiar, a esse valor era acrescentado um extra que correspondia a cada pessoa da família: “al ingreso básico percibido por el cabeza de familia se añadia el 50 por 100 más por um segundo miembro de la familia, el 15 por 100 por um tercero y, a partir de ahí, el 10 por 100 por cada miembro más” (BERNECKER, 1982, p. 185).

<sup>14</sup> Vales e bônus de trabalho eram utilizados para permitir o acesso da população a determinados bens e serviços. Ao invés de receber uma remuneração, o trabalhador ou a família recebiam um vale ou bônus, que dava direito a consumir uma determinada quantidade de bens e serviços, e assim como o salário família e outras formas de remuneração, era pago semanalmente.

escolas, teatros, oficinas mecânicas etc. Parcela significativa de seus trabalhadores era filiada a algum sindicato, seja à CNT ou à UGT, que embora fossem sindicatos mais fracos e dotados de menos recursos técnicos, financeiros e institucionais, não representaram obstáculo para a organização federativa desses trabalhadores dentro da cidade. Dessa forma, mesmo contando com uma estrutura sindical mais deficiente, eles foram capazes de se mobilizar e coordenar suas atividades cotidianas dispondo de mais liberdade para agir e radicalizar suas práticas. Nesse sentido, os trabalhadores ligados à educação (basicamente professores), à cultura (cinemas, teatros e bibliotecas) e os barbeiros deram exemplos interessantes de consistência e radicalidade política. Os principais pontos em comum eram a grande autonomia que cada coletividade tinha em relação ao sindicato e, ao mesmo tempo, a forte articulação política e programática existente entre os diferentes grupos, o que demonstra o vigor do princípio federativo em uma intensidade maior do que em muitas experiências industriais.

As atividades voltadas para a educação e a cultura tiveram uma grande importância no cotidiano dos trabalhadores, uma vez que estavam diretamente relacionadas com o processo educacional de crianças, jovens e adultos e, além disso, contribuía de forma decisiva para fortalecer uma pedagogia política através da cultura. Em outras palavras, tais atividades eram fundamentais, pois tratavam da formação política, cultural e intelectual dos trabalhadores e de suas famílias, e a forma como estavam organizadas favorecia, sem dúvida, o fortalecimento do processo revolucionário.

A criação de creches para crianças e órfãos e a organização das Escolas Modernas foram os pilares do processo educacional durante a Guerra Civil. As Escolas Modernas foram inspiradas nas ideias de Francisco Ferrer (1849-1909), o pedagogo libertário catalão que propôs uma escola sem hierarquias, punições ou avaliações, orientada pela prática científica e racional, baseada nos princípios da ajuda mútua e da cooperação, onde alunos e professores estariam engajados de forma conjunta e horizontal no processo de construção do conhecimento e na definição das normas de convívio na comunidade escolar. Inúmeras escolas assim organizadas foram fundadas antes do início da Guerra Civil e outras surgiram no decorrer do conflito devido à necessidade de prover educação aos muitos jovens que tiveram sua vida escolar interrompida. Nessa perspectiva, diversos imóveis que haviam sido abandonados foram convertidos

em Escolas Modernas pelos professores e mães dos alunos, as quais participavam ativamente do cotidiano escolar. No entanto, devemos salientar que a maior parte das atividades desempenhadas pelas mulheres nas escolas reduzia-se a tarefas domésticas (limpeza e alimentação), o que demonstrava a incapacidade do movimento libertário em superar ou lidar com as desigualdades e questões de gênero (ROCA, 1983; EALHAM, 2005; OYÓN, 2008). As escolas estavam organizadas basicamente por bairro, fruto da identidade espacial calcada no lugar e, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação e fortalecimento de tal identidade.

As atividades culturais também tiveram uma importância significativa na retaguarda. Em primeiro lugar, porque eram utilizadas para proporcionar, ainda que de forma limitada, algum enriquecimento cultural aos trabalhadores durante seus poucos momentos de lazer. Em segundo lugar, a cultura era um poderoso instrumento de propaganda e de produção de subjetividade para legitimar o processo revolucionário e incentivar a luta contra o fascismo. Os cinemas e os teatros cobravam ingressos muito baratos da população, isso quando não abriam suas portas ou, de forma radical, exibiam filmes e encenavam peças no meio da rua, várias vezes ao dia, proporcionando uma nova forma de apropriação do espaço público. Alto-falantes foram instalados nos postes para que os programas de rádio e as canções revolucionárias tivessem o maior alcance possível e fizessem parte do cotidiano do trabalhador.

A experiência das barbearias de Barcelona tornou-se famosa pela capacidade de organização, radicalidade e consistência política dos trabalhadores. Segundo o relato de Souchy e Folgare (2006, p. 117-120), os barbeiros trabalhavam em condições muito precárias: “un mal espejo, unos panos y un jabón para cien clientes era el ajuar de esos establecimientos llamados ‘peluquerías’” (SOUCHY; FOLGARE, 2006, p. 117), para um ganho semanal de 40,25 pesetas. Além disso, estimava-se que o número de barbeiros desempregados em Barcelona chegava a trezentos, fazendo com que o valor do salário permanecesse baixo e as condições de trabalho, as mesmas, uma vez que existia uma oferta significativa de mão de obra ociosa disposta a aceitar tais condições. Após o fracasso do golpe em Barcelona, os barbeiros realizaram uma série de assembleias e decidiram pela coletivização dos estabelecimentos da cidade, iniciando um processo de reestruturação da atividade baseado principalmente na distribuição espacial das barbearias. Num primeiro momento, dividiram a cidade

em zonas, que não necessariamente coincidiam com os bairros e, a partir daí, começaram a planejar a oferta do serviço. O primeiro passo foi fechar inúmeras barbearias deficitárias, o que resultou em uma economia de 80 mil pesetas mensais de aluguel, dinheiro que foi utilizado para melhorar as condições de trabalho com a compra de novos produtos e, principalmente, incorporar os barbeiros desempregados. Sobraram apenas 240 barbearias em Barcelona, distribuídas por zonas estabelecidas pelos trabalhadores, considerando a acessibilidade, o tamanho e a renda da população em cada uma. A jornada de trabalho diária era de seis horas e meia, sendo que as barbearias ficavam abertas de oito da manhã às nove da noite, sem nenhuma interrupção. A redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento do estabelecimento permitiram a incorporação de mais trabalhadores, eliminando o desemprego nesse serviço. A reestruturação permitiu aumentar o salário para 60 pesetas semanais nos dois primeiros meses de coletivização e, depois, para 75.

A exceção do conjunto dos serviços urbanos eram os trabalhadores das padarias, atrelados ao sindicato da panificação, que aglutinava trabalhadores dos serviços e da indústria panificadora como um todo. Por isso, esses estabelecimentos passaram por um intenso processo de reestruturação que não atingiu outras atividades, como as escolas, teatros e oficinas, por exemplo. As padarias eram avaliadas em função da sua produtividade e localização: se tinham baixa produtividade, eram deficitárias ou estavam localizadas em áreas com um excesso de outras unidades, elas eram fechadas, seus trabalhadores eram deslocados para outros estabelecimentos e os recursos, distribuídos de acordo com as necessidades do ramo de atividade, o que era definido pelo próprio sindicato. As padarias eram consideradas estratégicas para o abastecimento da população devido à sua tarefa de produção e distribuição do pão, que vai se tornando cada vez mais importante na dieta das pessoas conforme a guerra avança e os alimentos vão ficando cada vez mais escassos.

De forma geral, os serviços urbanos mais rotineiros tiveram seus custos reduzidos para os trabalhadores por meio de iniciativas como a redução dos preços, a incorporação de mais trabalhadores através da diminuição da jornada diária de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento de cada estabelecimento. Essas medidas geraram o aumento do consumo, melhorias significativas na qualidade de vida e uma sensível queda na taxa de desemprego. O dinamismo gerado pelos serviços possibilitou uma nova forma de apropriação

do espaço urbano pela classe trabalhadora: maior mobilidade, acessibilidade e novas experiências de vida na cidade, como a descoberta e vivência de novas paisagens urbanas, maior articulação entre os diferentes bairros, ampliação da percepção espaço-temporal dos trabalhadores, que até então era basicamente circunscrita ao seu bairro (deslocamento moradia-trabalho-moradia). A expansão e coletivização dos serviços permitiram tais transformações, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das identidades sociais dos trabalhadores, processo que estava direta e indissociavelmente relacionado à classe e ao espaço de referência identitária.

Durante os anos de entre guerras, os principais conflitos urbanos ocorridos em Barcelona foram motivados pela questão da habitação. O início do movimento revolucionário recoloca o problema em outros termos, uma vez que a conjuntura política no ano de 1936 é favorável aos trabalhadores. Contudo, não podemos esquecer que a propriedade privada não fora totalmente abolida, nem a burguesia barcelonesa, eliminada; ao contrário, ela controlava a *Generalitat*, através da *Esquerra*, partido burguês liderado pelo hábil Lluís Companys<sup>15</sup> que, de forma gradual, porém muito eficaz, conseguiu ir recompondo o poder do aparelho de Estado, com o apoio de comunistas e socialistas, ao mesmo tempo em que minava as conquistas revolucionárias.

Em relação à habitação, eram muitas as situações encontradas: em diversos locais, os aluguéis eram pagos regularmente; em outros, os inquilinos se recusavam a pagá-los; inúmeros prédios e casas abandonados foram ocupados, enquanto vários imóveis foram expropriados pelos trabalhadores.

Entre julho de 1936 e junho de 1937, não havia uma política ou um projeto claro concernente à questão habitacional em Barcelona. Nenhum campo político tinha força ou capacidade de mobilização necessárias para implementar de forma hegemônica um plano consistente para o setor, o que resultou nas diversas situações citadas acima: os libertários não tinham condições de promover uma grande expropriação e coletivização dos imóveis para dar fim à propriedade privada urbana; os socialistas e comunistas não conseguiam impor uma estatização da propriedade imobiliária; e a burguesia, por sua vez, não sendo capaz de manter a mesma relação autoritária com os trabalhadores, era obrigada a fazer concessões. Portanto, a questão da habitação continuou sendo

<sup>15</sup> Presidente da *Generalitat*.

foco de conflitos, porém não da mesma natureza que ocorrera anteriormente, quando os trabalhadores eram tratados como marginais e submetidos à violência policial. A nova conjuntura seria marcada por uma série de propostas e projetos que levavam em conta a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa preocupação, embora compartilhada por todos os campos políticos em Barcelona, é permeada por profundas diferenças políticas e econômicas em relação à forma de alcançar tais objetivos. Assim, os conflitos que eram protagonizados por trabalhadores e policiais deixam as ruas para serem travados principalmente nos órgãos do aparelho de Estado, como no Conselho de Economia e no Departamento de Finanças (CENDRA i BERTRAN, 2006).

Nesse período, o planejamento e a gestão urbanos de Barcelona foram marcados pela forte descentralização e autonomia das organizações dos trabalhadores, quando a CNT detinha a hegemonia no campo das lutas urbanas, e a dinâmica do espaço urbano era pautada pelos sindicatos. Isso significava que o planejamento e a gestão eram feitos de forma setorial, de acordo com a entidade de cada ramo. Assim, por exemplo, novas construções, obras de manutenção, produção de materiais e insumos necessários às obras de infraestrutura ficavam sob a responsabilidade do Sindicato da Construção, que reunia todas as atividades relacionadas à construção civil e às indústrias de materiais de construção (cimentos, telhas, ferramentas etc.). Se, por exemplo, o Sindicato dos Transportes decidia fazer uma determinada obra (instalação de sinais, colocação de um ponto de ônibus ou bonde, construção de uma baia na rua), solicitava o serviço ao Sindicato da Construção, mas a gestão do sistema de transportes (horários, itinerários, tarifas etc.) ficava sob sua responsabilidade. Em suma, a cidade funcionava de forma setorial, sem uma coordenação efetiva dos diferentes serviços, não havendo uma política de planejamento e gestão integrada que articulasse os diferentes setores da produção e dos serviços urbanos. O Comitê Regional da CNT não foi capaz de assumir tal responsabilidade no campo das políticas urbanas, da mesma forma como atuara na Coordenação das atividades industriais e o Comitê de Milícias Antifascistas estava voltado basicamente para questões militares e políticas nas escalas regional e nacional e não assumiu responsabilidades nesse sentido. Os comitês de bairro não foram capazes de criar conselhos comunais, como foi feito em cidades menores e em diversas coletivizações agrícolas, o que permitia uma coordenação e articulação efetiva

das atividades. Por isso Barcelona era constituída por diversos territórios libertários que, apesar da falta de coordenação e articulação, conseguiram suprir de forma razoável sua crescente população e, dentro daquele contexto, melhorar determinados aspectos na vida da classe trabalhadora.

O período entre agosto de 1937 e maio de 1938 foi marcado pela redução da hegemonia libertária e pela ascensão gradual do aparelho de Estado na condução do planejamento e da gestão urbanos de Barcelona. Foi um momento de transição, em que a *Generalitat* cada vez mais ampliava sua influência e capacidade de ação, no entanto, ainda necessitando da capacidade de mobilização e ação dos sindicatos. Existia entre ambos uma cooperação tensa e conflituosa que foi inteiramente superada após maio de 1938, quando se decidiu por restabelecer os poderes municipais, que até então haviam sido completamente ignorados. Evidentemente, a iniciativa parte da *Generalitat* e dos comunistas, os quais percebem que a recomposição do aparelho de Estado passava, necessariamente, pela centralização do planejamento e da gestão urbana da principal cidade espanhola. Assim, em maio de 1938 é criado um Comitê Municipal constituído pelas organizações e partidos antifascistas. No entanto, nesse momento, o declínio do movimento libertário é evidente e a hegemonia é exercida pela aliança entre a burguesia republicana e os comunistas. A nova composição da correlação de forças permite que as atividades do Comitê Municipal sejam todas voltadas para a centralização política e econômica das políticas urbanas, o que significa desfazer e aniquilar as experiências de autogestão (ROCA, 1983).

O avanço do conflito tornava as condições de vida em Barcelona cada vez piores. Conforme a guerra avançava, os insumos para as indústrias e para as atividades agrícolas iam ficando cada vez mais raros e, por isso, cada vez mais caros (MUÑOZ, 2006). No final de 1937, a vida cotidiana ficou muito difícil em Barcelona. Inúmeras filas se formavam nos armazéns, padarias e mercados para que as pessoas pudessem adquirir sua cota de produtos básicos: pão, leite, carvão, madeira, vinho, batatas, açúcar, farinha e um pouco de carne. O racionamento e a escassez levaram à emergência de práticas de contrabando e à formação de um mercado negro de produtos como cigarros, chocolates, café, ovos, carne fresca, legumes e verduras. Os preços dos produtos e serviços dispararam, principalmente nos estabelecimentos privados que costumavam abastecer a classe média e, principalmente, a elite barcelonesa, que voltava a andar

tranquilamente pelas ruas da cidade. As transformações políticas, econômicas e militares causaram mudanças na dinâmica urbana de Barcelona. Aos poucos, o processo revolucionário foi enfraquecendo, tornando-se pálido. As bandeiras rubro-negras, os cartazes, as músicas, o entusiasmo, tudo isso foi desaparecendo aos poucos. O medo, a incerteza, o frio e a fome tomaram conta do cotidiano e preencheram corações e mentes daqueles que estavam cada vez mais perto da frente de combate. A burguesia voltou a caminhar e circular pela cidade, a ordem pública foi se restabelecendo conforme os comunistas dominavam o aparato policial e as forças armadas, uma atmosfera de medo e repressão voltou a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Assim, o processo revolucionário caminhava melancolicamente para seu fim. Trabalhadores desmotivados e sem forças para reagir à contrarrevolução ou para retomar a vitalidade e o vigor de suas organizações assistiram praticamente inertes à ação dos líderes da CNT no desenvolvimento de uma vazia política colaboracionista que apenas ajudou a destruir suas próprias conquistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBA, Victor. *Los colectivizadores*. Barcelona. Alertes. 2001.
- AMSDEN, John. La colectivización industrial bajo control obrero: Cataluña, 1936-39. In: PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989. p. 291-328.
- BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BERNECKER, Walter. *Las colectividades y revolución social*. El anarquismo en la guerra civil española. Barcelona: Crítica. 1982.
- BERTHIER, René, LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário. 2002.
- BREITBART, Myrna Margulies. El anarquismo español: ensayo introductorio. In: PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989. p. 195-222.
- BROUÉ, Pierre. *A revolução espanhola 1936-1939*. São Paulo: Perspectiva, 1992 [?].
- CASANOVA, Julián. *Anarquismo y revolución social en la sociedad rural aragonesa 1936-1938*. Barcelona: Crítica. 2006.
- CARR, Raymond. *The republic and the civil war in Spain*. London: Macmillan, 1971.
- CARRIÓN, Pascual. *La reforma agraria de la 2ª República y la situación actual de la agricultura española*. Barcelona: Ariel, 1973.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- CENDRA i BERTRAN. *El Consell d'Economia de Catalunya (1936-1939)*. Revolució i contra-revolució en una economia col·lectivitzada. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2006.
- DURAN, Antoni Castells. *Les col·lectivitzacions a Barcelona 1936-1939*. Barcelona: Hacer Editorial, 1993.
- \_\_\_\_\_. *El proceso estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939)*. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1996.
- EALHAM, Chris. *La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflictos 1898-1937*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- GONZÁLES, Luis Garrido. *Colectividades agrárias em Andalucía: Jaén (1931-1939)*. Jaén: Universidad de Jaén, 2003.
- \_\_\_\_\_. *La economía colectivizada de la zona republicana durante la Guerra Civil*. Madrid: Congreso Internacional de la Guerra Civil, Salamanca, 2006.
- LEVAL, Gaston. *Colectividades libertarias en España*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.
- MAURICE, Jacques. *Problemática de las colectividades agrarias en la Guerra Civil. Agricultura y Sociedad*, Madrid, n. 7, p. 53-85, 1978.
- MENDEZ, Nelson; VALLOTA, Alfredo. *Una perspectiva anarquista de la autogestión*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, v. 12, n. 1, p. 59-72, 2006.
- MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006.
- MUÑOZ, Lina Gálvez. Produciendo para la Revolución y produciendo para la Reacción. Trabajo y Guerra Civil, 1936-1939. In: ACEÑA, Pablo Martín; RUIZ, Elena Martínez (org.). *La economía de la Guerra Civil*. Madrid.: Marcial Pons. 2006. p. 461-490.
- MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyrouze. Los consejos municipales: una nueva articulación del poder local en la retaguardia republicana. *Historia Actual online*, Cádiz, n. 4, p. 115-126, 2004. Disponible em: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/48>. Acceso em: 12/8/09.
- ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. São Paulo: Globo. 2006.
- OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.
- OYÓN, José Luis; GALLARDO, Juan José (orgs). *El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939*. Barcelona: Ediciones Carena, 2005.
- PAYNE, Stanley. *La revolución y la guerra civil española*. Madrid: Júcar, 1976.
- PEIRATS, José. *La CNT en la revolución española*. Madrid: Ruedo Ibérico, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.
- PRESTON, Paul. *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2005
- ROCA, Francesc. *Política, economía y espacio*. La política territorial en Cataluña (1936-1939). Barcelona: Ediciones del Serbal, 1983.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. *O organismo econômico da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1980 [?]

SOUCHY, Agustín; FOLGARE, Paul. *Colectivizaciones*. La obra constructiva de la revolución española. Barcelona: CNT-AIT, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964 [1961]

TORRE, Alejandro R. Díez. *Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madrid: La Malatesta Editorial e Presnas Universitarias de Zaragoza, 2009.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 16/05/2012



# ATIVISMO TRANSNACIONAL E ESPAÇOS URBANOS FRONTEIRIÇOS: POSSIBILIDADES DE UMA PRÁXIS LIBERTÁRIA

**RAFAEL ZILIO**

Mestre em Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafael.zilio@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente texto discute possibilidades de transnacionalização de ativismos sociais e seu significado para cidades fronteiriças. Aborda-se a cidade de fronteira como uma espacialidade propiciadora de oportunidades para movimentos urbanos emancipatórios, valendo-se de sua situação geográfica de encontro entre dois Estados territoriais e, principalmente, de seu espaço híbrido. Apesar de, num primeiro momento, a fronteira se apresentar como expressão espacial da heteronomia instituída, a cidade fronteiriça possui condições de catalisar movimentos e também de abrigar nós de uma rede de movimento emancipatório. As possibilidades de práticas espaciais desenvolvidas através do espaço urbano fronteiriço, a práxis libertária nesse e através desse espaço e os recursos que a condição fronteiriça de determinadas cidades apresenta para o ativismo transnacional são o foco da discussão deste artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo transnacional. Cidades fronteiriças. Práxis libertária.

## TRANSNATIONAL ACTIVISM AND BORDER URBAN SPACES: POSSIBILITIES OF A LIBERTARIAN PRAXIS

## ABSTRACT

This paper discusses possibilities to transnationalization of activisms and its meaning for border cities. It approaches the border city as a spatiality that provides opportunities for emancipative urban movements, using their geographical situation

of meeting between two territorial States and, mainly, using their hybrid space. Although, at first, the frontier is presented as a spatial expression of instituted heteronomy, the border city has conditions to catalyze movements and also contains nodes of an emancipative movement network. The possibilities of spatial practices developed through border urban space, the libertarian praxis in these and through these spaces and the resources that the frontier condition of determinate cities presents for the transnational activism are the focuses of this paper discuss.

**KEYWORDS:** Transnational activism. Border cities. Libertarian praxis.

## INTRODUÇÃO

As lutas sociais pós-iluminismo europeu conheceram, historicamente, dois eixos de constituição, sendo um relacionado ao âmbito doméstico, comumente associado ao Estado nacional, e outro que remete à escala internacional, com a solidariedade de classes ou grupos sociais, sendo transnacionalizada e extrapolando a escala do Estado. As revoluções burguesas do século XVIII e os conflitos de cunho nacionalista são exemplos do primeiro tipo de luta, enquanto o internacionalismo operário do século XIX e início do século XX e alguns dos chamados novos movimentos sociais são exemplos dessa solidariedade transnacional. Nesse segundo eixo de luta, o privilégio do Estado como ator político principal é diluído, deslocado e mesmo se torna alvo de contestação radical para determinados agentes sociais. No capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1987), ao longo do século XX, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e a melhoria dos sistemas de transporte aceleraram o processo de acumulação/reprodução do capital e aprofundaram a imposição do modelo civilizatório ocidental (mais precisamente europeu e estadunidense) para o resto do mundo, estabelecendo novas formas de dominação e exploração, mas, por outro lado, também propiciaram instrumentos para a constituição de lutas transnacionais, com novos conteúdos e modos de interação. O ativismo transnacional, dado entre outros fatores à facilidade de acesso ao supracitado instrumental, consolidou-se primeiramente na Europa, possuindo relações com os Estados Unidos. Mas experiências latino-americanas denotam o espírito transnacionalista que ativistas de países do capitalismo periférico e semiperiférico apresentam, entre os quais podemos citar como exemplos

o neozapatismo no México e suas redes de solidariedade tecidas principalmente através da internet, o movimento indígena em diversos países da América do Sul, com destaque para a Bolívia e o Equador, e os *piqueteros*, a partir da Argentina. Os espaços de surgimento, desenvolvimento de redes e constituição de nós de rede dos ativismos são variados, compreendendo desde territórios secularmente ocupados por povos originários, até grandes centros urbanos. A natureza e o grau de ambição também são variados, podendo apresentar-se com ideias reformistas, com o intuito de “tomar” o poder do Estado e “melhorá-lo” num contexto heterônomo, ou objetivar a luta emancipatória, anti-heterônoma, a práxis libertária. Nesse sentido, delimitamos o recorte espacial e de ambição política de nossa análise. O que trazemos no presente texto é uma abordagem de ativismos ou, mais especificamente, de movimentos sociais emancipatórios a partir das possibilidades de práxis libertária em e através de cidades fronteiriças.

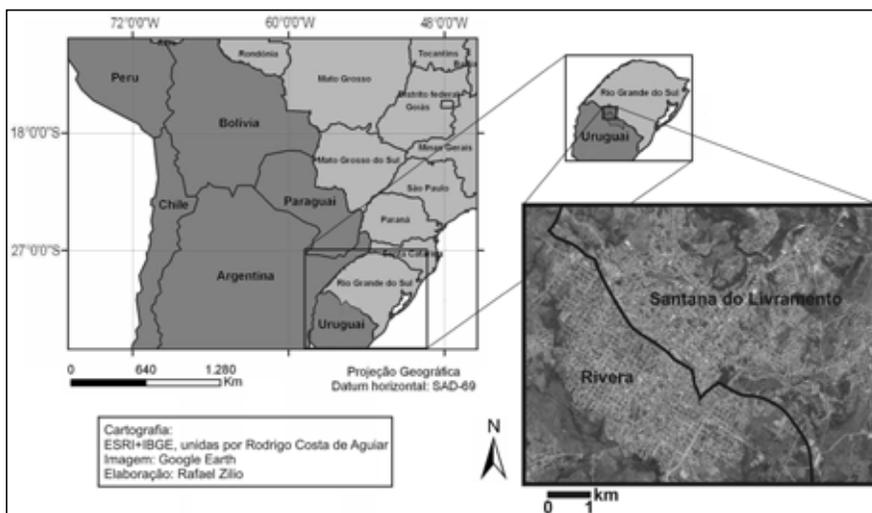
Os processos sociais subjacentes à condição fronteiriça de certas cidades configuram uma espacialidade propiciadora de hibridização, sendo esse espaço híbrido a referência para pensarmos a constituição de movimentos emancipatórios. Não permaneceremos apenas circunscritos a esse espaço, mas a reflexão se dará a partir e por meio dele, através do uso de conceitos como rede e escala, considerando que a rede transnacional de um ativismo se dá pelo movimento, pelo jogo escalar, pelo salto escalar e, de maneira mais coesa, por uma política de escalas desenvolvida de modo a ressignificar escalas convencionais e construir novas escalas de influência e atuação em diferentes espaços urbanos. Analisaremos os recursos espaciais, as oportunidades e os “diferenciais” que cidades em uma fronteira apresentam e possibilidades de apropriação desses elementos por um ativismo que se pretende transnacional. Em seguida, abordaremos ideias e conceitos úteis para a leitura de um movimento social que se transnacionaliza, relacionando-os à construção de novas escalas a partir e através de espaços urbanos fronteiriços. Posteriormente discutiremos limitações e desafios para o estabelecimento de alianças em escalas supralocais e para o transnacionalismo, numa perspectiva latino-americana do espaço urbano fronteiriço. Por fim, nos apropriaremos da ideia de transnacionalismo para refletir sobre algumas possibilidades apresentadas pela identidade transnacional encontrada no sul do continente americano.

## OS RECURSOS ESPACIAIS DAS E NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS E SEU SIGNIFICADO PARA O ATIVISMO TRANSNACIONAL

Cidades em fronteiras constituem entidades espaciais que, mais do que o encontro entre duas institucionalidades (no caso, dois Estados), apresentam também a possibilidade de hibridização de algumas dimensões sociais. Apesar ou mesmo longe de nacionalismos exacerbados, são tecidas redes de relações sociais as mais diversas, sendo que, num primeiro momento, as vantagens econômicas e o intercâmbio/hibridização cultural tornam-se mais nítidos. Isso, caso se trate de uma fronteira porosa, onde dois (ou em certos casos mais de dois) Estados possuem relações amistosas que permitem uma menor vigilância militar em função da ausência de ameaças à “segurança nacional”. Essas relações, entre outros fatores, produzem repercussões espaciais nas cidades que remetem às suas fronteiras, sendo que nesse espaço urbano fronteiriço as relações sócio-espaciais como um todo, e as relações econômicas, culturais e familiares, em específico, configuram uma espacialidade “aberta” à hibridização. Logo, cidades conurbadas em fronteira seca, porosa, com diversas dimensões sociais altamente integradas constituiriam uma espacialidade urbana fronteiriça propícia a oportunidades para ativismos que se pretendem transnacionais, frente a outras configurações de espaços fronteiriços. A fronteira entre Brasil e Uruguai é um exemplo emblemático dessa espacialidade. Assim, a ideia de limite fronteiriço enquanto separação e divisão não se coloca para determinadas fronteiras, quando se promove o contato e a troca entre culturas dos dois lados da linha territorial, de forma que as interações transnacionais, substituindo o confronto e a exclusão pela cooperação, integração e inclusão, são a característica principal (NEWMAN, 2003, p. 127). Por outro lado, quando a fronteira significa rígido controle, seja por animosidade entre os Estados nacionais, seja por grande fluxo de imigrantes ilegais, entre outros fatores, as repercussões espaciais desse controle resultam numa espacialidade “fechada” à hibridização. Antagonicamente, temos o exemplo do que foi a Alemanha dividida entre Ocidental e Oriental durante a Guerra Fria e, no presente, o da Coreia do Sul e a Coreia do Norte, constituindo um caso de separação em um espaço monoétnico. Já a fronteira entre Estados Unidos e México possui características de controle menos rígidas que, embora dificultando a integração cotidiana, não necessariamente inibem o estabelecimento de redes de relações em escala local, e mesmo supralocal, tanto legais quanto ilegais. Nisso, constata-se uma

visão muitas vezes deturpada acerca da fronteira, geralmente relacionada ao contrabando, à ilegalidade e à distância (num sentido negativo) dos principais processos que ocorrem num país, contribuindo assim para uma estigmatização sócio-espacial. Contudo, propomos um mergulho nas possibilidades de práticas espaciais e hibridização cultural presentes nessa espacialidade, a fim de driblar os elementos estigmatizantes através de uma abordagem a partir da cidade fronteiriça.

Ao considerarmos a fronteira e o espaço urbano fronteiriço, temos em mente o caso da conurbação internacional que ocorre em cidades da fronteira Brasil-Uruguai. Em particular, tomando o caso mais representativo dessa situação geográfica, temos as cidades de Santana do Livramento - Rivera, onde se encontra a única praça internacional do mundo. Ali, para se passar de um país para outro, basta se atravessar uma rua. Como é possível observar na Figura 1, trata-se de uma continuidade do tecido urbano que perpassa o limite entre os Estados territoriais, os quais não acompanham essa continuidade, configurando uma espacialidade de fratura político-institucional.



**Figura 1: Localização das cidades-gêmeas Santana do Livramento - Rivera e de sua conurbação internacional.**

A partir da espacialidade da fronteira Brasil-Uruguai, com as características de “abertura” supracitadas, o cotidiano fronteiriço relaciona-se com a prática política:

[...] em muitos tipos de ação política, as estratégias são pensadas e executadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deve-se ressaltar: “praticando” a fronteira, agindo como fronteiriço, como o habitante de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais (DORFMAN, 2009, p. 71).

Essa condição fronteiriça vai ao encontro de nosso pressuposto de possibilidades para o ativismo transnacional, visto que essas cidades estão no limite entre dois Estados territoriais (constituindo uma limitação) e, ao mesmo tempo, possuem as possibilidades do espaço urbano enquanto espacialidade propiciadora de oportunidades para ativismos transnacionais, numa divisa internacional que mais aproxima do que limita cultural e economicamente seus habitantes.

No contexto de Santana do Livramento – Rivera, identificamos e analisamos incipientes ativismos de bairro que fazem uso da condição fronteiriça para tecer redes locais de cooperação. Do lado brasileiro, no ano de 2006 foi implementado um Plano Diretor “participativo”; do lado uruguaio, desde 2005 há um esquema de Orçamento Participativo. Na esteira desse processo, as organizações de ativismos de um lado do limite internacional apresentam interações tanto entre si quanto com organizações do outro lado do limite. Constatamos que as organizações com maiores relações transnacionais são aquelas centrais e adjacentes à linha divisória, mas que se relacionam pouco com organizações periféricas; por sua vez, as organizações da periferia urbana mantêm significativas relações entre si, porém, com pouca ou nenhuma relação transnacional. Dentre os fatores que catalisam a transnacionalidade nesse recorte espacial, destacam-se as relações de parentesco e de amizade. No caso de Santana do Livramento - Rivera, como em outros exemplos de cidades na fronteira Brasil-Uruguai, é comum a constituição de famílias “binacionais”, formadas por mulheres brasileiras casadas com homens uruguaiois ou homens brasileiros casados com mulheres uruguaiois, cujos filhos serão socializados em um ambiente culturalmente híbrido, bilíngue e com o dialeto portunhol sendo praticado. Nesse sentido, tecem-se relações de proximidade as mais diversas. No bojo do ativismo transnacional, ativistas dos dois lados do limite fronteiriço trocam experiências sobre as diferenças de natureza jurídica e institucional dos Estados brasileiro e uruguaio e se influenciam mutuamente a ponto de, no contexto dessas aberturas institucionais, ativistas brasileiros reivindicarem um

esquema de Orçamento Participativo semelhante ao de Rivera, e ativistas uruguaios discutirem a participação na construção do Plano Diretor de sua cidade, semelhante ao que acontece em Santana do Livramento. Assim, o surgimento de aberturas institucionais do Estado local para políticas de planejamento e gestão urbanos fomentou a organização de um ativismo que, apesar de politicamente pouco ambicioso, apresenta elementos que demonstram o uso das oportunidades que as cidades fronteiriças oferecem.

Na cidade fronteiriça, como em outras cidades, é possível a existência de uma modalidade de ativismo de escala local “localista”/paroquialista. O embate com as diferentes jurisdições dos Estados pode acarretar o desenvolvimento de estratégias de reivindicação diferentes, participação em diferentes canais institucionais “participativos” (e com diferentes graus de abertura institucional). Contudo, os ativistas de um lado do limite internacional podem estabelecer alianças com ativistas do outro lado. Em se tratando de um espaço híbrido, o ativismo, a prática espacial insurgente e a práxis libertária se dão em um contexto de hibridização, onde os ativistas podem estar “vacinados” contra nacionalismos e/ou etnocentrismos. O recurso espacial da hibridização pode contribuir para essa “vacina”, para a superação de uma barreira que é comum no caso de alianças formadas por ativistas topometricamente distantes. Favorecendo processos de difusão e mudança escalar (TARROW, 2005, p. 32) das práticas espaciais, tal recurso contribui para a dissolução de corporativismos ou particularismos em escalas supralocais, ao mesmo tempo em que ressignifica uma luta anteriormente restrita à escala local e a um contexto sócio-espacial singular. A formação de coalizões transnacionais pode ser assim catalisada.

## **DAS MOLECULARIDADES À CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCALAS NUM MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO**

O processo de transnacionalização de contestações nos convida a avaliar as estratégias espaciais e a utilização de diferentes espacialidades na mobilização além-fronteiras, sendo cidades fronteiriças uma dessas espacialidades. Como analisarmos uma contestação que se dá em diferentes lugares e constitui uma rede geográfica que possibilita transnacionalizar tal contestação? Guattari nos traz a noção do par molar/molecular, que possui semelhanças com o conceito geográfico de escala, embora não admita uma transposição absoluta. Para ele, a chamada micropolítica diz respeito a “como o nível das diferenças sociais

mais amplas (que eu chamei de ‘molar’) se cruza com aquele que eu chamei de ‘molecular’” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 149), sendo que esses dois níveis não denotam uma oposição ou contradição. A molaridade e a molecularidade remetem a formas de organização de um determinado fenômeno: a molaridade se apresenta limitante, com representações predeterminadas e possivelmente hierárquicas e heterônomas, enquanto a molecularidade admite vetores oriundos de diversos pontos, transversais a linhas e formando um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Logo, temos dois níveis de apreensão para entendermos como as organizações sociais desenvolvem a micropolítica (no presente caso, tendo em mente o ativismo transnacional) e, na realização de um jogo de escalas, como se dá, nível molecular, a insurgência de uma revolução fruto da resistência ao controle social: “a tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de ‘revolução molecular’” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 54). Esse processo molecular relaciona-se com os novos movimentos sociais e a constituição de sua luta, pois o que os caracteriza “não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 54). A revolução molecular contém o germe da luta travada por parte dos movimentos emancipatórios para ligar diversos pontos (uma rede e seus nós) em direção a uma agenda comum, um espaço-tempo próprios principalmente no que diz respeito àqueles que se pretendem transnacionais.

Bringel e Falero (2008) destacam a conformação de novas horizontalidades, novas sociabilidades e novas subjetividades no processo aqui entendido por revolução molecular: nas novas horizontalidades, “embora ganhem uma dinâmica reticular transnacional em sua forma organizativa que afeta o alcance de suas práticas, está presente uma forte base territorial local/nacional, onde também atuam e canalizam os conflitos ao espaço público” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276). Novas formas de se relacionar também contribuem para a organização dos movimentos, que geram, “a partir desses novos recortes horizontais, novas sociabilidades, através da instituição de outras formas de relações sociais, de vínculos comunitários e afetivos, solidários e de reconhecimento mútuo” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276, grifos no original).

Logo, “isto contribui para a construção de novas subjetividades, entendidas [...] como as percepções, representações, ideias, sentimentos, expectativas ou desejos construídos pelos sujeitos sociais em suas práticas cotidianas, nas experiências vividas” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276). Dados os processos moleculares e a conformação de horizontalidades, sociabilidades e subjetividades, vemos que a luta anti-heterônoma, na atual fase do capitalismo, prescinde da articulação de organizações “de baixo e de diversos pontos”, conforme uma antiga (mas ainda atual) máxima libertária. Realizando um jogo de escalas, Guattari destaca a necessidade da articulação transnacional, relacionando-a ao capitalismo contemporâneo:

[...] qualquer perspectiva de luta revolucionária circunscrita a espaços nacionais, qualquer perspectiva de tomada de poder político pela ditadura do proletariado é cada vez mais ilusória. Os projetos de transformação social serão condenados à impotência enquanto não se inserirem em uma estratégia subversiva em escala planetária, tão desterritorializada quanto à do CMI<sup>1</sup> (GUATTARI, 1987, p. 218).

Nesse processo, a revolução molecular se trava em diferentes escalas, ressaltando-se a importância da busca de alianças em escalas supralocais, conforme apontado em Souza (2009, p. 468). Logo, a multiplicidade de escalas envolvidas na organização sócio-espacial do capitalismo também habilita múltiplas oportunidades para suscitar resistência ou para estabelecer ligações através de e entre as escalas (MARSTON, 2000).

Ao refletirmos sobre os movimentos emancipatórios, utilizando diferentes escalas, vemos a dimensão transnacional de práticas espaciais que se dão muitas vezes em escala “nanoterritorial” (SOUZA, 2009, p. 470). A atuação em diversas escalas leva ao aparecimento do ativista transnacional, aqueles cosmopolitas enraizados<sup>2</sup> engajados em mobilizações/contestações políticas (TARROW, 2005, p. 43). Contudo, essa definição é ampla, podendo denotar um ativismo

---

<sup>1</sup> CMI: capitalismo mundial integrado. Para Guattari, “o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele [...] e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle” (GUATTARI, 1987, p. 211).

<sup>2</sup> Na definição de Tarrow (2005, p. 29), cosmopolitas enraizados são indivíduos que possuem alta mobilidade espacial, utilizando-se de recursos tanto domésticos (ou “intranacionais”) como internacionais em suas atividades. Os ativistas transnacionais seriam um subgrupo de cosmopolitas enraizados mobilizados em torno de uma determinada contestação.

reformista, pouco ambicioso ou primordialmente animado pela classe média – como é o caso da abordagem de Tarrow, que discutiremos mais adiante.

A escala é vista aqui como construção social que se dá pelo movimento, sendo sempre redefinida, contestada e reestruturada em termos de sua extensão, conteúdo, relativa importância e inter-relações. A contínua reorganização das escalas espaciais integra estratégias sociais e uma arena para lutas por controle e empoderamento (SWYNGEDOUW, 2004, p. 133), onde vemos essas escalas também sendo construídas de forma molar e/ou molecular. Por conseguinte, a mudança na atuação de uma escala para outra(s) denota o denominado salto de escalas, inicialmente proposto por Smith (1984), referente a “um processo que indica como a política é espacializada, [sendo que] estratégias político-escalares são ativamente mobilizadas como parte de estratégias de empoderamento e desempoderamento” (SWYNGEDOUW, 2004, p. 133). O salto escalar é um elemento essencial na política de contestação, sem o qual as contendas que emergem localmente permanecem no nível local. Para Tarrow (2005, p. 121), esse processo é uma mudança no número e na escala das ações contestatórias coordenadas para um ponto focal diferente, envolvendo um novo alcance de atores, diferentes objetos e reivindicações além-fronteiras. O autor alerta que o salto escalar pode gerar uma mudança no significado e no escopo do objeto de reivindicação/contestação. Vemos, nesse sentido, que as relações entre política e escala geográfica se dão com a mudança qualitativa da contestação, podendo resultar em novas configurações de luta emancipatória num contexto de transnacionalismo. Configurações escalares modificam-se com o poder: novas escalas socialmente significativas são construídas, enquanto outras se transformam ou desaparecem (TARROW, 2005, p. 121), e diferentes maneiras de integração espacial produzem diferentes tipos de identidade coletiva que, por sua vez, apresentam diferentes desafios de mobilização (MILLER, 2004, p. 235).

Com essas mudanças em mente, chegamos à proposição de Leitner (2004), tomando por referência o que essa autora (e também outros, como Marston [2000]) entende por perspectiva construtivista de escala. Para Leitner: (a) a escala é socialmente construída e não fixa ou predeterminada; (b) o social e o espacial são ambos constituintes e a construção de uma nova escala envolve reconstrução de outras; e (c) a construção da escala incorpora poder, conflitos e lutas de poder (LEITNER, 2004, p. 238). A perspectiva de construção social da escala pelo movimento, pela mudança qualitativa de natureza política (sen-

do mais ou menos ambiciosa, incorporando uma gama de ativistas transnacionais os mais diversos), acompanha o desenvolvimento da transnacionalização de práticas espaciais emancipatórias, visto que elas reconstróem e/ou ressignificam escalas. A ideia de política de escalas encontra essa perspectiva ao propor uma análise da escala através das lutas sociais. O conceito é usado para conotar que “escalas geográficas e configurações escalares são socialmente produzidas e politicamente contestadas através da luta social” (BRENNER, 2001). Diferenciando-se de abordagens mais tradicionais, tal política trabalha com uma noção de escala mais ampla do que simplesmente a de diferentes níveis de análise de determinados processos, com hierarquia de espaços delimitados ou de tamanhos diversos, como “local”, “regional”, “nacional”, “global” (LEITNER, 2004, p. 238). Aborda-se aqui a construção de novas escalas, depreendidas de revoluções moleculares ocorridas em espaços topometricamente distantes, em cuja constituição estão as cidades fronteiriças e outros espaços urbanos, sendo que um dado central na política de escalas é a manipulação de relações de poder e autoridade por atores e instituições que operam e se situam em diferentes escalas (LEITNER, 2004, p. 238-239).

O ativismo transnacional lida com relações de poder diversas na mudança de escala – com a reconfiguração escalar da política, redes de conectividade espacial assumem crescente importância como forma de resistência, conforme discutido em Leitner (2004, p. 252). Essa modalidade de contestação, pois, precisa se valer de uma política de escalas e construir/ressignificar escalas. A ressignificação da escala “local” passa, por exemplo, do Estado local (jurisdição do município) para o espaço que propicia situações de copresença/convivência cotidiana e processos de lugarização. Em cidades fronteiriças, a política de escalas faz com que a mobilização social não se restrinja a um ativismo transnacional de escala local, ou seja, aquele restrito a um par de cidades-gêmeas. A escala “local” de uma organização de movimento social, que pode ser um nó de rede e um lugar (no sentido topofílico), se apresenta como o espaço de publicização de sua luta, podendo ser uma praça, uma importante avenida, ou outros subespaços de uma determinada cidade. Com uma mescla entre luta institucional e ação direta (SOUZA, 2010), os ativistas não se veem necessariamente limitados à escala do Estado local, ressignificando-a. Não obstante, a escala de um ativismo transnacional é composta por escalas locais e supralocais, ambas ressignificadas, da escala de atuação à escala de influência ou capacidade de

mobilização. Essa, portanto, torna-se a escala do ativismo transnacional, que não se limita a uma mera soma de escalas convencionais como o “local”, o “nacional” etc., conforme aprofundaremos agora.

## OS DESAFIOS DO TRANSNACIONALISMO NUM CONTEXTO URBANO FRONTEIRIÇO LATINO-AMERICANO

Apesar de a transnacionalidade de lutas sociais não ser um fenômeno novo, o seu desenvolvimento quantitativo e suas mudanças qualitativas ocorreram com maior intensidade a partir da segunda metade do século XX, no âmbito do capitalismo mundial integrado. Diferentes contextos sócio-espaciais, porém, denotam diferentes maneiras de lidar com o ativismo transnacional. Significativas diferenças entre a Europa e a América Latina, por exemplo, são apontadas por Souza (s/d), como o altamente desigual acesso a recursos (dinheiro, recursos técnicos, fluência em línguas estrangeiras). A questão da dependência e da assimetria entre ativistas topometricamente distantes é colocada em posição de destaque, quando se propõe a organização de campanhas internacionais. Estudos contemporâneos, como o de Miller (2004) ou o de Pianta, Marchetti e Zola (2009), abordam apenas a escala continental europeia para analisar o transnacionalismo. Estes últimos apontam como elemento novo as formas de ativismo transnacional baseadas nas redes transfronteiriças e em campanhas internacionais, e as novas identidades surgidas desse processo (PIANTA, MARCHETTI; ZOLA, 2009, p. 236). Mas o que vemos aqui, em Miller (2004), e mesmo em Tarrow (2005), é que o tipo de ativismo tratado se aproxima de uma grande “mobilização reformista”, como a maioria dos casos abordados de autores europeus e estadunidenses aos quais tivemos acesso. As ideias de “democracia” se expressam no sentido do “aprimoramento” do sistema representativo e de modificações e acomodações de reivindicações no âmbito do Estado e de organizações supranacionais formalmente estabelecidas, tais como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, estando muito longe daquilo que Castoriadis defendeu como uma democracia autêntica (CASTORIADIS, 1992; 2002; 2005). Sobre isso, Souza aponta:

Nas presentes condições, muito otimismo em relação ao ativismo transnacional revela, sobretudo, um ponto de vista anglo-americano de classe média, como no caso de Tarrow. Isso não significa que o transnacionalismo é uma simples quimera, ou que o ativismo transnacional é simplesmente um tipo de armadilha político-cultural. Contudo, os obstáculos e contradições são maio-

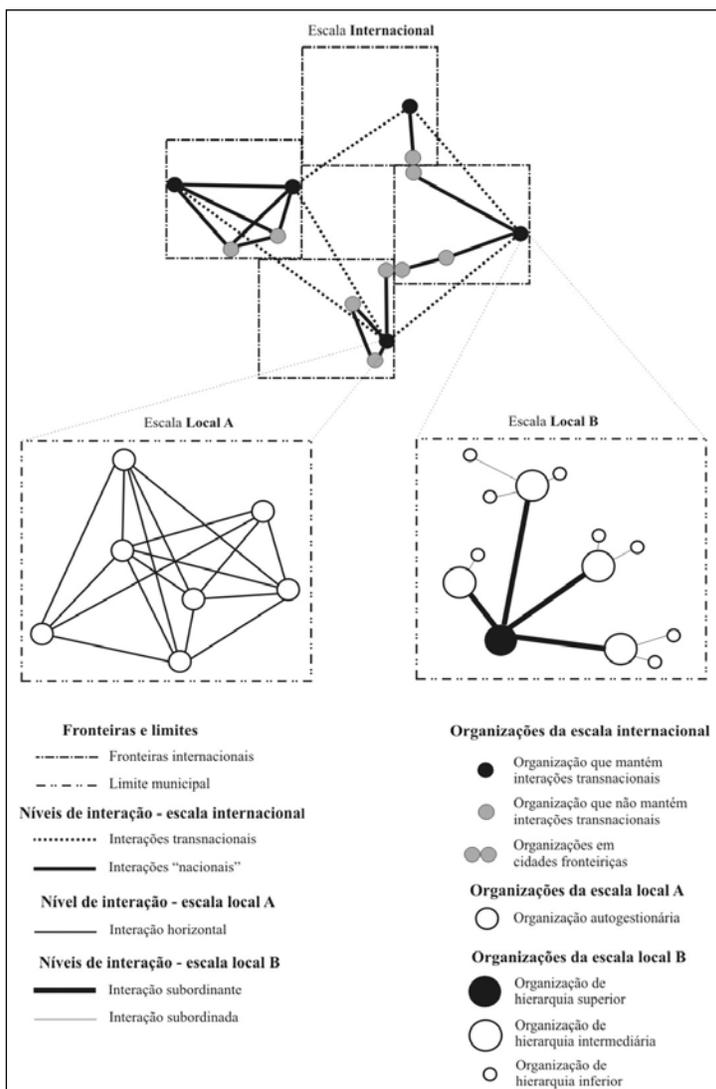
res do que muitos observadores do assim chamado “norte global” estão dispostos a reconhecer (SOUZA, s/d).

Os desafios do ativismo transnacional, como podemos ver, estão envolvidos em assimetrias e permeados de contradições. Voltaremos a isso mais adiante.

Pensando num contexto latino-americano, as identidades surgidas do ativismo transnacional remetem ao foco da luta (luta pela moradia, pela terra no campo etc.) que se confunde com espaços de referência identitária, tais como um bairro, um setor geográfico não necessariamente definido por um órgão estatal, ou uma linha de fronteira, como é a situação das cidades fronteiriças – nesse caso, a identidade tornando-se nitidamente híbrida. Não obstante, existem lutas que começam no âmbito “nacional”, “doméstico”, e depois se transnacionalizam através de outras lutas “domésticas”. E podem existir também lutas/movimentos que se constituem transnacionalmente desde sua gênese. O papel das cidades fronteiriças nesse processo pode ser interessante, por favorecerem a constituição dessas lutas transnacionais num espaço híbrido, desde a sua origem, uma vez que possuem o recurso espacial da proximidade e mesmo da união. Para Porto-Gonçalves (2001, p. 82), as territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em determinadas situações históricas, condicionando os caminhos possíveis ou bifurcações da história. Logo, as territorialidades dissidentes que se afirmem em cidades fronteiriças trarão consigo a possibilidade de um nó de rede importante para um movimento emancipatório que pretende estar “vacinado” contra sociocentrismos, etnocentrismos e assemelhados, conforme já mencionado no presente texto. Bringel e Falero (2008), dialogando com Scherer-Warren, apontam características que denotam o “espírito transnacionalista” dos movimentos sociais latino-americanos a partir dos anos 1990: articulação de atores e movimentos sociais e culturais, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político e um marcado traço transnacional (SCHERER-WARREN, 2005, p. 119). A tensão Estado - movimentos sociais também é destacada, contudo, uma perspectiva “estadocrítica” (SOUZA, 2010) parece ser apenas parcialmente adotada. Não concordamos com Bringel e Falero (2008, p. 285) quando afirmam que a tensão entre Estado e movimento social é atenuada quando o Estado deixa de ser o marco referencial primordial da política, uma vez que isso ocorreria apenas em caso de cooptação estrutural. Num movimento que desenvolve a práxis libertária, a luta contra o Estado (capitalista ou não) constituiria uma das principais frentes

de atuação – a luta institucional e a ação direta como componentes da atuação de movimentos sociais emancipatórios (SOUZA, 2010).

Para auxiliar a reflexão sobre a transnacionalidade de lutas sociais, não somente em grandes cidades como também em cidades fronteiriças, oferecemos, no modelo gráfico da Figura 2, uma rede hipotética de um movimento social que se transnacionaliza.



**Figura 2: Rede hipotética de organizações de um movimento social transnacional.**  
Elaboração do autor.

A Figura objetiva oferecer um modelo de organizações de um movimento social em duas escalas (local e internacional) que, além de possuir relações “intranacionais”, se transnacionaliza. O modelo gráfico apresenta organizações que se relacionam com outras em países diferentes e organizações que mantêm relações apenas num mesmo país. Ademais, pretende mostrar que mesmo em uma grande rede que, tomada em nível macro possui relações não-hierárquicas, alguns nós podem apresentar resquícios do imaginário heterônomo e desenvolver (ou manter) relações hierárquicas, fator para o qual a análise de movimentos sociais deve sempre atentar.

Notem-se as duas escalas locais apresentadas: uma organizada de maneira autogestionária e outra ainda mantendo uma estrutura vertical, de subordinantes e subordinados, constituindo um dos desafios para o ativismo transnacional – a manifestação de diferentes concepções organizacionais em locais topometricamente distantes. Vemos também a política de escalas ser praticada, ressignificando escalas locais e internacionais, bem como construindo novas escalas a partir da atuação e da influência de um movimento social. Na fronteira, o nó de rede no espaço urbano pode se apresentar ao mesmo tempo como interlocutor entre outros nós e, também, como compartilhador de experiências no espaço híbrido fronteiro. Tendo em mente que a reconfiguração escalar da política promove a importância das redes de conectividade espacial como forma de resistência, as práticas espaciais dos movimentos também se valem de táticas supralocais visando à escala local. Nisso, as contestações de ativistas em cidades fronteiriças, ao esbarrarem num determinado momento de sua luta nas diferentes normatizações espaciais dos Estados, podem levar ao acesso de ativistas “distantes”, mas no mesmo território estatal, trocando experiências de práticas contestatórias de normas vigentes em todo esse território, como seria no estabelecimento de uma rede entre ativistas fronteiros e ativistas de grandes cidades capitais.

Uma obra que pode servir de inspiração e objeto de reflexão sobre a organização espacial de redes de movimentos emancipatórios e, mais amplamente, sobre a organização político-espacial das cidades, é Bookchin (1992; 1995). O autor trabalha com a ideia de confederalismo municipal, partindo da longa tradição do princípio federativo no pensamento libertário, sendo que o município não remete à entidade administrativa do aparelho de Estado, mas sim a comunidades autônomas (cidades) confederadas por livre associação, bebendo

criticamente na fonte de pensadores anarquistas do século XIX e início do século XX, entre os quais o geógrafo Piotr Kropotkin. A descentralização como exercício de um poder autônomo “de baixo para cima”, tendo as cidades-comuna como as entidades geográficas primordiais livremente associadas, é uma das ideias que podem remeter ao ativismo transnacional. Para Bookchin (1995, p. 203), a descentralização não é apenas rica em valores geográficos e políticos – é eminentemente um valor cultural e espiritual que liga o reempoderamento da comunidade ao reempoderamento do indivíduo. Esse espírito confederalista possui fortes relações com o espírito transnacionalista supracitado – o ativismo transnacional e a utilização das oportunidades de diferentes espacialidades, como a cidade fronteira, podem fomentar a superação de obstáculos através de um confederalismo de organizações topometricamente distantes. Mais além, Bookchin (1992; 1995) contrapõe o processo de urbanização com o de cidadização (*citification*). Para ele, em linhas muito gerais, o advento do binômio Estado+capitalismo deslocou a política da cidade (uma arena pública por excelência) para a escala de um aparelho centralizador, desempoderando o cidadão enquanto protagonista político e fazendo do urbano uma entidade espacial vazia de sentido público. Houve “um declínio histórico da cidade como uma autêntica arena de vida política (que já presenciou certo equilíbrio com a natureza) e, não menos significativo, o declínio da noção de cidadania” (BOOKCHIN, 1995, p. 15). Com a emergência do aparelho de Estado e do nacionalismo, o Estado assume proeminência ideológica em detrimento da cidade (BOOKCHIN, 1995, p. 57-58). Nesse sentido, a urbanização altera a cidade não apenas em sua forma, mas também em sua função de arena civilizante<sup>3</sup> para a humanidade (BOOKCHIN, 1995, p. 199). Portanto, a cidade, como escola de democracia, e o transnacionalismo, como expressão da mobilização de lutas emancipatórias, imbricam-se na constituição da práxis libertária.

Retomando as diferenciações entre o ativismo transnacional nos âmbitos europeu e latino-americano, vemos outro desafio: o estabelecimento de redes transnacionais traz a questão do idioma utilizado na comunicação. A língua, além de meio de comunicação, vem também embebida de valores, cultura e práticas remetentes a determinadas espacialidades. Em Souza (s/d), encontra-se

<sup>3</sup> Longe das concepções colonialistas/eurocêntricas do adjetivo “civilizado”, Bookchin (1995) resgata o sentido clássico da acepção “cívico”, estando mais relacionada à ideia de um corpo de cidadãos (corpo público) organizados para o pleno exercício da política no espaço cidadão.

uma crítica e um questionamento a respeito da difusão da língua inglesa como facilitadora de alianças entre ativistas de diferentes países, visão essa defendida por Tarrow (2005). Essa difusão pode catalisar apenas ativistas do “Norte global” ou pertencentes a classes médias e altas do “Sul global”. No contexto latino-americano, para tomarmos como ilustração uma parte do “Sul global”, a difusão de informações e o estabelecimento de estratégias através da língua espanhola tornam-se facilitadores, modificando essa “geopolítica da língua”. Mesmo assim, a imposição de uma língua sempre será um fator de assimetria (SOUZA, *s/d*). Tanto nas cidades da fronteira Brasil-Uruguai como da fronteira Brasil-Argentina, a utilização do portunhol – dialeto resultante da hibridização do português com o espanhol – ameniza e mesmo vence o obstáculo da língua, ao propor uma “terceira via” de comunicação que, longe de representar um simples fim de um território estatal e começo de outro, faz do espaço urbano fronteiro um lugar dotado de relações culturais próprias, onde as fronteiras não estatais distinguem-se das estatais.

## TRANSNACIONALISMO NO SUL DO CONTINENTE

O ativismo transnacional não é um fenômeno novo, como já foi dito, pois acompanha as lutas sociais há muito tempo. O espírito internacionalista já estava presente quando da constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos seus animadores anarquistas, como Mikhail Bakunin, conforme descrito e analisado por Samis (2011, p. 103 e segs.). As necessidades da luta anti-heterônoma fizeram com que os trabalhadores e seus apoiadores vislumbrassem o ativismo transnacional como estratégia para o combate contra o Estado e as assimetrias de poder. Nesse contexto, ativistas transnacionais se ocuparam de difundir ideias revolucionárias para além das fronteiras estatais.

Um exemplo emblemático foi a atuação do italiano Giuseppe Fanelli, delegado da Aliança da Democracia Socialista<sup>4</sup>, enviado à Espanha para difundir ideias libertárias e organizar os trabalhadores. Fanelli chegou ao país em 1868, tendo ido primeiramente a Barcelona e, em seguida, a Madri, onde encontrou maior receptividade. A partir daí, o anarquismo se estrutura com a organiza-

---

<sup>4</sup> Organização fundada por Bakunin com o intuito de reunir a faceta libertária da Associação Internacional dos Trabalhadores (SAMIS, 2011, p. 157 e segs.).

ção de grupos, sindicatos e publicações, contribuindo para a hegemonia das ideias libertárias junto aos operários e camponeses espanhóis (WOODCOCK, 2002, p. 118-119). Mais tarde, durante a chamada Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o anarquismo espanhol apresentaria grande vigor e capacidade de organização. Nesse sentido, temos o caso do ativista transnacional italiano, que está na gênese do movimento libertário espanhol.

Na primeira metade do século XX, um episódio de destaque no transnacionalismo libertário foi a constituição e a “diáspora” do exército anarquista de Nestor Makhno, a partir da Ucrânia. Também conhecido como Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia, ou Exército Negro, atuou entre 1919 e 1921, na Guerra Civil Russa. Em 1921, após sua dispersão, muitas companhias foram para outros países. Temos como exemplo os ucranianos constituintes de uma companhia comandada pelo tenente Shevchenko, dentro do batalhão Mickiewicz-Palafox da XIII Brigada Internacional<sup>5</sup>, na Catalunha, Espanha. Durante a Segunda Guerra Mundial, uma “guerrilha ucraniana” advinda dos makhnovistas lutou contra nazistas na Alemanha e stalinistas na então União Soviética. A estrutura organizacional do exército posteriormente influenciou a organização de milícias criadas pelos anarquistas na revolução espanhola (o período propriamente dos anarquistas) e na Guerra Civil Espanhola (FERRER, 2006).

Já na América do Sul, mas ainda no século XIX, outro italiano, Errico Malatesta, aporta em Buenos Aires em 1885, não como enviado, mas como uma espécie de exilado, depois de ter estado em diversos países europeus. Apesar de ter permanecido poucos anos na Argentina, Malatesta encontra outros italianos libertários e um círculo anarco-comunista inspirado por outro italiano, Ettore Mattei. Ali, antes de voltar para a Europa em 1888, relança *La Questione Sociale*, publicação bilíngue espanhol-italiano.

Nesses exemplos do século XIX e primeira metade do século XX, temos um ativismo transnacional “forte” com Fanelli – um italiano seguidor de um russo (Bakunin) animando a organização na Espanha – e com o exército anarquista de Makhno, bem como um ativismo transnacional de menor grau, com Malatesta, uma vez que este não foi à Argentina com o intuito primário de

<sup>5</sup> As Brigadas Internacionais foram companhias militares formadas por estrangeiros para lutar contra a ditadura de Franco durante a Guerra Civil Espanhola.

difundir as ideias anarquistas. Constatamos, portanto, a longa tradição da relação entre ativismo transnacional e práxis libertária.

Já no âmbito da fronteira latino-americana, mais precisamente do sul do continente, vemos que o caso mais significativo de integração/união entre cidades fronteiriças ainda enfrenta muitos limites e dificuldades em matéria de ativismo ambicioso, e grandes desafios no que tange à constituição de um ativismo libertário. Contudo, determinados elementos nos permitem refletir especulativamente sobre a constituição de redes que façam uma micropolítica libertária operar um jogo de escalas. O sul da América Latina comporta uma macrorregião transnacional gaucha<sup>6</sup> que perpassa limites estatais e é marcada por oscilações de fronteira e embates políticos entre correntes diametralmente opostas, tanto fascistas como libertárias, ao longo de ao menos dois séculos. O termo “transnacional” remete à existência de uma identidade regional que não se subordina aos limites impostos pela dominação territorial do Estado, configurando assim outras fronteiras, sendo essa identidade um dos elementos fundamentais que permite a troca e circulação de ideias numa área que vai da Argentina, passa pelo Uruguai e chega ao Rio Grande do Sul, estando Santana do Livramento - Rivera imersos no presente contexto.

Nesse sentido, a supracitada chegada de italianos, como Malatesta, ainda no século XIX, e também de ativistas, como o espanhol Diego Abad de Santillán, já no século XX, entre outros, contribuíram para uma maior capilaridade do pensamento libertário no tecido social do sul do continente. Logo, vemos que grandes abrigos do pensamento libertário, Espanha e Itália, exerceram e exercem influência sobre esse espaço, notadamente no Uruguai e na Argentina. A presença dos anarquistas está no bojo da formação de uma “cultura política”, e as intensas trocas<sup>7</sup> presentes na macrorregião transnacional gaucha tornam esse espaço oportuno para se pensar, através de uma reflexão especulativa, maneiras de constituição de um ativismo de cunho libertário. Desse modo, temos vários elementos que contribuem para a análise da cidade fronteiriça e do po-

---

<sup>6</sup> O termo gaucho se refere ao histórico suposto representante da cultura dos pampas presente na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da Campanha. No Brasil, o termo “gaúcho” faz menção ao gentílico do estado do Rio Grande do Sul. No presente texto, utilizamos a primeira denominação para destacar a identidade sócio-espacial associada à referida região transnacional.

<sup>7</sup> Entre inúmeros exemplos dessas trocas, temos a fundação, em 1995, da Federação Anarquista Gaúcha, em Porto Alegre, animada por ativistas da Federação Anarquista Uruguiaia.

tencial libertário, por meio da relação com escalas regionais, da capilaridade de determinadas ideias num tecido social e da prática espacial fronteira de constituição de redes locais, nessas cidades fraturadas político-institucionalmente pela dominação territorial do Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: OUTRAS CIDADES, OUTRAS FRONTEIRAS**

Na contemporaneidade, vemos muitos desafios para o ativismo transnacional, mas também possibilidades de uma práxis libertária, sendo as cidades fronteiriças continentes de recursos importantes para o transnacionalismo, que podem acompanhar e mesmo catalisar a micropolítica das revoluções moleculares. A qualidade do ativismo no que diz respeito à ambição – não reformista, emancipatório – é crucial no desenvolvimento da práxis libertária. Os animadores das lutas sociais, a base social de um movimento, constituem dado essencial nesse sentido. Muitos ativismos, mesmo aqueles transnacionais, esbarram numa visão de mundo eurocêntrica, ou de classe média restrita, configurando uma espécie de “ativismo por descargo de consciência”: as reivindicações ou proposições que originalmente se apresentariam interessantes acabam por modificar e esvaziar o conteúdo de determinados ativismos, ou mesmo “contaminar” movimentos emancipatórios animados pelo hiperpreariado. Nesse sentido, Bookchin (2011) propõe uma reflexão criteriosa sobre aquilo que ele chamou de anarquismo de estilo de vida, em contraposição ao anarquismo social, podendo ser levado às posturas libertárias no geral: as ideias fortemente sociais que remetem ao plano do coletivo e às propostas de mudança social não podem ser ofuscadas ou mesmo deixadas de lado em prol de individualismos, posturas puramente estéticas e sem compromisso.

No que tange à entidade espacial que delimita as bordas do Estado, consideramos que a fronteira estatal e a fronteira não estatal não são necessariamente a mesma. A fronteira como expressão espacial da heteronomia instituída, ou seja, aquela que denota o fim de um aparelho de Estado e o começo de outro, pode ser um dos objetos de reflexão e contestação por parte de movimentos transnacionais. A ressignificação de escalas estabelecidas e a construção de novas escalas através de uma política de escalas faz com que o ativismo transnacional apresente outras fronteiras, podendo servir de mote para a ação direta num plano e, possivelmente, para a luta institucional em outro plano. Relações

interpessoais, economia, cultura, e mesmo redes locais de organizações de movimentos emancipatórios emergem/podem emergir se valendo das margens de manobra e dos recursos apresentados nas cidades fronteiriças. A identidade híbrida da fronteira, resultante do encontro de múltiplas identidades, constitui uma oportunidade para a superação dos sociocentrismos, etnocentrismos e até de resquícios de nacionalismos internos a ativistas não fronteiriços. Por outro lado, ativistas fronteiriços podem fomentar a construção de movimentos imbuídos de espírito transnacionalista desde suas origens, estando a cidade fronteira a propiciar mais do que um mero ativismo transnacional de escala local.

Assim, é preciso construir novas formas de horizontalidade, sociabilidade e, por conseguinte, novas territorialidades em escalas supralocal e supranacional – ou seria uma escala “a-nacional”? A cidade, retornada à condição de arena pública, em escola de democracia, “*desurbanizada*” e “*cidadizada*”, é um dos elementos de luta que não se esgotam na escala local na construção do ativismo transnacional. Analisando os movimentos emancipatórios, suas práticas espaciais insurgentes e sua práxis libertária, apreendemos os desafios e as possibilidades de uma condensação espaço-temporal da resistência ao capitalismo mundial integrado e, mais profundamente, ao imaginário heterônimo.

## AGRADECIMENTOS

Este texto seria menos rico sem as contribuições de Glauco Bruce Rodrigues e de Marcelo Lopes de Souza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOKCHIN, Murray. *Urbanization without Cities: The Rise and Decline of Citizenship*. Montreal e Cheektowaga: Black Rose Books, 1992.

\_\_\_\_\_. *From Urbanization to Cities: Toward a New Politics of Citizenship*. New York: Cassel, 1995.

\_\_\_\_\_. *Anarquismo, crítica e autocrítica: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia*. [Tradução de Felipe Corrêa e Alexandre de Souza]. São Paulo: Hedra, 2011.

BRENNER, Neil. The limits of scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, Londres, v. 4, n. 25, p. 591-614, 2001.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, 2008.

- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1990]. p. 121-149.
- \_\_\_\_\_. A democracia como procedimento e como regime. In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1996]. p. 255-279.
- \_\_\_\_\_. Que democracia? In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto VI – Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1999].
- DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995 [1980].
- FERRER, Christian. Una moneda valaca. In: *El Interpretador: Literatura, Arte y Pensamiento*. nº 27. 2006. Disponível em <<http://www.elinterpretador.net/27ChristianFerrer-UnaMonedaValaca.html>> Acessado em 31 out. 2011.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1980].
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005 [1986].
- LEITNER, Helga. The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert (Org.). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 236-255.
- MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, Londres, v. 4, n. 24, p. 219-242, 2000.
- MILLER, Byron. Spaces of mobilization: transnational social movements. In: BARNETT, Clive; LOW, Murray (orgs.). *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. London: SAGE, 2004. p. 223-246
- MIRANDA, Evaristo; COUTINHO, Alexandre (orgs.). *Brasil visto do espaço*. Campinas: Embrapa monitoramento por satélite, 2004. Disponível em <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>>. Acessado em 30/03/2012.
- NEWMAN, David. Boundaries. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard (Orgs.). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 123-137.
- PIANTA, Mario; MARCHETTI, Raffaele; ZOLA, Duccio. Crossing borders: transnational activism in European social movements. In: DELLA PORTA, Donatella (Org.). *Democracy in Social Movements: Conceptions and Practices of Democracy in Contemporary Social Movements*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 234-261.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 2001.
- SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SMITH, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco *et al* (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos*. Curitiba: ANPEGE e Ademadan Antonina, 2009. p. 459-478.

\_\_\_\_\_. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

\_\_\_\_\_. Challenging heteronomous power in a globalized world: insurgent spatial practices, “militant particularism” and multiscalarity. No prelo.

SWYNGEDOUW, Erik. Scaled geographies: nature, place, and the politics of scale. In: SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert (Org.). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 129-153.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Vol.2 – O movimento. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 13/04/2012



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

À revista **CIDADES**, podem ser propostos para publicação: artigos científicos, ensaios teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traduções de textos clássicos e discussão de conceitos.

A aceitação de textos propostos para publicação será orientada pelos seguintes parâmetros:

- Artigos científicos que interessem, sobretudo à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas e, nestes casos, com seus resultados finais.
- Ensaio crítico sobre temas, obras, autores etc., que contenham clara contribuição dos autores dos ensaios.
- Críticas bibliográficas que não se constituam, de fato, em notas ou notícias bibliográficas, ou seja, revelem capacidade de seus autores em contextualizar as obras analisadas no âmbito da produção intelectual.
- Divulgação de textos clássicos, que tenham desempenhado importante papel na evolução do pensamento e da pesquisa sobre o urbano e a cidade.
- Textos com sínteses sobre conceito(s) que importa(m) à compreensão da cidade e do urbano, nos quais se recuperem os autores que mais contribuíram para essa elaboração e/ou os consensos e dissensos existentes acerca dele(s).

Resultados parciais de pesquisas em andamento, reflexões teórico-metodológicas de caráter inicial ou textos que resultem de compilação bibliográfica, sem que se revele claramente a contribuição do autor, não serão aceitos para publicação.

## INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos devem ter, no máximo, 25 páginas (tamanho A4), digitados em formato Microsoft Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte *Times New Roman* tamanho 11 e sem recuos e espaçamento de parágrafos. Para

as outras modalidades, as normas são as mesmas, com exceção da extensão máxima dos textos, que se define da seguinte forma: 15 páginas para discussão de conceitos e entrevistas, 25 páginas para traduções de textos clássicos e 06 páginas para críticas bibliográficas. Nesse total de páginas, devem ser computadas tabelas, figuras e referências ou bibliografia.

Todos os textos devem ser submetidos no endereço <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/index>.

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um resumo de, no mínimo, 100 palavras e, no máximo, 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em francês, espanhol ou alemão. O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que o resumo for apresentado.

As referências a autores, nos textos a serem publicados na revista, deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta ou caixa alta e baixa, segundo os casos, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (SILVA, 2007), Silva (2007). Havendo mais de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte *Times New Roman* 11, sem aspas.

Expressões ou trechos de seu texto, aos quais o autor queira dar destaque, deverão ser grifados. O *itálico* deverá ser reservado às expressões mantidas em língua estrangeira. Exemplo: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi e não poderão exceder o tamanho de 23 x 16 cm. Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Somente serão aceitas figuras coloridas se o autor arcar com os custos de impressão das páginas respectivas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. É fundamental, que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Os títulos das obras devem vir destacados em itálico.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. Nos casos em que a Comissão Editorial e/ou os membros do Conselho Científico indicarem a necessidade de revisão, os custos serão cobrados dos autores. Recomenda-se recorrer a especialistas para a correção dos resumos em outros idiomas e não utilizar *softwares* para a tradução.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Comissão Editorial e do Conselho Científico da revista CIDADES.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de parecer de um membro da Comissão Editorial. No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado. Os textos, após modificados pelos autores, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá três exemplares do número em que for publicado seu trabalho.



# INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

## GENERAL INSTRUCTIONS

The following kinds of texts can be proposed for publication in the **CIDA-DES** journal: scientific articles, theoretical essays, book reviews, interviews, translation of classic texts and more specific texts related to the discussion of concepts.

The proposal of texts for publication will be guided by the following parameters:

- Scientific articles which are interesting especially in terms of their theoretical-methodological contribution, whether or not derived from empirical research and, in such cases, including the final results.
- Critical essays about themes, works, authors, etc., containing clear contribution of the essay's author(s).
- Book reviews should not constitute mere notes or bibliographical news; it is expected that they reveal the capacity of the author(s) in contextualizing the works reviewed within the framework of the intellectual production of the field.
- Divulgence of classic texts which have played an important role in the evolution of thought and research about the urban and the city.
- Texts which contain syntheses about concept(s) that matter(s) to the understanding of the city and the urban; it is expected that the role of the authors who most contributed to the field is properly addressed, as well as the existing consensuses and disagreements on their contribution.

The following will not be accepted for publication: mere partial results related to “work in progress” (ongoing research), theoretical-methodological reflections of preliminary nature or texts derived from bibliographical compilation, without revealing clearly the authors' contribution.

## SPECIFIC INSTRUCTIONS

Scientific articles must have a maximum length of 25 pages (A4 size), typed in Microsoft Word format, 1,5 spacing between lines, *Times New Roman* font (size 11) without indentation and paragraph spacing. For other kinds of text, the rules are the same, except in relation to the maximum extension of texts, which is defined as follows: 15 pages for conceptual discussion and interviews; 25 pages for translations of classic texts; and 6 pages for book reviews. In all cases, the total number of pages already includes tables, pictures, and references or bibliography.

All the texts must be sent to <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revista-cidades/index>.

Scientific articles must have an abstract with a minimum length of 100 words and not exceeding 150 words; there should be two abstracts: one in Portuguese and another in English. According to the author's judgment, a third abstract can be sent in French, Spanish or German. The title and the keywords (maximum of 5 words) should also be translated into English and, if it is the case, into the other foreign language in which the abstract is presented.

Mentions to authors must be done in the text body, indicating the surname in uppercase or in upper and lowercase, according to the case followed by the year of publication. Example: (SILVA, 2007), Silva (2007). If there is more than one work with the same surname, published in the same year, small letters in alphabetical order should be added to the year of publication, and in the order references are presented at the end of the text. Example: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

Direct quotes of texts from other authors, not exceeding three lines, should be kept in the text body between quotation marks and, if they exceed three lines, they must be highlighted with a retreat of 4 cm, in font *Times New Roman* size 11, with no quotation marks.

Expressions or quotations from the text that the author desires to highlight must be underlined. The *italics* must be reserved to the expressions kept in foreign language. Example: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

Pictures must be forwarded printed and in digital format (JPG, GIF, TIF), in a minimum resolution of 300 dpi and cannot exceed the size of 23 x 16 cm. The originals must be sent with no frame, with a graphic scale and with a

legible caption text. Colored pictures will only be accepted if the author bears the costs of printing such pages.

References and quotations must follow the ABNT standards. It is essential that the authors' names are written in full in the references at the end of the text. Example: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. The titles of the texts must be highlighted in *italics*.

Notes should be inserted at the bottom of the page where they are indicated (footnotes).

The spelling and syntactic correction of the text will be the author's sole responsibility. In case the Editorial Board and/or the members of the Scientific Advisory Board indicate the need of corrections and improvements, the costs will be charged to the authors. In case the author does not have a proper command of the language in which the abstract in a foreign language has to be written, it is recommended that he/she relies on the help of somebody who has the adequate expertise, instead of using translation *softwares*.

The contents and opinions expressed by the texts' authors are his/her responsibility, and they do not necessarily represent the opinion of the members neither of the Editorial Board nor of the Scientific Advisory Board of the CI-DADES journal.

The review of the texts submitted for publication will be made by two anonymous referees who belong to the Scientific Advisory Board. In case there is no consensus between them, a member of the Editorial Board will be invited to act as a third referee. At the end of the review process, three situations are possible: 1) the text is approved for publication without restrictions; 2) the text will be sent back to the author(s) for modifications or improvement; 3) the text is rejected. The texts, after being modified by their authors, will be forwarded to the same referees who reviewed the first version.

The journal does not pay for copyright, neither distributes reprints. Each author will receive three copies of the issue in which his/her work was published.



# NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Pueden ser propuestos a la revista **CIDADES** para publicación: artículos científicos, ensayos teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traducciones de textos clásicos y discusiones de conceptos.

La aceptación de los textos propuestos para publicación será orientada por los siguientes parámetros:

- Artículos científicos que interesen, sobre todo, a la reflexión teórico-metodológica, sean o no resultado de investigaciones empíricas y, en estos casos, con sus resultados finales.
- Ensayos críticos sobre temas, obras, autores, etc., en que sus autores realicen una clara contribución.
- Críticas bibliográficas que no se constituyan, de hecho, en notas o noticias bibliográficas, o sea, que revelen la capacidad de los autores en contextualizar las obras analizadas en el ámbito de la producción intelectual.
- Divulgación de textos clásicos, que hayan desempeñado un papel importante en la evolución del pensamiento y de la investigación sobre lo urbano y la ciudad.
- Textos con síntesis sobre concepto(s) importante(s) para la comprensión de la ciudad y de lo urbano, en los cuales se recuperen los autores que más hayan contribuido a esa elaboración y/o los consensos y discrepancias existentes sobre ellos.

Resultados parciales de investigaciones en marcha, reflexiones teórico-metodológicas de carácter inicial o textos que resulten de compilación bibliográfica, sin que se revele claramente la contribución del autor, no serán aceptados para publicación.

## INSTRUCCIONES PARA LA PRESENTACIÓN DE TEXTOS

Los artículos científicos deben tener, como máximo, 25 páginas (tamaño A4), escritos en Word, a espacio 1,5 entre las líneas, letra Arial, tamaño 11 y sin

formateo de párrafos. Para las otras modalidades, las normas son las mismas, excepto por la extensión máxima de los textos, que se define de la siguiente manera: 15 páginas para discusión de conceptos y entrevistas, 25 páginas para traducciones de textos clásicos y 6 páginas para críticas bibliográficas. En ese total de páginas deben ser computadas tablas, figuras y bibliografía.

Todos los textos deben ser submetidos a la dirección electrónica <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/index>.

Todos los textos deben ser enviados en tres copias impresas y en versión digital (disquete o CD), acompañados de una hoja en la que conste: nombre(s) de él o los autores, filiación académica, fecha de la elaboración del artículo y dirección para correspondencia (postal y electrónica).

Los artículos científicos deben presentar, obligatoriamente, un resumen de, como mínimo, 100 palabras y, como máximo, 150 palabras, en portugués e inglés. A criterio del autor, podrá ser enviado un tercer resumen en francés, español o alemán. El título y las palabras-clave (máximo cinco) también deberán ser traducidas a la lengua inglesa y, si es el caso, a la otra lengua extranjera en que el resumen haya sido presentado.

Las tablas y figuras deben ser entregadas en hojas aparte, indicando en el cuerpo del texto el lugar de su inserción. Las tablas deben ser creadas en el propio Word. Las figuras deberán ser encaminadas en su formato digital (JPG, GIF, TIF), en resolución adecuada y no exceder el tamaño de 23x16 cm. Los originales deben ser enviados sin moldura, con escala gráfica y leyendas legibles. Solamente se aceptarán figuras en color si el autor se hace cargo de los costos de impresión de las páginas correspondientes.

Las referencias y citas deben seguir las orientaciones de la ABNT. Las notas deben ser inseridas al pie de la página en que sean indicadas.

Será responsabilidad del autor la corrección ortográfica y sintáctica del texto. En los casos en que la Comisión Editorial y/o los miembros del Consejo Científico indiquen la necesidad de revisión, los costos serán cobrados a los autores. Se recomienda recurrir a especialistas para la corrección de los resúmenes en otros idiomas y no utilizar softwares para la traducción.

El contenido y las opiniones expresados por los autores de los textos son de su exclusiva responsabilidad, no representando, necesariamente, la opinión de los miembros de la Comisión Editorial y del Consejo Científico de la revista CIDADES.

La selección de los textos será realizada por dos árbitros del Consejo Científico. En casos en que no haya consenso en el parecer, el arbitraje será decidido por medio del parecer de un miembro de la Comisión Editorial. En el proceso de selección se consideran tres situaciones: texto aprobado para publicación, texto reencaminado al autor para modificaciones o texto rechazado. Los textos, después de modificados por los autores, serán encaminados a los mismos árbitros que evaluaron la primera versión.

La revista no tiene posibilidades de pagar derechos de autor ni de distribuir separatas. Cada autor recibirá tres ejemplares del número en que sea publicado su trabajo.



# NORMES DE PUBLICATION

La revue **CIDADES** publie des articles scientifiques, des essais théoriques, des critiques bibliographiques, des entretiens, des traductions de textes classiques et des discussions de concepts.

Les critères de décision pour l'acceptation des textes soumis pour la publication sont les suivants :

- Articles scientifiques qui concernent surtout la réflexion théorico-méthodologique, résultant ou non de recherches empiriques, avec dans ce cas, la présentation des résultats finaux.
- Essais critiques sur des thèmes, ouvrages, auteurs etc., présentant une contribution claire des auteurs.
- Critiques bibliographiques que ne sont pas seulement des notes ou nouvelles bibliographiques mais plutôt révèlent la capacité de leurs auteurs, de contextualiser les ouvrages analysés dans le domaine de la production intellectuelle.
- Divulgarion de textes classiques qui ont joué un rôle important pour l'évolution de la pensée et de la recherche sur l'urbain et la ville.
- Textes présentant des synthèses sur un (des) concept(s) important(s) pour la compréhension de la ville et de l'urbain, dans lesquelles sont rappelés les auteurs ayant le plus contribué à cette élaboration et/ou les consensus et controverses à leur sujet.

Résultats partiels de recherches en cours, réflexions théorico-méthodologiques de caractère initial ou textes résultant de compilations bibliographiques dans lesquels la contribution de l'auteur n'est pas clairement définie, ne seront pas acceptés pour publication.

## INSTRUCTIONS POUR LA PRÉSENTATION DES TEXTES

Les articles scientifiques doivent avoir un maximum de 25 pages (A4), être rédigés sous format Microsoft Word, interligne 1,5, police de caractères Times New Roman 11 pts, sans recul ni espace entre paragraphes. Pour les autres

modalités, les normes sont les mêmes à l'exception de la longueur maximale des textes qui ne peuvent dépasser les 15 pages pour la discussion des concepts et entretiens, 25 pages pour les traductions de textes classiques et 6 pages pour les critiques bibliographiques. Dans ce total de pages, il faut compter les tableaux, figures et références ou bibliographie.

Tous les textes peuvent être soumis à l'adresse électronique <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/index>.

Les articles scientifiques doivent obligatoirement comporter un résumé d'au moins 100 mots et 150 mots maximum, en portugais et en anglais. L'auteur peut, s'il le désire, joindre un troisième résumé en français, espagnol ou allemand. Le titre et les mots-clé (5 au maximum) devront également être traduits en anglais et dans l'autre langue étrangère du résumé.

Les références aux auteurs doivent figurer dans le corps du texte, en indiquant le nom en majuscules ou majuscules et minuscules, selon les cas, suivi de l'année de publication de l'ouvrage. Exemple : (SILVA, 2007), Silva (2007). S'il y a plus d'une oeuvre pour le même auteur, publiée la même année, des lettres de l'alphabet, minuscules, seront ajoutées après l'année de publication, par ordre de citation dans les références présentées à la fin de l'article. Exemple : (SILVA, 2007a), (SILVA 2007b), (SILVA, 2007c).

Les citations littérales d'extraits de textes d'autres auteurs, jusqu'à trois lignes, sont maintenues dans le corps du texte, entre guillemets, et, si elles ont plus de trois lignes, elles devront avoir un recul de 4 cm, en police de caractères Times New Roman 11, sans guillemets.

Si l'auteur souhaite mettre en évidence des expressions ou un extrait de son texte, ceux-ci devront être soulignés. L'italique doit être réservé aux expressions en langue étrangère. Exemples : tout court, e-mail, a priori.

Les figures doivent être envoyées imprimées et en format digital (JPG, GIF, TIF) avec une résolution minimale de 300 dpi. Elles ne peuvent pas dépasser 23 X 16 cm. Les figures originales doivent être envoyées sans cadre, l'échelle graphique et les légendes étant lisibles. Les figures colorées ne seront acceptées que si l'auteur assume les coûts d'impression des pages respectives.

Les références et les citations doivent suivre les normes de l'ABNT. Dans les références, à la fin du texte, les noms des auteurs doivent être complets. Exemple : SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Les titres des oeuvres doivent être mis en évidence en italique.

Les notes doivent être insérées en bas de la page où elles sont indiquées.

L'auteur assumera la correction orthographique et la syntaxe du texte. Lorsque la Commission éditoriale et/ou les membres du Conseil scientifique estiment qu'une révision est nécessaire, les coûts seront à la charge de l'auteur. Il est recommandé de recourir aux services de spécialistes pour la correction des résumés en langue étrangère et de ne pas utiliser les programmes de traduction automatique.

Le contenu du texte et les opinions exprimées n'engagent que les auteurs et ne reflètent pas le point de vue des membres de la Commission éditoriale ni du Conseil scientifique de la revue CIDADES.

La sélection des textes sera réalisée par deux lecteurs du Conseil scientifique. En cas d'opinions divergentes, l'arbitrage sera décidé par un membre de la Commission éditoriale. Trois situations sont possibles : texte approuvé pour publication, texte renvoyé à l'auteur pour modifications ou texte refusé. Après modification par les auteurs, les textes seront envoyés aux mêmes lecteurs qui avaient évalué la première version.

Par manque de fonds, la revue CIDADES ne paye pas de droits d'auteur et ne distribue pas de tirés à part. Chaque auteur recevra trois exemplaires du numéro dans lequel son article est publié.